

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
ÁREA: CULTURA, FILOSOFIA E HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO  
LINHA: HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO**

**PAULO VITOR DE SOUZA PINTO**

**MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE (1967-1971): CAMINHOS  
DA SOBREVIVÊNCIA EM TEMPOS AUTORITÁRIOS**

**São Paulo  
2021**

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
ÁREA: CULTURA, FILOSOFIA E HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO  
LINHA: HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO**

**PAULO VITOR DE SOUZA PINTO**

**Movimento de Educação de Base (1967-1971): caminhos da sobrevivência  
em tempos autoritários**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo como requisito obrigatório para obtenção do título de Mestre Educação.

Área de concentração: Cultura, Filosofia e História da Educação.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ana Luiza Jesus da Costa

São Paulo  
2021

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo da Publicação

Ficha elaborada pelo Sistema de Geração Automática a partir de dados fornecidos pelo(a) autor(a)  
Bibliotecária da FE/USP: Nicolly Soares Leite - CRB-8/8204

Pm           Pinto, Paulo Vitor de Souza  
              Movimento de Educação de Base (1967-1971): -  
              caminhos da sobrevivência em tempos autoritários /  
              Paulo Vitor de Souza Pinto; orientadora Ana Luiza  
              Jesus da Costa. -- São Paulo, 2021.  
              188 p.

              Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação  
              Cultura, Filosofia e História da Educação) --  
              Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo,  
              2021.

              1. Educação. 2. História da educação. 3. Educação  
              popular. 4. Movimento de Educação de Base. 5.  
              Ditadura militar. I. Costa, Ana Luiza Jesus da ,  
              orient. II. Título.

**PINTO, P. V. de S. *Movimento de Educação de Base (1967-1971): caminhos da sobrevivência em tempos autoritários*. 2021. Dissertação (Mestrado em Educação). Área de concentração: Cultura, Filosofia e História da Educação. Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.**

Aprovado em: 01 de dezembro de 2021.

Banca examinadora:

---

**Professora Dr.<sup>a</sup> Ana Luiza Jesus da Costa (USP)**  
(orientadora)

---

**Professora Dr.<sup>a</sup> Maria Clara Di Piero (USP)**  
(suplente)

---

**Professor Dr. Júlio César Medeiros da Silva Pereira (UFF)**  
(membro externo)

---

**Professor Dr. Fernando de Souza Paiva (UFF)**  
(2<sup>o</sup> suplente)

---

**Professora Dr.<sup>a</sup> Simone Vieira Batista (UFCG)**  
(membro externo)

---

**Professora Dr.<sup>a</sup> Sonia de Oliveira Camara Rangel (UERJ)**  
(3<sup>a</sup> suplente)

## Resumo

**PINTO, P. V. de S. *Movimento de Educação de Base (1967-1971): caminhos da sobrevivência em tempos autoritários*. 2021.** Dissertação (Mestrado em Educação). Área de concentração: Cultura, Filosofia e História da Educação. Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

A presente dissertação tem como seu objeto de análise o Movimento de Educação de Base (MEB) durante o período de 1967 a 1971. Procuramos compreender as formas pelas quais o MEB, diferente dos outros grandes movimentos de educação e cultura popular atuantes nos anos 1960 (Movimento de Cultura Popular (MCP) do Recife, De Pé no Chão Também se Aprende a Ler, os Centros de Cultura Popular da União Nacional dos Estudantes (CPCs da UNE), conseguiu sobreviver à ditadura militar instaurada em 1964. Para tanto utilizamos como fontes primárias os documentos das Campanhas da Fraternidade de 1967 a 1971; documentos do Fundo do MEB que estão no Centro de Documentação e Informação Científica (CEDIC) da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; documentos intercambiados com outros pesquisadores e pesquisadoras; jornais de grande circulação do período disponíveis na Hemeroteca Digital Brasileira. Analisamos o conjunto de fontes e a experiência do MEB a partir do referencial teórico-metodológico de Michel de Certeau. Objetivamos, ao longo dessa dissertação, no primeiro momento, a partir dos documentos das Campanhas da Fraternidade produzidos pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, representante máxima da Igreja Católica no Brasil, conhecer as formas como a instituição Igreja se articulou nesse período. No segundo momento, a partir da análise documental e de entrevistas abertas com ex-integrantes do Movimento, realizamos a construção de uma narrativa que possibilita compreender as formas como o Movimento se organizou administrativamente nesse período, dialogando com a situação política imposta pela ditadura militar. Por fim trabalharemos os feitos do Movimento ao longo desse período, percebendo-os enquanto táticas de sobrevivência à ditadura. Assim, conseguimos perceber que, mesmo com a grave crise financeira de 1967 e 1968, o Movimento conseguiu manter-se vivo, sobretudo após o V Encontro Nacional de Coordenadores, onde foram traçadas as táticas de sobrevivência. Foi possível perceber ainda que o Movimento foi responsável por capacitar o próprio movimento de alfabetização proposto pela ditadura, o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL). Com isso, chegamos à conclusão de uma Igreja heterogênea que se mostrou inicialmente conservadora. Contudo, mudanças na linha de atuação da Igreja a nível internacional, bem como o recrudescimento da violência do regime militar brasileiro fizeram com que, com o passar dos anos, a Igreja no Brasil fosse se mostrando moderada e progressista. Percebemos ainda que, de certa forma, houve uma interação do Estado que procurou utilizar o Movimento para alfabetizar o alto índice de população analfabeta no Brasil, e paralelo a isso, o Movimento utilizou-se dessa condição para sobreviver à própria ditadura. E que, ao longo de nossa pesquisa, identificamos que o peso da censura chegou ao Movimento em setembro de 1971, quando após um curso de cooperativismo, considerado subversivo pela ditadura, toda equipe Nacional foi demitida e o Conselho Diretor Nacional do Movimento foi reestruturado. Essa ruptura marca para nós o término do período que esta dissertação abordará.

Palavras-chave: Educação. História da educação. Educação popular. Movimento de Educação de Base. Ditadura.

## Resumen

PINTO, P. V. de S. *Movimento de Educação de Base (1967-1971): caminhos da sobrevivência em tempos autoritários*. 2021. Disertación (Máster en Educación). Área de concentración: Cultura, Filosofía e Historia de la Educación. Facultad de Educación de la Universidad de São Paulo, São Paulo, 2021.

*La presente disertación tiene como objeto de análisis el Movimento de Educação de Base (MEB) durante el período de 1967 a 1971. Buscamos entender las formas en que el MEB, a diferencia de los otros grandes movimientos de educación y cultura popular activos en la década de 1960 (Movimiento de Cultura Popular (MCP) de Recife, De Pé no Chão Também se Aprende a Ler, los Centros de Cultura Popular de la Unión Nacional de Estudiantes (CPCs de la UNE), logró sobrevivir a la dictadura militar instaurada en 1964. Utilizamos como fuentes primarias los documentos de las Campañas de la Fraternidad de 1967 a 1971; documentos del Fondo MEB que se encuentran en el Centro de Documentação e Informação Científica (CEDIC) de la Pontificia Universidade Católica de São Paulo; documentos intercambiados con otros investigadores; periódicos de gran circulación de la época disponibles en la Hemeroteca Digital Brasileira. Analizamos el conjunto de fuentes y la experiencia del MEB desde el marco teórico y metodológico de Michel de Certeau. Pretendemos, a lo largo de esta disertación, en un primer momento, a partir de los documentos de las Campañas de Fraternidad producidos por la Conferencia Nacional de Obispos de Brasil, máxima representante de la Iglesia Católica en Brasil, conocer las formas en que se articuló la institución Iglesia en este período. En la segunda fase, a partir del análisis de documentos y de entrevistas abiertas con antiguos miembros del Movimiento, construiremos una narrativa que permita comprender las formas de organización administrativa del Movimiento durante ese período, en diálogo con la situación política impuesta por la dictadura militar. Por último, trabajaremos sobre los logros del Movimiento durante este periodo, entendiéndolos como tácticas para sobrevivir a la dictadura. Así, pudimos observar que, incluso con la grave crisis financiera de 1967 y 1968, el Movimiento logró mantenerse vivo, sobre todo después de la 5ª Reunión de Coordinadores Nacionales, donde se esbozaron las tácticas de supervivencia. También se pudo percibir que el Movimiento fue responsable de potenciar el propio movimiento de alfabetización propuesto por la dictadura, el Movimiento Brasileño de Alfabetización (MOBRAL). Así, concluimos que la Iglesia era heterogénea e inicialmente conservadora. Sin embargo, los cambios en la línea de actuación de la Iglesia a nivel internacional, así como el aumento de la violencia del régimen militar brasileño, han hecho que, a lo largo de los años, la Iglesia en Brasil se haya mostrado moderada y progresista. También hemos notado que, en cierto modo, hubo una interacción del Estado que intentó utilizar el Movimiento para alfabetizar el alto índice de analfabetos en Brasil y, al mismo tiempo, el Movimiento utilizó esta condición para sobrevivir a la propia dictadura. A lo largo de nuestra investigación, identificamos que el peso de la censura alcanzó al Movimiento en septiembre de 1971, cuando después de un curso sobre cooperativismo, considerado subversivo por la dictadura, todo el equipo nacional fue despedido y el Consejo Directivo Nacional del Movimiento fue reestructurado. Esta ruptura marca para nosotros el final del período que abordará esta disertación.*

*Palabras clave: Educación. Historia de la educación. Educación popular. Movimiento de Educación de Base. La dictadura*

## Riassunto

**PINTO, P. V. de S. *Movimento de Educação de Base (1967-1971): caminhos da sobrevivência em tempos autoritários*. 2021. Dissertazione (Master in Educazione). Area di concentrazione: Cultura, filosofia e storia dell'educazione. Facoltà di Educazione dell'Università di San Paolo, San Paolo, 2021.**

*La presente dissertazione ha come oggetto di analisi il Movimento de Educação de Base (MEB) durante il periodo dal 1967 al 1971. Cerchiamo di capire i modi in cui il MEB, diverso dagli altri grandi movimenti di educazione e cultura popolare attivi negli anni '60 (Movimento di Cultura Popolare (MCP) di Recife, De Pé no Chão Também se Aprende a Ler, i Centri di Cultura Popolare dell'Unione Nazionale degli Studenti (CPC della UNE), è riuscito a sopravvivere alla dittatura militare instaurata nel 1964. Abbiamo usato come fonti primarie i documenti delle Campagne di Fraternità dal 1967 al 1971; documenti del Fondo MEB che si trovano nel Centro de Documentação e Informação Científica (CEDIC) della Pontificia Università Cattolica di San Paolo; documenti scambiati con altri ricercatori; giornali di grande diffusione del periodo disponibili nella Hemeroteca Digital Brasileira. Abbiamo analizzato l'insieme delle fonti e l'esperienza del MEB dal quadro teorico e metodologico di Michel de Certeau. Ci proponiamo, in tutta questa dissertazione, in un primo momento, a partire dai documenti delle Campagne di Fraternità prodotte dalla Conferenza Nazionale dei Vescovi del Brasile, massimo rappresentante della Chiesa Cattolica in Brasile, di conoscere i modi in cui si articolava l'istituzione Chiesa in questo periodo. Nella seconda fase, sulla base dell'analisi dei documenti e delle interviste aperte a ex membri del Movimento, costruiremo una narrazione che permetterà di comprendere i modi in cui il Movimento fu organizzato amministrativamente durante quel periodo, in dialogo con la situazione politica imposta dalla dittatura militare. Infine, lavoreremo sulle conquiste del Movimento durante questo periodo, comprendendole come tattiche per sopravvivere alla dittatura. Così, abbiamo potuto constatare che, anche con la grave crisi finanziaria del 1967 e 1968, il Movimento è riuscito a rimanere in vita, soprattutto dopo la quinta riunione dei coordinatori nazionali, dove sono state delineate le tattiche di sopravvivenza. È stato anche possibile percepire che il Movimento è stato responsabile del potenziamento dello stesso movimento di alfabetizzazione proposto dalla dittatura, il Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL). Così, concludiamo che la Chiesa era eterogenea e inizialmente conservatrice. Tuttavia, i cambiamenti nella linea d'azione della Chiesa a livello internazionale, così come l'aumento della violenza del regime militare brasiliano, hanno fatto sì che, nel corso degli anni, la Chiesa in Brasile si sia mostrata moderata e progressista. Abbiamo anche notato che, in un certo modo, c'è stata un'interazione dello Stato che ha cercato di utilizzare il Movimento per alfabetizzare l'alto tasso di analfabeti in Brasile e, allo stesso tempo, il Movimento ha utilizzato questa condizione per sopravvivere alla dittatura stessa. Nel corso della nostra ricerca, abbiamo identificato che il peso della censura raggiunse il Movimento nel settembre 1971, quando dopo un corso sul cooperativismo, considerato sovversivo dalla dittatura, l'intera squadra nazionale fu licenziata e il Consiglio Direttivo Nazionale del Movimento fu ristrutturato. Questa rottura segna per noi la fine del periodo che questa dissertazione affronterà.*

*Parole chiave: Educazione. Storia dell'educazione. Educazione popolare. Movimento per l'educazione di base. Dittatura.*

## Índice de figuras

Figura 1: Composição da equipe nacional do MEB (1965-1971) I.....	20
Figura 2: Composição da equipe nacional do MEB (1965-1971) II. ....	21
Figura 3: Cartaz da Campanha da Fraternidade de 1967 .....	48
Figura 4: Cartaz da Campanha da Fraternidade de 1969 .....	55
Figura 5: Cartaz da campanha da Fraternidade de 1970 .....	56
Figura 6: Cartaz da Campanha da Fraternidade de 1971 .....	59
Figura 7: Recorte do Jornal do Brasil sobre o MEB 1967 .....	79
Figura 8: Recorte do Jornal Correio da Manhã de 1967 sobre alteração do MEB.....	105
Figura 9: Solenidade de Entrega do Prêmio.....	124
Figura 10: Encontros realizados pelo Nacional em 1969.....	134
Figura 11: Capacitação de monitores e líderes em 1969.....	135
Figura 12: Treinamentos realizados em 1969 .....	136
Figura 13: Treinamentos de equipes locais realizados entre 1966 e 1969 .....	137
Figura 14: Capa Lp Zico e Zeca enviado pelo Nacional ao sistema Guajará-mirim.....	138
Figura 15: Aspectos a serem observados com o uso da música.....	140
Figura 16: Escolas não radiofônicas do MEB em 1969 .....	146
Figura 17: Sistemas do MEB em 1970.....	153
Figura 18: Assessoria prestada ao MOBREAL em 1970 .....	161
Figura 19: Campanha da Fraternidade e alfabetização .....	169
Figura 20: Seminário sobre Igreja na Amazônia.....	171
Figura 21: Educação de Base e estudo sobre Amazônia .....	173
Figura 22: Recorte Jornal O Globo: Subversão.....	174
Figura 23: Convênio MEC / MEB no Jornal do Brasil .....	177
Figura 24: Alteração da política pedagógica do MEB .....	178

## Índice de gráficos

Gráfico 1: Organização hierárquica do MEB no período (1967-1971).....	81
Gráfico 2: Balanço do MEB em 1968.....	127

## Índice de tabelas

Tabela 1: Demonstração de como os documentos foram catalogados .....	18
Tabela 2: Fontes referentes às Campanhas da Fraternidade (1967- 1971).....	23
Tabela 3: Atos institucionais e suas medidas .....	30
Tabela 4: Fontes referentes às Campanhas da Fraternidade (1967- 1971).....	45
Tabela 5: Composição da equipe nacional do MEB (1967).....	87
Tabela 6: Supervisão do Nacional aos sistemas em 1969 .....	98
Tabela 7: Sistemas MEB (1967) .....	103
Tabela 8 : Representantes dos Sistemas em 1967 .....	116
Tabela 9: Sistemas MEB (1968). .....	126
Tabela 10: Distribuição dos Sistemas (1969).....	132
Tabela 11: Documentos MEB relacionados à Amazônia.....	172
Tabela 12: Nova composição do CDN.....	175

**LISTA DE SIGLAS**

AI – 5	Ato Institucional nº V
AI - 6	Ato Institucional nº VI
AI - 7	Ato Institucional nº VII
AI - 8	Ato Institucional nº VIII
AI - 9	Ato Institucional nº IX
AI - 10	Ato Institucional nº X
AI - 11	Ato Institucional nº XI
AI - 12	Ato Institucional nº XII
AI - 13	Ato Institucional nº XIII
AI -14	Ato Institucional nº XIV
AP	Ação Popular
AVC	Acidente Vascular Cerebral
CDN	Conselho Diretor Nacional
CEB	Comunidade Eclesial de Base
CECAL	Comissão Episcopal para América Latina
CEDIC	Centro de Documentação e Informação Científica
CELAM	Conselho Episcopal Latino-Americano
CEPLADE	Centro de Planejamento de Desenvolvimento Educacional
CF	Campanha da Fraternidade
CIEP	Centro Integrador de Educação Pública
CIMI	Conselho Indigenista Missionário
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
COVID - 19	<i>Corona Virus Disease</i>
CPT	Comissão de Pastoral
CRB	Conferência dos Religiosos do Brasil
DNA	Ácido Desoxirribonucleico
ENC	Encontro Nacional de Coordenadores
EWLP	Programa Experimental de Alfabetização Mundial
FGV	Fundação Getúlio Vargas

HDB	Hemeroteca Digital Brasileira
IBGE	Instituto Brasileiro de geografia e Estatística
IBRADES	Instituto Brasileiro de Desenvolvimento
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
JAC	Juventude Agrária Católica
JEC	Juventude Estudantil Católica
JIC	Juventude Independente Católica
JOC	Juventude operária Católica
JUC	Juventude Universitária Católica
MEB	Movimento de Educação de Base
MEC	Ministério de Educação e Cultura
MOBRAL	Movimento Brasileiro de Educação
NIEPHE	Núcleo Interdisciplinar de pesquisa em História da Educação
OCSHA	Obra de Cooperação Sacerdotal Hispano-Americana
ONU	Organizações das Nações Unidas
PUC - PR	Pontifícia Universidade Católica do Paraná
PUC - RJ	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
PUC - SP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
SAPÉ	Serviços de Apoio à Pesquisa em Educação
SAR	Serviço de assistência Rural
SARS-CoV-2	<i>Severe Acute Respiratory Syndrome Coronavirus 2</i>
SIRESE	Sistema de Rádio Educativo de Sergipe
SNI	Serviço Nacional de Informação
SUDAM	Superintendência do desenvolvimento da Amazonia
SUDENE	Superintendência do desenvolvimento do Nordeste
TFP	Tradição, Família e Propriedade
UEA/FAPEAM	Universidade do Estado do Amazonas / Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas
UERJ	Universidade Estadual do Rio de Janeiro
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRRJ	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

UNESCO      Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a  
Cultura

USF            Universidade São Francisco

<b>1. UM PERÍODO, UM OBJETO E UM LUGAR: AS FORMAS DE SER IGREJA DURANTE A DITADURA MILITAR.....</b>	<b>26</b>
1.1. POLÍTICA NACIONAL.....	27
1.2. AS FORMAS DE SER IGREJA.....	34
1.2.1. Somos todos irmãos – somos todos iguais.....	46
1.2.2. Para o outro o próximo é você.....	52
1.2.3. Ser cristão é participar.....	55
1.2.4. Reconciliar.....	58
<b>2. O MOVIMENTO EM MOVIMENTO.....</b>	<b>63</b>
2.1. AMPLIANDO NOSSO OLHAR SOBRE O MEB.....	70
2.1.1. Do Estado que proíbe, ao Estado que permite: integrar para utilizar.....	73
2.1.2. Um pouco sobre a estrutura do MEB a partir de 1967.....	80
2.2. O NACIONAL.....	86
2.2.1. Capacitação de Animadores e líderes.....	96
2.2.2. Capacitação de pessoal profissional do MEB.....	97
<b>3. UMA NARRATIVA DA SEGUNDA FASE DO MEB.....</b>	<b>101</b>
3.1. O ANO DA CRISE E DAS TÁTICAS: 1967.....	101
3.2. UM PRÊMIO NO FIM DO TÚNEL: 1968.....	120
3.3. O ANO DA CAPACITAÇÃO: 1969.....	128
3.3.1. As novas atividades de capacitação do MEB.....	141
3.3.2. Criteriologia: Áreas prioritárias e não prioritárias.....	146
3.4. CAPACITAR QUEM ESTÁ FORA: 1970.....	151
3.4.1. Unidades de serviço: nova forma de trabalhar.....	153
3.4.2. Uma discussão teórica sobre posse e sobrevivência.....	163
3.5. O MEB DA IGREJA, O MOBREAL DA DITADURA: 1971.....	166
3.5.1. Cooperativismo ou subversão: os limites impostos pela ditadura.....	173
<b>4. CONCLUSÃO.....</b>	<b>179</b>
<b>BIBLIOGRAFIA.....</b>	<b>182</b>

## INTRODUÇÃO

Caro leitor, cara leitora, gostaria inicialmente de vos agradecer por iniciar a leitura desta dissertação de mestrado. Para mim é uma grande honra ter a oportunidade compartilhar contigo essa produção. Já que você chegou até aqui, peço licença para me apresentar brevemente, assim enquanto vai lendo, você também vai me conhecendo. Quero te levar comigo em uma viagem, onde as pistas a serem seguidas são as fontes, e eu serei o guia que vai lhe conduzir por esses caminhos. Confesso a vocês que não sou um historiador profissional (um guia), mas assumo a condição de aprendiz e estou a cada dia me formando nesse ofício, e para me ajudar nessa viagem, alguns amigos que são muito profissionais, e que estão a muito tempo nesse ramo vão me acompanhar, então, você pode ficar tranquilo e tranquila. Bem lá no final, nas últimas páginas dessa dissertação tem o nome desses amigos, a linguagem acadêmica pede que coloquemos o nome de “bibliografia”, eles gostam de falar que é o “Embasamento teórico”, mas eu prefiro chamar de amigos, eles vão me ajudar a conduzir essa viagem...

É possível que no meio do caminho, o tempo fique nublado, ou obscuro, quando isso acontecer chamarei um desses amigos para falar conosco, então se você perceber que de repente um texto ficou com um espaço maior entre a margem do lado esquerdo, a letra diminuiu e ficou mais juntinho, esses são meus amigos falando conosco. Chamamos isso de citação direta, normalmente isso acontece quando o meu amigo vai falar por mais de três linhas. Mas pode ser também que eles fiquem escondidos no meio do texto, vocês perceberão isso quando identificarem algumas palavras entre aspas (“”). Por fim, existem ainda os instrumentos que, na universidade, chamamos de ferramenta teórico-metodológica, é como se fosse um óculo que me possibilita ver além do horizonte.

Bem, como você já deve saber, eu me chamo Paulo Vitor de Souza Pinto, mas pode me chamar só de Paulo, minha família costuma me chamar de Paulinho, enquanto os amigos mais próximos me chamam de “PV”, ou como você preferir.

Uma pausa:

Esse texto foi escrito pensando que todas as pessoas, sem distinção de gênero, classe social, grau de instrução, cor e orientação sexual, pudessem conhecer um pouco do

Movimento de Educação de Base (MEB), no período entre 1967 até 1971 em que não temos tantos estudos sobre ele. Para isso, tentei conciliar os elementos acadêmicos com uma linguagem mais palatável. Contudo, se você for um doutor, ou uma doutora, com uma vasta experiência intelectual, esse texto também é para você, como disse o meu interesse é alcançar todas as pessoas dialogando com suas diferenças.

Retornando:

Sou licenciado em Educação do Campo pela Universidade Federal Fluminense (UFF), onde produzi minha monografia de conclusão de curso, sobre a atuação da Igreja Católica na história da educação popular no campo no Brasil de 1960 a 1980. Nessa pesquisa verifiquei que o Movimento de Educação de Base (MEB) recebe um significativo destaque no cenário dos movimentos de educação e cultura popular surgidos no Brasil nos anos 1960. Isso acontece em virtude das dimensões atingidas por seu trabalho educativo, sobretudo por seu aspecto da interiorização nunca antes atingida por iniciativas do Estado ou da sociedade civil, além de sua longevidade, tendo sido o único movimento de educação popular do período que sobreviveu à ditadura militar.

Percebemos então, que no campo de estudos relacionados à educação popular, existe uma série de trabalhos fundamentais e amplamente reconhecidos sobre o MEB, desde sua criação, até os primeiros anos após o golpe de 1964. Olhando para esses trabalhos percebemos que havia uma lacuna na história do MEB pós 1964. É o que Certeau (2020, p. 57) chama de “vazios determinados”, em outras palavras, lacunas a serem preenchidas.

Foi a partir dessa lacuna que essa pesquisa nasceu. Da inquietação de uma monografia que aceitou o desafio deixado por Luiz Eduardo Wanderley em sua tese de doutoramento, onde ele disse sobre o MEB que “As lacunas existentes deverão ser suprimidas com estudos complementares de outros investigadores” (WANDERLEY, 1984, p. 23).

O primeiro passo foi tornar-me investigador. Deste modo, submeti à Universidade de São Paulo o meu projeto de pesquisa sobre o MEB (1960-1980). Recordo-me até hoje, viva e claramente, de todas as fases do processo seletivo, contudo tenho mais forte ainda a memória do dia em que realizei a entrevista. Sapato engraxado, camisa bem passada, terno e gravata. Afinal estava pedindo para ser aceito na melhor Universidade da América

Latina. Naquele momento estava iniciando o processo de escrita dessa dissertação, ali eu estava assumindo pela primeira vez o compromisso deixado por Wanderley (1984) tornando-me um pesquisador, nas palavras dele, um “investigador”.

Após ter sido aprovado, tive minha primeira orientação, onde delineamos algumas alterações para o projeto que seria apresentado ao Grupo de Pesquisa Núcleo Interdisciplinar de pesquisa em História da Educação (NIEPHE), o meu medo era visível. Apresentar o meu projeto para as pessoas cujos nomes estão nos livros que tenho na minha frente enquanto escrevia esse texto era algo que me fazia tremer, assumo que até hoje faz. Foi nesse dia em que ouvi atentamente as primeiras considerações sobre o meu projeto e que desenham essa pesquisa.

No projeto inicial, o período era demasiado impreciso, (1960-1980), posterior a esse dia, ficou definido após orientação e colaboração do Grupo de Pesquisa que o período de 1967 – 1971 seria o mais indicado, sobretudo por ter sido uma indicação prévia do professor Osmar Fávero e ser um período pouco explorado pela história da educação, assim o fizemos, delimitamos o nosso objeto dentro de um determinado período. Os meus objetivos, no projeto inicial, que eram verificar o papel da igreja no MEB foram redesenhados.

Os novos objetivos foram estruturados e assumidos nesta pesquisa de forma que pudessem identificar em quais condições o MEB sobreviveu à ditadura, especificamente com quais recursos o MEB contou para sobreviver; quem foram as pessoas que compuseram seus quadros (corpo dirigente e técnico) nesse momento em que nos dedicamos a pesquisar; qual ou quais as linhas político-pedagógicas que o movimento assumiu. Tomando esses novos direcionamentos como fios condutores que desenham essa dissertação, temos como marco referencial uma hipótese principal: o MEB sobreviveu em virtude do seu vínculo com a Igreja Católica. Todas as produções ditas “canônicas” do Movimento retratam esse mesmo fato. Você verá, mais a diante, que essa hipótese principal foi aprofundada com o desenvolvimento da pesquisa e passou a incluir a relação do MEB com o Estado e a ação dos sujeitos que constituíam a equipe técnica do Movimento como fatores importantes nessa sobrevivência.

Experimentei a mesma dificuldade encontrada pelo professor Osmar Fávero quando, em 1982, organizou 202 documentos com a ajuda de ex-integrantes da equipe

nacional do MEB. Osmar Fávero em trabalho apresentado à FGV, em 1982, relembra a dificuldade de se trabalhar com os documentos desse período:

A maior parte dos documentos da 2ª fase constituiu-se em cópias-carbono de originais datilografados, que não permitem cópias xérox de boa qualidade. Algumas vezes eram simples minutas, sem nenhuma indicação de autor ou data (FÁVERO, 1982, p. 9).

Selecionei aproximadamente 300 documentos do Fundo do MEB no CEDIC (Centro de Documentação e Informação Científica) – PUC-SP (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo) referentes à segunda fase do Movimento (1967-1971), para poder trazer até você um pouco da minha experiência na construção desta narrativa. Ao longo da pesquisa, principalmente no estágio final, em que vivemos um período de isolamento devido à pandemia de Covid-19, foram acrescentados documentos de outros acervos, muitos deles virtuais, como é o caso da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Para a organização das fontes do fundo MEB, foram catalogadas todas as caixas disponíveis no CEDIC que continham material datado entre 1967 e 1971, o que perfazia algo próximo a uma centena e meia. Posterior a isso, foi elaborada uma planilha que discriminava: Título do material; Ano; Descrição; Localização contendo o número da Caixa que cada documento estava hospedado; Estado de conservação do material e alguma outra observação, tal como é ilustrado na tabela a seguir:

**Tabela 1: Demonstração de como os documentos foram catalogados**

TÍTULO DO MATERIAL	ANO	DESCRIÇÃO	LOC.	ESTADO DE CONSERVAÇÃO	OBS.
Doc. MEB	1971	Uma experiência de intervenção educativa	Cx. 14	parcialmente conservado e com rasuras	TRANSCRIÇÃO NA ÍNTEGRA O RELATÓRIO ENVIADO PELO SISTEMA DE ED DE BASE DE PROPRIÁ - ESTADO DE SERGIPE

Fonte: Tabela elaborada a partir dos dados coletados no CEDIC.

Em seguida, foram feitas buscas minuciosas em documentos que não estavam datados, onde buscamos indícios que pudessem colaborar na atividade de datação deles.

Para realizar essa tarefa, procuramos nos documentos os nomes dos integrantes que compuseram a equipe nacional do MEB no período em que estamos pesquisando. Tivemos como base o documento encontrado no CEDIC que apresenta o nome de todos os integrantes da equipe nacional desde 1961 até 1971 (Cf. figura 1 e 2).

Logo, os documentos que possuíam os nomes, assinaturas ou faziam menção a integrantes da equipe nacional do MEB durante o período de 1967-1971, também foram inclusos em nossa catalogação. A exemplo: *Paulo Rogério Guimarães Esmanhoto* entra no MEB no meio do ano de 1967 (Cf. figura 1) e sai do MEB em junho de 1970 (Cf. figura 2), desta forma entendemos que os documentos que fazem menção ao nome do referido ex-integrante são datados de meados dos anos 1967 até junho de 1970.

Os documentos que faziam referência ao nome Celso o (Sr. Celso Simões Bredariol) foram datados entre o segundo semestre de 1967 até 1969, como esteve preso durante o ano de 1970, seu nome só apareceu novamente nos documentos do MEB de 1971. Da mesma forma, os documentos que faziam referência ao nome Letícia a (Sr.<sup>a</sup> Maria Letícia Ligneu Cotrin) foram datados de setembro 1969 até 1971.

Além desse método de datação por aproximação, utilizamos ainda o método elaborado pelo professor Osmar Fávero em 1982, esse método implica diretamente na leitura sistemática dos documentos, com a finalidade de reconhecer palavras-chaves, que em virtude do regime ditatorial caíram em desuso como “politização, conscientização e luta”, pois eram identificadas como práticas subversivas. Da mesma forma, palavras como “grupalização, dinâmica de grupo, treinamento em situação, tecnificação” passaram a integrar o vocabulário utilizado pelo MEB.

Para garantir que os métodos utilizados para a datação foram coerentes, ao final das entrevistas realizadas com os ex-integrantes (Sr. José Renato Campos Monteiro, Sr. Celso Simões Bredariol, Sr.<sup>a</sup> Letícia Ligneu Contrin e o Sr. José Pereira Peixoto Filho), foram apresentados alguns documentos para confrontação e posteriormente confirmação do período em que foram produzidos. Por fim, concluímos que os métodos de datação dos documentos catalogados foram coerentes e confirmados pelos ex-integrantes da equipe nacional do MEB.

Figura 1: Composição da equipe nacional do MEB (1965-1971) I

not vale

Composição da equipe Nacional (1965 a 1971)

1965 - Início : Osmar e Vera - Coordenadores Nacionais  
 Marina Bandeira - Secretária Geral  
 Celso Lamparelli - Assessoria de planejamento.  
 Hargreaves e Roberto - Avaliação.  
 José Augusto, Edna e Aparecida - Metodologia  
 Aldayr e Carlos Brandão - ANPO  
 Bachetto e Lourdinha Fávoro - Fundamentação

Depois: ~~Hargreaves passou a coordenação junto com o Bachetto.~~  
 Sairam: ~~Osmar, Vera, José Augusto,~~  
 José Inácio: *atuação de Psicologia*

1966 - Marina Bandeira - Secretária Geral.  
 Hargreaves e Bachetto - Coordenadores.  
 Roberto - Controle e avaliação.  
 Aparecida e Edna (saiu no meio do ano) - metodologia.  
 Carlos Brandão e Aldayr - ANPO ) ~~(Carlos saiu neste~~  
~~saiu Osmar, Vera e Lourdinha, Carlos~~ ~~ano)~~  
 José Inácio ~~(1966)~~ *passou a integrar a equipe*

1967 - Mariaa - Secretaria geral  
 Hargreaves e Bachetto (saiu no início do ano) coordenadores  
 Roberto  
 Rute  
 Aldayr - saiu nos meados do ano  
 Aparecida - " " " " "  
 Paulo Rogério - entrou no meio do ano  
 Celso Bredariol " " " " "  
*Lunice*

1968 - Marina - Secretaria geral  
 Hargreaves Coordenador nacional  
 Roberto - coordenador da equipe técnica  
 Rute - " " " "  
 Paulo Rogério - metodologia  
 Celso - " " "  
 Creusa - fundamentação  
 Zilah - "  
 Eunice - metodologia

Composição da equipe nacional (1965-1971). s/l, [1971]. 4p.  
 Fundo MEB. Acervo CEDIC.

Documento da composição da equipe nacional do MEB (1965-1971) extraído do Fundo MEB no CEDIC digitalizado.

Figura 2: Composição da equipe nacional do MEB (1965-1971) II.

1969 -	Marina - Secretaria geral
	Hargreaves - coordenação nacional
	Roberto - coordenação da equipe nacional
	Rute - " " " "
	{ Zilah (saiu em maio)-fundamentação
	{ Creusa " "
	Paulo Rogerio - metodologia
	Celso (quando voltou do INCRA) metodologia
	Carmi - entrou em fevereiro -didática
	José Renato - pesquisa psico-social
	Dilmar - estudo de área
	Letícia - (entrou em setembro)
	Peixoto - entrou e saiu neste mesmo ano
1970-	Marina - secretaria geral
	Hargreaves -coordenação nacional
	Roberto - coordenação da equipe técnica
	Dilmar - " " " "
	Rute - projeto didática
	Carmi " "
	Letícia - metodologia da ação educativa
	Luzelene - " " " "
	Dimas - avaliação
	Paulo Rogério -(saiu em junho) capacitação de pessoal
	Pedro Sergio - consultoria em D.O. (de junho a dezembro)
	José Renato - pesquisa psico-social
1971-	Marina e depois Vicente Adamo - secretaria geral
	Hargreaves e depois Gilson-coordenação nacional
	Roberto e Dilmar- coordenação da equipe técnica
	Rute -metodologia
	Letícia- "
	Luzelene
	Carmi
	Aldayr
	Dimas
	Celso
	Benjamim _ permaneceram depois de setembro
	Monica " " " "
	Jorge Munhoz " " " "

Composição da equipe nacional (1965-1971). s/l, [1971]. 4p.  
Fundo MEB. Acervo CEDIC.

Documento da composição da equipe nacional do MEB (1965-1971) extraído do Fundo MEB no CEDIC digitalizado.

Esclarecemos que apesar do Documento intitulado *Composição da Equipe Nacional (1965 a 1971)*<sup>1</sup> localizado no CEDIC, ter sido amplamente utilizado no processo de datação dos documentos do Fundo MEB, ele não pode ser considerado, assim como nenhum documento, uma reprodução fidedigna da realidade. Percebemos que esse documento possui falhas, rasuras e informações desencontradas<sup>2</sup>. Entretanto essas falhas não inviabilizam o processo de datação nem o seu uso enquanto documento, mas exigem do pesquisador a capacidade de se distanciar do objeto e buscar outras fontes que ajudem a realizar a leitura desse material. Nesse processo de buscar elementos que ajudassem a ler o material, as entrevistas foram fundamentais, pois forneceram uma leitura de quem estava atuando enquanto ele foi escrito.

Contei, ainda, com a colaboração da professora Danielle Peres Vieira da Silva, licenciada em Educação do Campo pela Universidade Federal Fluminense, onde confrontamos os documentos localizados e previamente datados por mim, com a lista de 202 documentos produzidos pelo professor Osmar Fávero (1982), utilizando esses três métodos de datação, localizamos um número superior ao encontrado por Fávero, algo em torno de 300 documentos. Esse quantitativo foi selecionado e devidamente classificado, tendo como base a divisão realizada por Fávero (1982): Didática; Pesquisa Psicossocial; Áreas de Atuação; Capacitação; Avaliação; estudos realizados e divulgados pela equipe Nacional; Projetos de Reestruturação do MEB; Projetos e relatórios de serviços prestados; Relatórios e Documentos. Apesar de usarmos a classificação feita pelo professor Osmar Fávero em 1982 para catalogar os documentos encontrados no CEDIC, nessa pesquisa eles serão utilizados de outra forma, a fim de que possam responder as temáticas de cada capítulo da dissertação.

---

<sup>1</sup> Durante as entrevistas com ex-membros da equipe nacional do MEB, o Sr. José Pereira Peixoto Filho assumiu a autoria deste documento.

<sup>2</sup> Durante a entrevista com a ex-integrante Sr.<sup>a</sup> Letícia, perguntei a ela sobre a consistência dos dados desse documento, especificamente no ano de 1969, 1970 e 1971, que foram os anos em que ela esteve ativa na composição da equipe nacional, apresentei uma cópia impressa do mesmo e ao ler os nomes de Marina, Hargreaves, Roberto, Rute, Zilar, Creuza, Paulo Rogério, Celso, Carmen José Renato, Gilmar, Letícia e Peixoto, que estão descritos nas figuras 1 e 2, a resposta é a existência de uma controvérsia. Ela diz: “eu nunca trabalhei com alguns dessa lista e é que com o tempo vai entrando e vai saindo” (Entrevista com Letícia Ligneu, 2019), ou seja, havia uma volatilidade nos quadros da equipe nacional, entretanto, apesar da Sr.<sup>a</sup> Letícia afirmar que não chegou a trabalhar com alguns desses nomes, ela afirma ainda que reconhece que a maioria dos membros da equipe nacional são provenientes de movimentos jecistas e da Ação Católica.

Nesta pesquisa utilizamos ainda os documentos que estão no Setor da Campanha da Fraternidade na Arquidiocese de São Sebastião do Rio de Janeiro, que foram consultados presencialmente, já que estes não possuem versão digital e, portanto, não estavam disponíveis para consulta na internet até o momento em que essa pesquisa estava sendo realizada. Verificamos que o material analisado está totalmente preservado e organizado cronologicamente, desde a primeira edição da CF até a última em 2019<sup>3</sup>. O material estava aos cuidados do Pe. Claudio dos Santos que prontamente nos atendeu e proporcionou uma sala para que nossa pesquisa fosse realizada. O material está depositado em pastas, organizadas por ano, com seu respectivo conteúdo. Para nossa pesquisa, selecionamos as cinco CFs inscritas no período de 1967 – 1971, os materiais localizados estão identificados na tabela abaixo:

**Tabela 2: Fontes referentes às Campanhas da Fraternidade (1967- 1971).**

Ano	Material encontrado	Estado de conservação	Lema
1967	Manual da campanha da Fraternidade (1 unidade)	Totalmente preservado	Somos todos irmãos, somos todos iguais.
1968	Disco de vinil com as músicas da CF (1 unidade)	Totalmente preservado	Crer com as mãos
1969	Disco de vinil com as músicas da CF (2 unidades) Subsídio litúrgico e síntese do documento base (2 unidades)	Totalmente preservado	Para o outro o próximo é você
1970	Disco de vinil com as músicas da CF (2 unidades) Síntese do documento base e subsídio de planejamento (1 unidade)	Totalmente preservado	Ser cristão é participar
1971	Disco de vinil com as músicas da CF (1 unidade) Documento base e subsídios de organização (2 unidades) Subsídios litúrgicos de pregação (2 unidades) Separata do Livro “Lendo a Vida” (1 unidade)	Totalmente preservado	Reconciliar

Material disponível no setor Campanha da Fraternidade Da Arquidiocese de São Sebastião do Rio de Janeiro

A pandemia interrompeu nosso contato com o CEDIC, inviabilizando o acesso às fontes do fundo do MEB. Dentro dessa perspectiva, nossa pesquisa necessitou buscar novos meios de romper os limites impostos pelo isolamento social, sem violar as medidas de segurança que visam a proteção contra o COVID – 19. Sendo assim, buscamos outras

<sup>3</sup> Ano que a consulta foi realizada.

fontes documentais de natureza externa ao próprio Movimento. Estamos nos referindo aqui aos arquivos de jornais da Hemeroteca Digital Brasileira (HDB).

Na HDB, selecionamos o período de 1970 – 1979 e partir da palavra-chave “Movimento de Educação de Base”, conseguimos localizar 293 ocorrências da palavra-chave, distribuída em 29 jornais. Após a identificação das ocorrências, foi realizada uma primeira seleção, que consistiu em identificar as ocorrências que estavam inscritas no período específico de 1970 a 1972<sup>4</sup>, já que a seleção do período citada anteriormente faz parte da catalogação da própria HDB. A segunda seleção, consistiu em identificar quais ocorrências versavam de fato sobre o Movimento. Aqui cabe ressaltar que foram localizadas ocorrências da palavra-chave em páginas de obituários, que comunicaram o falecimento de D. Távora, um dos bispos que integrou o MEB durante longo tempo. Essas ocorrências foram descartadas por estarem fora do nosso escopo. Após essas duas seleções, já tínhamos um quantitativo bem reduzido de ocorrências em 20. Por fim, selecionamos as ocorrências que versavam diretamente sobre as questões levantadas nessa dissertação.

Pensar a construção de uma narrativa sobre o Movimento de Educação de Base durante os anos de 1967 e 1971 é refletir necessariamente sobre uma produção de natureza historiográfica. Tal como Certeau (2020) entendemos ser fundamental a articulação com o lugar. No nosso caso a articulação se dá entre o MEB e a Igreja Católica enquanto um lugar de produção cultural, em uma linha vertical, uma relação de subordinação do Movimento à Igreja Católica. Com isso, quero dizer que as “maneiras de fazer” do Movimento, estão ligadas direta e indiretamente à instituição a qual está submisso.

Por sua vez, a narrativa que construímos parte do pressuposto deixado por Wanderley (1984) em sua tese de doutoramento onde ele elenca diversos motivos que vinculam o Movimento diretamente à Igreja Católica. Da mesma forma as diversas obras canônicas sobre o Movimento apontam que essa mesma vinculação resultou no processo de sobrevivência à ditadura militar instaurado em 1964.

O MEB foi uma instituição que teve o patrocínio da Igreja em sua representatividade oficial - a CNBB - como parte conveniada. Seu conselho diretor, órgão máximo normativo e responsável dentro do

---

<sup>4</sup> Em virtude da impossibilidade de acessar o Fundo do MEB que está no CEDIC, onde está o Relatório Anual de 1971, realizamos buscas nos periódicos de 1970 até 1972, pois com essa delimitação foi possível compreender como o Movimento operou em 1971

organograma estrutural, tinha uma composição majoritária de bispos. No módulo de base, onde atuavam as equipes locais, os bispos diocesanos eram responsáveis diretos em áreas afetadas à sua jurisdição. O Movimento constituía-se, em grande maioria, de membros advindos da Ação católica e com número expressivo de egressos da Juventude Universitária Católica - JUC, setor importante dentro do clima político reinante nas hostes eclesiais da época e no movimento universitário. O conteúdo do pensamento e as práticas do Movimento tinham suas raízes e desenvolvimento marcados decisivamente por reflexões mediadas por leituras cristãs e por práticas consideradas como resultantes de um compromisso cristão (WANDERLEY 1984, p. 64).

Por isso é fundamental, antes de ingressarmos no “fazer-se” do MEB, entender como ele se configura nesse período chagado por uma ditadura militar. Antes de conhecer as táticas utilizadas para concretizar aquilo que chamamos de sobrevivência, os indivíduos protagonistas nesse processo de sobrevivência e suas realizações, compreender as formas como a Igreja Católica estava operando durante o período de 1967 a 1971, o que chamaremos de as formas de ser Igreja.

Já no capítulo dois, trataremos para nossa narrativa uma breve introdução ao Movimento de Educação de Base (MEB). A forma como nossa pesquisa se debruçou sobre o MEB nos possibilitou ampliar nossa perspectiva em relação ao próprio Movimento, nos fazendo perceber as principais diferenças da forma como o MEB atuou nos anos anteriores ao período que pesquisamos. Da mesma forma será possível ainda perceber que nossa pesquisa vai discorrer sobre a forma que a ditadura opera sob o Movimento nesse período, é o que no texto identificamos sob o título “o Estado que proíbe ao Estado que permite: integrar para utilizar”. Conheceremos ainda a forma como o MEB se organizou e se estruturou ao longo desse período.

Em seguida entraremos de maneira mais específica nas questões que envolvem diretamente a equipe Nacional, que como você verá ao longo desta dissertação, foi responsável por delinear os novos rumos do Movimento entre os anos de 1967 a 1971. Para nós é de suma importância conhecer quem foram as pessoas que vivenciaram e compuseram a equipe do MEB Nacional, nesse sentido você terá a oportunidade de conhecer um pouco sobre a atuação destas pessoas no Movimento.

Já no capítulo terceiro vamos trabalhar diretamente a narrativa das realizações do Movimento desde 1967 até a demissão de toda equipe nacional em 30 de setembro de 1971.

## **1. UM PERÍODO, UM OBJETO E UM LUGAR: AS FORMAS DE SER IGREJA DURANTE A DITADURA MILITAR**

Nesse capítulo temos como objetivo entender que o período em que circunscreve esta pesquisa, o auge da repressão da ditadura militar instaurada em 1964. Ao mesmo tempo, dialogamos necessariamente com o lugar, ou seja, a Igreja Católica como o espaço de produção cultural que dá formas e encaminhamentos ao MEB. Nesse sentido abordamos a Igreja Católica no Brasil em plena ditadura militar, e em meio aos acontecimentos do Concílio Vaticano II, que de certa forma alterou os rumos da Igreja no Brasil.

Sendo assim, nesse capítulo apresentaremos um panorama geral de dois organismos (Estado e Igreja) tendo em vista que entendemos ser crucial contextualizar esses dois organismos destacando as relações que existem entre eles para garantir o êxito dessa pesquisa. Em um primeiro momento, esboçaremos um panorama da situação política nacional no período inscrito entre 1967 e 1971. Em um segundo momento, apresentaremos um panorama da Igreja Católica no Brasil, no mesmo período, pois entendemos que essa instituição se apresenta, ao longo da história, repleta de diferenças internas e até mesmo contradições. Entender quais contradições estão operando nesse momento histórico nos possibilitará compreender a que “seguimento” da Igreja o MEB se vinculou e quais os resultados desse vínculo.

A sequência escolhida para a apresentação desses dois organismos não é estabelecida aleatoriamente, mas sim, de maneira proposital, pois entendemos que a Igreja Católica, enquanto instituição social está formada por mulheres e homens, seres políticos que se articulam e se comportam de formas diferentes em decorrência da conjuntura social em que estão inseridos. Nesse sentido, acreditamos que a vivência de uma ditadura militar enquanto política nacional vigente interfere diretamente no comportamento das pessoas que compõem o MEB e, por sua vez, a própria instituição Igreja. Desta maneira, os posicionamentos da Igreja em relação à política nacional interferem diretamente no MEB, já que partimos do pressuposto deixado por Luiz Eduardo Wanderley (1984) em sua tese de doutorado assim como das demais obras

“canônicas”<sup>5</sup> do MEB que nos dão indícios que colaboram para essa nossa pesquisa e que permitiram formular a hipótese inicial de que o Movimento sobrevive ao regime em virtude do seu vínculo com a Igreja Católica.

### 1.1. POLÍTICA NACIONAL

A escrita desse item da dissertação foi uma das mais complexas, sobretudo pelo fato de que o contexto político que pretendemos abordar aqui (1967 – 1971) aos moldes que a historiografia apresenta com o qual tenho acordo em chamar de ditadura militar, se assemelha, em alguns aspectos, às experiências que vivenciamos enquanto essa pesquisa é escrita.

Tomando como parâmetro o atual Governo Federal, podemos afirmar que representantes eleitos nos marcos de um regime democrático têm trazido à tona a memória da ditadura militar instaurada em 1964 ao enaltecer aquele regime, inclusive, exaltando antigos quadros comprovadamente responsáveis por práticas de tortura.

Especificamente no campo educacional, acompanhado por nós mais de perto, vemos a detração do legado da educação popular com ênfase nos ataques a figura de Paulo Freire junto ao afrontamento e da criminalização dos movimentos sociais. Vemos ainda as tentativas de controle ideológico sobre instituições educacionais e sujeitos, principalmente docentes, além da implantação de projetos de militarização de escolas. No aspecto de financiamento, o ano de 2019 foi marcado pelo “contingenciamento” de expressivos volumes de recursos para educação, o que não se reverteu até o momento em que apresentamos o texto final dessa dissertação.

Ainda que os cortes de gastos e subfinanciamento da educação não tenham sido políticas restritas aos governos militares e ao governo atual e, não sendo possível, dados os riscos de anacronismo, estabelecermos relações diretas entre um e outro momento é emblemático notar como os efeitos do “contingenciamento” ocorrido em 1967 foi responsável por categorizar o respectivo ano, como “o ano da crise” para o MEB. Quanto

---

<sup>5</sup>Chamo de obras canônicas as bibliografias fundamentais do Movimento de Educação de Base, tais como De Kadt (2007), Fávero (1983, 2004, 2006, 2008), Paiva (1983), Wanderley (1984) e etc.

a isso, cabe ressaltar o caráter político, não apenas técnico das decisões financeiras. Desse modo, vamos brevemente contextualizar a situação política do Brasil naquele período, com o qual a nossa pesquisa se dedica a trabalhar.

Em janeiro de 1967, o Governo de Castelo Branco fez aprovar a Constituição de 1967<sup>6</sup>, que ampliou os poderes do Presidente da República.

Castelo Branco ordenou o fechamento temporário do Congresso Nacional que o elegera. Sob suas ordens, foi fundado e organizado o Serviço Nacional de informação (SNI), que centralizaria a espionagem da sociedade e encetaria toda a sorte de crimes contra a democracia e os direitos humanos. Por outro lado, Castelo Branco compactuaria com tortura a opositores políticos [...] permitiu a repressão à intelectualidade e aos estudantes que protestavam contra a ditadura. Durante seu governo foram postas na ilegalidade, e proscritas, as organizações nacionais dos estudantes (REIS, 2014, p. 88).

Um dos seus últimos atos enquanto Presidente foi o de controle sobre os meios de comunicação, que proibia que fossem veiculadas críticas ao governo. Em março de 1967, chegou ao poder o Presidente Costa e Silva, que permaneceu até 1969 quando sofreu um Acidente Vascular Cerebral (AVC). Dietrich, Blanes e Santos (2017) afirmam que o governo de Costa e Silva é marcado por um “endurecimento do Regime”, o que pode ser percebido quando contabilizamos os Atos Institucionais datados durante o seu mandato. O Governo de Costa e Silva ficou conhecido por avantajar a quantidade de militares em cargos públicos importantes (FAUSTO, 2015).

Insatisfeitos com o endurecimento do regime militar, com as repressões e prisões, setores da oposição, sobretudo estudantes universitários, sob o manto de alas da esquerda católica, se propuseram a dar fim à ditadura militar. Essa movimentação dos universitários vivificou uma articulação com os movimentos e organizações contra a ditadura, que tiveram como resultado a passeata dos cem mil no Rio de Janeiro em 26 de junho de 1968 e a passeata dos cinquenta mil em julho do mesmo ano (REIS, 2014).

---

<sup>6</sup> “No último mês de 1966, em fim de mandato, exercitando o poder conferido pelos atos institucionais, Castelo Branco convocou o Congresso e, entre 12 de dezembro de 1966 e 24 de janeiro de 1967, fê-lo aprovar uma nova Constituição, preparada por uma comissão sob sua regência direta, e mais novas legislações sobre a imprensa e a Segurança Nacional, aprovadas em 9 de fevereiro e de março de 1967. Houve ali o projeto de institucionalizar a ditadura, formulando moldura autoritária, mas juridicamente definida, para o novo governo de Costa e Silva” (REIS, 2014, p. 89).

O Regime não aceitaria calado uma série de manifestações que estavam gerando frutos pelo Brasil. Para o militar, a manifestação era prova de que o sentimento patriota não era suficiente. Então, como inserir o patriotismo no estudante? A resposta estava nas escolas. Com esse pretexto, criou-se a disciplina de “educação moral e cívica”. A importância de atos cívicos foi crescendo a cada ano do regime militar. Após uma grande divulgação do desfile que ocorreria em 7 de setembro de 1968, surgiu o pano de fundo do Ato Institucional nº 5 (DIETRICH, BLANES e SANTOS, 2017, p. 71).

Contudo, diante da situação de contestação do regime militar expressa nas passeatas, nos protestos e manifestações, os militares, sentindo-se pressionados, decidiram reagir e para isso realizaram aquilo que Bruneau (1974, p. 319) chamou de “o golpe dentro do golpe” e no dia 13 de dezembro de 1968, Costa e Silva baixou o Ato Institucional (AI) nº 5.

O AI-5 foi o instrumento de uma revolução dentro da revolução, ou se quiserem, de uma contrarrevolução dentro da contrarrevolução. Ao contrário dos Atos anteriores, não tinha prazo de vigência e não era, pois, uma medida excepcional transitória. Ele durou até o início de 1979. O presidente da República voltou a ter poderes para fechar provisoriamente o Congresso. Podia além disso intervir nos Estados e municípios, nomeando interventores. Restabeleciam-se os poderes presidenciais para cassar mandatos e suspender direitos políticos, assim como para demitir ou aposentar servidores públicos (FAUSTO, 2015, p. 409).

Assim, teve início os anos de chumbo. Nesse contexto, entendemos que se tornou cada vez mais difícil exercer qualquer atividade que viabilizasse o processo de conscientização e politização<sup>7</sup>. Foi aberta a temporada de cassação de todo indivíduo envolvido em atividade considerada subversiva pela ditadura. O AI nº 5 cerceava os direitos e aumentava o poder militar. Bruneau (1974, p. 320) afirmou que posterior a um dos maiores marcos da ditadura, o AI nº5, houve um declínio das manifestações, dos protestos, sobretudo pelo aumento do poderio dos militares e pelo uso sistemático da tortura.

---

<sup>7</sup> “O fechamento do regime militar, após a edição do AI-5, levou ao recrudescimento da censura, da repressão política e do cerceamento às liberdades democráticas. O florescimento artístico vigente até 1968 perdeu vigor” (RIDENTI, 2014, p. 241).

Entendendo que o AI- nº5 marca o início de uma repressão mais severa do regime militar, percebemos que com o passar do tempo, a situação no Brasil se tornou cada vez mais insuportável para os movimentos de caráter social progressista, sobretudo posterior ao mês de setembro de 1969, quando é baixado o AI- nº13, que instaurou o banimento do território nacional a todo aquele que a Junta Militar<sup>8</sup> julgar inconveniente, nocivo e perigoso à segurança nacional, e também é baixado o AI- nº14 que estabelecia a pena de morte para os casos de “guerra externa, psicológica adversa, ou revolucionária ou subversiva”. Nesse sentido, entendemos que de fato o Brasil estava vivenciando um momento tenebroso e após 30 de outubro de 1969, o General Emílio Garrastazu Médici assumiu o poder, decidido a consolidar o regime militar e combater a esquerda no Brasil, dando continuidade à repressão.

Médici era um militar gaúcho como Costa e Silva. Descendia de italianos na linha paterna e sua mãe de origem basca. Na década de 1950, foi chefe do Estado-Maior de Costa e Silva, então comandante da III Região Militar, tornando-se seu amigo íntimo. Como comandante da Academia Militar de Agulhas Negras, apoiou o movimento de 1964 e, após a queda de Jango, foi nomeado adido militar do Brasil em Washington. Quando Costa e Silva alcançou a presidência da República, foi nomeado chefe do SNI (Sistema Nacional de Informação) (FAUSTO, 2015, p. 411- 412).

Os Atos Institucionais são exemplos claros da repressão.

**Tabela 3: Atos institucionais e suas medidas**

Ato	Medidas
AI nº V (13 de dezembro de 1968)	Suspende a garantia do <i>Habeas Corpus</i> para determinados crimes; dispõe sobre os poderes do Presidente da República de decretar estado de sítio, nos casos previstos na Constituição Federal de 1967; intervenção federal, sem os limites constitucionais; suspensão de direitos políticos e restrição ao exercício de qualquer direito público ou privado; cassação de mandatos eletivos; recesso do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas e das Câmaras de Vereadores; exclui da apreciação judicial atos praticados de acordo

<sup>8</sup> “O Presidente Costa e Silva ficou até 1969 no poder, quando sofreu um acidente Vascular Cerebral. Seu vice deveria assumir, mas os ministros militares tomaram o poder, marcando o início do governo da Junta Militar” (DIETRICH, BLANES e SANTOS, 2017, p. 71-72).

	com suas normas e Atos Complementares decorrentes; além de outras providências.
AI nº VI (1º de fevereiro de 1969)	Institui nova redação aos Artigos 113, 114 e 122 da Constituição Federal de 1967; ratifica as Emendas Constitucionais feitas por Atos Complementares subsequentes ao Ato Institucional nº5; exclui da apreciação judicial atos praticados de acordo com suas normas e Atos Complementares decorrentes; além de outras providências.
AI nº VII (26 de fevereiro de 1969)	Estabelece normas sobre remuneração de Deputados Estaduais e Vereadores; dispõe sobre casos de vacância de cargos de Prefeito e Vice-Prefeito; suspende quaisquer eleições parciais para cargos executivos ou legislativos da União, dos Estados, dos Territórios e dos Municípios; exclui da apreciação judicial atos praticados de acordo com suas normas e Atos Complementares decorrentes; além de outras providências.
AI nº VIII (2 de abril de 1969)	Atribui competência para realizar Reforma Administrativa ao Poder Executivo dos Estados do Distrito Federal e dos Municípios de população superior a duzentos mil habitantes; além de outras providências.
AI nº IX (25 de abril de 1969)	Institui nova redação ao Artigo 157 da constituição Federal de 1967, que dispõe sobre a desapropriação de imóveis e territórios rurais.
AI nº X (16 de maio de 1969)	Dispõe sobre as consequências da suspensão dos direitos políticos e da cassação dos mandatos eletivos federais, estaduais e municipais; e dá outras providências.
AI nº XI (14 de agosto de 1969)	Dispõe sobre o tempo de mandato dos Prefeitos, Vice-Prefeitos e Vereadores e sobre as eleições para esses cargos no dia 30 de novembro de 1969; extingue a justiça da Paz eletiva; exclui da apreciação judicial atos praticados de acordo com suas normas e Atos Complementares decorrentes.
AI nº XII (1º de setembro de 1969)	Confere aos Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar as funções exercidas pelo Presidente da República, Marechal Arthur da Costa e Silva, enquanto durar sua enfermidade; exclui da apreciação judicial atos praticados de acordo com suas normas e Atos Complementares decorrentes.
AI nº XIII (5 de setembro de 1969)	Dispõe sobre o banimento do território nacional do brasileiro inconveniente, nocivo ou perigoso à segurança nacional, mediante proposta dos Ministros de Estado da Justiça da Marinha de Guerra, do Exército ou da Aeronáutica Militar.

AI nº XIV (5 de setembro de 1969)	Institui nova redação ao Artigo 15, §11 da Constituição Federal de 1967, garante a vigência de Atos Institucionais, Atos Complementares, leis, decretos-leis, decretos e regulamentos que dispõem sobre o confisco de bens em caso de enriquecimento ilícito; exclui da apreciação judicial atos praticados de acordo com suas normas e Atos Complementares decorrentes.
AI nº XV (11 de setembro de 1969)	Institui nova redação ao Artigo 1º do Ato Institucional nº11, de 14 de agosto de 1969, que dispõe sobre as eleições para Prefeito, vice-prefeito e Vereadores dos Municípios; exclui da apreciação judicial atos praticados de acordo com suas normas e Atos Complementares decorrentes.
AI nº XVI (14 de outubro de 1969)	Declara vacância dos cargos de Presidente e Vice-Presidente da República; dispõe sobre eleições e período de mandato para esses cargos; confere a Chefia do Poder Executivo aos Ministros militares enquanto durar a vacância; exclui da apreciação judicial atos praticados de acordo com suas normas e Atos Complementares decorrentes; além de outras providências.
AI nº XVII (14 de outubro de 1969)	Autoriza o Presidente da República a transferir para reserva, por período determinado, os militares que atentarem ou venham atentar contra a coesão das Forças Armadas.

Adaptação feita pelo autor (DIETRICH, 2017, p. 67 -69)

Desse modo, entendemos que a situação política no Brasil não estava favorável para atuação de movimentos que proporcionavam o processo de conscientização e politização, sendo assim, é possível compreender como, a partir da conjuntura política do Brasil no período de 1967 – 1971, inúmeros movimentos de natureza conscientizadora e politizadora foram extintos (BRUENAU, 1974, p. 318). Contudo, mesmo dentro dessa situação de repressão, o MEB conseguiu sobreviver, obviamente não com as mesmas orientações de sua criação em 1961, mas com outro arranjo, outra política e outros atores, já que o cenário também era outro.

Por sua vez, a ausência dessa parte da história do MEB, é o que nos impulsiona nessa pesquisa. Conhecemos a história do Movimento desde sua criação até aproximadamente o início de 1967, seus atores da primeira fase (1961-1966) hoje são pessoas de nome reconhecido dentro e fora da academia. Mas quem são os outros atores que atuaram na segunda fase do Movimento (1967-1971) e que foram invisibilizados pela ditadura militar? Essa resposta com certeza estará na história do MEB desse período. Tal

como Thompson no prefácio da obra “A formação da Classe Operária Inglesa, a árvore da liberdade” fez o resgate do “pobre tecelão de malhas, o meeiro ludita, o tecelão do obsoleto tear manual, o artesão utópico” (THOMPSON, 1987, p. 13), ou seja, sujeitos que de alguma forma foram suprimidos enquanto protagonistas de uma história, tentamos também com essa pesquisa dar visibilidade aos sujeitos que compuseram a segunda fase do MEB.

Observemos que contextualizar a situação política do Brasil nesse período para entendermos que os efeitos da repressão e da censura sobre o MEB, de uma maneira geral, é fundamental para compreendermos os desdobramentos que dificultaram que fosse produzida uma história da segunda fase do MEB. Como pesquisadoras e pesquisadores e, sobretudo como historiadores e historiadoras, é necessário trazer às claras essa história, e vivificar nomes que são referências para esse período do MEB. Bruneau (1974) também tem essa mesma preocupação com os efeitos do regime militar, com a censura, que escondeu e mascarou informações, sobretudo “devido à severa censura dos meios de informação” (BRUNEAU, 1974, p. 368).

O governo dos militares carregava consigo uma proposta de silêncio, e utilizou a censura política como ferramenta de desmobilização e supressão do dissenso. A ideia era aparentemente simples: combinava manejar o controle sobre a produção e a circulação de bens culturais no país com repressão política [...] a censura passou a atuar com diferentes objetivos: garantir o controle do fluxo público da informação, da comunicação e da produção de opinião, reprimir o conteúdo simbólico presente na produção cultural, e manipular os mecanismos de memória e interpretação da realidade nacional (SCHWARCZ, 2018, p. 464).

Tendo contextualizado brevemente a situação política do Brasil nesse período e exposto que os efeitos da ditadura militar, invisibilizaram, tanto a história do MEB, quanto as pessoas que atuaram nele. Acreditamos que é possível incluir nesse panorama a Instituição Igreja Católica, para entendermos como ela se articulou com o a sociedade brasileira de maneira geral nesse momento, sobretudo para entendermos qual configuração de Igreja esteve à frente do MEB no período.

## 1.2. AS FORMAS DE SER IGREJA

A nossa análise sobre as operações e as maneiras de fazer-se da Igreja nesse período, segue a premissa que “cada individualidade é o lugar onde atua uma pluralidade” (CERTEAU, 2014, p. 37). Deste modo, entendemos que a Igreja Católica na sua individualidade, enquanto instituição social, forma pela qual ela será encarada ao longo dessa pesquisa, e como é concebida por Wanderley (1984), é composta por uma pluralidade cultural, social e econômica, por vezes incoerente e até contraditória. Não a encaramos como instituição divina na terra, mas composta por homens e mulheres, como afirma Chabalgoity (2015).

Thompson (1987) nos fornece elementos que permitem perceber a relação de contradição a que nos referimos, no âmago da Igreja Católica, quando trata da dissidência dos clérigos. Da mesma forma que a Igreja Católica assumiu a lógica operatória favorável à ditadura militar durante os primeiros anos do regime, mas, por outro lado, houve clérigos que assumiram uma postura oposta à ditadura militar e ao sistema capitalista de produção como um todo. Logo, trabalhar a Igreja Católica de forma unitária seria reducionista e generalista.

Para compreender a trajetória do Movimento de Educação de Base é importante compreender seu vínculo com a Igreja, mesmo após as alterações que o MEB sofre a partir do I Encontro de Coordenadores.

No início de dezembro de 1962, enquanto os bispos do Brasil estavam em Roma, no Concílio Vaticano II, o Nacional convocou um encontro, em Recife, dos coordenadores de todos os sistemas já existentes. Esse encontro durou uma semana, pôs frente a frente, pela primeira vez, todos os líderes nomeados para organização desde que fora concebida [...] na medida em que o Encontro progredia, uma reinterpretação mais específica do papel, dos objetivos e dos métodos do MEB foi tomando forma. Esse encontro marcou, para o MEB, a sua própria “descoberta da realidade brasileira” e estimulou sua entrada na corrente dos católicos radicais do Brasil [...] A conscientização ali aparece com destaque entre os objetivos do MEB. O processo de educação acontece por meio de “ações” e ajuda o homem a “tornar-se consciente do que ele é, do que os outros são, do que todos podem vir a ser (DE KADT, 2007, p. 180- 182).

Como afirmado anteriormente, a hipótese inicial que utilizamos nessa pesquisa é vivificada na bibliografia sobre o MEB, onde teóricos do Movimento como Paiva (1983)<sup>9</sup>, Fávero (2006)<sup>10</sup> e De Kadt (2007)<sup>11</sup> apontam que o MEB sobreviveu ao regime militar em decorrência do seu vínculo com a Igreja Católica. Nesse sentido, entendemos que a Igreja não pode ser excluída ou desvinculada da história do Movimento. Wanderley (1984) deixa claro os motivos pelos quais a Igreja deve estar inserida nessa análise.

O MEB foi uma instituição que teve o patrocínio da Igreja em sua representatividade oficial - a CNBB - como parte conveniada. Seu conselho diretor, órgão máximo normativo e responsável dentro do organograma estrutural, tinha uma composição majoritária de bispos. No módulo de base, onde atuavam as equipes locais, os bispos diocesanos eram responsáveis diretos em áreas afetadas à sua jurisdição. O Movimento constituía-se, em grande maioria, de membros advindos da Ação católica e com número expressivo de egressos da Juventude Universitária Católica - JUC, setor importante dentro do clima político reinante nas hostes eclesiais da época e no movimento universitário. O conteúdo do pensamento e as práticas do Movimento tinham suas raízes e desenvolvimento marcados decisivamente por reflexões mediadas por leituras cristãs e por práticas consideradas como resultantes de um compromisso cristão (WANDERLEY 1984, p. 64).

Sendo assim, reconhecemos que é inviável pensar o “fazer-se” da história do Movimento de Educação de Base excluindo sua ligação com a Igreja. Sobre essa percepção de Igreja que nos propomos utilizar em nossa pesquisa, Wanderley (1984) afirma:

Desde logo é preciso esclarecer que o termo Igreja significa realidades distintas. Encarando-a aqui como realidade sociológica, ela aparece como uma instituição social que exerce certas funções na sociedade, funções variadas que lhe advêm de sua fé e de suas concepções teológicas. Apesar de seu campo específico se situar na instância teológica, ela pervade os demais planos da realidade social. Há uma

---

<sup>9</sup> “A partir de abril de 1964, um grande número de programas desaparece. Alguns poucos sobrevivem no interior, com programação restrita e revisão de sua linha de atuação. Entre os grandes movimentos sobrevive apenas o MEB, em virtude de seu vínculo com a CNBB, mas tal sobrevivência custou a revisão de sua metodologia, de seu material didático e da orientação do programa” (PAIVA. 1983, p. 259- 260).

<sup>10</sup> “Em abril de 1964, frente à insegurança gerada pelas denúncias e acusações, suspensão das verbas e críticas de alguns bispos, a diretoria executiva do MEB e o próprio CDN procuraram apoio na CNBB. Se isto é inteligível, segundo as origens do MEB e pelos vínculos pessoais de seus representantes maiores, reavivou, todavia, a dependência estrutural do Movimento à CNBB cujo pensamento era bastante conservador” (FÁVERO, 2006, p.113- 114).

<sup>11</sup> “Todos, inclusive os próprios bispos, deram-se conta de que o governo não tinha atacado o Movimento com mais força precisamente por sua ligação com a CNBB” (KADT, 2007, p. 222-223).

dialética entre estes planos, carregada de complexidade e de contradições (WANDERLEY, 1984, p. 65).

Deste modo, trabalharemos a Igreja, segundo as percepções de Chabalgoity (2015) e de Wanderley (1984). Ao percebermos que a Igreja é complexa e composta por inúmeras contradições ao longo de sua história<sup>12</sup>, entendemos que é necessário realizar um panorama da instituição no período em que o nosso objeto está inserido (1967-1971). Para isso nos apoiaremos na análise realizada por Mitidiero (2008) onde ele identifica que as transformações em curso no Brasil e no mundo, dentro de um contexto social, político e econômico, induziram que a Igreja, enquanto instituição, se posicionasse frente a essas transformações

Por um lado, as dúvidas que a Igreja universal formulou sobre o seu próprio papel a partir da morte de Pio XII e ao longo do Concílio Vaticano II obrigariam a Hierarquia brasileira a perceber-se dos problemas sociais e econômicos do país e a abrir-se às novas correntes teológicas. Por outro lado, a crescente consciência política das massas oprimidas e a resposta ditatorial que provocou por parte das classes dominantes colocaria a Igreja face a uma opção que já não podia ser passiva” (ALVES, 1979, p. 40).

É necessário retomar o pressuposto certauniano de que cada individualidade possui uma pluralidade. Com isso, queremos dizer que a individualidade da CNBB, enquanto representante máxima da Igreja no Brasil, possui uma pluralidade complexa e carregada de contradições ao longo da história. Alves (1968) nos chama a atenção à possibilidade de mudança de posicionamentos da Igreja, frente a situações do cotidiano.

Falar em Igreja, enquanto instituição, isso é, enquanto integrada num determinado povo e região, é referir-se a um processo histórico e aceitar que a Igreja, vista assim, possa evoluir tal como as outras instituições humanas, passando a enfrentar problemas que anteriormente não focalizava (ALVES, 1968, p. 37-38).

Considerando que a CNBB é a autoridade máxima da Igreja Católica no Brasil, seus posicionamentos merecem atenção especial em uma avaliação que tem como elementos

---

<sup>12</sup> “Falar em Igreja, enquanto instituição, isso é, enquanto integrada num determinado povo e região, é referir-se a um processo histórico e aceitar que a Igreja, vista assim, possa evoluir tal como as outras instituições humanas, passando a enfrentar problemas que anteriormente não focalizava” (ALVES, 1968, p. 37- 38).

essenciais a Igreja e seu posicionamento político. Chamamos a atenção ainda, para o fato de a CNBB não ser a única expressão do catolicismo no Brasil. Durante 1964 e 1968 a CNBB estava focada na política interna da instituição e menos preocupada com questões de caráter social, podemos entender essa afirmação quando olhamos para os documentos da Assembleia Geral da CNBB de 1967, onde ela “apresenta uma concepção de fé que era conservadora em comparação a teologia que havia surgido em alguns círculos latino-americanos [...] nem a reforma social nem a necessidade de uma mudança política faziam parte de sua concepção de fé.” (MAINWARING, 1989, p. 105).

Ao mesmo tempo, existiram bispos que confrontavam as concepções de fé estruturadas pela CNBB, como é o caso de Dom Helder Câmara, que por questionar as diretrizes da CNBB e ter uma postura conflitiva foi transferido do Rio de Janeiro para o nordeste.

O Brasil carregava no seu episcopado a experiência sofrida de um nutrido grupo de bispos nordestinos, cujo pão cotidiano era a seca, a fome, o drama dos retirantes, dos lavradores sem-terra, da injustiça secular. Esta experiência era acompanhada por todo um esforço de passar do mero assistencialismo para soluções mais corajosas e estruturais. Estes bispos estavam na raiz da fundação da SUDENE, [...] encontravam-se a frente do Movimento de Educação de Base, destinado a atingir pelo rádio as populações do interior, levando a educação libertadora (BEOZZO, 1985, p. 9).

Desta forma, reiteramos que o nosso objetivo neste subcapítulo é dissertar sobre as formas de operar da Igreja Católica, focalizando a CNBB e nos eximindo de refletir sobre o posicionamento dos clérigos. Adotaremos as Campanhas da Fraternidade (CF) como representação das ideias e comportamentos da CNBB. Tal como Vanzella (2017), entendemos que as Campanhas da Fraternidade, realizadas desde 1963, pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB<sup>13</sup>), são fontes que fornecem elementos substanciais para compreender a ação da Igreja Católica no Brasil.

---

<sup>13</sup>“A CNBB foi fundada, em outubro de 1952, por Mons. Helder Câmara e aprovada por Mons. Giovanni Montini, então secretário de Estado do Vaticano. A ideia e os planos para sua organização nasceram de um diálogo entre os dois, em princípios da década de 1950, e pode-se dizer com segurança que a CNBB estava bem dentro da estrutura e das prioridades de Roma. Logo depois, Mons. Helder Câmara foi nomeado bispo auxiliar do Cardeal Dom Jaime Câmara (nenhuma relação de parentesco), do Rio, e eleito Secretário Geral da CNBB, cargo que ocupou por mais de uma década. Os objetivos de D. Helder ao fundar a organização eram dois: nunca houvera uma coordenação nacional da Igreja, além da que podia ser efetuada por uma personalidade forte como a de Dom Leme, e a necessidade dessa coordenação se tornara urgente

A ação da Igreja é a Campanha da Fraternidade, que acontece todos os anos, desde 1963, em âmbito nacional, durante o tempo quaresmal. Ela é reconhecida como uma importante ação da Igreja no Brasil, não só pelos brasileiros, mas também no mundo todo. Um exemplo desse fato é que diversas universidades do mundo todo solicitam o Texto-base da Campanha da Fraternidade para estudo da realidade brasileira e da ação da Igreja [...] A Campanha envolvia as pessoas diante de um desafio que lhes era bem concreto: a penúria daquelas pessoas que eram vistas nas ruas e com quem se podia dialogar diretamente e perceber, sem nenhuma mediação, seus sofrimentos, suas carências, suas dificuldades (VANZELLA, 2017, p. 187).

Ao lançar nosso olhar para a CNBB tomando o material das Campanhas da Fraternidade como fontes, aderimos à tipologia mais ampla de Mitidiero (2008), onde ele identifica modos de proceder da Igreja, segmentando em três alas distintas, identificadas como “Ala Conservadora, Ala Progressista e Ala Libertadora”.

No segmento conservador a Igreja está vinculada aos poderosos e às classes dominantes, se utilizam de determinismos, semelhantes aos utilizados na idade média para controlar a sociedade<sup>14</sup>. Esse segmento imprime características alienantes aos sujeitos, criminaliza comportamentos e culturas que comprometem a estrutura eclesial como o divórcio, controle de natalidade, pornografia, o protestantismo, os ritos afro-brasileiros e ideias socialistas (ALVES, 1979). Sobre as atitudes da Igreja no Brasil, de uma maneira geral, Alves (1979) ainda afirma que:

A Igreja prosseguiu [...] concentrando a sua atenção sobre as classes dominantes e protegendo-se do que considerava ameaças [...] as regiões pobres foram abandonadas em proveito das mais prósperas, [...] os setores populares foram abandonados do ponto de vista religioso e promocional. A presença da Igreja entre eles passou a ser quase que apenas uma obra de filantropia. A vasta rede da assistência social que organizou exerceu e exerce funções que lhe são delegadas pela elite governamental. A atividade de assistência social, ligada ao formalismo das manifestações religiosas, criou entre os bispos uma ilusão de poder. Atolaram-se na rotina e na tibieza. Esta ilusão só viria a ser quebrada com a brusca mudança da direção política dos anos sessenta (ALVES, 1979, p. 39- 40).

---

com a rápida expansão das dioceses, ocorridas em princípios da década de 50; e achava ele que uma organização nacional como a CNBB animaria a instituição toda a tomar um interesse ativo na mudança social” (BRUNEAU, 1974. p. 196).

<sup>14</sup> Sobre isso (GOTAT, 1981, p. 141) cita a encíclica *fin dalla prima nostra* que diz: “A sociedade humana, tal como Deus a estabeleceu, é composta por elementos desiguais. Consequentemente, está de acordo com a *ordem estabelecida por Deus* a existência na sociedade humana de príncipes, ricos e pobres, sábios e ignorantes, nobres e plebeus”.

Nesse sentido, é possível entender como parcialmente correta ao nos referimos ao segmento conservador da Igreja Católica a afirmação apresentada por Gotat (1981, p. 141): “Marx e os operários da época como também intelectuais entendiam a religião como uma expressão da ordem socioeconômica vigente, como uma instituição legitimadora da ordem da opressão”. Nesse contexto, o mais correto seria fazer referência direta ao segmento conservador da instituição Igreja, já que o termo religião é generalista, trazendo riscos de uma análise equivocada e reducionista. Esse mesmo segmento chega a apoiar a ditadura militar. Ao aproximar-se das classes dominantes, esse segmento por sua vez atua em caráter assistencialista<sup>15</sup>.

A Igreja Conservadora, avessa a qualquer tipo de transformação social e porta-voz da passividade, apoiava as ditaduras militares e a condução pelas elites do capitalismo selvagem que se estabelecera no continente. Essa Igreja tinha como lema “a ordem, o progresso e a fé”, não importando as condições sociais em que grande parte das sociedades se situava. Organizaram a “Marcha da Família com Deus pela Liberdade” e revigoraram um segmento ultraconservador dos católicos chamado “Tradição, Família e Propriedade” (TFP). No Brasil, os principais representantes dessa ala foram os bispos Dom Sigaud de Diamantina, Dom Castro Mayer de Campos e o cardeal Barros Câmara do Rio de Janeiro (MITIDIERO, 2008, p. 81).

Sendo assim, é possível perceber que o segmento conservador da Igreja está estruturado a partir de uma lógica excludente e elitista, onde a igreja está distante da realidade social dos povos oprimidos, ou quando se aproxima deles, não problematiza a opressão.<sup>16</sup> Por outro lado, as transformações em curso no Brasil e no mundo<sup>17</sup>, dentro do

---

<sup>15</sup> “No assistencialismo a pessoa se comove diante do quadro de miséria coletiva: procura ajudar os carentes. Em função disto organiza obras assistenciais, como pão dos pobres, campanha do cobertor, chá beneficente, Natal da periferia, fornecimento gratuito de remédios etc. tal estratégia ajuda os indivíduos, mas faz do pobre objeto de caridade, nunca sujeito da sua própria libertação. O pobre é considerado como aquele que não tem. Não se percebe que o pobre é um oprimido e feito pobre por outros: não se valoriza aquilo que ele tem, como força de resistência, capacidade de consciência de seus direitos, de organização e de transformação de sua situação. Ademais, o assistencialismo gera sempre dependência dos pobres, atrelados às ajudas e decisões dos outros, não podendo ser sujeitos de sua própria libertação” (L. BOFF & C. BOFF, 2001, p. 16- 17).

<sup>16</sup> “O Vaticano II [...] é considerado pela ala conservadora como responsável pela decadência da Igreja Católica, e até mesmo julgado apostasia em relação ao Concílio de Trento e ao Vaticano I; tanto assim que houve quem chegasse ao ponto de pedir sua anulação ou uma revisão que equivaleria a tanto” (RATZINGER, Cardinali, *apud* BEOZZO, 1985, p. 52).

<sup>17</sup> “O conflito com o poder político, sobretudo a partir dos anos de 1950, com auge durante a ditadura, em 1964-1985, teria provocado uma progressiva desintegração institucional da Igreja, que, desde então, tem procurado ampliar a sua influência no país” (AZEVEDO, 2004, p. 109).

contexto social, político e econômico dos anos 1960, induzem que a Igreja, enquanto instituição se posicione frente a essas transformações<sup>18</sup>.

Como em qualquer outra instituição, uma Igreja é influenciada pelas mudanças da sociedade em geral. Mais especificamente, argumento que ideologias políticas da sociedade brasileira tenham influenciado a concepção de fé da igreja. Por sua vez, conflitos sociais, e a forma pela qual o Estado tentou resolvê-los ou suprimi-los, determinaram em grande escala essas ideologias e concepções da política. A luta política pode fazer com que as identidades sociais e as ideologias sejam repensadas, criando novas identidades e ideologias. De modo geral, as práticas sociais e as identidades institucionais não se modificam porque surgem novas ideias, mas sim, porque o conflito social leva a uma nova maneira de se compreender a realidade (MAINWARING, 1989, p. 25)

Azevedo (2004, p. 112) aponta que as estruturas organizacionais da Igreja, passaram por aquilo que ele chama de “mudança de paradigmas” a partir de 1960, especialmente a partir do Concílio Vaticano II onde a Igreja começa a se abrir para novas filosofias teológicas, Caliman (2004, p. 231) aponta para três deslocamentos da Igreja Católica que se desdobraram a partir do Concílio Vaticano II, sendo o primeiro, o deslocamento de uma Igreja voltada sobre si para uma Igreja aberta ao mundo de hoje; o segundo deslocamento se refere à transposição de uma Igreja centrada na hierarquia para uma Igreja do povo de Deus; e o terceiro deslocamento se refere ao passar de uma compreensão universalista para uma a partir da Igreja local ou particular<sup>19</sup>. É a partir dessa abertura que emana o segmento identificado por Mitidiero (2008) como “Igreja Progressista”

A Igreja Progressista, que criticava abertamente os resultados perversos do capitalismo e as posições e privilégios da Igreja Conservadora, também criticava a ideia de revolução proletária e de sociedade comunista. Ao mesmo tempo em que condenava os efeitos perversos

---

<sup>18</sup> “Por um lado, as dúvidas que a Igreja universal formulou sobre o seu próprio papel a partir da morte de Pio XII e ao longo do Concílio Vaticano II obrigariam a Hierarquia brasileira a perceber-se dos problemas sociais e econômicos do país e a abrir-se às novas correntes teológicas. Por outro lado, a crescente consciência política das massas oprimidas e a resposta ditatorial que provocou por parte das classes dominantes colocaria a Igreja face a uma opção que já não podia ser passiva” (ALVES, 1979, p. 40).

<sup>19</sup> “Ao mesmo tempo, os conflitos sociais propagaram-se em dimensões mundiais. A violenta inquietação que se apoderou das classes pobres, nos países em via de industrialização, atinge agora aqueles cuja economia é quase exclusivamente agrária: também os camponeses tomam consciência da sua imerecida miséria. Junta-se a isto o escândalo de desproporções revoltantes, não só na posse dos bens, mas ainda no exercício do poder” (PAULO VI, 1967, p. 113).

do modo de produção dominante, defendia a “Aliança para o Progresso” e a proposição do “Estado do Bem-estar Social” (Welfare State), acatando a ideologia do país capitalista mais poderoso do mundo: os Estados Unidos. Talvez o emblemático bispo de Olinda Dom Hélder Câmara tenha sido o maior representante dessa corrente. Ele mesclava, contraditoriamente, denúncias às injustiças sociais causadas pelo desenvolvimento do capitalismo com proposição de teses desenvolvimentistas. Dizia ele: “tenho meu modo de lutar contra o comunismo: lutando contra o subdesenvolvimento”; por outro lado, denunciava: “um perigo maior que o comunismo ameaça o mundo, o responsável é o regime capitalista” (DUSSEL, 1981, p. 66, *apud* MITIDIERO, 2008, p. 81- 82).

Contudo, Azzi (2008, p. 352) nos fornece indícios de que já nos anos 50, alguns clérigos despontavam a abertura da Igreja em relação às questões sociais, ainda que o comunismo fosse uma ameaça para a instituição. Gotay (1981, p. 142) cita a encíclica *Divini Redemptoris* para elucidar a percepção oficial da Igreja em relação ao comunismo, “O comunismo é intrinsecamente mau, e não se pode admitir que colaborem com ele em terreno algum os que querem salvar da ruína a civilização cristã”. Nesse sentido, podemos afirmar que a inserção do “seguimento progressista” junto aos sujeitos “feitos pobres”<sup>20</sup> necessariamente não significa que estes sejam protagonistas da sua história<sup>21</sup>, mas apenas sujeitos de um assistencialismo velado. “A Igreja Católica procurou contrapor-se a esses movimentos de esquerda, oferecendo uma melhor assistência social aos camponeses e atuando progressivamente na esfera de fundação dos sindicatos católicos” (AZZI, 2008, p. 363).

É necessário afirmar que a abertura por parte da Igreja, não ocorreu de forma homogênea, Alves (1979, p. 38) aponta que uma parcela pequena de clérigos de fato se importava com a perda de influência da Igreja junto aos pobres e marginalizados, desta forma é possível perceber que os segmentos conservador e progressista coexistiram em linhas divergentes. “As opções feitas pela Igreja durante as últimas décadas fortaleceram sua aliança com as classes populares, mas também a levaram a um distanciamento perante as classes dominantes e o Estado” (MAINWARING, 1989, p. 19).

O terceiro e último segmento identificado por Mitidiero (2008) a “Igreja Libertadora”, também descrita por Löwy (1991, p. 33) como “cristianismo da libertação”,

---

<sup>20</sup> Termo utilizado por Boff (1990, p. 16) para descrever a realidade dos sujeitos pobres e marginalizados.

<sup>21</sup> “Para o marxismo, a história é tudo. O homem não tem essência, tem história” (GOTAY, 1981, p. 142).

é fruto das mudanças ocorridas no cenário da Igreja na América Latina e do mundo, a partir da década de 50.

A Igreja Libertadora representa uma crítica radical à atuação e à hierarquia da Igreja Católica e à chamada “Teologia do Desenvolvimento” dos teólogos progressistas e, principalmente, ao modo capitalista de produção visto como pecado, como uma afronta à obra de Deus. Esse segmento elaborou uma teologia própria – a Teologia da Libertação – fazendo aproximações entre religião e ciência, entre marxismo e política (socialismo), o que os levou a produzir um discurso político-religioso com o objetivo de intervir na realidade. Os principais representantes dessa parte da Igreja foram os teólogos Gustavo Gutiérrez, Leonardo Boff, Hugo Assmann, Jon Sobrino, Joseph Comblim, entre outros (MITIDIERO, 2008, p. 82).

Löwy (1991) citado por Mitidiero (2008, p. 105) afirma que “a teologia da libertação é um pensamento religioso que utiliza conceitos marxistas e inspira lutas de libertação social como o marxismo faz”, (L. BOFF & C. BOFF, 2001, p. 50- 51) por sua vez afirmam que a Teologia da Libertação, não se faz obrigada a prestar contas do uso correto ou não das ideias marxistas, utilizando apenas algumas “indicações metodológicas” enquanto uma ferramenta sociológica<sup>22</sup>.

No final dos anos 1960 e inícios de 1970, expressivos setores da Igreja no Brasil e na América Latina como um todo deram uma guinada radical para a esquerda. Foi o surgimento daquilo que Eric Hobsbawm definiu como os padres-católicos-marxistas. Religiosos que se utilizando do instrumental analítico oferecido pelo marxismo desejaram associar à sua práxis cristã a luta por sociedades mais justas ou com menos desigualdades (SILVA, 2006, p. 16).

Nessa ala é possível identificar elementos que nos remetem aos dissidentes a quem Thompson (1987) se refere como grupos religiosos desvinculados da Igreja oficial e que trabalham pelas liberdades civis, políticas e religiosas. Sendo assim, a partir da análise de Mitidiero (2008) percebe-se que a Igreja Católica da América Latina, no período em que estamos trabalhando, operou de maneiras diferentes e até ambíguas frente às realidades vivenciadas pelas sociedades daquela época. Cabe ressaltar que se trata, aqui, de uma pesquisa de natureza histórica e, como elucidamos anteriormente, a nossa pretensão é

---

<sup>22</sup>“O fato de existir uma teologia que tem como um dos seus fundamentos o materialismo histórico-dialético, demonstra, por outro ângulo, as fraquezas que a concepção marxista clássica tem sobre a religião. Ou seja, o marxismo raso, limitado e vulgar sempre se apresentou de forma dogmática reduzida ao exacerbado materialismo e ao anticlericalismo. Tudo que representava fé ou Deus era considerado essencialmente mau e alienante” (MITIDIERO, 2008, p. 106).

trabalhar a Igreja enquanto Instituição sociológica. Nesse sentido, não nos sentimos obrigados a observar os preceitos e os dogmas da instituição que as define enquanto “una”.

A tentativa de fornecer um panorama da Igreja Católica, durante o regime militar é uma tarefa complexa e de difícil execução, pela sua magnitude geográfica e pluralidade cultural, e sobretudo, pelo fato de que como “qualquer outra instituição, uma Igreja é influenciada pelas mudanças na sociedade em geral” (MAINWARING, 1989, p. 25).

Após termos esclarecido a divisão em alas da Igreja Católica a partir das terminologias utilizadas por Mitidiero (2008) que ilustram a pluralidade cultural, política e ideológica da instituição, categorizando em três alas distintas, cada uma com sua especificidade, fomentamos a nossa análise com as contribuições de Tomas Bruneau (1974), na tentativa de identificar qual ala da Igreja Católica estava sobressaindo, ou melhor, em destaque naquele período. Em nossa pesquisa entendemos que é necessário compreender o processo de autoidentificação que a instituição expressa através de seu discurso e de suas práticas, a partir das mudanças sociais que possam alterar a sua identidade, como afirma Mainwaring (1989, p. 26). Contudo essa tentativa se mostrou inconclusiva, pois as divergências entre o posicionamento oficial da CNBB e o posicionamento de alguns bispos poderiam inviabilizar nossa pesquisa.

As concepções de fé da própria missão da Igreja não se modificaram somente como resultado de debates acerca de quais deveriam ser ou de como deveriam proteger interesses institucionais. Pelo contrário, sua identidade modificou-se principalmente porque o processo político mais amplo gerou novas concepções da sociedade e do papel da Igreja dentro dela (MAINWARING, 1989, p. 25).

Sendo assim esclarecemos que vamos reduzir o nosso escopo a analisar apenas a CNBB enquanto representante máxima da Igreja no Brasil, eximindo-nos de analisar o posicionamento dos bispos. Em nossa pesquisa entendemos que os posicionamentos de alguns bispos podem ser opostos ao posicionamento oficial da CNBB enquanto representante máxima da igreja católica no Brasil, sendo assim, esclarecemos que apesar de a CNBB representar os interesses da Igreja enquanto instituição, não necessariamente reflete o posicionamento individual de cada um dos bispos.

Nos empenhamos, pois, em compreender as operações realizadas pela Igreja Católica em sua constituição enquanto um lugar social de poder que ordena

comportamentos, modos, valores, modos de pensar e de proceder das pessoas vinculadas à instituição. Por esse motivo, reafirmamos que para recuperar o passado do MEB pela prática historiográfica, é necessário compreender o contexto de produção da instituição responsável pelo Movimento.

Para isso, trataremos como fonte documental em nossa análise, os materiais produzidos pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) para as Campanhas da Fraternidade (CFs) de 1967 – 1971. Considerando que as Campanhas da Fraternidade (CF) realizadas desde 1963 até os dias atuais são propostas para se trabalhar fatos sociais como ponto de partida para sua ação pastoral, entendemos que a CNBB pelas CF joga luz sobre temas que são pertinentes a toda a sociedade, deixando transparecer assim seu posicionamento político ideológico.

A Teologia Pastoral tem como objeto material a Igreja e como objeto formal a ação eclesial. [...] a ação da Igreja é a Campanha da Fraternidade, que acontece todos os anos, desde 1963, em âmbito nacional, durante o tempo quaresmal. Ela é a reconhecida como uma importante ação da Igreja no Brasil, não só pelos brasileiros, mas também no mundo todo. Um exemplo desse fato é que diversas universidades do mundo todo solicitam o Texto-base da Campanha da Fraternidade para estudo da realidade brasileira e da ação da Igreja; outro exemplo da sua importância são as cartas enviadas pelo Papa todos os anos por ocasião da sua abertura na Quarta Feira de Cinzas. A Campanha da Fraternidade surgiu a partir de uma situação bem definida e com uma finalidade bem determinada. Porém cresceu, abrangeu muitas outras situações e tornou-se completamente diferente do que era e do que se propunha. A Campanha envolvia as pessoas diante de um desafio que lhes era bem concreto: a penúria daquelas pessoas que eram vistas nas ruas e com quem se podia dialogar diretamente e perceber, sem nenhuma mediação, seus sofrimentos, suas carências, suas dificuldades (VANZELLA, 2017, p. 187).

O conjunto documental das Campanhas da Fraternidade foi selecionado e ordenado de modo que pudéssemos compreender como a Igreja estava operacionalizando sua intervenção pastoral e política na sociedade brasileira, levando em consideração o contexto de produção, e os limites dos documentos em transparecer informações do passado. Nesta pesquisa, utilizamos os documentos que estão no Setor da Campanha da Fraternidade na Arquidiocese de São Sebastião do Rio de Janeiro, que foram consultados presencialmente, já que estes não possuem versão digital e, portanto, não estavam disponíveis para consulta na internet até o momento em que essa pesquisa foi realizada.

E se tratando de uma prática historiográfica, acreditamos ser importante dar a conhecer as condições em que o conjunto documental estava organizado durante a consulta, para que o leitor possa compreender a forma como reorganizamos e utilizamos os documentos históricos.

Verificamos que o material analisado está totalmente preservado e organizado cronologicamente, desde a primeira edição da CF até a última em 2019. O material está aos cuidados do Pe. Claudio dos Santos que prontamente nos atendeu e proporcionou uma sala para que nossa pesquisa fosse realizada. O material está depositado em pastas, organizadas por ano, com seu respectivo conteúdo. Para nossa pesquisa, selecionamos as cinco CFs inscritas no período de 1967 – 1971, os materiais localizados estão identificados na tabela abaixo:

**Tabela 4: Fontes referentes às Campanhas da Fraternidade (1967- 1971).**

Ano	Material encontrado	Estado de conservação	Lema
1967	Manual da campanha da Fraternidade (1 unidade)	Totalmente preservado	Somos todos irmãos, somos todos iguais.
1968	Disco de vinil com as músicas da CF (1 unidade)	Totalmente preservado	Crer com as mãos
1969	Disco de vinil com as músicas da CF (2 unidades) Subsídio litúrgico e síntese do documento base (2 unidades)	Totalmente preservado	Para o outro o próximo é você
1970	Disco de vinil com as músicas da CF (2 unidades) Síntese do documento base e subsídio de planejamento (1 unidade)	Totalmente preservado	Ser cristão é participar
1971	Disco de vinil com as músicas da CF (1 unidade) Documento base e subsídios de organização (2 unidades) Subsídios litúrgicos de pregação (2 unidades) Separata do Livro “Lendo a Vida” (1 unidade)	Totalmente preservado	Reconciliar

Material disponível no setor Campanha da Fraternidade Da Arquidiocese de São Sebastião do Rio de Janeiro

Após termos realizado um detalhado estudo dos materiais das Campanhas da Fraternidade estruturamos a nossa análise de maneira cronológica, pois acreditamos que desta forma será possível ter uma leitura mais clara e concisa, o que para nós é de suma importância já que para entendermos como o Movimento de Educação de Base sobreviveu ao regime militar a partir da hipótese revelada pela bibliografia fundamental, que é “o movimento sobrevive ao regime militar em virtude do seu vínculo com a Igreja”, é necessário compreender de que ala da Igreja, e como a Igreja se articulou naquele período.

### **1.2.1. Somos todos irmãos – somos todos iguais**

Durante o ano de 1967, a partir da análise do material da Campanha da Fraternidade deste ano, percebemos um convite por parte da Instituição aos fiéis, para que estes tomem consciência do seu papel de corresponsáveis na atividade evangelizadora. Nesta análise chamamos a atenção para as palavras “participação, ser membro, corresponsável e colaborador”. Durante nossa análise identificamos que outras obras que versam sobre a Igreja nesse período utilizam essa metodologia de seleção de palavras-chave, citamos a obra de Caliman (2004) in Gonçalves & BOMBONATTO (2004), que identifica essas mesmas palavras-chave em uma análise muito próxima a que estamos realizando em nossa pesquisa. Estas palavras traduzem com clareza a percepção que a Igreja tinha dos fiéis naquele momento.

A produção do *slogan* tema da Campanha da Fraternidade, não é sem dúvida embebida de uma estratégia de produção de um imaginário<sup>23</sup> que pudesse aproximar as pessoas que estavam socialmente distantes da Igreja. Se durante os anos anteriores a Igreja estava ligada diretamente aos interesses da elite, nesse momento ela começou a pôr em prática uma mudança de postura, aproximando-se aos poucos dos interesses da parcela mais pobre da sociedade, percebendo a distância social entre a Igreja enquanto instituição hierárquica e as suas bases.

---

<sup>23</sup> “A elaboração de um imaginário é parte integrante da legitimação de qualquer regime político. É por meio do imaginário que se podem atingir não só a cabeça, mas, de modo especial, o coração, isto é, as aspirações, os medos e as esperanças de um povo. É nele que as sociedades definem suas identidades e objetivos, definem seus inimigos, organizam seu passado, presente e futuro. O imaginário social é constituído e se expressa por ideologias e utopias, mas também – e é o que aqui me interessa – por símbolos, alegorias, rituais mitos” (CARVALHO, 2017, p. 11).

Identificar as estratégias de produção de um imaginário, não é tão simples quanto parece ser, é mergulhar profundamente em um oceano de elementos que nos possibilitem vislumbrar de forma mais apurada aqueles que estão na superfície. Qualquer leigo que a priori leia palavras como “participação”, “ser membro”, “corresponsável” e “colaborador” pode não compreender os usos e significados atribuídos a estes símbolos<sup>24</sup> dentro do contexto em que estão colocadas no material da Campanha da Fraternidade em questão. No entanto, para nós, elas traduzem a percepção que a Igreja via os leigos enquanto sujeitos coadjuvantes e não protagonistas. Tratava-se, pois, de uma campanha com o objetivo de integrar os leigos, aproximá-los da Igreja e convocá-los para a sua missão participativa dentro da instituição.

Entretanto, o projeto de integrar os leigos pautava-se por uma política de evitar os extremos, nem tanto ao laicato, nem tanto à hierarquia. Tratava-se, ainda, de canalizar a disposição para atuação social em um momento de ebulição política e ativação dos movimentos populares para longe de ideais socialistas ou comunistas em um contexto de Guerra Fria. Ou seja, apesar de a Campanha da fraternidade de 1967 ter um discurso integrador do laicato, quando mergulhamos mais profundamente na análise do seu material, identificamos uma contradição entre a teoria e a prática. Se na teoria havia a proposta de integração do laicato com a hierarquia, que foi a proposta levantada pelo Concílio Vaticano II, na prática tratava-se de uma estratégia perversa de vinculação a um laicato específico, não aos sujeitos pobres e oprimidos, mas sim, de vinculação a uma elite dominante. Essa vinculação às elites e setores médios está claramente descrita no material da CF de 1967, quando apresenta as pessoas que compunham o comitê de honra, tais como Juizes, Médicos, Dentistas, Farmacêuticos, Gerentes de jornais e rádios, Negociantes e Gerentes de empresas. Em suma, indivíduos pertencentes a uma elite a que caberia decidir pelos grupos paroquiais.

Uma novidade apresentada é o Comitê de Honra, que possa contar com católicos que exercem grande influência sobre a comunidade. Deve ser composta, se for o caso, o juiz, o médico, o farmacêutico, o industrial, representante de associações de classe, sob a presidência do católico mais influente de sua paróquia, aprovado pelo pároco, e obter, inclusive através dele, a participação de outros nomes de prestígio<sup>15</sup>. É interessante uma análise sobre a criação deste Comitê de Honra, pois

---

<sup>24</sup> “Símbolos e mitos podem, por seu caráter difuso, por sua leitura menos codificada, tornar-se elementos poderosos de projeção de interesses, aspirações e medos coletivos. Na medida em que tenham êxito em atingir o imaginário, podem também plasmar visões de mundo e modelar condutas” (CARVALHO, 2017, p. 11).

é possível verificar que, se por um lado amplia a participação do laicato na realização da Campanha da Fraternidade, por outro é possível perceber um modelo de Igreja que faz acepção de pessoas em vista da conquista dos objetivos propostos. Também podemos perceber que ainda traz resquícios do tempo do padroado porque continua submissa ao poder temporal, não mais ao poder político, mas ao poder social e econômico em vista da satisfação de suas necessidades materiais. O Comitê de Honra é um poder figurativo que rende. Na verdade, ele nunca foi implantado nas Dioceses (VANZELLA, 2017, p. 54).

Sendo assim, é possível perceber que a abertura ao laicato, proposta pelo Concílio Vaticano II, começa a forçar a hierarquia da Igreja Católica a ter uma mudança de posicionamento. Essa mudança por sua vez não foi instantânea, mas lenta e gradual. A partir da análise do conteúdo desses materiais, podemos perceber que o material da CF aparenta um tom que pode levar a compressão da inserção de uma ala progressista, tanto na sua escrita, quanto na ilustração do material onde são apresentados uma menina branca com uma boneca e um menino negro com uma bola, abaixo do título “Somos todos iguais somos todos irmãos”.

**Figura 3: Cartaz da Campanha da Fraternidade de 1967**



Fonte: <http://medianeirabr.blogspot.com/2013/01/campanha-da-fraternidade-cf.html>

Contudo uma análise exclusiva desse material da CF seria reducionista e nos induziria ao erro. Nesse sentido, esclarecemos que nossa análise foi balizada por outras obras que são amplamente utilizadas ao longo da nossa pesquisa. Deste modo essas obras<sup>25</sup> nos ajudaram a perceber que a CF de 67 tem um fenótipo da ala progressista, tanto pela constituição do seu texto, quanto pela sua ilustração, que traz para o debate o mito da democracia racial, e a conservação dos papéis de gênero visíveis ao atribuírem uma boneca, uma menina e uma bola ao menino, em uma tentativa de homogeneizar as classes sociais, sobre o tendencioso lema de igualdade proposto pela CF, representado por uma menina branca bem vestida, aparentemente com roupas de festa em oposição a um menino negro com roupas simples e chinelos nos pés. Reforçando assim, a notável diferença de classe social e raça. Percebemos ainda, que essa campanha possuiu em sua composição grupos conservadores e elementos identificados na ala conservadora apresentada por Mitidiero (2008).

Bruneau (1974) corrobora com nossa percepção quando afirma que mesmo após a publicação da *Populorum Progressio*, uma encíclica tida como “extremamente progressista”, e em uma situação em que o Brasil enfrentava uma situação de miséria, desemprego e outras consequências da ditadura militar, a VIII Assembleia Geral da CNBB realizada em Aparecida – SP em maio de 1967 ficou restrita apenas a questões de doutrina e administração interna da instituição.

Dom Helder apresentou uma declaração sobre a “*Populorum Progressio* e o Brasil”, que foi muito pouco discutida e não teve qualquer repercussão pública; além disso, ele não conseguiu acrescentar à agenda um item sobre a redistribuição de terras da Igreja. Muitos observadores, inclusive dentre o clero, compreenderam que a Igreja, como ficava demonstrado nesse encontro, tinha recuado não apenas das preocupações sociais, mas também de qualquer atividade de inovação (BRUNEAU, 1974, p. 227- 228).

O lema da Campanha da Fraternidade “somos todos Iguais, somos todos irmãos” ilustra ainda um posicionamento de omissão e de distanciamento da instituição em relação aos efeitos da repressão e aos problemas sociais que estavam ocorrendo naquele momento, que foram amplamente trabalhados na *populorum Progressio*, consequentemente um reflexo de uma instituição que não quer se levantar contra a

---

<sup>25</sup> Aqui faço referência as obras de Bruneau (1974); Caliman (2004); Mainwaring (1989), Documentos de Paulo VI (1997); Beozzo (2004) e Mitidiero (2008).

ditadura militar.

A alteração dos quadros da CNBB antes do golpe de 1964 e pós-golpe trouxe resultados catastróficos, enquanto no período anterior, havia uma sensibilidade aos problemas sociais e tentativas de intervenção, mesmo de caráter assistencialista por parte da Igreja, com a instauração da ditadura militar as estruturas da igreja no Brasil também são alteradas. Bruneau (1974, p. 220) ratifica esse evento quando entende também que a CNBB no período pós-golpe não possui mais as mesmas lideranças progressistas do período pré-golpe, mas sim, uma estrutura burocrática e sem nenhuma relação com seus compromissos anteriores.

Três anos depois do golpe, os efeitos dessas mudanças foram notavelmente perceptíveis. A igreja no Brasil, não estava preparada para conjugar as ideias do Concílio Vaticano II, que por sua vez, levantou temáticas de caráter social como fome, desemprego e pobreza, entre outros temas incômodos tanto para a hierarquia eclesiástica naquele momento, quanto para a ditadura militar.

Desta maneira é possível compreender a relação de crise e regressão que Bruneau (1974) afirmou que a instituição sofreu nesse período, quando diz que: “O Concílio não encontrou uma base organizacional na Igreja do Brasil, mas sem dúvida nenhuma estimulou nela uma inquietação” (BRUNEAU, 1974, p. 229).

Essa CF teve como objetivo reativar a consciência de que todos são membros do povo de Deus, corresponsáveis por toda comunidade da Igreja local, diocesana, nacional e universal. No manual analisado, selecionamos como palavras chaves: participação, ser membro, corresponsável, colaborador. Entendemos que em 1967 a Igreja está atuando como assistencialista, onde o leigo é visto como “membro” e corresponsável pelas ações da Igreja, ele participa apenas como colaborador.

Com isso, percebemos que a Igreja estava operando de forma elitista onde os ricos decidiam pelos mais pobres, um exemplo disso pode ser verificado no documento da CF de 1967, onde o “comitê de honra” era composto por pessoas que detinham de um poder econômico e social. É perceptível que o pobre era excluído dos espaços decisórios, o que justifica nossa ideia de uma igreja conservadora que caminha sentido à ala progressista. Esse movimento de transição da ala conservadora para a ala progressista ambas ilustradas por Mitidiero (2008), acabam, no nosso entender, por criar uma quarta ala dentro da Igreja Católica, que podemos chamar de “Moderados”.

Inicialmente houve um grande receio em admitir a existência de uma quarta ala, pois nos afastaríamos do referencial teórico que fundamentou a nossa compreensão sobre a

categorização em alas. Contudo, algumas obras utilizadas em nossa pesquisa fazem alusão a um grupo, ou ala, identificada como “os moderados”, e durante a entrevista com José Renato, ex-integrante da equipe nacional do MEB durante o período que estamos trabalhando em nossa pesquisa, ele nos chama a atenção para participação do grupo identificado como “moderados”. Desta forma, esclarecemos que os moderados iluminados pelo Concílio Vaticano II e pelos desdobramentos da situação socioeconômica e política que o Brasil vivenciava.

As rápidas mudanças do período de 1964-1973 resultaram de uma conjunção de alterações na política e na sociedade brasileiras e mudanças na Igreja internacional. Seja como resultado da tortura, das infames desigualdades em São Paulo, da violência contra os camponeses nas áreas fronteiriças do Amazonas ou da repressão da Igreja no Nordeste” (MAINWARING, 1989, p. 131- 132).

Além dos interesses em proteger a própria instituição, assumem a defesa de algumas bandeiras da ala progressista. Sobre isso Mainwaring (1989, p. 131) afirmou que:

A CNBB ainda não acompanhava os grupos episcopais das regiões mais progressistas, mas ela percorreu um longo trajeto. Após ter quase dado apoio ao regime militar (1964 – 1968), levantou uma voz tímida contra os excessos da repressão (1968 – 1972) e finalmente se firmou nas críticas às violações dos direitos humanos (1973 – 1982) (MAINWARING, 1989, p. 131).

Sendo assim, os resultados encontrados por nossa pesquisa, nos dão indícios de que a CNBB em 1967 está iniciando o processo de transição, de uma Igreja conservadora para uma Igreja progressista, esse evento de transição é identificado como a ala moderada. Bruneau (1974, p. 256) realiza uma contribuição significativa para o entendimento do processo de transição que a Igreja estava passando. “Podemos afirmar que a promoção dos leigos está a exigir caminhos novos para a sua efetivação. O que se tem feito, e mesmo as perspectivas que se abrem, parecem tímidas em face das exigências do momento e de opções a serem tomadas” (Regionais em Foco, 1968, apud BRUNEAU, 1974, p. 256).

Sendo assim, a nossa pesquisa entende a Campanha da Fraternidade de 1967 como uma tentativa tímida da CNBB em assumir as ideias do Vaticano II, com um lema distante dos problemas reais vivenciados durante a ditadura militar, com uma ilustração genérica e reducionista para o contexto brasileiro, reforçando os papéis de gêneros, raça e classe cristalizados.

### 1.2.2. Para o outro o próximo é você

O ano de 1969 a nível nacional foi marcado pelo endurecimento da ditadura militar, e a nível Latino-Americano, começaram a ser percebidos os desdobramentos da Conferência de Medellín, aonde a Igreja voltou o seu olhar para o homem latino-americano, sob a justificativa que “para conhecer a Deus é necessário conhecer o homem” (CELAM 1968). O documento da II Conferência Episcopal Latino-Americana afirma que:

A Igreja latino-americana julga dever orientar-se para a formação de comunidades nacionais, que refletem uma organização global, onde toda a população, porém, especialmente as classes populares, tenha, através de estruturas territoriais e funcionais, uma participação receptiva e ativa, criadora e decisiva, na construção de uma nova sociedade. Essas estruturas intermediárias entre a pessoa e o Estado devem ser organizadas livremente, sem uma intervenção indevida da autoridade ou de grupos dominantes, no seu desenvolvimento e na sua participação concreta na realização do bem comum total. Constituem a trama vital da sociedade. São também a expressão real da liberdade e da solidariedade dos cidadãos (CELAM, 1968, p. 4- 5).

Nesse sentido, a CNBB, observando as conclusões do Conselho Episcopal Latino-Americano (CELAM)<sup>26</sup> (1968) assumiu uma postura mais engajada em relação aos anos anteriores.

Os bispos e a CNBB romperam a censura imposta à palavra livre no Brasil (a partir de 1968) e anunciaram e denunciaram as violações sistemáticas aos direitos humanos, às torturas, à insuficiência dos salários, à expropriação das terras. A Igreja se fez o tributo do povo. Criaram-se vários organismos que dão eficácia à luta pela justiça: Comissão de Justiça e Paz ao nível Nacional, diocesano e em muitos lugares em cada paróquia ou comunidade de base. CIMI: Conselho Indigenista Missionário, órgão ligado à CNBB e encarregado de ajudar os índios na defesa de suas terras e de sua cultura. CPT: Comissão de

---

<sup>26</sup> “No ano de 1955 foi criado o CELAM. Esse organismo seria encarregado de promover a reflexão teológica, pastoral, em uma palavra, eclesial, da Igreja Latino-Americana tornando-se, com o decorrer dos anos, o instrumento mais eficaz para a autoidentificação desta Igreja. É significativo verificar o crescente interesse que, a partir daquela época, “as coisas” latino-americanas vêm despertando nas velhas cristandades da Europa, as quais começaram a criar toda uma cadeia de instituições de ajuda à carente Igreja latino-americana. Entre elas: a Obra de Cooperação Sacerdotal Hispano-Americana (OCSHA, 1949), iniciativas “Fidei Donum” de muitas dioceses europeias com dioceses da América Latina, a Ação Episcopal Adveniat do Episcopado alemão, pela qual passaram, nestes últimos anos, centenas de projetos pastorais pedindo ajuda financeira, o College pour L’Amérique latine de Lovaina, The Society of St. James do Cardeal Cushing e outros [...] Medellín 1968 foi o primeiro fruto maduro do CELAM. Foi para a América Latina o que o Concílio foi para a Igreja Mundial” (PAPE, et al., 1983, p. 25)

Pastoral da TERRA: órgão que acompanha os problemas das terras, onde as violências assumem formas extremas. Movimento Custo de Vida que mobilizou mais de 1 milhão de pessoas. Observemos: todos estes órgãos não visam defender os interesses corporativos da Igreja, mas do povo esbulhado. É um serviço da Igreja ao oprimido contra o pecado do esbulhamento a que está submetido” (BOFF, 1982, p. 43)

O que é possível verificar, quando analisamos a Campanha da Fraternidade de 1969, e percebemos que algumas palavras-chave novas passam a compor o vocabulário do documento da CF desse ano, tais como: Consciência; responsabilidade; participação e promoção humana. Essas palavras identificadas no manual da CF de 69 foram utilizadas de maneira estratégica, no sentido cereteuniano da palavra, de modo que a produção cultural da Igreja estivesse conectada diretamente aos resultados da Conferência de Medellín que abordam temáticas como consciência e responsabilidade.

Nossa missão pastoral é essencialmente um serviço de inspiração e de educação das consciências dos fiéis, para ajudar-lhes a perceber as exigências e responsabilidades de sua fé, em sua vida pessoal e social. Dentro dessa perspectiva, a Segunda Conferência Episcopal quer evidenciar as mais importantes para os países de nosso continente, tendo em conta o juízo de valor que, sobre a situação econômica e social do mundo de hoje, emitiram os últimos documentos do magistério da Igreja, e que no continente latino-americano tem plena vigência (CELAM, 1968, p. 14)

Na Campanha da fraternidade de 69 chamamos a atenção, ainda, para o uso maciço dos meios de comunicação, como foi descrito no item III da síntese do Documento Base da CF, que ilustram que a CNBB colocou em prática as conclusões da Conferência de Medellín que era “Despertar nos homens e nos povos, principalmente através dos meios de comunicação social, uma viva consciência da justiça, inspirando-lhes um sentido dinâmico de responsabilidade e solidariedade” (CELAM, 1968, p. 14- 15).

Nesse mesmo item do documento Base a CF é descrita como uma campanha “Educativa da consciência da Igreja”. Uma diferença significativa com relação às CFs anteriores é que o leigo começa a ser integrado em espaços específicos, criados para estimular a participação do laicato na instituição.

Mainwaring (1989, p. 122) esclarece ainda, que posterior ao ano de 1968, a CNBB assume uma postura mais crítica em relação ao capitalismo e ao Estado. Considerando a afirmação que Mainwaring (1989) faz no prefácio de seu livro “durante o período de maior repressão (1968-1974), a Igreja, com frequência, era a única instituição com suficiente autonomia política para criticar o regime autoritário e para defender os direitos

humanos” (MAINWARING, 1989, p. 9). Entendemos que a ala moderada da CNBB deu mais um passo no sentido progressista, sobretudo depois de 18 de fevereiro de 1969, quando em virtude da repressão contra a Igreja, a CNBB assume a questão dos direitos humanos e realiza críticas ao AI-5.

Os bispos criticaram o AI-5 por permitir violações arbitrárias dos direitos humanos, inclusive sua restrição à autodefesa em tribunal, o direito de expressar opiniões e o direito à informação. Criticaram o governo militar por ameaçar a dignidade física e moral do indivíduo e por estimular uma radicalização maior da situação política (MAINWARING, 1989, p. 130).

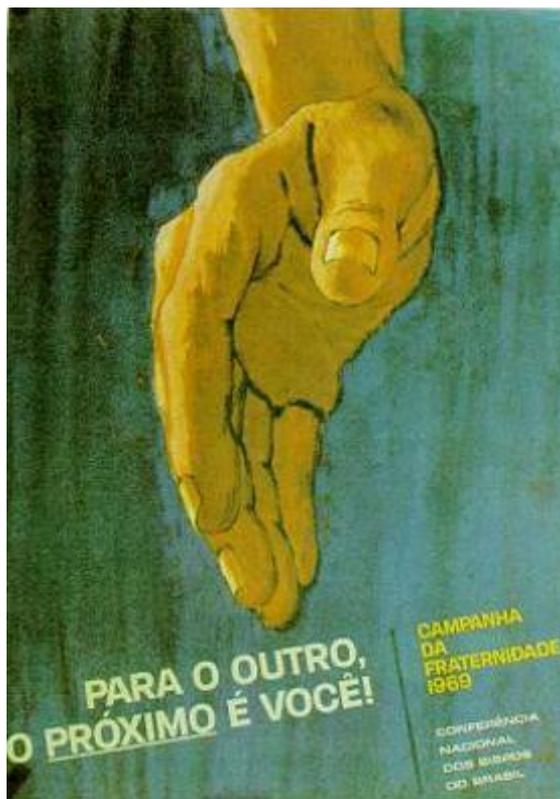
O documento-base da CF de 1969 deixa transparecer a intencionalidade de produção do imaginário de “formar uma consciência de Igreja”, sendo assim entendemos que o tema da descoberta da alteridade, abordado pela CF sob o lema “Para o outro o próximo é você” vivifica a consciência de que todos são responsáveis por lutar contra as desigualdades e injustiças, frutos do capitalismo selvagem que oprime e segrega as pessoas. Essa Campanha, contou com dois instrumentos que fortaleceram a conscientização do processo de opressão, que também podem ser considerados instrumentos de denúncia das estruturas opressoras, são eles o documento de Paulo VI, a *Populorum Progressio* e o Relatório da reunião de Medellín (1968)

O documento final – A Igreja na atual transformação da América Latina à luz do Concílio –, que se tornou mais conhecido sob a denominação *Conclusões de Medellín*, dedica toda uma seção ao tema da educação, que é considerado pelo episcopado um fator básico e decisivo no desenvolvimento do continente. Por educação, as Conclusões de Medellín referem-se não só à educação formal, mas a todo processo formativo, até mesmo não-sistemático, abrangendo crianças, jovens e adultos [...] para que a educação possa ser libertadora, ela deve ser, segundo o episcopado de Medellín, criadora em todos seus níveis. Deve ainda capacitar tecnicamente, preparar para o diálogo, aprofundar a consciência da dignidade humana, promover o senso comunitário e levar à afirmação das particularidades locais e nacionais, integrando-as na unidade pluralista do continente (ANDRADE, 2004, p. 416- 417).

Vanzella (2017) contribuiu com nossa análise sobre a Campanha da Fraternidade de 1969 quando afirmou que essa campanha aborda a temática do desenvolvimento integral

e solidário do ser-humano, evocando a necessidade da construção de uma sociedade solidária e fraterna. A iconografia da CF de 69 ilustra o gesto de solidariedade com o estender de uma mão, chamamos a atenção para a palavra “próximo” que está sublinhada no cartaz. Nesse contexto o termo “próximo” comporta dois significados, tanto o que vem depois, (seguinte), quanto o de proximidade (distância).

**Figura 4: Cartaz da Campanha da Fraternidade de 1969**



Fonte: <http://medianeirabr.blogspot.com/2013/01/campanha-da-fraternidade-cf.html>

Por fim, entendemos que depois de Medellín, a CNBB foi gradativamente reformulando o seu papel enquanto instituição, e assumindo uma postura mais combativa contra a realidade social de opressão e repressão, inserindo-se gradativamente na vida e na realidade dos sujeitos “feitos pobres por instrumentos que ofendem a dignidade humana” como afirma Boff (1990, p. 16).

### **1.2.3. Ser cristão é participar**

A Campanha da Fraternidade de 1970 pode ser percebida como fruto das reflexões dos anos anteriores, com o amadurecimento da CNBB em relação a questões que

permeavam a sociedade brasileira e as reflexões realizadas sobre o encontro de Medellín (1968) e da encíclica *Populorum Progressio*. Nessa CF é possível identificar maior participação dos leigos nas organizações antes dominadas pela hierarquia clerical, diferente das Campanhas anteriores, na Campanha de 70, o leigo passou a ter um papel de protagonista, não mais de ator coadjuvante, ou mero figurante. O próprio documento base da CF em sua apresentação diz: “Em todos os níveis de trabalho da CF a maioria deve ser de leigos”. Nessa CF é possível identificar que a percepção da CNBB em relação ao leigo é mais madura em relação às anteriores, especialmente no que se refere ao contexto sociopolítico, econômico e eclesiológico.

**Figura 5: Cartaz da campanha da Fraternidade de 1970**



Fonte: <http://medianeirabr.blogspot.com/2013/01/campanha-da-fraternidade-cf.html>

Em maio de 1970, durante a XI Assembleia Geral, a CNBB assumiu de fato um posicionamento de conflito direto contra a ditadura militar, denunciando os abusos da ditadura, problematizando incisivamente a tortura praticada pelo governo. No texto da assembleia a CNBB declarou que:

“Não podemos admitir as lamentáveis manifestações da violência,

traduzidas na forma de assaltos, sequestros, mortes ou quaisquer outras modalidades de terror. (...) Pensamos primeiramente no exercício da JUSTIÇA, (...) que, sinceramente, cremos estar sendo violentado com frequência, por processos levados morosa e precariamente, por detenções efetuadas em bases suspeitas ou acusações precipitadas, por inquéritos instaurados e levados adiante por vários meses, em regime de incomunicabilidade das pessoas e em carência, não raro, do fundamental direito de defesa (...) Seríamos omissos se não frisássemos, neste momento, nossa posição firme contra toda e qualquer espécie de tortura” (Documento da XI Assembleia Geral da CNBB, p. 85 -86 *apud* MAINWARING, 1989, p. 130).

Segundo Mainwaring (1989) em 1970 tanto os moderados quanto os conservadores começaram a combater a violação dos direitos humanos e os abusos cometidos pela ditadura militar, dentre os quais citamos a tortura dos padres assessores da JOC (Juventude Operária Católica) e seus membros, na sede nacional, no Rio de Janeiro, a prisão de padres e outros jocistas em São Paulo, Belo Horizonte – MG e Volta Redonda – RJ, e a invasão na PUC – Rio.

Desta forma, entendendo o contexto vivenciado durante a ditadura percebemos que o convite da Campanha da Fraternidade foi sobretudo necessário, pois possibilitou que os leigos tivessem um espaço onde pudessem participar definitivamente. A imagem do cartaz reflete o “arregaçar as mangas”, uma metáfora para partir para ação. Por fim, percebemos que a CNBB não estava mais operando com a mentalidade de uma Igreja distante do leigo, mas sim, o leigo definitivamente passa a compor a Igreja. E é dentro do contexto de abertura e participação dos leigos na Igreja, de conscientização de promoção humana, que emanam as Comunidades Eclesiais de Base (CEB’s)<sup>27</sup> e onde identificamos os primeiros sinais da igreja libertadora, comprometida com a mudança social a partir do processo de tomada de consciência da realidade injusta.

Neste modelo, os ministros da Igreja são, antes de tudo, assessores e

---

<sup>27</sup> “Durante os anos de 1964-1971, dinamizaram-se as bases, pois começavam a desenvolver-se todas as características fundamentais da Igreja popular. Entre as inovações mais importantes estava o surgimento das comunidades eclesiais de base (CEBs). Uma CEB é um grupo pequeno [...] que geralmente se reúne uma vez por semana, usualmente para discutir a bíblia e sua relevância face as questões contemporâneas. Seus membros são responsáveis pelas cerimônias religiosas do grupo, assim como por muitas decisões [...] as Comunidades Eclesiais de Base tornaram-se uma das contribuições de maior destaque da Igreja brasileira ao catolicismo [...] a partir de suas leituras da Bíblia, muitos participantes das CEBs se envolveram nos movimentos populares [...] muitas CEBs surgiram porque não havia outra forma de fazer um trabalho pastoral mais intenso, senão delegando maior autonomia aos leigos” (MAINWARING, 1989, p. 127-128).

coordenadores e os leigos são sujeitos que devem agir em conjunto com os demais leigos e os ministros ordenados, buscando a unidade com Cristo e a ação conjunta na história [...] O surgimento das Comunidades Eclesiais de Base – CEBs, integradas principalmente nos setores suburbanos e camponeses, de maioria pobre e simples, procurando viver em comunidade e unir a fé com a vida e assumindo o compromisso social pela mudança (VANZELLA, 2017, p. 136- 137).

Por sua vez, apesar do discurso da CNBB apresentar alguns aspectos da ala libertadora, não foram encontrados elementos contundentes que pudessem comprovar que a CNBB durante esse período teve alguma ligação direta com a ala libertadora, segundo as definições de Mitidiero (2008). Sendo assim, entendemos que a CNBB nesse momento possui características mais próximas à ala progressista.

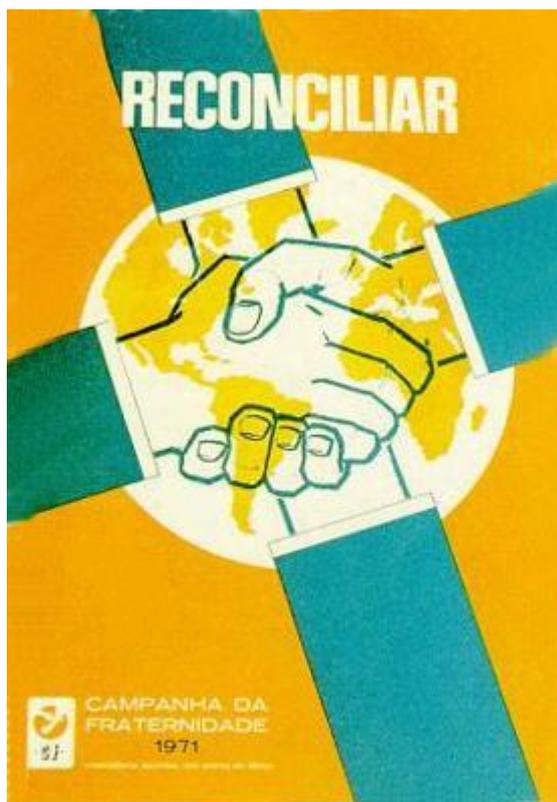
#### 1.2.4. Reconciliar

A Campanha da Fraternidade de 1971, última que vamos abordar em nossa pesquisa é a única no período que adentra diretamente na questão da educação, especificamente um movimento de conjugação de forças para a educação de adultos, proposta já levantada em Medellín em 1968.

A Igreja toma consciência da suma importância da educação de base. Em atenção ao grande número de analfabetos e marginalizados na América Latina, a Igreja, sem poupar sacrifício algum, se comprometerá a promover a educação de base, que não visa somente alfabetizar, mas também capacitar o homem para convertê-lo em agente consciente de seu desenvolvimento integral (CELAM, 1968 *apud* ANDRADE 2004, p. 417).

No cartaz da Campanha, vemos o aperto de mãos, que simboliza o acordo entre duas partes, já que no contexto da reconciliação temos uma parte que pede desculpas e outra que aceita as desculpas. Em segundo lugar, temos quatro mãos que simbolizariam os pontos cardeais norte, sul, leste e oeste. E por fim uma ilustração do planeta Terra, que conjugados ilustram os quatro cantos da terra unidos em um único objetivo, o de reconciliar.

Figura 6: Cartaz da Campanha da Fraternidade de 1971



Fonte: <http://medianeirabr.blogspot.com/2013/01/campanha-da-fraternidade-cf.html>

A reconciliação abordada na CF estava diretamente ligada à promoção humana, que era uma proposta que a Igreja vinha trabalhando desde 1968. Sobre a relação entre a reconciliação e a educação a CNBB afirma que:

A mensagem de reconciliação assume o entendimento de que o perdão ao outro é mais urgente que a oferta no altar. Durante esse tempo, cantou-se: “Não basta sete vezes perdoar/ mas, setenta vezes sete, sem contar”. (Mt 18,21). Ensina-se que a capacidade de perdoar não tem limites e que o perdão é uma atitude política que pressupõe conversão e transformação. Este é um difícil momento político. Na pauta das discussões está a Lei de Reforma da Educação Brasileira que objetiva formar cidadãos dóceis ao regime político vigente. As forças de resistência parecem quase vencidas. Em resposta, a Igreja lança mão de uma outra estratégia de evangelização: reforçar valores éticos também no espaço escolar (CNBB, Campanhas s.d.).

Sobre a Campanha da fraternidade com o tema reconciliação e sua relação com a educação o Papa Paulo VI envia uma carta comentando:

Reconciliemo-nos, pois, para promovê-los, com os pobres, com os que choram, com os doentes, com os sem-teto e sem-pão e com os que, abatidos, se encontram «à beira do caminho», à margem da civilização, do progresso e da sociedade. Em particular, reconciliemo-nos com os que não sabem ler nem escrever e não possuem a consciência da própria dignidade de homens e de filhos de Deus. Nada aproveita deter-se a perguntar, de quem é a culpa: se deles mesmos, se das condições adversas em que transcorre a sua vida. Eles são aos milhões, ao nosso lado. Sejam generosos, pela única maneira eficaz de os ajudar; alfabetizando-os, conscientizando-os, com espírito evangélico (PAULO VI, 1971).

A Campanha da Fraternidade de 1971 buscou conscientizar os católicos para reconciliação e convidou para que realizassem um intenso movimento de promoção humana. Nessa CF houve ainda uma preocupação com a realidade de opressão da sociedade brasileira e com a educação de base.

Sendo assim, pudemos perceber que com o passar do tempo a Igreja no Brasil, conseguiu gradativamente realizar o *aggiornamento* proposto pelo Concílio Vaticano II, a mudança de lugar social, ou seja, de uma Igreja vinculada aos poderosos, para uma Igreja que denuncia os poderosos e se vincula aos sujeitos feitos pobres, Cleto Caliman (2004, p. 243) corrobora nossa análise dizendo sobre a Igreja que: “ela deixa o lugar do poder do Estado ou de uma classe social e vai para a sociedade civil. Dentro da sociedade civil ela vai do lugar da classe hegemônica para o mundo dos pobres” (CALIMAN, 2004, p. 243).

O processo pedagógico subjacente à missão da Igreja, difundido pelas Campanhas da Fraternidade, parte do processo de conscientização, passa pelo exercício da corresponsabilidade e se concretiza na participação, concluindo assim o processo de tornar-se sujeito dentro da Igreja. O maior exemplo da concretização da participação dos sujeitos está nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) que se expandiram a partir dos anos 70, e que contribuíram significativamente para a educação popular. Wanderley (1984, p. 36) sintetiza os novos compromissos assumidos pela Igreja:

uma teologia marcada pelo compromisso de fé e transformação do mundo; críticas oficiais ao sistema capitalista e reivindicações de reformas estruturais; fissuras na vinculação ao bloco dominante e inclinação para povo no campo; luta pela maioria do leigo na Ação Católica particularmente na JUC (Juventude Universitária Católica); luta pela democratização da educação; participação política ativa de grupos cristãos em posições de esquerda e primeiros grupos defendendo possibilidades de opção pelo socialismo (WANDERLEY, 1984, p. 36).

Em síntese, tentamos ilustrar a mudança de posicionamento da CNBB, a partir da análise do material das Campanhas da Fraternidade, de 1967 até 1971, balizada pela bibliografia utilizada: *A Igreja Católica e política no Brasil 1916-1985* (MAINWARING 1989); *Catolicismo brasileiro em época de transição* (BRUNEAU 1974); *A eclesiologia do Concílio Vaticano II e a Igreja no Brasil* (CALIMAN, 2004 in GONÇALVES & BOMBONATTO, 2004); *Por uma Igreja ministerial* (ALMEIDA, 2004 in GONÇALVES & BOMBONATTO, 2004); *O Vaticano II e a Igreja Latino-Americana* (BEOZZO 1985), e *A ação territorial de uma Igreja radical: Teologia da Libertação, luta pela terra e atuação da Comissão Pastoral da Terra no Estado da Paraíba* (MITIDIERO 2008); Nos possibilitou entender que a Campanha de 1967 ilustrava um posicionamento da CNBB que se confundia entre conservador e moderado, quando já em 1968 temos uma Campanha predominantemente moderada, com uma leve inclinação para a ala progressista, em 1969 identificamos o declínio da ala conservadora e moderada, e uma campanha que se aproxima mais da ala progressista. Já em 1970, percebemos o alvorecer de aspectos da ala libertadora, mas uma campanha identificada como progressista, o que também se seguiu no ano posterior 1971.

Sendo assim, percebemos que os posicionamentos que a CNBB assumiu ao longo do tempo coexistiram entre si, ou seja, a CNBB assumiu uma postura progressista, mas ainda possuía em seu meio, aspectos conservadores. Boff (1982) fortalece nossa percepção apontando que na Igreja existem dois comportamentos que coexistem, um voltado para o mundo e para a sociedade e outro voltado para as estruturas hierárquicas internas, o que pode ser um indício do motivo pelo qual a CNBB não teve uma manifestação plena da Teologia da Libertação. É nesse contexto que acontece a eclesiogênese, ou seja, o surgimento de uma Igreja nova, gestada no coração da velha. Assim como os filhos carregam códigos genéticos dos pais em seu DNA, a eclesiogênese acompanha esse mesmo processo, é uma Igreja nova, que tem em seu interior os resquícios da estrutura hierárquica. Por isso a CNBB não assumiu plenamente a Teologia da Libertação, e é identificada em nossa pesquisa, a partir da bibliografia e das produções das Campanhas da Fraternidade, que ilustram o posicionamento da CNBB em relação à sociedade como uma instituição que se apresenta inicialmente como conservadora e vai sofrendo alterações que caminham em sentido a ala progressista.

Compreender essas categorias, a situação política nacional e os diferentes posicionamentos que a Igreja assume ao longo do período estudado, são fundamentais para entender as dinâmicas que o MEB assumiu ao longo desse período.

## 2. O MOVIMENTO EM MOVIMENTO

Antes de darmos um passo maior em nossa narrativa sobre o MEB sentimos que é necessário relembrar um pouco do que ele foi antes do período em que estamos estudando. É o que na universidade costumamos chamar de contextualização do nosso objeto de pesquisa.

Para isso, selecionamos algumas referências bibliográficas sobre o MEB nos cinco primeiros anos que antecedem o período que nos dedicamos a pesquisar. Isso possibilitará que mesmo que você nunca tenha ouvido falar no MEB, consiga compreender sua história e perceber um pouco das especificidades do Movimento nesse período aqui recortado.

Primeiramente é importante lembrar que o Movimento de Educação de Base nasceu a partir das experiências de educação radiofônica promovidas pelas dioceses de Natal e Aracaju, que tinham como proposta desenvolver um programa de educação de base, junto às regiões tidas como subdesenvolvidas no Norte, Nordeste e Centro-Oeste do país. Fávero (2006) chama a atenção para a relação amistosa entre Dom Vicente Távora, um dos nove bispos e arcebispos a integrar o Conselho Diretor Nacional (CDN) e o então Presidente da República Jânio Quadros que celebraram, através do Decreto nº 50.370, de 21 de março de 1961, a oficialização do Movimento de Educação de Base garantindo os seus primeiros cinco anos.

Nesses cinco primeiros anos, o MEB assumiu o conceito de Educação de Base, como “o mínimo fundamental de conhecimentos” para que as pessoas pudessem ter suas necessidades individuais e coletivas garantidas. Para isso, a educação de base deveria levar em consideração as especificidades de cada lugar (FÁVERO, 2006, p. 22). A educação de base era, a princípio, um trabalho de alfabetização. Com o passar do tempo, ainda nos primeiros anos, o Movimento foi assumindo outras frentes de trabalho educativo, através da sindicalização e dos movimentos de Cultura Popular, chegando a atingir aproximadamente meio milhão de pessoas, segundo aponta o documento de Metodologia da Ação educativa do MEB de 1970.

É necessário compreendermos que, assim como o Movimento em si, os conceitos por ele empregados também são dinâmicos. Desta forma acreditamos que é necessário nos debruçarmos um pouco mais sobre o próprio conceito de educação de base no MEB. Não seria equivocado pensarmos em uma definição como “educação de base em movimento”, já que esse jogo de palavras reflete claramente o que queremos dizer. Para

o MEB esse conceito foi fruto de experimentação e reflexão. A definição, que está no documento “Movimento de Educação de Base: sua origem, sua ação e seu conteúdo”, entende esse conceito como “um processo, uma ação que visa a formação do homem”<sup>28</sup>. No regulamento do MEB a educação de base aparece como “o conjunto de ensinamentos destinados a promover a valorização do homem e o surgimento das comunidades”, que foram sintetizadas nas Instruções Gerais do MEB como “alfabetização em massas das regiões subdesenvolvidas do país; educação sanitária; iniciação agrícola; iniciação democrática; informação profissional”, ou seja, o conceito ainda estava muito amplo e de certa forma vago. Com isso, quando falamos em experimentação e reflexão, estamos falando também de um trabalho direto com as próprias bases, e foi nessa relação de interlocução que após o I Encontro de Coordenadores foi concebida a educação de base como:

processo de autoconscientização das massas, para uma valorização plena do homem e uma consciência crítica da realidade. Esta educação deverá partir das necessidades e dos meios populares de libertação, integrados em uma autêntica cultura popular, que leve a uma ação transformadora. Concomitantemente, deve propiciar todos os elementos necessários para capacitar cada homem a participar do desenvolvimento integral de suas comunidades e de todo povo brasileiro (MEB, 1962, p. 1).

Nesta citação, percebemos que a dinamização com as bases possibilitou o amadurecimento do próprio conceito de educação de base em direção à crítica da realidade e a projetos de transformação social. Talvez fique mais claro quando olharmos para a forma como o Movimento, já em 1963, percebia a educação de base, não mais apenas como atividades relativas ao saber ler, escrever e contar, mas como um necessário processo de conscientização, ou seja, "processo educativo destinado a formar no homem a consciência histórica, a partir da consciência crítica da realidade (FÁVERO, 2004, p. 9). Contudo já em 1965, é possível perceber um certo deslocamento deste conceito para o Movimento, que passa a ser concebido como:

Um processo de integração na cultura, seja através de modos assistemáticos, como ocorre na comunicação regular de todo convívio, seja através de formas metodizadas em que se instrumentalizam os educandos para participação consciente e criadora na herança cultural da humanidade (MEB, s.d) *apud* (RAPOSO, 1982, p. 51).

---

<sup>28</sup> MEB (1965, p.3) *apud* MEB 10 anos (s.d. p. 11).

Já no término da primeira fase, em 1966, o Relatório síntese do período 1961-1966 para reunião do CDN, apresenta uma definição de educação de base que caminha no sentido a um declínio no processo de evolução e de maturidade alcançado no I Encontro de Coordenadores. O relatório definiu o conceito de educação de base como “aprender a comer bem, a defender sua saúde, a manter boas relações com os seus semelhantes e integrá-lo no quadro geral de uma sociedade justa” (MEB, 1966, p. 1).

Já na segunda fase, o conceito de educação de base pressupunha que o saber ler e escrever eram elementos mínimos necessários à criação e participação ativa no progresso social, que deveriam ser postos e prática no exercício da liderança e na participação comum na procura de respostas a problemas comuns.<sup>29</sup>

No período entre 1967 e 1968, identificado em nossa pesquisa como um período de forte crise financeira e reformulação da equipe nacional, conseguimos perceber uma maior interferência dos bispos sobre a orientação do próprio conceito de educação de base, que como (FÁVERO, 1982, p. 6) apontou, “no clima de suspeição e repressão gerado pela promulgação do AI-5” os bispos conservadores insistiram que o trabalho do MEB deveria ir no sentido da evangelização e alfabetização. Aqui cabe uma outra observação quanto a concepção de educação de base. A crise financeira que afetou duramente o Movimento em 1967, inviabilizou a interação direta entre o Nacional e os sistemas, o que acarretou um problema descrito nos relatórios anuais de 1967 e 1968 como “falta de unidade” isso se referia diretamente a própria ideia do que seria a educação de base, e que só foi ser repensado a partir de 1969.

A partir disso, a educação de base passou a expressar uma proposta de tecnificação do trabalho educativo com algum grau de evangelismo. É nessa perspectiva que a equipe nacional passa a introduzir no Movimento autores estrangeiros da psicologia como *Jean Piaget e Kurt Lewin*, da sociologia do desenvolvimento como *André Gunder Frank* e da educação como *Pierre Furter e Carl Ransom Rogers*.

Esses teóricos influenciaram diretamente no direcionamento político pedagógico do Movimento, sobretudo nas atividades de capacitação onde foram introduzidos elementos como pesquisa psicossocial que tinham como objetivo analisar a realidade do homem do campo para adequar as atividades aos seus respectivos interesses e

---

<sup>29</sup>Cf, (MEB, 1967, p. 15)

necessidades, com isso a educação de base passou a contar com elementos de natureza cada vez mais técnica.

Percebemos ainda que, a partir de 1970, o MEB passa a ter sua linha político pedagógica mais alinhada com a Igreja Católica, estamos falando aqui de um conceito de educação de base mais alinhado com as decisões do Encontro de Medellín e das Campanhas da Fraternidade que trabalhamos no primeiro capítulo. Nesse contexto o MEB passa a trabalhar no sentido de pensar “a) a mudança de todas as formas que dificultam a promoção cultural-social-espiritual-econômica-política; b) a possibilidade de ele tornar-se sujeito-agente de seu destino histórico” (MEB, 1970b, p. 3).

A dinâmica de produção do conceito de educação de base para o MEB estava relacionada a fatores internos e externos ao Movimento: aos posicionamentos e ações de sujeitos e grupos que o constituíam em sua relação com o agitado contexto histórico vivido. Em sua tese de doutorado, posteriormente publicada como livro, Luiz Eduardo Wanderley caracteriza o Movimento da seguinte forma:

O MEB foi uma instituição que teve o patrocínio da Igreja em sua representatividade oficial - a CNBB - como parte conveniada. Seu conselho diretor, órgão máximo normativo e responsável dentro do organograma estrutural, tinha uma composição majoritária de bispos. No módulo de base, onde atuavam as equipes locais, os bispos diocesanos eram responsáveis diretos em áreas afetadas à sua jurisdição. O Movimento constituía-se, em grande maioria, de membros advindos da Ação católica e com número expressivo de egressos da Juventude Universitária Católica - JUC, setor importante dentro do clima político reinante nas hostes eclesiais da época e no movimento universitário. O conteúdo do pensamento e as práticas do Movimento tinham suas raízes e desenvolvimento marcados decisivamente por reflexões mediadas por leituras cristãs e por práticas consideradas como resultantes de um compromisso cristão (WANDERLEY 1984, p. 64).

Desde sua criação, em 1961, vinculada ao governo desenvolvimentista com viés educacional integrador, passando por redefinições que assumiam uma linha educacional crítica, em diálogo com outros movimentos de educação e cultura popular, voltada para transformação social que acompanhava o clima reformista vigente até 1964, até o golpe militar é fundamental pensar a centralidade da Igreja Católica no Movimento de Educação

de Base. Outros autores e autoras como: Paiva (1983)<sup>30</sup>, Fávero (2006)<sup>31</sup> e De Kadt (2007)<sup>32</sup> apontam que o MEB sobreviveu ao regime militar em decorrência do seu vínculo com a Igreja Católica. Nesse sentido, entendemos que a Igreja não pode ser excluída ou desvinculada da história do Movimento. Tão pouco percebida de maneira homogênea. Por isso só agora começamos a falar sobre o MEB.

O professor Osmar Fávero (1982), em estudo localizado no Fundo do MEB no CEDIC, apresenta o ciclo de vida do Movimento dividido em fases. A primeira fase compreende o período entre 1961 e 1966, que certamente foi e ainda é um período muito estudado sobre o qual se destacam publicações icônicas. A seguir Fávero (1982) caracteriza o que entende como primeira fase:

Por questões metodológicas, consideramos como 1ª fase de seus trabalhos o período 1961-66, que corresponde ao deslanchar das ações iniciais (1961/62) a montagem dos grandes sistemas do Nordeste, Amazonas e Centro-Oeste, inclusive Minas; a expansão das escolas radiofônicas e dos trabalhos de assessoria direta às comunidades e grupos, principalmente através dos sindicatos rurais e depois da animação popular; às várias crises político-ideológico-financeira; até o fechamento de vários grandes sistemas estaduais, há nesta fase uma mesma linha de ação que a caracteriza e garante a unidade do Movimento [...] de 1961 a 1966, mais de 400 mil alunos concluíram os cursos básicos do MEB [...] estimando-se de 5 a 8 milhões de pessoas direta ou indiretamente atingidas pelas 29 emissoras que irradiavam programas e aulas [...] nesse período foram realizados 38 treinamentos para 900 professores, supervisores e animadores das equipes locais” (FÁVERO, O. 1982, p. 4 – 6).

Outras tantas obras canônicas longamente citadas ao longo de nossa pesquisa, compõe o quadro de uma vasta bibliografia dedicada aos primeiros cinco anos do MEB. Esse mesmo volume de produção não pode ser identificado para a segunda fase do MEB,

---

<sup>30</sup> “A partir de abril de 1964, um grande número de programas desaparece. Alguns poucos sobrevivem no interior, com programação restrita e revisão de sua linha de atuação. Entre os grandes movimentos sobrevive apenas o MEB, em virtude de seu vínculo com a CNBB, mas tal sobrevivência custou a revisão de sua metodologia, de seu material didático e da orientação do programa” (PAIVA. 1983, p. 259- 260).

<sup>31</sup> “Em abril de 1964, frente à insegurança gerada pelas denúncias e acusações, suspensão das verbas e críticas de alguns bispos, a diretoria executiva do MEB e o próprio CDN procuraram apoio na CNBB. Se isto é inteligível, segundo as origens do MEB e pelos vínculos pessoais de seus representantes maiores, reavivou, todavia, a dependência estrutural do Movimento à CNBB cujo pensamento era bastante conservador” (FÁVERO, 2006, p.113- 114).

<sup>32</sup> “Todos, inclusive os próprios bispos, deram-se conta de que o governo não tinha atacado o Movimento com mais força precisamente por sua ligação com a CNBB” (KADT, 2007, p. 222-223).

compreendida entre 1967 e 1971. Certamente, até o momento em que essa dissertação estava sendo escrita, nós tínhamos dificuldade em identificar autores e autoras que abordaram o MEB nessa segunda fase, assim, ao mesmo tempo em que a escassez de bibliografia torna a atividade de pesquisa mais difícil e complexa, levanta-se também a responsabilidade que essa pesquisa traz consigo, de vivificar novas pesquisas sobre a segunda fase do MEB. Fávero (1982, p. 7) nos faz lembrar que até 1971 houve uma certa constância nos membros que compunham a equipe Nacional. Contudo após setembro de 1971 as mudanças tanto na CNBB, quanto no CDN, acarretaram também a demissão em massa de toda equipe nacional, influenciando diretamente nas atividades do Movimento que foram interrompidas e tiveram seus documentos dispersados. Por esse motivo entendemos também ser necessário construir uma memória da segunda fase.

Nesta segunda fase procura-se manter o essencial do Movimento [...] também são muito importantes as tentativas de regionalização dos sistemas, no Norte e no Nordeste, com programação e elaboração de material didático específico para cada Estado [...] do ponto de vista da conjuntura interna da instituição, a 2ª fase é demarcada por crises. Os anos de 1966/67 foram vividos sob grave crise financeira: as negociações com a Presidência da República e com o MEC, iniciadas em início de 1966, estenderam-se até meados de 1967, quando novos recursos foram liberados. Os praticamente dois anos de crise, no entanto, provocaram danos profundos [...] A recomposição do secretariado Nacional e de vários Sistemas locais só começou a ocorrer ao final de 1967, e foi realizado durante todo ano de 1968. Nesta fase solidificou-se o controle exercido pelos Bispos sobre o Movimento. Em decorrência, a formulação da nova linha de ação pela recém-construída Equipe Técnica Nacional, foi determinada por fatores conjunturais internos tanto quanto externos. No clima de suspeição e repressão gerado pela promulgação do AI-5, ao final de 1968, os Bispos insistiam e pressionavam no sentido da ênfase na alfabetização e na evangelização das camadas atingidas pelo MEB [...] O MEB dessa 2ª fase apresenta-se assim, com formação distinta daquela identificada na 1ª. O amadurecimento técnico adquirido em 1968/69, principalmente a elaboração de propostas de captação de recursos junto a agências externas de ajuda, ligadas às Igrejas, levou o MEB a tentar sobreviver através da venda de serviços” (FÁVERO, O. 1982, p. 6-7).

É esse momento de escassez e complexidade, que a nossa pesquisa está dedicada a abordar. Certamente não teremos todas as respostas, e talvez jamais as tenhamos, mas teremos sempre viva a possibilidade de refletir sobre o único Movimento de Educação Popular que sobreviveu à ditadura militar.

Fávero (1982) ainda delimita, por fim, uma terceira fase do MEB que se estendeu a partir de 1971, com outra composição, outra organização e outra proposta político pedagógica, mas que não cabe aqui nessa dissertação, deixando para que tantos outros pesquisadores e pesquisadoras possam suscitar novas investigações sobre o MEB.

Fazer essa breve reflexão sobre a divisão do MEB em fases, faz parte do elemento fundamental para que você, leitor e/ou leitora, possa compreender que a nossa pesquisa trabalha com a percepção de tempo histórico<sup>33</sup>, e não de tempo cronológico. Para nós, os acontecimentos marcam a transição de um período para outro, e não o calendário. Tudo isso fica muito mais fácil, quando entendemos que o objetivo de nossa pesquisa é compreender o processo de sobrevivência do MEB na segunda fase, e não contar uma história linear que começa em 1967 e termina em 1971, mesmo porque o MEB transcendeu esses anos, ele é anterior e posterior a esse período.

Dar vida a narrativa de um período que ainda não é tão estudado quanto os cinco primeiros anos representa a possibilidade de alargar nossa experiência de conhecimento sobre o Movimento e a educação popular no Brasil e reverberar vozes ainda não escutadas produzindo, dessa forma, uma das possíveis narrativas sobre o MEB.

---

<sup>33</sup>“A atmosfera em que seu pensamento respira naturalmente é a categoria da duração. Decerto, dificilmente imagina-se que uma ciência, qualquer que seja, possa abstrair do tempo. Entretanto, para muitas dentre elas, que, por convenção, o desintegram em fragmentos artificialmente homogêneos, ele representa apenas uma medida. Realidade concreta e viva, submetida à irreversibilidade de seu impulso, o tempo da história, ao contrário, é o próprio plasma em que se engastam os fenômenos e como o lugar de sua inteligibilidade. O número dos segundos, anos ou séculos que um corpo radioativo exige para se transformar em outros corpos é, para a atomística, um dado fundamental. Mas que esta ou aquela dessas metamorfoses tenha ocorrido há mil anos, ontem ou hoje ou que deva se produzir amanhã, sem dúvida tal consideração interessaria ao geólogo, porque a geologia é, à sua maneira, uma disciplina histórica; ela deixa o físico frio como gelo. Nenhum historiador, em contrapartida, se contentará em constatar que César levou oito anos para conquistar a Gália e que foram necessários quinze anos a Lutero para que, do ortodoxo noviço de Erfurt, saísse o reformador de Wittenberg. Importa-lhe muito mais atribuir à conquista da Gália seu exato lugar cronológico nas vicissitudes das sociedades europeias; e, sem absolutamente negar o que uma crise espiritual como a de irmão Martinho continha de eterno, só julgará ter prestado contas disso depois de ter fixado, com precisão, seu momento na curva dos destinos tanto do homem que foi seu herói como da civilização que teve como atmosfera” (BLOCH, 2002, p. 55).

## 2.1. AMPLIANDO NOSSO OLHAR SOBRE O MEB

Ao longo das leituras realizadas durante o período de escrita desta dissertação, identificamos a construção da tese de que o Movimento sobreviveu à ditadura militar em virtude do seu vínculo com a Igreja Católica. De certa forma, temos acordo com todos os autores e autoras que nos precederam e que em suas narrativas dissertaram com grande maestria esta tese. Não é de nosso interesse refutá-la, mas com o avanço de nossa pesquisa, acreditamos que houve outros fatores que possibilitaram essa sobrevivência.

Sendo assim acreditamos que seria possível pensar em uma narrativa onde o Movimento sobreviveu à ditadura em virtude do seu vínculo com a Igreja Católica, por uma concessão do regime ditatorial e pela força que as pessoas que compuseram o Movimento, sobretudo suas bases e quadros técnicos (que são também políticos, pois não há neutralidade entre esses técnicos), conseguiram ao longo do tempo.

Inicialmente, temos que entender que o vínculo com a Igreja foi fundamental, mas não foi o fator exclusivo para que o Movimento sobrevivesse. Para ficar mais fácil de entender, pensemos da seguinte forma: o MEB conseguiu desenvolver o seu trabalho educativo em regiões onde o Estado e até mesmo a Igreja, dificilmente conseguiriam chegar, tudo isso através das escolas radiofônicas. Logo, manter o MEB era interessante tanto para o Estado que seria beneficiado com a educação de base voltada ao seu projeto desenvolvimentista, quanto para os bispos diocesanos, que se utilizariam do MEB como ferramenta de evangelização.

Essa foi uma das mutações que o Movimento sofreu durante esse período. Nos primeiros anos ele estava direcionado para educação de base com sentido de sindicalização e conscientização, durante o trabalho com as fontes primárias do Fundo MEB, conseguimos perceber que as palavras *sindicalização* e *conscientização*, muito usadas nos cinco primeiros anos do MEB, deixaram de fazer parte do vocabulário dos documentos, entretanto, expressões como grupalização, dinâmica de grupo e treinamento em situação passaram a integrar o vocabulário utilizado na segunda fase. E após o golpe militar, com o endurecimento do regime, e, sobretudo, com as alterações que a Igreja sofreu, o MEB passou a se dedicar à educação de base enquanto uma proposta de alfabetização e evangelização. Ou seja, houve um processo de continuidades e descontinuidades que culminaram na identificação de elementos que diferenciam os

primeiros anos das atividades do MEB, para o momento em que estamos nos dedicando a estudar.

Nesse sentido, acreditamos que antes de entrarmos na relação do MEB com a ditadura militar de maneira mais profunda, é necessário que nos dediquemos a compreender uma relação fundamental que é responsável por ampliar nossa perspectiva sobre o Movimento, que por sua vez, também é uma das maiores diferenças em relação aos primeiros anos do MEB. Estamos falando da percepção do Nacional enquanto instituição. Não que a equipe nacional não existisse na primeira fase, mas no período em que nos dedicamos a pesquisar, percebemos que a equipe nacional, também chamada de “o Nacional” passou a funcionar como instância quase exclusivamente administrativa, voltada para manutenção da estrutura do MEB, sobretudo nos anos de crise. É apenas a partir de 1969 que ela passa a assumir um caráter mais pedagógico, nesse sentido, percebemos a necessidade de jogar luz, sobre o Nacional.

O olhar sobre o processo de rupturas e de continuidades dos primeiros anos do MEB para os anos que esta pesquisa se dedicou a trabalhar normalmente é resumido em uma afirmativa: depois de 1967 o MEB assumiu outra formatação diferente dos anos anteriores. De fato, essa afirmativa é correta, entretanto é reducionista, pois não fornece elementos que nos possibilitam alargar nossos olhares sobre o MEB nesse período tão carente de produções.

Pensando em categorias de análise que pudessem sustentara narrativa que estamos construindo, permitindo um mergulho na história do Movimento pós 1967, percebemos que as alterações necessitavam ser mais iluminadas. Após um longo processo de reflexão e de amadurecimento da própria pesquisa, uma pergunta básica de caráter historiográfico ainda nos inquietava: por qual razão não temos estudos sobre o MEB nesse período chagado por uma ditadura militar?

E a partir dessa inquietação foi possível pensar a principal diferença organizacional entre o MEB dos primeiros anos e o MEB após 1967. Uma das nossas hipóteses é que essa diferença justifica também a escassez de estudos nesse período. Ocorre que é usual entendermos o MEB como um organismo de certa forma homogêneo, o que não é errado se pensarmos nos primeiros anos do Movimento. Entretanto essa percepção não se sustenta nos anos abordados por essa pesquisa. A partir de 1967, não é

possível entender o MEB como um organismo plenamente integrado, talvez essa seja uma das maiores alterações do Movimento.

Quando olhamos para os estudos sobre o que foi o MEB nos primeiros anos, é possível perceber que a maioria deles está dedicada a trabalhar os sistemas de educação de base, sobretudo por ser o lugar onde a prática educativa se concretizava, salvo as obras de Fávero e de Wanderley, que trabalham outros aspectos do MEB durante a primeira fase.

Era nos sistemas que a educação de base acontecia, esse mesmo encaminhamento chegou a ser sugerido enquanto esta pesquisa estava sendo escrita. Existe o pensamento de que para se trabalhar o MEB, deve-se escolher um sistema, ou seja um lugar geográfico específico para trabalhar. Essa forma de trabalhar não atenderia aos objetivos desta dissertação, pois caminhamos no sentido de tentarmos compreender como o Movimento sobreviveu a partir das orientações do Nacional.

A percepção da existência do Nacional enquanto face institucional do MEB não foi instantânea, mas fruto de uma longa reflexão e de um processo de amadurecimento da própria pesquisa, não que essa diferença não existisse antes, mas tornou-se mais definida nesse período. O primeiro indício dessa diferença entre o Nacional enquanto lugar da norma e os Sistemas enquanto o lugar da prática da educação de base, pode ser percebida na escrita das fontes analisadas, quando percebemos o uso do termo “O Nacional” sempre vinculado como sujeito praticante da ação, na categoria de voz ativa, que normatiza e orienta.

Um dado que indica essa distância subjetiva do Nacional para os Sistemas, e que legitima nossa percepção, pode ser identificado na localização geográfica da sede do Movimento, onde estava o Nacional, comparado à localização dos sistemas. Ou seja, enquanto os sistemas praticavam a educação de base majoritariamente nas regiões norte e nordeste do Brasil, O Nacional estava localizado no Rio de Janeiro, no sudeste do Brasil. Esse distanciamento tanto subjetivo, quanto objetivo, do Nacional enquanto lugar da norma e do MEB (sistemas) enquanto lugar da prática pedagógica, por meio da educação de base, e do próprio movimento fica mais nítido quando percebemos o padrão das fontes analisadas. Aqui me refiro ao teor organizacional das fontes correspondentes ao MEB Nacional, sobretudo pela composição delas a partir de elementos de natureza

administrativa, em oposição às fontes dos primeiros anos, que são ricas em detalhes de natureza teórica e pedagógica.

Sendo assim, é possível pensar que o MEB (sistemas) seria de fato o lugar da concretude da educação de base, o que justifica a quantidade significativa de produções que giram entorno dos sistemas, sobretudo pelo fato de eles conseguirem ilustrar o processo pedagógico da educação de base em si. Enquanto isso o Nacional pode ser percebido enquanto estrutura administrativa, com muito menos elementos de natureza pedagógica do que os sistemas. Talvez o interesse na prática educativa do MEB seja maior do que na estrutura administrativa que se tornou mais explícita entre 1967 e 1968, em virtude da crise financeira que restringiu a atuação do Nacional a atividades de natureza interna, e somente após 1969 o Nacional direcionou seus esforços para ação pedagógica por meio das capacitações, o que poderia dar pistas sobre o carecimento de pesquisas nesse período.

#### 2.1.1. Do Estado que proíbe, ao Estado que permite: integrar para utilizar

É sempre importante trazermos à memória o fato de que o nosso objeto de pesquisa está situado em meio a um contexto de ditadura militar<sup>34</sup>, que como identificamos anteriormente foi um período marcado por um regime autoritário, que censurava, cerceava direitos e legitimava a tortura das mais diversas naturezas.

Os militares instalaram uma espécie de braço articulado à máquina da repressão, orientado para suprimir qualquer tipo de contestação produzida no campo da cultura, do pensamento e das ideias. Filmes eram proibidos ou tinham cenas cortadas; versos de canções eram mutilados ou vetados; peças teatrais acabavam barradas pelas autoridades, por vezes às vésperas de estreia [...] A lei de censura prévia para livros e publicações foi instituída em 1970, e determinava que os editores enviassem originais para Brasília, antes da publicação. Na prática, revelou-se tecnicamente inexecutável: só em 1971 foram lançados 9950 novos títulos, demandando um número impossível de censores. Mas a imprensa estava amordaçada e os jornalistas perseguidos ou encarcerados (SCHWARCZ, 2018, p. 464).

---

<sup>34</sup> Reiteramos que é significativo para nós assumirmos o posicionamento político de que este período é marcado por uma ditadura. Pois qualquer outro termo que venha “amenizar” a organização do governo nesse período seria reducionista e levaria ao leitor e/ou leitora a amenizar os fatos ocorridos durante a repressão.

Aqui chamamos a atenção para o termo “permitted”, que em nossa pesquisa não deve ser considerado literalmente, tendo em vista que assumir que a permissão ou não da continuidade do MEB estivesse sujeitada unicamente ao governo militar seria equivocado. Sendo assim, assumimos o “permitted” enquanto uma estratégia<sup>35</sup> do grupo hegemônico, nesse caso os militares, considerando que a qualquer momento o Estado poderia ter dado um ponto final no MEB, assim como fez com inúmeros grupos de educação e de cultura popular durante a ditadura. Contudo, não o fez. Pelo contrário, em 8 de agosto de 1967, foi publicado o Decreto Nº 61.145 que tornou o MEB uma entidade colaborativa do Ministério da Educação e da Cultura (MEC).

Mesmo que em condições de uma sobrevivência, o MEB conseguiu dar continuidade ao trabalho educativo, a ponto de ser premiado internacionalmente em 1968. Enquanto isso, aqui no Brasil, especificamente em 07 de março de 1968, o Decreto Nº 62.360 concede ao MEB o status de Entidade de Utilidade Pública.

Assim, a nossa pesquisa percebe que a ditadura militar produtora de uma cultura de proibição, especificamente através da censura, criou uma estratégia para se utilizar da estrutura do Movimento. Primeiro o Decreto nº 60.464 de 14 de março de 1967 integrou o MEB ao Plano Nacional de Educação, em seguida o Decreto Nº 62.360 concedeu ao MEB o status de Entidade de Utilidade Pública. Para nós o “permitted” pode ser entendido não como se o governo militar detivesse todo o poder para gerir o Movimento, mas como um conjunto de estratégias, seja pela integração, seja pela utilização da estrutura do MEB.

Da mesma forma, não seria equivocado pensar que o MEB teria se aproveitado dessa condição enquanto uma astúcia que pudesse viabilizar a continuidade do Movimento, ou seja o Movimento não foi completamente passivo. Vale lembrar que tudo isso se deu sob o imaginário da força adquirida pelo MEB ao longo do tempo. De maneira astuciosa, o MEB, ao mudar seus objetivos de conscientização para evangelização, assumiu uma tarefa de natureza pastoral. Ou seja, produziu essa proximidade com o

---

<sup>35</sup> “Chamo de *estratégia* o cálculo (ou a manipulação) das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder (uma empresa, um exército, uma cidade, uma instituição científica) pode ser isolado. A estratégia postula um *lugar* suscetível de ser circunscrito como *algo próprio* e ser a base de onde se podem gerir as relações com uma *exterioridade* de alvos ou ameaças (os clientes ou os concorrentes, os inimigos, o campo em torno da cidade, os objetivos e objetos da pesquisa etc).” (CERTEAU, 2014, p. 93).

trabalho religioso, vinculado a uma instituição jurídica e internacionalmente reconhecida, como a Igreja Católica, que naquele momento era uma das poucas instituições, se não a única, que gozava de certa autonomia no território brasileiro.

Nesse sentido, Certeau (2020) colabora com nossa análise ao trabalhar o conceito de “linguagem alterada”, onde identificamos que o MEB, de maneira astuciosa, percebeu que para sobreviver à ditadura, seria necessário “permitir-se”<sup>36</sup> ser possuído pelo espírito demoníaco, nesse caso, o discurso da ditadura.<sup>37</sup> Seja pela “possessão” do CDN por um integrante do Ministério da Educação e Cultura, seja pela alteração dos objetivos do MEB em si. Percebemos essa relação de permitir-se possuir e alterar o próprio discurso em função da possessão. Contudo temos elementos suficientes para considerar que o MEB ao permitir-se ser possuído, não se manteve passivo, esta foi sim uma forma de lutar. Talvez essa relação possa ficar mais clara trazendo um pouco mais de poesia para o nosso meio. A obra cinematográfica “O poderoso Chefão II”, de 1974, tem uma frase que pode traduzir a nossa análise: “mantenha seus amigos por perto e seus inimigos mais perto ainda”. Seria certamente essa relação uma das maiores astúcias do Movimento.

Nesse sentido entendemos que seria incompleto presumir que o MEB sobreviveu à ditadura militar única e exclusivamente pelo seu vínculo com a Igreja, já que a ditadura também teve interesse em utilizar o Movimento. Entendemos ser fundamental e indispensável a relação entre o Movimento e Igreja, mas entendemos também que houve o interesse por parte do Estado em permitir que o MEB, mesmo que em condições precárias e de subfinanciamento continuasse a existir.

Desta forma chegamos à percepção de que o processo de sobrevivência do Movimento é o resultado de duas forças distintas. Uma primeira força de natureza interna ao Movimento, que é possível identificar tanto no interesse da Igreja como instituição como no desejo dos quadros de pessoal em dar continuidade ao trabalho desenvolvido, e uma segunda força de natureza externa, que é verificável na atuação do Estado em “permitir” que o Movimento continuasse sobrevivendo.

---

<sup>36</sup> Diferente do termo permitiu que trabalhamos como estratégia, o termo permitir-se está ligado a uma ação praticada pelo Movimento, aqui encarada como tática, no sentido cereteuniano da palavra.

<sup>37</sup> Cf. o item: Uma discussão teórica sobre possessão e sobrevivência (p. 163) desta dissertação.

Nas linhas anteriores, citamos o Decreto Nº 60.464 de 14 de março de 1967, para nós tanto este, como o Decreto nº 62.360 de 11 de março de 1968 merecem uma atenção especial pois possibilitam uma leitura das formas de produção da ditadura em “permitir” ao MEB que continuasse a exercer as suas atividades. O primeiro elemento que nos chamou a atenção durante nossa análise, foi o termo “íntegra”. Sem sombra de dúvidas houve uma intencionalidade do relator do Decreto ao selecionar essa palavra, mas o nosso pensamento caminhou no sentido de compreender a justificativa pela qual o MEB passou a integrar o Plano Complementar do Plano Nacional de Educação.

Há de se pensar que o instrumento jurídico poderia ter sido uma forma de garantir o repasse de verbas do MEC ao MEB. Tal pensamento seria correto se, de fato, o MEB tivesse sido beneficiado com algum valor ou de alguma outra forma após a imediata publicação do Decreto, o que não aconteceu naquele ano. O que se estabeleceu foi um instrumento que legitimou o controle sobre a funcionalidade do Movimento, como podemos perceber no Art. 2º em que se limitou a atuação do MEB apenas ao programa de alfabetização e Educação de Base, nesse caso, percebemos que a sindicalização, a politização e outras atividades de formação já utilizadas nos primeiros anos do MEB foram reduzidas e censuradas pelo Decreto.

Em nossa pesquisa, conseguimos identificar que as formas de controle produzidas pelo Decreto Nº 60.464 não estavam reduzidas apenas às orientações da execução do trabalho do Movimento, também estava implícito o controle de verbas destinadas ao MEB. Ainda no Art 2º, no parágrafo único, o relator fez referência a um outro Decreto, o de número 59.667, de 5 de dezembro de 1966, que, em síntese, aponta no sentido que as atividades do MEB deveriam estar sujeitas a aprovação da Comissão Nacional de Alfabetização e de Educação Assistemática, e que caberia ao Ministro da Educação aprovar ou não o uso dos recursos.

Apesar de parecer repetitivo, não me furto de reiterar que o contexto em que o objeto de pesquisa está inserido é de censura e repressão. E em meio a esses eventos, identificamos ainda outra forma de controle legitimada pelo Decreto Nº 60.464, que está posta claramente no Art. 5º, onde percebemos que o Ministro da Educação indicaria um representante para atuar no CDN, até então composto unicamente por bispos da Igreja Católica.

## DECRETO Nº 60.464, DE 14 DE MARÇO DE 1967

Art. 5º O Ministro de Estado da Educação e Cultura designará representante, de sua livre escolha, para integrar o Conselho Diretor Nacional do Movimento de Educação de Base (MEB) da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).(BRASIL, DECRETO Nº 60.464, 1967)

As fontes apresentadas permitem pensarmos elementos que nos possibilitam entender que o processo de sobrevivência do MEB estava condicionado também ao Estado, ampliando a perspectiva de que o Movimento não sobreviveu à ditadura militar somente em virtude do seu vínculo com a Igreja, mas também por um interesse do Estado.

Em meio a nossas pesquisas, localizamos outra fonte que nos auxiliou a perceber essa relação de condicionamento do MEB ao MEC. O recorte do Jornal do Brasil de 30 abril de 1967, sob a manchete “Conselho do MEB já cuida do programa de ensino que será desenvolvido em 68”. O texto da matéria diz ser “dispendioso o deslocamento de professores para essas regiões”, no caso, o norte e nordeste do Brasil. Em seguida, o texto informa que o CDN se reuniu no Rio de Janeiro com o objetivo de “tratar com o Ministro da Educação a colaboração que o MEB pode prestar à campanha de alfabetização do País, utilizando seus recursos e centros”. Ou seja, nos lugares mais distantes, em que seria dispendioso para o Estado prover a educação da população direcionando professores e demais recursos, o MEB foi convocado a assumir o trabalho educativo, suprimindo assim uma demanda direcionada ao Estado e justificando, perante a este, a manutenção do Movimento. Um olhar mais minucioso sobre teor da reportagem nos faz perceber que uma das táticas de sobrevivência que o Movimento utilizou nesse período foi o direcionamento de sua atuação para áreas de interesse comum com a ditadura militar, de maneira mais específica a região amazônica, que era objeto da política integradora e desenvolvimentista.

Para ficar mais claro, olhemos para a frase dita por Dom Vicente Távora ao Jornal do Brasil afirmando que “não acredita em desenvolvimento sem educação”. Ora assumir o discurso de um projeto nacional desenvolvimentista também promovido pela ditadura, não significa necessariamente que o MEB tenha se alinhado ao regime. Significa, pois, que Dom Vicente Távora sabia que assumir esse discurso seria o único meio de evitar um ataque direto por parte da ditadura. Na prática, Dom Vicente Távora, reconhece que tanto

a gestão anterior do MEB quanto a de 1967 estavam em acordo com a encíclica tida como a mais progressista de todas já editadas pela Igreja Católica, a *populorum progressio*.

Com isso, queremos dizer que a leitura exclusiva da fonte não nos possibilita compreender as práticas e as maneiras de fazer do MEB, sobretudo por ser um período chagado por uma ditadura militar, onde o “não dito” e a criação de representações e comportamentos são táticas de sobrevivência em meio ao medo e as incertezas da vida.

Figura 7: Recorte do Jornal do Brasil sobre o MEB 1967



Fonte: [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015\\_08&PagFis=109529](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_08&PagFis=109529)

Podemos dizer que o discurso de D. José Távora apresentado na reportagem do Jornal do Brasil adota uma tática da evasão pelo uso de termos aparentemente consensuais, mas que podem assumir diferentes significados a depender do projeto e da

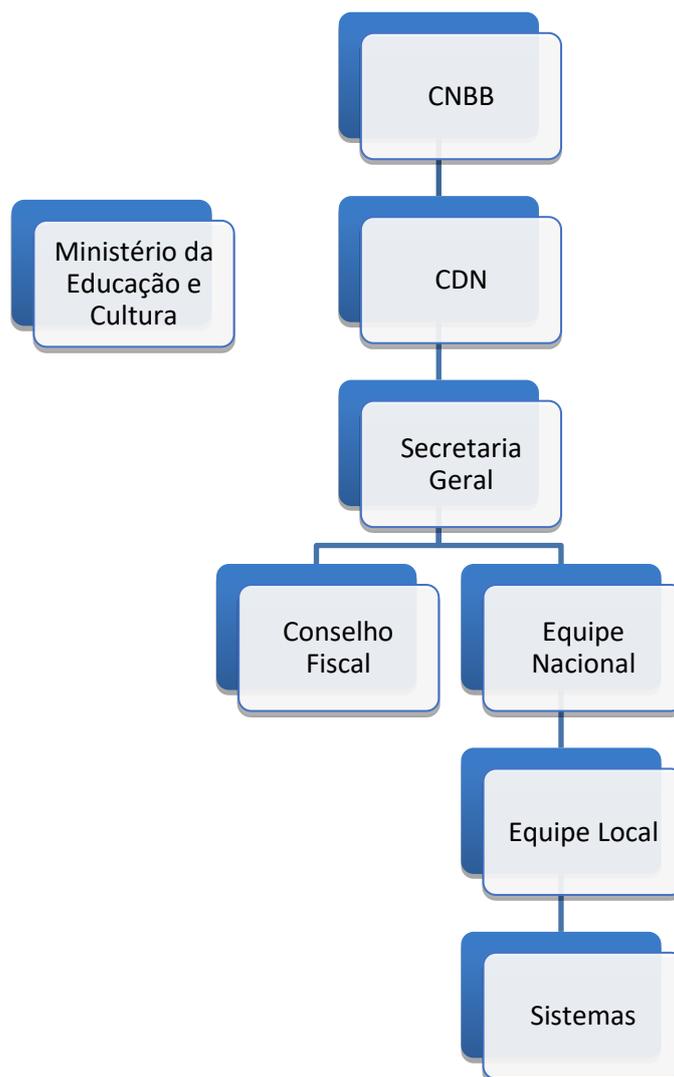
ação educacional dos sujeitos. “Alfabetização e conscientização do adulto e adolescente”, ou “[oferta] ao homem [dos] elementos necessários para que ele tome consciência de seus verdadeiros problemas e das soluções adequadas a esses problemas” são afirmações que poderiam ou não se chocar com os interesses da ditadura militar dependendo do sentido atribuído e das práticas associadas a elas. Proferidas por um Bispo da Igreja Católica ganhavam legitimidade e condescendência do regime.

Dentro desse limiar daquilo que o MEB praticava em suas bases e do discurso assumido pela equipe nacional do MEB enquanto tática de sobrevivência é possível identificar algumas coincidências com interesses da ditadura, tal como o direcionamento do MEB para a região amazônica a partir de 1970, e que vamos trabalhar no capítulo seguinte. Mas por hora, acreditamos que conseguimos compreender as categorias de análise que nos auxiliarão a compreender a narrativa sobre o MEB ao longo de 1967 até 1971. E, sobretudo, que houve uma estratégia da ditadura militar, utilizar os centros do MEB.

#### 2.1.2. Um pouco sobre a estrutura do MEB a partir de 1967

Ao integrar o Plano Complementar do Plano Nacional de Alfabetização o Movimento passa a assumir uma característica nova em relação à sua estrutura hierárquica. O professor Luiz Eduardo Wanderley em sua tese de doutorado recria a estrutura hierárquica do Movimento nos primeiros anos, contudo, o Artigo 5º do Decreto 60.464 de 14 de março de 1967 nos fornece pistas de que a estrutura hierárquica do Movimento a partir de 1967 foi alterada, sobretudo quando o Ministro da Educação passou a selecionar um representante para compor o Conselho Diretor Nacional (CDN) do Movimento, antes composto unicamente por bispos da Igreja Católica. O gráfico a seguir possibilita visualizarmos de forma mais clara a inserção do Ministério da Educação e Cultura dentro no MEB.

**Gráfico 1: Organização hierárquica do MEB no período (1967-1971)**



Fonte: Elaborado pelo autor

O organograma representado acima ilustra a organização hierárquica do MEB, onde no primeiro nível temos a CNBB, que é a instituição responsável pelo MEB desde a sua criação em 1961, composta por Bispos da Igreja Católica e representante oficial da Igreja no Brasil. Em nossa pesquisa pudemos compreender que o processo de transformação social, advinda da ala progressista da Igreja Católica penetrou profundamente na estrutura da CNBB, forçando sua adequação às novas necessidades da sociedade naquele período.

Durante a entrevista com a ex-integrante do MEB a Sr.<sup>a</sup> Letícia Ligneu Contrin, quando perguntei sobre a relação entre a CNBB e o MEB, ela afirmou que “o MEB era uma atividade da CNBB, que sem ela, o MEB não existiria”. Durante uma entrevista com

outro ex-integrante da equipe nacional do MEB o Sr. José Renato Campos Monteiro, foi possível perceber que a relação entre o Movimento e a CNBB necessariamente não foi pacífica durante todo o tempo, sobretudo a partir de 1971. O Sr. Celso S. Bredariol, durante a entrevista, fez memória ao conflito com a hierarquia da Igreja, ele disse:

em 67 as coisas já tinham muito se definido, em termos de metodologia, e tal, e em 71 foi o período em que houve o grande confronto, da hierarquia, hierarquia são os bispos, da hierarquia com a instituição que é leiga. De início, a natureza desse relacionamento do MEB/CNBB de alinhamento subordinação, porque os leigos são considerados digamos, de terceiro escalão, “cê” tem o clero, “cê” tem os religiosos, e tem os leigos (BREDARIOL, 2019).

Entendemos que esses conflitos que os entrevistados relatam, são provenientes da estrutura organizacional do MEB, ou seja, um Movimento de base leiga como o MEB era subordinado à estrutura hierárquica da Igreja Católica.

Quanto aos leigos, o Sr. Celso S. Bredariol os relata durante a entrevista como o terceiro escalão. Nesse sentido, acreditamos ser fundamental adentrarmos um pouco mais nas relações entre leigos e hierarquia para compreendermos a natureza dos conflitos a que estamos nos referindo.

Em primeiro lugar temos os clérigos, nesse caso, os padres e bispos, que compunham a estrutura hierárquica da Igreja. Esses homens se dedicavam ao trabalho pastoral, ou seja, “cuidar do seu rebanho”, que seria uma metáfora ao cuidado que o pastor tem com suas ovelhas. As atividades desenvolvidas no trabalho pastoral vão desde atendimento às necessidades dos fiéis às celebrações litúrgicas. Por sua vez, ao decidir tomar o caminho sacerdotal, esses homens abdicaram de algumas liberdades comuns aos leigos, ou seja, ao ser ordenado padre e sagrado bispo, esses homens estavam submissos a uma série de regras da instituição Igreja, uma dessas regras, ou “amarras”, que toca a nossa pesquisa é a filiação partidária, o clérigo não podia, e até hoje não pode, filiar-se a um partido político.

Em contrapartida, ao estar vinculado como clérigo à Instituição Igreja, esses homens possuíam maior influência na sociedade, eram formadores de opinião, lideranças espirituais, e alguns até assumiam a luta contra os poderes opressores, viabilizando que fossem realizados em suas paróquias encontros, reuniões de grupos de militância.

Já os leigos e leigas gozavam de uma maior liberdade, pois não estavam sujeitos às mesmas regras que os membros da hierarquia, podiam livremente assumir a luta

política filiando-se a partidos políticos, entretanto não estavam investidos de tanto poder quanto os clérigos. Essa dicotomia é refletida, por exemplo, na estrutura hierárquica do próprio MEB, quando o CDN era composto unicamente de bispos, salvo o representante do MEC que era escolhido pelo Presidente da República, enquanto a equipe nacional era composta por leigos. De certa forma, o papel da hierarquia no MEB era de legislar enquanto aos leigos cabia executar, esse elemento pode ficar mais claro, quando entendemos que o MEB possuía uma ligação umbilical com a Igreja, e que para que pudesse atuar em um determinado território, era necessária a autorização do bispo diocesano. O Sr. Celso Bredariol, durante entrevista, aponta para o interesse dos bispos em terem o MEB em suas dioceses, pois os sistemas poderiam ajudar na execução do trabalho pastoral. Sobre essa vinculação do MEB com os bispos, Fávero (1983) afirma que “A recomposição do Nacional e de vários Sistemas Locais só começou a ocorrer no final de 1967, e foi realizado durante todo ano de 1968. Nessa fase, solidificou-se o controle exercido pelos bispos sobre o Movimento” (FÁVERO, 1983, p. 8).

No segundo nível tínhamos o Conselho Diretor Nacional (CDN), órgão do MEB subordinado à CNBB. Ele era composto por indivíduos da hierarquia da Igreja, necessariamente os bispos. Durante nossas pesquisas sobre a segunda fase do Movimento identificamos que o próprio CDN não se manteve imutável ao longo desse período. Em uma matéria do Jornal do Brasil, de 30 de abril de 1967, identificamos que os Bispos que formavam o CDN eram D. José Távora, D. José Delgado, D. José de Souza Lima, D. Avelar Brandão, D. Fernando Gomes dos Santos, D. José Maria Pires, D. Orlando Chaves, D. Valfredo Vieira, D. Claudio Padin, enquanto um documento elaborado por Fávero sobre a composição da equipe nacional do MEB, que está no CEDIC, aponta que em 1971 o CDN era composto por D. José Vicente Távora, arcebispo de Aracaju, Sergipe, na qualidade de presidente; D. José Maria Pires, arcebispo de João Pessoa, Paraíba, na qualidade de vice-presidente; D. Alberto Gaudencio Ramos, arcebispo de Belém, Pará; D. Orlando Chaves, arcebispo de Cuiabá, Mato Grosso; D. Avelar Vilela Brandão, arcebispo de Teresina, Piauí; D. José Freire Falcão, bispo de Limoeiro do Norte, Ceará; D. José Costa Campos, bispo de Valença, Rio de Janeiro; D. Joaquim Lange, bispo de Tefé, Amazonas; D. Paulo Evaristo Arns, bispo auxiliar de São Paulo.

Chamamos a atenção para o quadro do Ministério da Educação e Cultura (MEC) que está ao lado do CDN no organograma que abre esse item. A partir do Decreto 60.464 de 14 de março de 1967 que integrou o MEB no Plano Complementar do Plano Nacional

de Educação, o MEB passou a contar com um representante do MEC que atuava em linha paralela ao CDN, o que entendemos ser um método de controle utilizado pela ditadura militar sobre o Movimento. Por ser um organismo do Estado, ele não pode ser representado no organograma ligado ao MEB, pois indicaria uma relação de subordinação à CNBB, o que nunca houve. Por isso, esclarecemos que o MEC está representado ao lado do CDN, mas sem uma linha de ligação direta.

No terceiro nível tínhamos a Secretaria Geral, que foi ocupada pela Sr.<sup>a</sup> Marina Bandeira até o final do ano de 1971, quando ocorre a demissão em massa dos membros do MEB, a alteração do CDN e dá-se início a chamada terceira fase do Movimento.

No quarto nível ao lado da Equipe Nacional tínhamos o Conselho Fiscal, que tinha como membros titulares o professor Condorcet Pereira Resende, Dr. Euler de Lima e o Dr. Walmir Antônio Luiz, e como membros suplentes o frei Mathias Heleman, o Dr. Antônio da Gama e Souza, e o Dr. Antônio Francisco Pereira.

Na equipe Nacional tínhamos os leigos, que em sua maioria vinham da Ação Católica e de movimentos Jocistas (JAC, JEC, JIC, JOC e JUC)<sup>38</sup>, que segundo a ex-integrante, a Sr.<sup>a</sup> Letícia Ligneu, foram fundamentais no processo de sobrevivência do MEB em virtude da sua formação na Ação Católica.

No quarto nível da estrutura organizacional do MEB tínhamos as Equipes Locais, que estavam sob o comando do bispo diocesano, que segundo Wanderley (1984) “exercia sua autoridade em todas as atividades: autorizar o MEB em seu território, apresentar os candidatos à seleção, aprovar o plano de trabalho local, e responder pela linha doutrinária” (WANDERLEY, 1984, p. 53). Durante a entrevista com o ex-integrante da equipe nacional do MEB, o Sr. Celso Simões Bredariol, perguntei a ele sobre a relação do MEB com a CNBB.

Olha, primeiro O Bispo diocesano ele tinha uma, uma importância muito grande no sistema de poder no MEB, [...] Dom Eugênio Salles era Arcebispo do Estado lá no Nordeste, [...] ele, por exemplo, foi uma pessoa importante na manutenção do MEB naquela região, [...] por exemplo em Crateús, tinha um MEB muito avançado, muito a esquerda, o nome do bispo eu não vou conseguir me lembrar, mas sem dúvidas foi porque o bispo era uma pessoa, de esquerda. Então, quer dizer, o rumo das coisas era muito definido por cada, cada bispo [...], o MEB, o

---

<sup>38</sup> Nas páginas seguintes vamos detalhar um pouco mais sobre esses movimentos, também chamados de “a, e, i, o, u, da juventude”.

que conseguiu se manter, muito em função, do trabalho dos bispos (BREDARIOL 2019).

Quando perguntei para o Sr. Celso se a relação do MEB com a hierarquia da Igreja Católica teria sido um determinante para que o Movimento sobrevivesse à ditadura militar, ele disse:

Eu acho que os bispos foram fundamentais nisso, para os seus sistemas. Então por exemplo, Dom Eugênio Salles ele, por exemplo, foi fundamental na manutenção da equipe dele, ele inclusive foi o cara que... Pariu Paulo Freire, né, mas isso é anterior, [...] foi muito importante o apoio dos bispos nos sistemas de sobrevivência como assim você quer chamar (BREDARIOL 2019).

Entretanto ao longo de nossa pesquisa, foi possível verificar que a aderência ao MEB por parte do Bispo diocesano, não era apenas uma atitude de benevolência ou de caridade, pois, em virtude da penetração do Movimento no território da diocese, o MEB viabilizava o trabalho pastoral que os bispos, por muitas vezes, não conseguiam realizar. Sobre isso o Sr. Celso diz:

existe um interesse dos bispos de manter suas equipes, sem dúvidas, “pra” eles todos, era importante ter MEB, as equipes mantinham relações constantes com várias comunidades do interior, através do rádio. E equipes que faziam treinamentos, supervisão, encontros, entre esse povo todo. Então isso tudo para um bispo, ter isso na sua diocese, era uma coisa muito importante, muito interessante (BREDARIOL 2019).

Nesse sentido é possível compreender a relação do papel do Bispo Diocesano na estrutura hierárquica do funcionamento do MEB, dialogicamente com o interesse em utilizar o MEB como um instrumento que pudesse chegar aonde os clérigos, por muitas vezes não conseguiam chegar, em virtude da distância e da dimensão territorial das dioceses. Sob o comando do bispo diocesano, tínhamos os coordenadores locais, em estados cuja penetração geográfica do MEB fosse consideravelmente grande, e os coordenadores dos sistemas de educação de base, ambos atuavam no processo de capacitação dos monitores e supervisores, que atuavam diretamente nos Sistemas, que eram o último nível na hierarquia organizacional do MEB. O relatório anual de 1968 esclarece que:

Cada Sistema de Educação de Base tem como sede uma cidade que exerça, dentro do Estado, função de polo de desenvolvimento. Os Sistemas desenvolvem seu trabalho educativo em uma área determinada, composta pelo município sede e pelos municípios próximos que ofereçam possibilidades de integração no processo de desenvolvimento no trabalho educativo. Desta forma, a área de atuação varia de Sistema para Sistema, de acordo com os condicionamentos de cada realidade (MEB, 1968, p. 12).

## 2.2.O NACIONAL

A nossa pesquisa conseguiu jogar luz sobre um período da história do MEB que estava obscuro. Mais do que isso, conseguimos conhecer um pouco da vida e das histórias das pessoas que compuseram a equipe nacional do MEB, de maneira especial o Sr. Celso Simões Bredariol, o Sr. José Renato Campos Monteiro e a Sr.<sup>a</sup> Letícia Ligneu Cotrim. Nomes estes até então desconhecidos nas histórias do MEB, mas que felizmente tivemos a oportunidade de conhecer presencialmente, e que nos ajudaram com suas narrativas a compreender e a construir a nossa narrativa. Não menos importante, tivemos ainda a oportunidade de conhecer o Sr. José Pereira Peixoto Filho, de maneira virtual devido os riscos da pandemia.

A princípio pode parecer estranho iniciar este capítulo fazendo memória dos nomes das pessoas que compuseram a equipe nacional, com as quais pudemos realizar trocas magníficas, contudo, esses nomes, essas pessoas, vivenciaram a história que narramos e suas memórias colaboraram para pensarmos a composição da equipe nacional.

Um elemento levantado durante as entrevistas foi a origem do vínculo de cada entrevistado com o MEB. Inicialmente pensávamos que, se tratando de uma proposta relacionada diretamente à educação, a equipe nacional deveria ser composta por professores, entretanto a formação para docência não foi o elemento que conectou essas pessoas ao Movimento, pois nem todos eram professores. Nesse sentido, foi necessário compreender o que ligava essas pessoas ao MEB.

Ao analisar as fontes escritas e orais, foi possível identificar que de fato houve um elemento que conectou essas pessoas ao MEB, que foi a formação política deles. Praticamente todos e todas que compuseram a equipe nacional tiveram suas bases

políticas formadas pela Ação Católica e pelos movimentos jecistas. Nas palavras da Sr.<sup>a</sup> Letícia: “não é possível pensar o MEB sem pensar a Ação Católica”.

A vinculação das pessoas que compuseram a equipe nacional do MEB e suas bases de militância foi a chave mestra para compreender as táticas de sobrevivência e as astúcias utilizadas ao longo do período.

No final, conseguimos identificar alguns dos principais nomes, como membros da equipe nacional do MEB, ou “O Nacional”.

**Tabela 5: Composição da equipe nacional do MEB (1967)**

Nome	Ocupação
Marina Bandeira (Marina)	Secretária Geral
Wilson Ferreira Hargreaves	Coordenador
Roberto Faria Mendes (Roberto)	Controle e avaliação
Rute Maria Monteiro Rios (Rute Rios)	Coordenação
Paulo Rogério	Metodologia
Celso Simões Bredariol (Celso Bredariol)	Metodologia

Adaptado de: Composição da Equipe Nacional (1965-1971). S/l (1971). 4p. Fundo MEB. Acervo CEDIC.

Marina Bandeira foi secretária executiva e secretária geral do MEB desde a sua criação, atuando na primeira e segunda fase do Movimento, saindo em 1971. Foi percebida como uma mulher resiliente e a que permaneceu no MEB desde 1961 até 1971. Certamente Marina foi uma pessoa significativa para a sobrevivência do Movimento, sua vivência e sua experiência foram marcantes no processo de sobrevivência do MEB, o que pode ser percebido nas páginas que virão, onde a presença de Marina teve destaque, sobretudo na busca por financiamento.

Roberto Faria Mendes entra no MEB em 1966, no setor de Controle e avaliação, é demitido do MEB por atividade considerada subversiva e preso em 1974. Quanto ao Sr. Roberto, não foi possível conhecer em profundidade a sua história com o Movimento.

Rute Rios, pernambucana, de Recife foi professora-locutora da escola radiofônica do MEB em Pernambuco. Para Costa (2018), no dizer de Osmar Fávero e Aída Bezerra,

“uma excelente e criativa professora da escola radiofônica! Rute criava programas interessantíssimos para o desenvolvimento das aulas através do rádio”. Na sequência de sua atuação no MEB, já morando no Rio de Janeiro, trabalhou depois de 1965 na coordenação nacional do movimento. No início da década de 1980, Rute integrou a Comissão Coordenadora de Educação e Cultura, coordenada por Darcy Ribeiro para elaborar a proposta dos CIEP – Centros Integrados de Educação Pública, implantados no governo de Leonel Brizola do Rio de Janeiro. Em 1987 junto com Aída Bezerra assumiu o desafio de criar o SAPÉ – Serviços de Apoio à Pesquisa em Educação e, nessa instituição, desenvolveu como primeiro projeto a Pesquisa Confronto de Sistemas de Conhecimento na Educação Popular (COSTA, 2018, p. 284).

Celso Bredariol, Engenheiro Agrônomo pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) na Escola Nacional de Agronomia, tornou-se Mestre em Educação pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) em 1990 e é Doutor em Engenharia Elétrica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), entrou no MEB no meio do ano de 1967 para implementar o programa de sindicalismo rural e cooperativismo. No dia primeiro de outubro de 1969 foi detido pela repressão por atividade considerada subversiva. Celso Bredariol, na sua dissertação de mestrado, deixou algumas evidências de como foi a sua ida para o MEB:

Fui trabalhar na equipe nacional do Movimento de Educação de Base – MEB, que se rejuntava de três anos de repressão e renascia reduzido de 54 para 21 sistemas de educação radiofônica com recepção organizada, espalhados pelo Norte e Nordeste [...] enquanto esperava que saísse o dinheiro do Ministério da Educação e Cultura (MEC), trabalhei num núcleo de colonização do Instituto Brasileiro de reforma Agrária [...] voltei para o MEB para fazer “de um tudo”. Treinamento, Supervisão, Encontros, Planejamento, Avaliação (BREDARIOL, 1990, p. 5).

Ao longo da nossa pesquisa, foi possível identificar que a equipe nacional iniciou o ano de 1967 já debilitada e chegou ao mês de setembro com apenas três membros que tiveram seus nomes confirmados durante as entrevistas realizadas com os ex-integrantes. A composição da equipe nacional era então formada por Hargreaves, Roberto Mendes e Rute Rios.

Após a previsão de entrada de verbas que deveriam vir do MEC, em virtude do Decreto presidencial 61.145 de 08 de agosto de 1967, que firmava o convênio entre o

MEB e MEC deu-se início ao processo de contratação de novos integrantes para a equipe nacional. Em um primeiro momento foram contratados Celso Simões Bredariol e Paulo Rogério Guimarães Esmanhoto. Em 1968, foram convidados Creusa Capalbo (1937-2017), posteriormente uma das fundadoras do Programa de Pós-Graduação em Filosofia na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e docente da Universidade Federal do Rio de Janeiro (URFJ) e Zilar<sup>39</sup>. Em 1969 ingressam Dilmar Mendes e José Pereira Peixoto Filho, hoje professor aposentado da Universidade Federal Fluminense (UFF). Antes de sua passagem pela equipe nacional, José Pereira atuou desde a primeira fase do Movimento no estado de Goiás, e ao longo da segunda fase dedicou-se ao Nacional. Durante a entrevista com o Celso Simões ele diz:

as pessoas foram entrando conforme o fluxo de caixa foi meio que se ajustando. Não teve, assim, um período de grandes contratações, mas, foi acontecendo, e algumas dessas pessoas também tinham atividades fora, o Dilmar era professor da rede ALONSO, a Zilar era professora de filosofia, a Creusa era professora na UFRJ, enfim... tinham outras atividades (BREDARIOL 2019).

Retomando a questão da formação política dos quadros da equipe nacional, que foi forjada desde a juventude nos campos da Ação Católica e dos movimentos jecistas, percebemos que este foi o elemento unificador das pessoas que compuseram o Nacional. A narrativa apresentada pela ex-integrante da equipe Nacional a Sr.<sup>a</sup> Letícia ilustra um pouco da vinculação entre os membros do Nacional.

Peixoto foi JUC, Osmar e Vera... Vera é fundadora da ação católica feminina trouxe da França; Osmar foi JUC presidente nacional da JUC; Marina foi ação católica com Vera, Celso [...] Hargrives não sei, Roberto foi JUC Juiz de Fora; Zé Augusto JUC; Aldair e Ricardo Burnom JUC, [...] Ruth JUC, Paulo Rogério JUC, Celso JUC, Creusa que eu acho que é Creusa da filosofia JAC, JEC, e JUC, [...] Carmi JUC, Zé Renato JUC a tia dele já era de equipe nacional e ele veio para ir para o convento e o histórico dele foi JUC; Gilmar foi JEC... eu fui desde 14 anos JEC, Peixoto Foi JEC, depois JUC e depois adulto da ação católica, Luzilene foi JUC (Ligneu, L. C. 2019)

A narrativa da Sr.<sup>a</sup> Letícia, dos outros ex-integrante do Nacional e as fontes que dispomos, nos levam a perceber que a formação política de base católica justifica uma

---

<sup>39</sup> Não localizamos o sobrenome da Sr.<sup>a</sup> Zilar.

das marcas características do MEB, a apropriação do método Ver-Julgar-Agir pelo Movimento em suas ações, sejam elas pedagógicas ou administrativas.

Segundo Fávero O método ver-julgar-agir criado pelo monsenhor Cardjin foi adotado por toda a Ação Católica, que partia da realidade, analisava-a ante um conjunto de valores e, a partir desse julgamento, estabelecia programas de ação. A vinculação deste método com o MEB deu-se em virtude de a formação dos seus quadros serem majoritariamente advindos da Ação Católica. “Na condução do processo educativo, o MEB tornava imprescindível essa postura de trocar ideias, de pensar juntos, de refletir a realidade a partir dos problemas sentidos e vivenciados, obtendo o desvendamento dessa realidade através de questionamentos baseados no método Ver-Julgar-Agir, utilizado pela Ação Católica” (CARVALHO, et al. 2009, p. 74) *apud* (FÁVERO, 2006, p. 257- 258).

Talvez seja esse o espaço para qualificarmos a questão da “sobrevivência do MEB em virtude do seu vínculo com a Igreja”. Em nossa análise propomos pensar que, para além do manto protetor da alta hierarquia da Igreja Católica, é importante considerar o fazer das pessoas – sobretudo as e os leigas e leigos na articulação de astúcias que teriam possibilitado maiores chances de continuidade ao Movimento. Assumir que enquanto organismo por si só a Igreja tivesse garantido a sobrevivência do MEB, seria desprezar o histórico das pessoas que compuseram o Movimento. Nesse sentido, reafirmamos a necessidade de trazermos para nossa narrativa as pessoas que compuseram a equipe nacional. Mas, para compreender a natureza das astúcias articuladas pela equipe nacional, é importante compreender seu histórico de formação, seus vínculos estreitos com a militância política ligada às bases da Igreja.

Essa militância se encontrava, em grande parte, organizada em movimentos como a Juventude Agrária Católica (JAC), Juventude Estudantil Católica (JEC), Juventude Independente Católica (JIC), Juventude Operária Católica (JOC) e Juventude Universitária Católica (JUC) também conhecidos como “a, e, i, o, u da juventude”<sup>40</sup> que

---

<sup>40</sup> “movimentos especializados nos padrões franceses e belgas– particularmente entre jovens – receberam maior proeminência. Os primeiros a serem oficialmente reconhecidos pela hierarquia em escala nacional foram a JEC e a JOC. Depois, em julho de 1950, os outros ramos foram lançados nacionalmente: a JAC (Juventude Agrária Católica), para a juventude agrária; a, JUC, que já existira por vários períodos em muitas das dioceses mais importantes; e uma espécie de baú para a categoria residual dos “independentes”, JIC (Juventude Independente Católica). Cada um desses ramos (exceto a JUC, que tinha homens e mulheres como membros) tinha setores separados para homens e mulheres. A JIC, na realidade, nunca formou uma identidade própria, menos ainda uma ideologia ou um modo característico de ação em seu “meio” vagamente definido

nasceram a partir das experiências da Ação Católica e tinham como elemento fundamental nesse período fortalecer o compromisso dos leigos com a transformação social a partir da leitura da vida à luz do evangelho. Sobre a Ação Católica Luigi Bordin (1987) na obra *O Marxismo e a Teologia da Libertação* disse:

A Ação Católica Brasileira, força social obrigatoriamente forjada nessas lutas, operava organicamente integrada com as forças da esquerda, ligava-se progressivamente aos setores mais ativos do movimento de massa urbano (movimento estudantil e operário) e constituía, ao mesmo tempo, a força principal (os quadros) do Movimento de Educação de Base (MEB), que agia principalmente na organização de sindicatos camponeses, visando, através da educação, a elevar o nível de consciência política das massas do campo brasileiro. Agia como uma organização política de fato (BORDIN, L., 1987, p. 53 *apud* BEZERRA, V., 2010, p. 83).

Nesse sentido o texto do primeiro capítulo desta dissertação, nos auxilia a compreender que as alterações em curso no seio da Igreja Católica, foram responsáveis por mobilizar uma concepção de fé cada vez mais atrelada aos movimentos que estavam comprometidos com as lutas sociais. O MEB, desde sua criação, congregou em seus quadros jovens engajados nas discussões da Ação Católica. Araújo (2009) contribui com nossa análise sobre o Nacional quando diz:

Os primeiros quadros de dirigentes do MEB, seja em nível nacional ou regional, eram formados por jovens com um nível educacional elevado, provenientes da burguesia e da pequena burguesia urbanas, particularmente das capitais e das cidades mais desenvolvidas (ARAÚJO, 2009, p. 70).

Sobre a origem de classe dos integrantes da AP, afirmou o suíço Pierre Furter em entrevista ao professor Juliano Peroza<sup>41</sup>, publicada em dezembro de 2020, na revista *Educação e Linguagem*, 2ª edição, “eram ala esquerda, mas eram burgueses de boa intenção” (PEROZA 2020). No fundo MEB do CEDIC, foi localizado um artigo produzido pelo professor Pierre Furter, intitulado “A mentalidade do homem rural”

---

como de classe média. Mas os outros quatro tomaram parte no desenvolvimento do catolicismo progressista no Brasil” (DE KADT, 2007, p. 83).

<sup>41</sup> Graduado em Filosofia pela USF. Mestre Doutor em Educação pela PUC--PR. Professor de Filosofia do Instituto Federal do Paraná--Campus Irati juliano. E-mail: peroza@ifpr.edu.br

publicado em 1969, acreditamos que esse artigo tenha uma ligação direta com o direcionamento político pedagógico assumido nesse período.

Em páginas anteriores, falamos que o Movimento teria sobrevivido também em virtude dos quadros do Nacional, a partir da análise das fontes, localizamos elementos que apontam para a resistência do Nacional à ditadura militar e as formas de opressão, relatos que vão desde ameaças por escrito nas caixas de correio, até “capangas” armados, que conhecendo o histórico do trabalho do MEB coíbiam a chegada da equipe em determinados locais, inviabilizando o processo de animação popular, de capacitação e de supervisão. Em outros momentos havia também um enfrentamento da equipe nacional com bispos conservadores, como ocorreu em Goiânia. Durante entrevista com o ex-integrante da equipe Nacional o Sr. Peixoto, ele relatou que os sistemas com uma militância política declarada, incomodavam diretamente os bispos conservadores, e em momentos de conflitos entre os sistemas e o bispo diocesano, a equipe do Nacional intervinha diretamente com a tentativa de amenizar.

A equipe nacional, tal como percebemos, enquanto um organismo administrativo realizou interferências diretas nos sistemas. O período era delicado, a ditadura estava estabelecida, era necessário unificar o trabalho do Movimento para que houvesse o imaginário social<sup>42</sup> de unidade, ou seja, criar o sentimento de unidade dentro do Movimento. A exemplo do sistema de Tefé que sofreu retaliações da equipe nacional, quando iniciou o trabalho de alfabetização de crianças.

A Sr.<sup>a</sup> Leni Rodrigues Coelho, que, em tese de doutorado, se dedicou a e pesquisar sobre o sistema do MEB em Tefé, colaborou com nossa pesquisa na medida em que compartilhamos nossas fontes. Em suas atividades de pesquisa ela teve a oportunidade de entrevistar<sup>43</sup> o Sr. Protásio Lopes Pessoa, coordenador do MEB em Tefé. Tal entrevista

---

<sup>42</sup> “A manipulação do imaginário social é particularmente importante em momentos de mudança política e social, em momentos de redefinição de identidades coletivas. Não foi por acaso que a Revolução Francesa em suas várias fases, tornou-se um exemplo clássico de tentativa de manipular os sentimentos coletivos no esforço de criar um novo sistema político, uma nova sociedade, um homem novo. Mirabeal disse-o com clareza: não basta mostrar a verdade, é necessário fazer com que o povo a ame, é necessário apoderar-se da imaginação do povo” (CARVALHO, 2017, p. 11).

<sup>43</sup>A entrevista foi realizada por Rosenice da Silva, sob a orientação da Professora Me.<sup>a</sup> Leni Rodrigues Coelho, em 02 de junho de 2009, na residência do entrevistado, com fins para escrita da sua tese de doutorado, que contou com financiamento da Universidade do Estado do Amazonas-UEA/FAPEAM.

colaborou com nossa pesquisa, no sentido em que a utilizamos para compreender as relações de subordinação dos sistemas ao Nacional. Aqui estamos nos referindo diretamente a possibilidade ou não de uma imposição do Nacional sobre os Sistemas. Quando foi levantada a questão da existência da imposição do Nacional, e o Sr. Protásio respondeu:

O MEB Nacional queria que fizesse uso dos métodos estabelecidos, como também os objetivos, tanto assim que quando nós começamos a dar aula para criança eles mandaram suspender. Vieram de lá um aqui, periodicamente vinham aqui, veio uma pessoa exclusivamente para isso, verificar todas as escolas funcionando, e para gente retirar as crianças, pois o MEB era só para adultos e adolescentes. (PESSOA 2009)

Na fala do Sr. Protásio foi possível identificar um exemplo de conflito entre as orientações do Nacional e o que estava sendo praticado nos sistemas. O sistema de Tefé iniciou tentativas de levar a educação de base também para crianças, o que consistia em uma divergência da orientação política pedagógica do Nacional.

Havia ainda uma preocupação do Nacional com aquilo que era difundido pelos sistemas na rádio, sobretudo pela magnitude e o alcance das transmissões. As transmissões transcendiam a concepção de alfabetização, era o momento de formação nos mais diversos níveis, desde cultural ao emocional, desde o intelectual ao político. Não havia uma forma de controlar quem podia ouvir e quem não podia, daí a preocupação do Nacional com as informações que estavam sendo veiculadas, pois qualquer declaração poderia ser considerada subversiva.

Contudo, essa preocupação não foi suficiente, em 1971 uma aula produzida pelo MEB onde falava-se sobre os países que utilizavam “cooperativismo” em que o radialista em sua fala invejou os países que utilizavam tal método, levou à demissão em massa de toda equipe do nacional, e de todo CDN, que vamos abordar de maneira específica em outro momento. Desta forma, fica claro para nós que no período que nossa pesquisa se dedicou a abordar, o processo de sobrevivência esteve também ligado diretamente com a formação das pessoas que compunham o Nacional.

Aqui destacamos ainda a dedicação da Sr.<sup>a</sup> Marina Bandeira, ex-secretária executiva do MEB. Em entrevista com os ex-integrantes Sr.<sup>a</sup> Letícia Ligneu, Sr. Celso Simões e Sr. José Peixoto eles falam sobre a Sr.<sup>a</sup> Marina:

Ela [Marina] tinha uma Paixão [...] quando ela não aguentou mais a contradição das opções mais à esquerda, porque ela não era uma mulher comunista nem a esquerda. Ela não aguentou a ida em massa para “AP” entendeu? (Entrevista com a Ex-integrante Letícia Ligneu, realizada em 2019).

A ida massiva para Ação Popular (AP)<sup>44</sup> deu-se em virtude do endurecimento do regime enquanto uma alternativa mais radicalizada dos quadros do Movimento, Marina tinha suas convicções políticas mais alinhadas ao centro, e por isso optou por não prosseguir em um viés radical como a AP<sup>45</sup>

a Marina também era assim, é... uma pessoa de centro-esquerda, ... mais centro entendeu? E ela era uma pessoa, assim, muito hábil em termos de negociar com as várias correntes de bispos e era até uma mulher bonita. Solteirona, mas bonita, e, enfim, muito, muito educada muito ... é... vamos dizer, talhada pra aquele tipo de atividade, entendeu? Ela morreu faz uns dois meses, maio, foi esse ano, mas ela foi uma figura muito importante pro MEB nesse período (Entrevista realizada com o ex-integrante Celso Simões, realizada em 2019).

Entendemos que a dedicação das pessoas que compuseram o Movimento foi um elemento de natureza interna e de grande importância para o processo de sobrevivência.

---

<sup>44</sup> “A Ação Popular esteve na origem, no conjunto da sociedade civil e da Igreja, de um processo de polarização, politização e crítica com respeito à integração do cristianismo e da Igreja na ideologia e no sistema dominante. Ela ofereceu a muitos cristãos a possibilidade de viverem uma nova visão do cristianismo, e ela criou, em nível social e político, a imagem de um cristianismo revolucionário, contrário e oposto ao cristianismo manipulado pelas classes dominantes, especialmente por seus setores nacionalistas e integristas. E, finalmente, ela introduziu, no interior da esquerda, a discussão política sobre o tema religioso e cristão em geral e sobre as potencialidades revolucionárias da prática política dos cristãos em particular” (RICHARD, 1982, p. 157, *apud* ARAÚJO, 2009, p. 65).

<sup>45</sup> “Nesse período, a AP já havia adotado de maneira definitiva o maoísmo e os seus militantes foram orientados a participarem da política de integração na produção, ou seja, eles deveriam ir trabalhar como operários em fábricas ou como camponeses em áreas rurais de várias regiões brasileiras. De acordo com a Direção Nacional, a maior deficiência da organização era ser formada, em sua maioria, por estudantes oriundos da classe média, que eram capazes de fazer distribuição de panfletos, participar de reuniões, manifestações e passeatas, mas não podiam formar o grupo de vanguarda habilitado a conduzir o processo revolucionário no país, pois eles não tinham acesso a produção” (DIAS, 2012, p. 681).

Durante as entrevistas, o nome da integrante Marina, se destacou de maneira significativa. Inicialmente em nossa pesquisa, pairava um forte questionamento sobre a composição da equipe nacional do MEB, a pergunta que tínhamos em mente era: quem foram as pessoas que compuseram o MEB nesse período? E acreditamos que ao longo desta dissertação conseguiremos fazer conhecer um pouco de alguns desses personagens.

Para nós, não há dúvidas de que o ano de 1967 foi de fato um período de grande crise financeira para o Movimento, com efeito, o Nacional ficou restrito a atividades administrativas e burocráticas. As fontes nos dão indícios de que ainda em 1968 o Nacional estava trabalhando no sentido de reestruturar o Movimento, financeiramente e pedagogicamente.

Ao longo de nossa pesquisa, conseguimos perceber que a dinâmica de trabalho do Nacional estava ligada diretamente com a formação dos seus quadros, de maneira mais específica com o método ver-julgar-agir. Isso fica mais claro quando observamos atentamente o V Encontro Nacional de Coordenadores, Momento em que o Nacional olhou para o Movimento de uma maneira geral (ver), definiu uma política de ação, delimitando metas de trabalho (julgou), e agiu em primeiro lugar em busca de outras formas de financiamento e somente em 1969 conseguiu agir de forma mais específica na capacitação de pessoal, no sentido de um trabalho pedagógico<sup>46</sup>.

No capítulo seguinte trabalharemos melhor o V Encontro Nacional de Coordenadores, aqui, por hora, vamos nos dedicar a dissertar sobre as atividades de capacitação que foram desenvolvidas pelo Nacional. Nesse momento cabe uma breve observação, as atividades de capacitação estão dentro do quadro do “Agir”, ou seja, foi um desdobramento das atividades de “ver” e “julgar”. Logo as atividades que aqui vamos apontar, só foram realizadas em 1969, pois somente nesse período o Movimento conseguiu certa estabilidade financeira, que possibilitou a realização das atividades que vamos abordar.

A supervisão aos núcleos regionais era certamente a forma mais eficiente de estreitar os laços com as comunidades. Em 1969 o MEB teve uma experiência

---

<sup>46</sup> No sentido do trabalho pedagógico, o MEB também atuou no sentido de venda de assessoria, como uma espécie de venda de cursos de capacitação sobre a educação de base, sua ação, metodologia, forma de trabalho.

significativa, pois foi possível que a equipe nacional permanecesse de 3 a 15 dias em cada localidade.

Graças a essa nova modalidade de supervisão foi possível ao MEB assessorar não só aos monitores das escolas e lideranças grupais, mas também a maior número de moradores das comunidades. Este método propiciou maior oportunidade para motivar a população rural às mudanças que se fazem necessárias no setor de produção cooperativa, da utilização de novos métodos e máquinas agrícolas para a plantação, de comercialização de produtos, da aquisição de novos hábitos sanitários e higiênicos etc. (MEB, 1970, p. 23).

Nesta citação do Relatório Anual do MEB, que como descobrimos, serviu também como um instrumento de prestação de contas às instituições financiadoras e, sobretudo, ao MEC, identificamos elementos chaves para nossa análise, a mecanização do campo e a chamada educação sanitária.

Por sua vez, as atividades de capacitação eram divididas em duas categorias, primeira era a capacitação de animadores e a segunda, a capacitação de pessoal profissional do MEB. Nesta primeira categoria tínhamos as atividades de supervisão aos núcleos, os treinamentos e encontros, e as reuniões. Enquanto na segunda categoria tínhamos a supervisão da equipe nacional, os treinamentos, os encontros, dias de estudo, reuniões de equipe, correspondências e outras atividades.

### 2.2.1. Capacitação de Animadores e líderes

A supervisão aos núcleos, realizada pela equipe nacional era uma forma de estabelecer um contato mais direto com as comunidades rurais. Com isso entendemos que apesar de o MEB ser genericamente entendido como um exemplo de educação à distância, que utilizou o rádio como instrumento de propagação das aulas, havia a consciência de que a interação pessoal entre todos os sujeitos envolvidos no processo de ensino e aprendizagem era de grande importância. Logo presumir que o MEB ficou limitado às aulas radiofônicas é um equívoco, sobretudo quando observamos as quantidades de atividades presenciais que o Movimento desenvolveu (MEB, 1970, p. 23).

Já os treinamentos e os encontros foram formas de capacitação largamente utilizadas em 1969. Os treinamentos normalmente com duração de um dia, e os encontros, com duração de 3 a 5 dias, ambos reuniam monitores e animadores de uma determinada área. Dentro dessa categoria de capacitação, é possível observar que havia ainda uma subdivisão entre a capacitação que era específica para monitores e líderes, e a capacitação que tinha caráter motivacional para os moradores das comunidades das áreas onde o MEB desenvolvia o trabalho educativo (MEB, 1970, p. 24).

Aa primeira modalidade era restrita a um grupo específico, monitores e líderes que exerciam ação específica nas localidades. A estes eram fornecidos cursos intensivos sobre assessoria, técnicas de monitoria de escolas radiofônicas, técnicas de trabalho em grupo, técnicas de animação popular, técnicas de liderança, ou seja, era fornecido um instrumental técnico e teórico aos monitores e líderes. Já na segunda modalidade, abrangendo um maior quantitativo de pessoas da comunidade, tinha como objetivo motivar e capacitar por meio de cursos sistemáticos que tinham como premissa estimular a autonomia das comunidades, para que vissem os problemas que os permeavam, julgassem meios e formas para agir.

Por fim, as reuniões, que também eram um instrumento de capacitação do MEB, que englobava tanto monitores e líderes, quanto moradores das comunidades. Normalmente com duração média de duas a três horas, tinha como objetivo atender as necessidades de um acompanhamento presencial e uma avaliação mais rápida e eficiente, para isso, contava-se com a colaboração ativa dos trabalhadores e trabalhadoras rurais (MEB, 197, p. 28).

### 2.2.2. Capacitação de pessoal profissional do MEB

As viagens de supervisão eram realizadas pela equipe técnica nacional do MEB, também chamada de “O Nacional”, por isso a terminologia “Supervisão do Nacional”, que é amplamente utilizada nos relatórios do MEB. Durante as viagens, o Nacional tinha a função de acompanhar de maneira sistemática os trabalhos realizados pelas equipes locais, tanto na área pedagógica, quanto na área administrativa. O Relatório anual de 1969 esclarece que:

no setor pedagógico eram avaliados a programação radiofônica, as supervisões e os trabalhos de animação popular, constituindo-se esses meios numa oportunidade importantíssima, para a equipe técnica Nacional, de contato direto com a realidade das comunidades (MEB, 1970, p. 31).

O Relatório Anual de 1969 ilustra ainda que de fato, o ano de 1969 teve uma avaliação favorável no que se refere à execução das atividades programadas para serem realizadas neste ano. Ou seja, havia sido programado que todos os sistemas fossem visitados ao longo de 1969, o que, segundo o relatório anual, foi concretizado com êxito. “Um cálculo sumário totaliza cerca de 300 dias de assessoria direta do Nacional aos Sistemas de Educação de Base, sendo supervisionados todos os sistemas, conforme previsão do plano de ação de 1969” (MEB, 1970, p. 31).

**Tabela 6: Supervisão do Nacional aos sistemas em 1969**

<b>Unidades da Federação</b>	<b>Equipes</b>	<b>Mês da supervisão</b>
<b>Amazonas</b>	Coarí	Novembro
	Manaus	Setembro
	Tefé	Novembro
<b>Pará</b>	Bragança	Junho – Dezembro
	C. Araguaia	Novembro
	Santarém	Novembro
<b>Piauí</b>	Teresina	Junho – Novembro
<b>Ceará</b>	Crateús	Junho
	Crato	Julho
	Fortaleza	Outubro
	Lim. Norte	Novembro
	Sobral	
<b>R. G. Norte</b>	Caiacó	Novembro
	Natal	Junho – Novembro

	Mossoró	Junho – Novembro
<b>Sergipe</b>	Aracajú	Março, Junho, Outubro e Novembro
	Estância	Novembro
	Propriá	Novembro
<b>M. Grosso</b>	Cuiabá	Fevereiro – Novembro
<b>Rondônia</b>	Guaj. Mirim	Fevereiro – Novembro

Fonte: adaptado do Relatório Anual de 1969, p. 34

Já os treinamentos<sup>47</sup> também eram uma forma muito eficaz no processo de capacitação das equipes locais. Uma característica desse tipo de capacitação foi a congregação de uma ou mais equipes de determinada região, que acontecia na sede de um dos sistemas, com duração média entre sete e doze dias. Essas atividades estavam diretamente sob a coordenação e assessoria de dois a três membros do Nacional (MEB, 1970, p. 31).

Para a realização deste tipo de capacitação, era necessário que houvesse um conhecimento prévio da situação dos sistemas onde iriam acontecer os treinamentos. Para isso, a equipe nacional se utilizava dos relatórios bimestrais das equipes, cartas, relatórios de supervisões anteriores etc., alguns destes estão parcialmente conservados no CEDIC. Os treinamentos eram construídos em quatro etapas: 1- Programa “com a participação de todos os treinandos decidia-se sobre horário, estabelecia-se o temário a ser discutido e distribuía-se a função de cada participante e os grupos de trabalho” (MEB, 1970, p. 32); 2- Desenvolvimento do temário “conforme as técnicas utilizadas durante todo o treinamento, os assuntos escolhidos eram aprofundados, discutidos, procurando sempre meios de superação dos problemas inerentes ao desempenho da ação educativa” (MEB, 1970, p. 32 – 33); 3- Avaliação “análise dos resultados do treinamento e avaliação da metodologia e técnicas empregadas” (MEB, 1970, p. 33) e 4- Planejamento “a partir das

---

<sup>47</sup> “Os treinamentos tinham por objetivo geral capacitar as equipes dos sistemas para o trabalho educativo. Já os objetivos específicos variam de acordo com as necessidades de cada equipe, e se refletiam na escolha do temário, de modo geral, podemos resumir nos seguintes assuntos: a) problemas referentes à animação popular; b) Elaboração da programação radiofônica; c) Técnicas de dinâmica de grupo; d) Metodologia de supervisão; e) Métodos de alfabetização; f) Técnicas de treinamentos de base; g) Técnicas de planejamento; h) Pesquisa social aplicada à educação” (MEB, 1970, p. 32).

conclusões chegadas durante o treinamento, cada equipe planejava as atividades do seu sistema até o final do ano” (MEB, 1970, p. 33). Em contrapartida, as equipes as quais eram destinados os treinamentos, também se preparavam por meio dos “dias de estudo”.

Os encontros eram momentos em que se reuniam equipes de diversos sistemas, onde discutia-se problemas comuns entre eles. Em 1969 foram realizados quatro encontros regionais, dos quais destacamos dois importantes, um de didática para Amazônia e outro para o Nordeste, onde foram avaliadas as experiências, critérios metodológicos e preparado o programa educativo para o ano de 1970.

Os dias de estudo, também foram uma forma de capacitação do MEB. O Relatório anual de 1969 aponta que essas atividades eram realizadas pelos próprios membros dos sistemas, que algumas vezes contou com auxílio de especialistas externos. Os dias de estudo também eram fundamentais na preparação dos sistemas para os treinamentos (MEB, 1970, p. 37).

As reuniões de equipe eram atividades realizadas com maior regularidade pelos sistemas, que aconteciam, normalmente, após a viagem de supervisão da equipe nacional aos Sistemas (MEB, 1970, p. 39). Outras atividades de capacitação de natureza distintas foram desenvolvidas ao longo do Ano da Capacitação. O MEB também atuou como prestador de serviço, ou seja, como atividade rentável ao Movimento, como é o caso do curso para educadores do ensino supletivo do colégio Santo Inácio, o Curso para educadores religiosos, que teve assessoria do MEB, Curso para os alunos do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento (IBRADES) etc.

### 3. UMA NARRATIVA DA SEGUNDA FASE DO MEB

#### 3.1.O ANO DA CRISE E DAS TÁTICAS: 1967

O ano de 1967 é para nós o marco que indica o início do período que nossa pesquisa se dedicou a trabalhar, sobretudo pelo fato de a primeira fase do Movimento, que ocorreu de 1961 até 1966, ser um campo amplamente estudado, com um número expressivo de publicações das mais variadas naturezas, desde livros a artigos, cartilhas, teses e dissertações. Constatamos que as poucas publicações que existem sobre o movimento a partir de 1967 possuem um foco específico nos sistemas e que não existem produções deste período que abordem o MEB a nível nacional. As mudanças sociais ocorridas após a instauração da ditadura militar forçaram o Movimento a tomar novos rumos, desta forma, o ano de 1967 marca o início da segunda fase do MEB que terá seu fim nos últimos meses de 1971, por motivos que serão esclarecidos ao longo desse capítulo.

Em nossa narrativa, o ano de 1967 foi para o MEB o ano da crise, os elementos que nos possibilitam acreditar nessa teoria estão inscritos no relatório anual elaborado pela equipe nacional, publicado em janeiro de 1968. Já na introdução do relatório identificamos a seguinte frase: “o ano de 1967 foi para o MEB um ano de crise”. A escolha desse título para esse subcapítulo foi uma tentativa de refletir ao máximo as preocupações que as pessoas que compunham o MEB tinham naquele momento, sobretudo as dificuldades financeiras que levaram a deixar claro que o ano de 1967 foi um ano de crise.

No capítulo anterior, fizemos questão de deixar claro que a nossa pesquisa se utiliza da percepção de tempo histórico, diante disso, é necessário que compreendamos que os eventos aqui trabalhados, muitas vezes não se encerram nem se iniciaram dentro do período cronológico compreendido entre 1967 e 1971. O ano da crise por sua vez, que pode sim ser interpretado como uma referência direta ao ano de 1967, não significa que a crise iniciou e terminou em 1967, mas pelo contrário, a crise identificada em 1967 foi fruto do processo de desestruturação do Movimento iniciado já em 1965, como identificamos no documento do MEB 10 anos.<sup>48</sup>

---

<sup>48</sup>“a partir de 1964, o Brasil passou por transformações políticas que acarretaram mudanças em todo modo de encarar a educação e o desenvolvimento. Em consequência dessas transformações no panorama nacional, o MEB passou por sucessivas crises, e a falta de verbas para que o trabalho continuasse na mesma extensão, obrigou a que fosse reduzida a área de atuação” (MEB 10 anos, p. 15).

O marco temporal de 1967 se deve, principalmente, ao fechamento dos sistemas da Bahia, que segundo entrevista com Peixoto, foram fechados em virtude do engajamento político e conflitivo com os ideais da ditadura, e de São Luiz do Maranhão, em virtude das dificuldades de execução das atividades, ocasionadas pelas restrições financeiras, que acabaram por desencadear em uma drástica redução do acompanhamento regular às equipes.

Desde 1965 o MEB vem trabalhando no sentido da transformação de núcleos de Animação Popular, onde desenvolve o trabalho de Educação de Base tendo a escola Radiofônica como um dos instrumentos de trabalho. Esta experiência tem apresentado resultados significativos, fazendo crescer qualitativamente o trabalho do MEB. No entanto, em 1967, o trabalho de Animação Popular mostrou estacionamento e até decréscimo, já que por falta de recursos suficientes, muitos núcleos deixaram de ser visitados e acompanhados pelas Equipes do MEB (MEB, 1968, p. 2).

Apesar das dificuldades vivenciadas, que ocasionaram o fechamento dos sistemas, reduzindo assim a área de atuação do Movimento, havia o imaginário da equipe Nacional a preocupação com a humanidade dos indivíduos. Foi pensando nos desdobramentos do não atendimento às pessoas que eram atendidas pelo MEB, que o Movimento não reduziu mais ainda a sua área de atuação. Em 1967, o MEB inicia o ano atuando em 11 unidades da federação sendo elas: Rondônia; Piauí; Sergipe; Amazonas; Ceará; Bahia; Pará; Rio Grande do Norte; Mato Grosso; Maranhão e Alagoas. Contudo, já em janeiro desse mesmo ano, 09 sistemas do estado da Bahia foram paralisados e em julho do mesmo ano o sistema de São Luiz do Maranhão também é fechado em virtude da situação financeira que o Movimento estava passando naquele momento. Sendo assim, o MEB encerra o ano de 1967 atuando em apenas 09 unidades da federação. Quanto ao fechamento de sistemas e seus impactos assim se expressa Relatório anual de 1967:

As consequências desta redução de área, para a população atingida pelo trabalho do MEB são incalculáveis. Foi pensando no povo com quem trabalha e nas consequências do não atendimento às populações das áreas em desenvolvimento onde atua, que o MEB não reduziu ainda mais sua área de atuação (MEB, 1968, p. 1).

**Tabela 7: Sistemas MEB (1967)**

Unidade da Federação	Sistemas	Nº de municípios atingidos
Amazonas	Coarí, Manaus, Tefé.	10
Pará	Bragança, Conceição do Araguaia, Santarém.	34
Piauí	Teresina.	12
Ceará	Crateús, Crato, Fortaleza, Limoeiro, do Norte, Sobral.	47
Rio Grande do Norte	Caiacó, Mossoró, Natal.	34
Alagoas	Maceió.	8
Sergipe	Aracajú, Estância, Propirá.	53
Mato Grosso	Cuiabá.	6
Rondônia	Guajará-Mirim.	1
<b>9 unidades</b>	21 sistemas de Educação de Base	205 Municípios

Fonte: Adaptado do Relatório Anual do MEB 1967, p. 6

As consequências da crise de 1967 no MEB, em virtude da escassez de verbas disponíveis foram projetadas na composição da equipe nacional, esse fato marca para nós o início de uma nova configuração do Movimento e justifica que esse ano seja o marco temporal do início da segunda fase do MEB.

Nesse mesmo ano, identificamos algumas formas de controle da ditadura militar sob o Movimento, como por exemplo, o Decreto 61.145<sup>49</sup> que em seu Artigo 2º parágrafo 2 destina a importância de até dois milhões de cruzeiros novos ao MEB. Contudo, nas linhas seguintes do mesmo Decreto fica evidente que o plano de aplicação dos recursos deveria ser previamente aprovado pelo MEC.

<sup>49</sup> Provê sobre a retificação do Decreto nº 60.464, de 14 de março de 1967

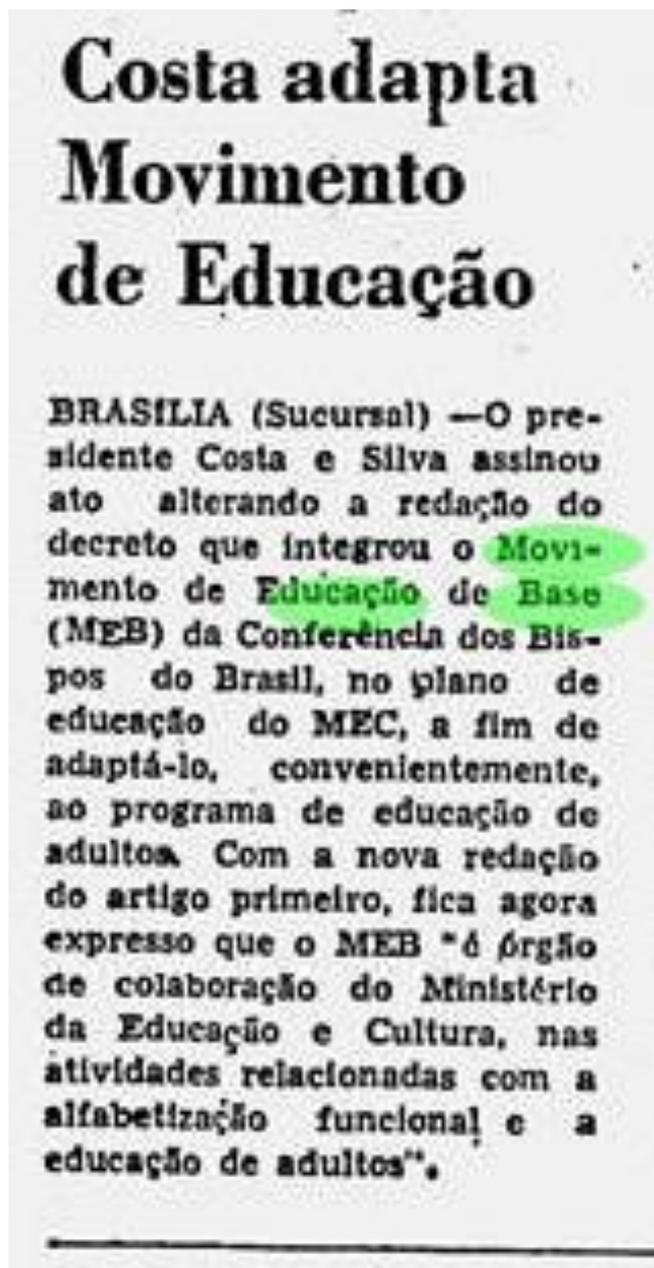
Mais do que apenas o controle financeiro, o Decreto 61.145 nos deixa perceber que a Ditadura também esboçava a atuação do Movimento, reduzindo-a no Artigo 1º do Decreto a “alfabetização funcional e a educação de adultos”, em nossa análise tratou-se de uma tentativa de adequar o Movimento ao projeto educacional da ditadura militar. Um recorte do jornal Correio da manhã publicado em 1967, exposto a seguir, ratifica nossa percepção da tentativa de controle da ditadura sob o MEB. Nesse sentido, acreditamos ser fundamental compreender um pouco sobre a política educacional promovida pela ditadura.

A partir de 1964, a educação brasileira, da mesma forma que outros setores da vida nacional, passou a ser vítima do autoritarismo que se instalou no país [...] escolas foram invadidas pela polícia, muitos professores e alunos foram presos e/ou exilados e todas as escolas passaram a ser observadas por agentes do Serviço Nacional de Informação (SNI) (PILETTI e PILETTI, 2018, p. 204-205).

Esse cenário social da ditadura, fez com que todos os programas educacionais de caráter populista dos governos anteriores à instauração da ditadura militar em 1964 fossem revistos. Nesse sentido foi pensada uma política educacional que vislumbrava a instrumentação técnica, a partir de um projeto nacional desenvolvimentista. Dessa forma, em 15 de dezembro de 1967 foi criado o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), contudo só funcionou efetivamente a partir de 1970. O MOBRAL consistia em um projeto educacional da ditadura que tinha por objetivo eliminar o analfabetismo no Brasil em 10 anos, por meio da alfabetização funcional, que segundo o documento “MOBRAL: sua origem e evolução”, consistia em “dar ao Alfabetizando, no sentido de integrá-lo na comunidade, condições de aprendizagem, semiquificação (sic) ou aperfeiçoamento profissional cabível” (MOBRAL, 1973, p. 33). Ou seja, o ensino da linguagem, da contagem, da higiene etc.

Os slogans de promoção do MOBRAL eram ultra apelativos, a ponto de premiar financeiramente quem delatasse o nome e endereço de um analfabeto para que esse fosse levado a uma unidade do MOBRAL. Os incentivos financeiros chegavam a possibilidade da doação de 1% (um por cento) do Imposto de Renda das empresas diretamente ao MOBRAL. O nosso intuito aqui, não é reduzir a política educacional da ditadura ao MOBRAL, mas perceber este, como elemento conector entre o cenário educacional que estamos pesquisando, e o nosso objeto de pesquisa.

Figura 8: Recorte do Jornal Correio da Manhã de 1967 sobre alteração do MEB



Fonte: Jornal Correio da Manhã de 1967

Não é equivocado pensar que esse Decreto, amplamente divulgado nos jornais da época, foi também um instrumento de controle do regime militar sobre o funcionamento do MEB, sobretudo após ter reconhecido o Movimento como entidade colaborativa, o que limitava a autonomia do MEB. O fato de termos localizado publicações em jornais de grande circulação no território nacional ilustra, para nós, que o MEB tinha uma expressividade significativa.

Por outro lado, esse decreto foi considerado pelos membros que compunham a equipe nacional como uma gota de esperança, uma “solução” para o problema financeiro que estavam enfrentando. No relatório do V Encontro de Coordenadores, realizado durante 13 a 31 de outubro de 1967, os membros afirmam que “Quando o Convênio MEC/MEB foi assinado, em decorrência de Decreto Presidencial, em agosto próximo passado, reabriu-se as possibilidades de se retornar o ritmo normal dos trabalhos” (MEB, V Encontro de Coordenadores. 1967, p. 3).

Tratava-se, pois, de uma tática para sobreviver, com toda licença poética foi “fazer do limão, uma limonada”. E foi nessa perspectiva, da liberação de verbas prometidas pelo MEC, que se deu a possibilidade de novas contratações de pessoal, o que justificou as contratações ao longo do ano. Em contrapartida o convênio assinado com o MEC, amarrava de todas as formas possíveis a atuação do MEB, na cláusula segunda do convênio ficou explícito a obrigatoriedade do Movimento em adequar-se à ditadura para poder sobreviver:

No desempenho de suas atividades, o MEB se integrará nas diretrizes da educação nacional, na orientação do Ministério da Educação e Cultura, na defesa dos interesses do país e no respeito ao atual regime, colocando-se fora de qualquer facciosismo político (Convênio MEB/MEC *in* MEB, 1967, p. 38).

As dificuldades enfrentadas pelo Movimento, sobretudo a partir de 1967, a insegurança de seus quadros e a necessidade de emprego que viabilizasse o mínimo possível para sobrevivência é um reflexo de sua situação financeira. Durante entrevista com o Professor Celso Simões Bredariol em sua residência, ao expor a sua vivência no MEB em 1967, ele reafirmou a precária situação econômica que o Movimento estava vivenciando nesse ano de crise: “a gente começou a funcionar na expectativa do repasse de recursos pelo Ministério da Educação [...] não é conforme um cronograma pré-estabelecido, mas conforme a disponibilidade de recursos” (BREDARIOL, 2019).

Mesmo em um ano de crise e de insegurança para todos os membros na equipe nacional, o Movimento busca aquilo que Bezerra (2008) chama de “estratégias de sobrevivência” ou “dinâmica de sobrevivência” (BEZERRA, 2008, p. 2). Considerando o nosso referencial teórico cearteuniano, para nós, é mais adequado identificarmos como

táticas de sobrevivência, ao invés de “estratégias” pelos motivos que já evidenciamos nas páginas anteriores.

Dentro desse processo de sobrevivência, mesmo sem poder adquirir novos materiais e em quantidade necessária para manter todos os sistemas funcionando, o MEB se reorganizou com o pouco que tinha e realizou uma redistribuição com os materiais das equipes que haviam encerrado suas atividades. De fato, podemos perceber nessa relação os reflexos da crise no material didático.

Em 1967 o Movimento não conseguiu produzir em número suficiente para todos os sistemas os livros de leitura e as cartilhas Mutirão I, Mutirão II e “Mutirão pra saúde”, que eram elaboradas pela equipe Nacional.

O MEB utilizava dois conjuntos de material didático próprio, como as cartilhas: “viver e lutar” e “mutirão”. Esses foram especificamente utilizados na Região Nordeste. A cartilha viver e lutar continha atividades educativas a serem aplicadas nas escolas radiofônicas, muitas dessas atividades eram voltadas ao campo. As lições traziam a relação do ensino com o plantio e cultivo para o processo de aprendizados de matemática, alfabetização. O mutirão I era o livro de alfabetização de adultos, o mutirão II era o livro de leitura para adultos, nele continha uma cartilha mutirão para saúde com alguns ensinamentos de higiene (DANTAS, 2017, p. 42).

A escassez de material foi suprida pelos sistemas através da adaptação das cartilhas Mutirão I e II<sup>50</sup>, transformando-as em cartazes e flanelógrafos onde foi possível imprimir características regionais de cada sistema no material por eles utilizado.

---

<sup>50</sup>“O livro de leitura *viver é lutar* foi substituído pelo livro *Mutirão*, dadas as novas circunstâncias políticas e a nova orientação do Movimento. Os participantes deviam focar a alfabetização e os ensinamentos cristãos. Durante a confecção desse novo livro de leitura, os bispos fiscalizavam o conteúdo, de forma que ele passou por diversas modificações, para que não contivesse ambiguidades. Vejamos a diferença entre algumas aulas. Na lição 17 do *Viver é lutar*, diz-se: “[...] o povo ignora que é explorado. / O povo ignora seus direitos e deveres. / Seus direitos não são respeitados. / E as leis que existem não são cumpridas./ [...] O povo precisa ficar esclarecido./ Ficar esclarecido para mudar o Brasil” (MEB, 1964, p. 34). Já o livro *Mutirão* expõe a necessidade de cooperação: “Toda gente tem direito, porque por Deus foi criado, de ter terra e uso da terra para fazer seu roçado. Se todos pensarem juntos, um jeito pode ser dado. Todo povo que se ajuda vive unido e melhorado” (MEB, 1965, p. 24). Nas lições expostas no livro de leitura *Viver é lutar*, o povo era instigado a lutar pela transformação e ensinado que era explorado e que seus direitos não eram cumpridos, porque os mais favorecidos os tinham deixado à mercê das políticas

O Relatório do V Encontro de Coordenadores afirma que a falta de recursos e de capacitação do pessoal foram as principais deficiências verificadas ao longo do ano de 1967, ocasionando a falta de contato direto com os sistemas em funcionamento, em virtude da falta de supervisão e concluiu que para retornar as atividades do MEB de uma maneira organizada, seria necessária a realização de um encontro nacional de coordenadores. O Relatório anual de 1967 caminha no mesmo sentido:

A realização de uma supervisão do secretariado central aos Sistemas, que permitem uma assessoria efetiva tanto para a manutenção da unidade de ação quanto para aprimoramento de métodos e técnicas de trabalho, não foi possível em 1967. Os treinamentos específicos, estágios, seminários etc. também não puderam ser realizados em 1967 (MEB, Relatório anual de 1967, p. 11).

Este encontro realizado na sede Nacional do MEB, na Rua São Clemente, nº385 no Rio de Janeiro, entre os dias 11 e 31 de outubro de 1967, contou com participantes dos sistemas de Amazonas, Pará, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Alagoas, Sergipe, Mato Grosso e Rondônia, participaram ainda os membros do Nacional, que conduziram as atividades. O encontro tinha como finalidade realizar um levantamento da situação geral do Movimento, a partir de situações específicas de cada sistema, em segundo lugar, a definição de uma política de ação, e por fim, a delimitação de metas de trabalho e a elaboração de um planejamento para o próximo ano, o que nos faz perceber que o MEB utilizou o método ver-julgar-agir, usado largamente nas Comunidades Eclesiais de Base. Outras dificuldades enfrentadas pelo Movimento apresentadas durante o V Encontro Nacional de Coordenadores foram:

Falta de supervisão; falta de homogeneidade quanto a ideia de globalização dos sistemas; falta de um trabalho efetivo de animação popular; um entendimento homogêneo quanto o conceito de animação popular; existência de alguns sistemas que utilizavam métodos que levam a acomodação do povo; redução do pessoal e insegurança quanto a sobrevivência do MEB; precariedade e insuficiência de material; limitações do sistema radiofônico quanto o horário, frequência e estrago dos receptores [...] O que foi mais observado é uma dificuldade muito grande quanto à fundamentação e unidade de metodologia. Constatou-se que o MEB, em muitos Sistemas, por ausência de fundamentação e assessoria, perdia muito da sua originalidade, e passava a uma identificação com outras entidades que atuam no meio rural (MEB, 1967, p. 15-17).

---

públicas. Já nas lições do livro de leitura *Mutirão*, o homem é visto como semelhança de Deus, e as diferenças e dificuldades poderiam ser superadas pela cooperação” (SANTOS, 2017, p. 74).

Observamos durante nossa pesquisa que o elemento financiamento, de fato foi um agravante para o MEB, entretanto, não foi a única nem a maior das preocupações durante o ano de 1967. Durante o V Encontro de Coordenadores, foram elencados outros problemas tais como a falta de homogeneidade na compreensão dos objetivos do MEB, a manutenção da unidade nacional do Movimento, o problema econômico em si, a falta de capacitação das equipes, a falta de seleção adequada do pessoal e problemas metodológicos em relação às aulas chamadas globalizadas.

A globalização é um conceito fundamental para a educação de base, através de escolas radiofônicas. Com aulas globalizadas em que não há disciplina estanque o processo de aprendizagem e educação se desenvolve como um todo integrado, realizando toda a sua dinâmica sem sair do contexto global de trabalho concreto do camponês. Neste ano, apesar da orientação metodológica do MEB no que se refere à utilização dos sistemas radiofônicos, houve grande dificuldade, por falta de instrumentação técnica suficiente na elaboração de aulas globalizadas (MEB, 1967, p. 20).

Em contrapartida aos problemas enfrentados, o Relatório do V Encontro Nacional de Coordenadores aponta para os seguintes direcionamentos sugestivos do Movimento para o ano seguinte, que seriam aquilo que identificamos como as táticas de sobrevivência utilizadas pelo Movimento.

Quanto ao problema da falta de unidade nacional, a proposta apresentada foi de manter a unidade nacional em torno de objetivos e linha de ação claramente definidos; manter a unidade administrativa e a centralização dos recursos. Quanto às áreas de atuação do Movimento retomar o desenvolvimento qualitativo do trabalho existente nos sistemas atuais. Quanto à seleção de áreas prioritárias, deveriam os sistemas utilizar criticamente os critérios existentes desde 1965, e junto com o nacional reexaminá-los. Quanto aos problemas financeiros, ficou esclarecido que tudo aquilo que se refere ao recebimento e execução dos recursos deveria ter a participação direta da equipe nacional, e foram dadas as seguintes providências:

- a. Evitar financiamento único;
- b. Firmar convênio e elaborar projetos a serem apresentados a organismos nacionais e internacionais;
- c. Intensificar a colaboração financeira das comunidades;

d. Estudar projetos de autofinanciamento.

Quanto ao processo de contratação de pessoal para as equipes dos sistemas ficou definido que era necessária uma reorganização do Movimento, deste modo a contratação deveria ser realizada por etapas, completando progressivamente a necessidade de cada equipe. “Dentro da política estabelecida de contratação progressiva, e seguindo, por um lado, as previsões particulares dos Sistemas e por outro, as limitações financeiras do MEB” (MEB, V Encontro de Coordenadores, 1967, p.25). Nesse momento fica perceptível para nós a interferência direta do Nacional.

Quanto ao conceito da Educação de Base, foi definido que seria desenvolvida a autenticidade da ação educativa, mas sem perder a unidade teórica do Movimento. Para isso, as atividades realizadas durante o encontro nacional contaram com três linhas de ação, a primeira foi a análise da realidade nacional, a segunda a revisão dos objetivos e métodos e por fim, a capacitação de pessoal. Para nós, nesse momento em questão, já estavam sendo delineadas algumas tentativas de reconfiguração do MEB. Quanto à capacitação do pessoal ficou acordado que todos os sistemas receberiam a visita de supervisão da equipe nacional, antes de realizarem os treinamentos para as equipes de supervisores e animadores.

A Supervisão Nacional é o instrumento pelo qual a Equipe técnica do Secretariado Nacional se faz presente nas equipes locais. É um instrumento que visa a um acompanhamento sistemático das atividades de todos os Sistemas no sentido de assessorar e assegurar uma unidade nacional técnica e administrativa. (MEB, 1969, p. 17)

As visitas tinham como foco conhecer a especificidade de cada sistema para que pudessem preparar um material adequado para cada equipe e, além disso, realizar atividades de capacitação. Para isso, a equipe nacional acertou de utilizar os dois últimos meses de 1967 e os dois primeiros meses de 1968, ficando em média sete dias em cada sistema, sem considerar a data da viagem (MEB, 1967b, p. 28).

Quanto ao processo de intensificação e aperfeiçoamento das atividades de controle e avaliação dos resultados promovidos pelo MEB, estabeleceu-se a necessidade de uma integração cada vez maior entre as escolas radiofônicas e o processo de animação popular; valorizar o associativismo, enquanto instrumento de mudança social e, por fim, uma

justificativa para a não realização da educação de base para as crianças<sup>51</sup> “é finalidade do MEB educar adultos e adolescentes, daí não se possuiu escolas radiofônicas ou programas globais específicos para crianças” (MEB, 1967b, p. 22).

O Relatório do V Encontro Nacional de Coordenadores aponta também para a forma de atuação do MEB durante o processo de assessoramento às comunidades, que deveriam ser de natureza “conscientizante” para que as próprias comunidades buscassem soluções para os problemas particulares, especificamente dos 205 municípios onde o MEB estava atuando no ano de 1967. As ações desenvolvidas pelo MEB foram desde cursos de sindicalismo, cooperativismo, clubes esportivos, clubes das mães, clube de jovens etc. que tinham como objetivo desenvolver a capacidade de liderança e promover a integração na comunidade. Nesse sentido o MEB não se apresenta como uma instituição redentora, mas como catalizadora e promotora do processo de reflexão.

Algo que nos chamou a atenção durante nossa pesquisa, foi o uso do termo “sobrevivência”. Em nossa pesquisa, assim como demais pesquisadores do Movimento, utilizamos essa mesma palavra para ilustrar a realidade vivenciada durante a ditadura militar, entretanto, chamamos a atenção para a interpretação que os participantes do V Encontro Nacional de Coordenadores tinham sobre seu papel social, político, educacional e para as políticas de ação do Movimento que foram elaboradas no mesmo encontro. Para eles, sua tarefa não se resumia a criação de táticas de sobrevivência, mas sim de um esforço em traçar um plano de trabalho, ou seja, havia a consciência que era uma situação de sobrevivência, mas havia muito mais forte, o desejo pelo trabalho educativo enraizado em uma orientação político pedagógica voltada para organização e conscientização das comunidades.

Entendemos que sua linha política, entre 1967 e 1971, não se distancia tanto dos anos anteriores ao golpe militar em termos de proposição, mas sim em termos de realização em função da correlação de forças políticas no cenário nacional e latino-americano. Esse mesmo desejo educativo e orientação política se manteve na equipe Nacional até o período de 1971, quando o grupo a frente da coordenação nacional foi demitido em setembro. Tal demissão motivou, posteriormente, Celso Simões, Rute Rios,

---

<sup>51</sup> A nossa pesquisa identificou que nesse período houve tentativas de levar a educação de base também para crianças, nesse sentido o Nacional empenhou-se em delimitar também a faixa etária de atuação do MEB.

Letícia Ligneu, Luzelene e Roberto a fundarem o Centro de Planejamento de Desenvolvimento Educacional (CEPLADE), que como foge ao nosso escopo de pesquisa, não vamos nos dedicar a trabalhar mais profundamente, mas indicamos a quem queria se aprofundar sobre a CEPLADE, fazer a leitura da dissertação do Celso Simões Bredariol, ex-integrante do MEB.

Por fim, o planejamento realizado para o ano de 1968, durante o V Encontro Nacional de Coordenadores previu o retorno das atividades e uma melhora significativa para o Movimento, desde que os recursos previstos fossem liberados. Contudo, o Relatório Anual de 1967 trouxe consigo ainda o medo e a insegurança sobre a sobrevivência do Movimento. O Relatório descreve “é possível que o MEB não possa suportar mais um período de crise, e será forçado a encerrar suas atividades” (MEB, 1968, p. 24). Durante a entrevista com professor Celso, perguntei quais foram as suas preocupações sobre o ano da crise (1967), e ele disse:

Primeiro essa redução do número de sistemas, eu acho que é uma coisa, que é indicativa no processo de crise ... E segundo a manutenção do sistema que, na verdade era inacreditável que o MEB conseguisse ir adiante naquelas condições, mas o fato é que conseguiu (BREDARIOL, 2019).

O evento do V Encontro Nacional de Coordenadores é concebido por nós como o evento de criação das táticas de sobrevivência. O relatório anual de 1967 descreve que o V Encontro Nacional de Coordenadores foi o momento que a equipe nacional teve para criar um plano de trabalho. Por sua vez, ao assumirmos a importância do V encontro Nacional de Coordenadores enquanto um espaço criador de oportunidade para sobrevivência, não é possível entender que esse encontro foi um determinante para o que estamos chamando de processo de sobrevivência, sobretudo pelas constantes alterações políticas em curso naquele período, que influenciaram diretamente no planejamento. Mas podemos afirmar que o referido encontro foi o período de ver a situação do MEB a nível nacional, julgar quais seriam os próximos passos, para agir de maneira eficiente.

O V Encontro nacional de Coordenadores do MEB, realizado em sua sede, no Rio de Janeiro, tinha como objetivo planejar suas atividades e ações de maneira que pudesse assegurar, mesmo com as dificuldades financeiras, as atividades do Movimento e foi fundamental para organizar as estratégias de atuação. Seu objetivo pode ser resumido em: realizar um levantamento da situação geral do MEB, definir a política de ação e a

delimitação de metas de trabalho a partir da elaboração de um planejamento para o próximo ano.

O planejamento para 1968, elaborado no V Encontro Nacional de Coordenadores realizado em outubro de 1967, prevê a retomada e aprofundamento dos trabalhos já que se esperava para 1968 recursos suficientes. Os recursos com os quais contamos para 1968 totalizam cerca(sic) de Nc\$ 3.000.000,00, sendo parte da verba Nc\$ 2.000.000 à conta do convênio MEC/MEB assinado em agosto(sic) de 1967, e a dotação orçamentária geral da União de NC\$ 1.500.000,00. Desta maneira, a perspectiva para 1968 do MEB se liga diretamente à liberação dos recursos que lhe são destinados (MEB, 1968, p. 2).

O encontro foi desenvolvido em três fases. A primeira fase teve como objetivo conhecer a situação do MEB. Por meio de depoimentos de cada sistema, seria elaborada uma síntese da realidade do Movimento. Foi organizado pela equipe nacional um roteiro para colher os depoimentos dos coordenadores dos sistemas, esse roteiro visava colher de maneira objetiva o máximo de informação no menor tempo possível, visando ter um panorama qualitativo da situação do MEB durante o período passado. O roteiro estava organizado da seguinte forma:

*1- Como tem se desenvolvido o trabalho no sistema quanto á:*

*a. Trabalho em sede (equipe e monitores)*

*i. Relatórios*

*ii. Planejamento*

*iii. Estudos*

*iv. Pesquisas*

*v. Programação radiofônica*

*1. Aulas (métodos, cartilhas etc.)*

*2. Programas especiais*

*3. Outros*

*vi. Controle e avaliação do trabalho*

*b. Capacitação de pessoal (equipe, monitores e líderes)*

*i. Treinamentos*

*ii. Reuniões*

*iii. Encontros*

*iv. Dicas de estudo*

- v. *Estágios*
  - vi. *Outros*
  - c. *Trabalhos com a comunidade*
    - i. *Escolas radiofônicas*
    - ii. *Reuniões*
    - iii. *Encontros*
    - iv. *Clubes*
    - v. *Cooperativas*
    - vi. *Sindicatos*
    - vii. *Trabalhos comunitários*
    - viii. *Outros*
  - d. *Supervisão*
    - i. *Formas*
    - ii. *Regularidade*
    - iii. *Aceitação (pelo monitor, pelos alunos, pela comunidade)*
    - iv. *Documentação*
  - e. *Recursos*
    - i. *Humanos*
      - 1. *Pessoal da equipe*
      - 2. *Monitores e líderes*
    - ii. *Materiais*
    - iii. *Financeiros*
  - f. *Relacionamento*
    - i. *Com outros sistemas do MEB*
    - ii. *Com o nacional*
    - iii. *Com outras entidades*
    - iv. *Com a diocese*
    - v. *Com as autoridades*
    - vi. *Com o povo em geral*
- 2- *Enumere as principais deficiências e dificuldades sentidas no trabalho (para orientação, ver itens anteriores)*
- 3- *Perspectivas, possibilidades e previsões da equipe para o próximo período quanto aos itens anteriores referidos.*

Fonte: (transcrição na íntegra das páginas 45-48 do Relatório do V Encontro Nacional dos Coordenadores)

Essa estrutura foi transcrita na íntegra do Roteiro para depoimento dos coordenadores, que está anexo no relatório do V ENC, nas páginas 45 a 48. A síntese realizada a partir dos depoimentos serviu como subsídio para a segunda fase do encontro.

Durante os três primeiros dias da primeira fase do encontro foram feitos contatos entre os representantes de cada um dos sistemas, com os setores do MEB nacional, coordenação, administração, contabilidade, metodologia, fundamentação, controle, avaliação, pessoal e material. O objetivo desses contatos era coletar de maneira preliminar e informal, dados relacionados a situação de cada sistema. As informações colhidas a partir do questionário enviado previamente aos coordenadores apresentaram dados referentes à: Área de atuação; Pessoal; Recursos; Capacitação; Emissoras; Núcleos; Programação; Aproveitamento; Supervisão.

Na segunda fase do Encontro, o objetivo foi de formular uma síntese geral do Movimento, para em seguida, formular uma política de ação. As metodologias utilizadas na segunda fase e que nortearam as atividades realizadas foram, discussões em pequenos grupos, painéis e grupos de análise. Os desdobramentos dessa fase deram-se após conhecer os principais pontos positivos da situação do MEB, o primeiro deles é a sobrevivência do MEB, apesar da crise, a preocupação universal de todos os integrantes com a capacitação adequada para o trabalho educativo e principalmente uma preocupação em definir a política de ação do Movimento.

Já a terceira fase teve como objetivo o planejamento das atividades, visando as perspectivas de trabalho para o próximo período. Nessa fase, as intervenções e colaborações foram feitas através de discussões em plenárias, onde foram apresentadas sugestões como a contratação, capacitação de pessoal através de treinamento de monitores e líderes, treinamento para as equipes e a supervisão periódica da equipe nacional.

Durante o V Encontro Nacional de Coordenadores, realizado em 11 a 31 de outubro de 1967, os coordenadores de todos os sistemas do MEB, após vários dias de discussões, definiram ser a capacitação de pessoal, uma atividade absoluta prioritária no trabalho do ano seguinte. Levando-se em conta a carência de mão de obra especializada em educação, a capacitação de pessoal, para o MEB, significa uma

atividade fundamental para assegurar o desenvolvimento de suas atividades com maior rendimento (MEB, 1968, p. 14).

Sendo assim, um dos principais encaminhamentos do V Encontro foi traçar uma política de ação que definiu a necessidade de uma maior fundamentação e um aperfeiçoamento técnico das equipes. A nossa pesquisa tem ainda a premissa de, além de compreender as táticas de sobrevivência do MEB durante a ditadura militar, identificar quem foram as pessoas responsáveis por formular e executar táticas. Desta forma, a partir do Relatório do V Encontro de Coordenadores conseguimos elaborar uma tabela, contendo o nome das pessoas que estavam como representantes dos sistemas e que participaram do Encontro e trabalharam por essas táticas de sobrevivência.

**Tabela 8 : Representantes dos Sistemas em 1967**

Sistema / UF	Nome
Manaus / AM	Marina dos Santos Puga Barbosa
Coarí / AM	Lucimar Bié
Tefé / AM	Protásio Lopes Pessoa
Bragança / PA	Ir. Maria Isabel C. da Cunha
Conceição do Araguaia / PA	Júlia Maria de Carvalho Viana
Santarém / PA	Eulógio Cruz
Teresina / PI	Clóvis Argripino da Silva
Ceará / CE	Aloyson G. T. Pinto e Maria de Jesus Cruz
Natal / RN	Luiza Gonçalves
Caiacó / RN	Maria Zélia da Costa
Mossoró / RN	Maria Lúcia Leite Pinto
Maceió / AL	Ir. Justina Araujo Santana e Carmelo Maia de Lima
Aracaju / SE	Eunice Fontes Pinto e Josefa Laurindo Novais
Estância / SE	Elza Barreto
Propriá / SE	Delfa Brito
Cuiabá / MT	Benedito Mário Pereira Leite e Mons. Bruno Mariano
Guajará-Mirim / RO	Adão Paes da Silva

Fonte: Representantes dos sistemas adaptado do relatório do V Encontro de Coordenadores (1967).

Além dos representantes dos sistemas, as pessoas que compunham o MEB Nacional e que participaram do encontro foram: Celso Simões Bredariol, Eunice Elias Senna, Marina Bandeira de Carvalho, Ormy Rangel Giordani, Paulo Rogério Guimarães Esmanhoto, Roberto Faria Mendes, Rute Monteiro e Wilson Ferreira Hargreaves. Aqui chamamos a atenção para dois nomes novos que aparecem, o de Ormy Rangel Giordani e Eunice Elias Senna. O fato de o número de membros da equipe nacional ir aumentando gradativamente ilustra que havia a esperança de que a verba do MEC fosse disponibilizada e por isso os membros foram convidando outras pessoas para comporem a equipe nacional. Por fim, o ano de 1967, o ano da crise, foi também um ano de reflexão e reestruturação do Movimento, sobretudo pela realização do V Encontro de Coordenadores, onde foram pensadas as táticas de sobrevivência do MEB.

Quanto a situação financeira do MEB, no ano da crise. Chamamos a atenção para o minucioso trabalho feito com as fontes primárias que estão no Fundo MEB no CEDIC, como Relatórios Anuais, os documentos do MEB 10 anos, projetos de pedidos de financiamento realizados pela equipe nacional e projetos de reestruturação do MEB, todos esses documentos estão no Fundo MEB no CEDIC, alguns destes materiais nunca foram divulgados, segundo anotações nos próprios documentos, contudo o nosso intuito, não é o de fazer uma auditoria ou uma análise contábil do Movimento, embora a estrutura apresentada possa remeter a esse tipo de análise. O nosso objetivo é, no entanto, permitir que a nossa narrativa traga elementos que possam ser problematizados para pensar as condições financeiras em que o Movimento sobreviveu à ditadura militar.

O relatório anual de 1967 do MEB aponta para a existência de um acordo de financiamento no valor de Nc\$ 2.000.000,00 entre o Ministro da Educação e o CDN (Conselho Diretor Nacional) do MEB. Contudo, para que esse evento fosse concretizado, era necessário que o Movimento estivesse integrado no Plano Nacional de Educação. Aqui é possível perceber uma astúcia por parte do Movimento, em buscar uma forma de financiamento, mesmo que condicionada à política militar, e uma estratégia do Estado em ter uma forma de controle sobre o MEB. Assim aconteceu, ao governo militar considerar que devia financiar o MEB e integrá-lo no Plano Nacional de Educação. Isso mostra uma força desse movimento na sociedade, uma força de seu trabalho educativo, além da força da instituição Igreja e a força da demanda por educação na própria sociedade brasileira.

Em 14 de março de 1967 foi assinado pelo então presidente Mal. Humberto Castelo Branco o decreto nº 60.464 que integrou o MEB ao Plano Complementar do Plano Nacional de Educação, dando assim algumas providências para o financiamento do Movimento.

Em 8 de agosto de 1967 é publicado pelo então presidente Mal. Artur Costa e Silva o decreto nº 61.145 que modificava o Decreto nº 60.646. Este evento chegou a ser noticiado no jornal *Correio da Manhã* do dia 10 de agosto de 1967, com a matéria sob o título “Costa adapta Movimento de Educação”.

Quando falamos em estratégia do Estado em se utilizar do MEB, estamos falando em uma atividade altamente elaborada e certamente intencional. Esse evento fica mais evidente quando percebemos que o Decreto 61.145 de agosto de 1967 no Artigo 2º inciso primeiro altera a redação do Decreto 60.464 de 14 de março de 1967. Enquanto o Art. 1º do Decreto 60.464 afirma que: “Fica integrado no Plano Complementar do Plano Nacional de Educação o Movimento de Educação de Base (MEB) da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB)”, a retificação publicada cinco meses depois pelo Decreto 61.145 alterando o Art. 1º, onde passa a vigorar a seguinte redação “ O Movimento de Educação de Base (MEB), da Conferência dos Bispos, é órgão de colaboração do Ministério da Educação e Cultura, nas atividades relacionadas com a alfabetização funcional e a educação de adultos”. Essa alteração é identificada em nossa interpretação, como uma forma de controle e de subordinação do MEB ao Ministério da Educação e Cultura (MEC), delineando através do instrumento normativo as atividades que deveriam ser executadas pelo MEB como a alfabetização funcional e a educação de adultos.

Assim percebemos que a estratégia de controle visou alterar através de Decreto a própria orientação político pedagógica do Movimento, o que não ocorreu. Outro elemento que justifica a nossa hipótese de controle sob o MEB pode ser verificado no Artigo 2º Inciso IV do Decreto nº 61.145 de 8 de agosto de 1967, que alterou o Artigo 8º do Decreto 60.464 de 14 de março de 1967, que passou a vigorar com a seguinte redação “Ao convênio de que trata o artigo anterior será anexado plano de aplicação de recursos aprovado pelo Ministério da Educação e Cultura”. Assim entendemos que inclusive a forma como a verba seria aplicada, estava condicionada ao Ministério.

Em agosto de 1967, houve a assinatura de um convênio entre o MEB e MEC, que estabelecia o pagamento de Nc\$ 2.000.000,00 em dez parcelas iguais a partir do mês de outubro do mesmo ano. Contudo o relatório anual do MEB de 1967 aponta que em virtude de dificuldades burocráticas houve considerável atraso no pagamento das parcelas, deste modo, o Movimento chega ao mês de dezembro sem ter recebido nenhuma das parcelas previstas para o orçamento anual.

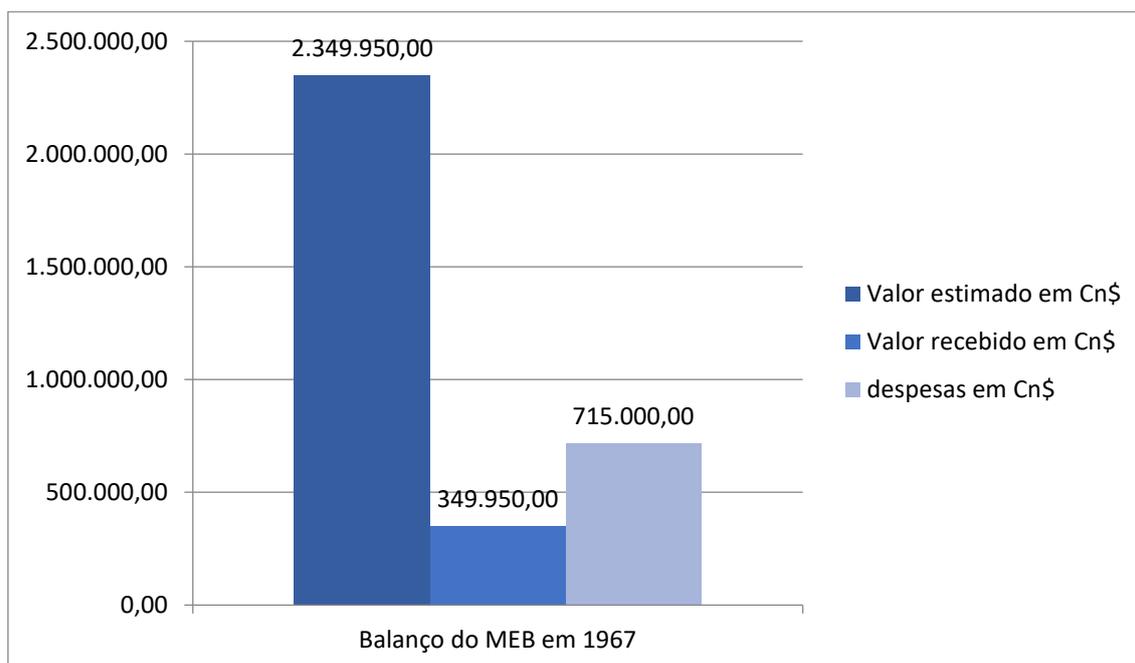
Os dados do Relatório anual de 1967 do MEB descrevem que, a previsão era que o Movimento recebesse a quantia de Nc\$ 2.349.950,00 provenientes de:

- A última parcela da verba orçamentária de 1966, com recebimento previsto para janeiro de 1967, perfazendo o valor de Nc\$ 60.000,00;
- Verba proveniente do Ministério da Educação ao CDN do MEB para ser paga nos três primeiros meses de 1967, perfazendo o valor de Nc\$ 240.000,00;
- O valor de Nc\$ 2.000.000,00 prometida pelo Ministério da Educação ao CDN, posterior a assinatura do decreto presidencial;
- E o valor anual fornecido pela Obra da Santa Infância, para as escolas radiofônicas das dioceses brasileiras, mediado pela Nunciatura Apostólica no Brasil.<sup>52</sup>

Entretanto, o Movimento chega ao final do ano de 1967 tendo recebido apenas Nc\$ 349.950,00 o que significa apenas 14,89% do valor total estimado para o ano de 1967. Por sua vez, as despesas realizadas pelo Movimento nesse ano, segundo o que consta no relatório anual de 1967, são de Nc\$ 715.000,000 o que é 104,31% superior ao valor recebido no ano de 1967, desta maneira entendemos que a situação financeira que o Movimento estava passando, foi responsável por reduzir a sua área de atuação, assim como aponta o relatório anual de 1967.

---

<sup>52</sup> O material utilizado como referência não faz alusão a valores recebidos por essa instituição neste ano.

**Gráfico 2 Balanço do MEB em 1967**

Dados obtidos a partir do Relatório Anual de 1967.

Os elementos que dispomos, a partir das fontes primárias analisadas, nos dão indícios de que a crise financeira enfrentada pelo MEB em 1967 teria sido grandemente agravada se não houvesse a contribuição da Obra da Santa Infância, mediada pela Nunciatura Apostólica no Brasil. Mesmo não sendo possível precisar exatamente o valor dessa contribuição, em virtude da escassez de fonte documental que pudesse subsidiar essa informação, ratificamos que o processo de sobrevivência do MEB envolveu a participação de setores da Igreja Católica, do Governo Federal, mas, sobretudo, das equipes do Movimento nacional e dos sistemas em se manter trabalhando apesar do sub financiamento.

### 3.2. UM PRÊMIO NO FIM DO TÚNEL: 1968

O título para esse subcapítulo é uma metáfora que remete a situação que o MEB vivenciou em 1968. A situação de incerteza e insegurança em virtude da falta de financiamento, ainda assolava fortemente o Movimento. As propostas levantadas durante

o V Encontro Nacional de Coordenadores sofreram grandes problemas na sua execução, sobretudo pela falta de verba.

Imaginemos, pois, um longo túnel sem nenhum tipo de iluminação, onde caminhamos em frente, sem ter como voltar, era essa a situação do MEB em 1968. O planejamento realizado em 1967 serviu como um norte, o Movimento sabia para onde ir e como ir, mas sem o financiamento necessário, não era possível vislumbrar o fim desse caminho de escuridão. A metáfora da luz no fim do túnel ilustra a solução para a situação de obscurantismo que o MEB estava vivenciando em 1968. O Prêmio Mohammad Reza Pahlevi foi a luz no fim do túnel.

O plano de trabalho organizado durante o V Encontro Nacional de Coordenadores, o que nós identificamos como sendo o momento de criação de táticas de sobrevivência, estava condicionado ao recebimento dos recursos provenientes do convênio MEC e MEB, assinado no final de 1967. Contudo, os planos de trabalho traçados em 1967, foram inviabilizados em virtude de problemas financeiros, como: a dificuldade em receber a verba do MEC destinada ao MEB, mesmo que parcialmente, a irregularidade na transferência dos recursos, que só começaram a ser pagos no segundo semestre de 1968.

Mas, se o MEB só começa a receber parte dos recursos referentes ao convênio assinado com o MEC no segundo semestre, como ele se manteve no primeiro semestre? Talvez essa pergunta possa ter passado em sua cabeça, enquanto lia esse texto. A resposta para essa pergunta está na dedicação dos integrantes e a concretização de uma das táticas de sobrevivência traçadas em 1967 durante o V Encontro Nacional de Coordenadores, que se referia diretamente aos problemas financeiros.

A proposta levantada de não haver um financiamento único, foi uma proposição levada a cabo pela Sr.<sup>a</sup> Marina Bandeira. Quando perguntei para a Sra. Letícia como era feita a captação dos recursos, ela disse:

Olha isso na época era uma coisa relativamente fácil uma pessoa como Marina viajava uma vez por ano ou duas para Europa com chapéu e visitava os bispos, era a igreja o vaticano meu filho. Vaticano segundo. Visitavam as CEBs que eram recém criadas em todo o mundo “Luiz Heliório era até reacionário” mas... ela pedia e o bispo não ia negar ajudar seus companheiros brasileiros, nem sabia exatamente, o que é que “tavam” fazendo, Por que? por que isso não tinha nada de comunista nem de polarizado isso era pobreza então eles ajudavam [...] tenho uma ligeira lembrança essa daí [Marina] era mais à direita também. [...] meu irmão, ele tá vivo ainda, tem Alzheimer mas tá vivo

com 100 anos, ele segurou muito a peteca e o dinheiro das igrejas evangélicas vinha. Ajudou muita diocese e muito trabalho de base isso não era uma coisa óhhh... você ia lá passar o chapéu literalmente e veja isso não era como é hoje, como foi ainda no meu tempo a captação de recursos era com base em confiança [...] a Marina ia lá com a cara e a coragem todo mundo sabia ela foi assessora de Dom Helder e dá o dinheiro precisava assinava um papel Evidente, mas tinha que prestar conta Evidente. Mas não precisava saber o que tava fazendo? (Entrevista com a Ex-integrante Letícia Ligneu, realizada em 2019).

A fala da Sr.<sup>a</sup> Letícia nos faz perceber as contradições internas dos quadros da equipe nacional e da própria Igreja Católica, ao mesmo tempo em que estavam vivenciando um contexto de Guerra Fria e que havia uma empreitada anticomunista, havia o imaginário cristão embebido da teologia que nascia nos países latino-americanos em lutar contra a pobreza. Nesse mesmo sentido, observamos a figura de Marina, descrita nas entrevistas como uma pessoa de centro, mas que estava atrelada ao MEB enquanto espaço que percebia a necessidade de lutar contra a pobreza.

Deste modo, caminhamos para o desvelar de como se deu o processo de sobrevivência do MEB, que até aqui entendemos ser também um produto do desejo das pessoas que compuseram o Nacional em mantê-lo vivo, ou seja, a criação do imaginário da necessidade de que o MEB necessitava sobreviver. Exemplo disso foi a iniciativa dos membros da equipe nacional que apresentaram a candidatura ao Prêmio Mohammad Reza Pahlevi que, após ter sido laureado em cerimônia solene na sede da UNESCO em Paris, foi contemplado com o valor de U\$ 5.000,00. Ou seja, percebemos que os desdobramentos do V Encontro Nacional de Coordenadores em evitar financiamento único e elaborar projetos a serem apresentados em organismos internacionais e nacionais, foram de fato cumpridos. Por sua vez, o segundo semestre de 1968 foi um momento de fortalecer o Movimento, principalmente a partir da premiação.

O Prêmio Mohammed Reza Pahlavi, foi criado por sua majestade Shahinshah do Iran durante o Congresso Mundial de Ministros da Educação sobre a erradicação do analfabetismo ocorrido em Teerã, no ano de 1965<sup>53</sup>. O prêmio consistia em uma medalha,

---

<sup>53</sup> “Congresso Mundial de Ministros da Educação sobre a Erradicação do Analfabetismo, promovido pela Unesco, em Teerã, em 1965, no qual se ressaltava a alfabetização como requisito para a modernização e o desenvolvimento. Afirmava-se que o objetivo principal da alfabetização funcional era o de “mobilizar, formar e educar a mão de obra”, fundamentado pelas teorias de capital humano. É nesse contexto que se desenha e se implementa, em 11 países, o Programa Experimental de Alfabetização Mundial (EWLP). A alfabetização deveria abarcar o processo de

descrita por Celso Bredariol durante a entrevista como uma “espécie de amuleto” e de um valor em dinheiro, algo aproximado a cinco mil dólares à época.

Há cerca de quatro anos, vem mantendo o MEB contato regular com a UNESCO, participando de cursos, seminários etc. Em 1968, esse relacionamento foi intensificado com a outorga ao MEB, durante as comemorações do dia internacional da alfabetização, do Prêmio Mohammad Reza Pahlavi 1968, ocasião em que foram examinadas hipóteses de colaboração mais estreita dos departamentos da UNESCO com o MEB. Este prêmio [...] destinado a recompensar um trabalho meritório no domínio da alfabetização, visa suscitar e manter no público uma corrente de opinião favorável aos programas de alfabetização de adultos (MEB, 1969, p. 34).

No ano de 1968 a UNESCO escolheu por contemplar a candidatura de pessoas ou organizações que estavam desenvolvendo atividades de alfabetização. O grupo de jurados foi composto de três membros escolhidos pelo diretor geral da UNESCO selecionados a partir de critérios gerais pré-estabelecidos como a produção de material de ensino ou recursos especiais para alfabetização, desenvolvimento de pesquisas de campo relacionadas à alfabetização e por fim levantamentos espaciais da importância para planificação da educação. A candidatura era apresentada especialmente através da descrição de trabalhos realizados, exposição de resultados, avaliação e aprovação de um comitê nacional, encarregado pela seleção definitiva.

A premiação oferecida no valor de U\$ 5.000,00 teve grande importância para o Movimento. Contudo, apesar das dificuldades financeiras que o MEB passou em 1967 e início de 1968, o valor recebido foi o que menos importou para os quadros do MEB, ou seja, o valor do prêmio não estava no dinheiro recebido, mas no título de laureado por um organismo internacional que reconhecia e legitimava os esforços do MEB no trabalho da educação de base. Quando perguntei ao Sr. Celso sobre a importância do Prêmio ele disse:

O que eu acho que é importante do prêmio, mais do que o dinheiro, é o respaldo político que ele representa. Então, quer dizer, ao mesmo tempo que “cê” tem cada bispo tentando manter o desenvolver do sistema em sua diocese entendeu? você com um prêmio desses que de certa maneira você respalda politicamente todo um conjunto, entendeu? E... Em termos de dinheiro, não foi grande coisa, mas em termos de, vamos dizer, de repercussão política, e representatividade, importância do movimento e da própria instituição MEB, é... Foi muito

---

ensino da leitura, da escrita e do cálculo articulado à capacitação para o trabalho e ao incremento da produtividade” (VÓVIO s.d.).

importante! (Entrevista realizada com o ex-integrante Celso Simões, realizada em 2019)

**Figura 9: Solenidade de Entrega do Prêmio**



Fonte: Fundo MEB. Acervo CEDIC (COAEM-0001)

Tal como a fala do Sr. Celso Simões Bredariol, de fato o prêmio, concedido por uma instituição internacional, ilustrou a magnitude do Movimento, trazendo novamente a esperança e o vigor do MEB, não pelo valor financeiro recebido, mas pela projeção mundial a qual a instituição MEB estava ganhando. O sorriso no rosto do Coordenador Nacional do MEB o Sr. Wilson Ferreira Hargreaves é um reflexo do sentimento dos quadros do Movimento, de que naquele momento, com a chancela concedida pelo prêmio, haveria uma luz no fim do túnel.

Na primeira fase o movimento nasceu, cresceu, no popular “deslanchou”. Mas com a ditadura militar ele amainou, adoeceu, enfraqueceu. No início da segunda fase o Movimento quase morreu. Entretanto sobreviveu, aos poucos foi sendo cuidado e se reanimando, mas ainda precisava aprender a andar novamente. Essa metáfora de

“aprender a andar novamente” ilustra o processo histórico do MEB no primeiro semestre de 1968, onde tentamos fechar as lacunas de como o Movimento sobreviveu.

O Relatório sobre a situação atual do MEB e suas perspectivas, que foi apresentado ao CDN durante a reunião ordinária, nos dias 3 e 4 de junho de 1968, nos mostra que o início do ano de 1968 também foi chagado pela falta de verbas, que inviabilizou a criação de novos instrumentos de trabalho, o acompanhamento as equipes, a capacitação de pessoal, ou seja, o prolongamento dos efeitos do ano da crise. O relatório anual de 1968 também aponta no mesmo sentido, “Em 1968, foi impossível às Equipes do MEB a realização de treinamentos no volume necessário. Isso porque a época adequada para esta atividade é o primeiro semestre, antes do início do ano letivo” (MEB, 1969, p. 15). Em 1968, foram realizados 18 treinamentos em 6 Sistemas. Alguns Sistemas realizaram treinamentos orientados pelos seus próprios animadores e monitores, este fato possibilitou uma flexibilização e diversificação dos conteúdos, sendo cada treinamento associado às necessidades de cada região.

O ano de 1968 foi marcado por um funcionamento precário do Movimento, segundo o Relatório anual de 1968, a paralisação total só foi evitada em virtude da dedicação dos seus funcionários e de auxílios extraordinários de emergência. Chamamos a atenção ainda, para a dedicação não só dos funcionários, mas também dos 2260 animadores voluntários<sup>54</sup>, sem os quais, segundo o Relatório Anual de 1968, teria sido impossível ao Movimento executar as atividades propostas. Sobre o trabalho voluntário citado, o Relatório Anual de 1968 elucida que:

Desenvolvendo um trabalho com adultos no meio rural, o MEB deve muito do que realiza, aos quadros voluntários que pertencem às comunidades atingidas e lá desenvolvem um trabalho de animação popular que encerra o verdadeiro sentido do trabalho educativo do Movimento de Educação de Base. Estes animadores, sejam líderes de trabalhos comunitários, sejam monitores de escolas radiofônicas, são escolhidos pelas comunidades onde residem com assessoria da equipe local, são capacitados a desenvolver o trabalho de animação popular, participam de encontros e reuniões de animadores, promovem e coordenam reuniões e encontros nas comunidades, são responsáveis pelo equipamento que utilizam (receptores lampiões etc.) e cuidam que os programas radioeducativos tenham recepção organizada (MEB, 1969, p. 9).

---

<sup>54</sup> Dados do Relatório Anual de 1968, p. 10 (1969).

Os efeitos da crise financeira de 1967 reverberaram inclusive na área de atuação do MEB, enquanto em 1967 o Movimento, com seus 21 sistemas atingia 205 municípios, em 1968 com o mesmo número de Sistemas o MEB teve a sua área de atuação reduzida para 135 municípios, conforme ilustra a tabela a seguir:

**Tabela 9: Sistemas MEB (1968).**

Unidade da Federação	Sistemas	Nº de municípios atingidos
Amazonas	Coarí, Manaus, Tefé	8
Pará	Bragança, Conceição do Araguaia, Santarém.	19
Piauí	Teresina	10
Ceará	Crateús, Crato, Fortaleza, Limoeiro do Norte, Sobral.	54
Rio Grande do Norte	Caiacó, Mossoró, Natal.	29
Alagoas	Maceió	8
Sergipe <sup>55</sup>	Aracajú, Estância, Propirá.	
Mato Grosso	Cuiabá	6
Rondônia	Guajará-Mirim	1
<b>9 unidades</b>	21 sistemas de Educação de Base	135 Municípios

Adaptado do Relatório Anual de 1968 (MEB, 1969, p. 11)

O relatório anual de 1968 elaborado pela equipe nacional e publicado em janeiro de 1969 é a principal fonte documental utilizada para pensar o MEB nesse ano. Como foi apontado, durante o V Encontro Nacional de Coordenadores (1967), o MEB organizou suas atividades a partir das previsões orçamentárias previstas para o exercício de 1968, um montante aproximado de Nc\$ 3.500.000,00, provenientes do Ministério da Educação e Cultura em dois momentos. O primeiro, uma verba no valor de Nc\$ 2.000.000,00, referente ao Convênio MEC/MEB, assinado no mês de agosto de 1967, o relatório anual de 1968 aponta que esse valor ficou para ser pago em agosto de 1968, mediante termo

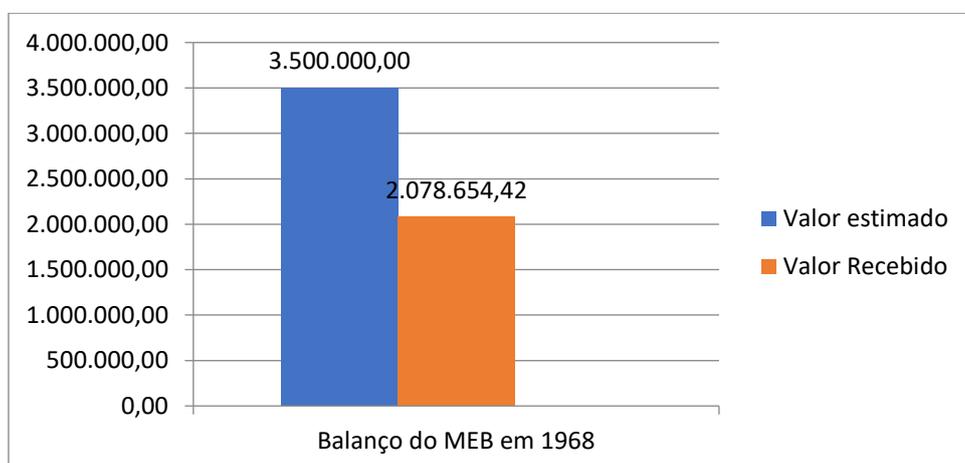
<sup>55</sup> Os dados dos sistemas de Sergipe não foram contabilizados no relatório anual de 1968.

aditivo. O segundo momento seria uma verba no valor de NC\$ 1.500.000,00 da verba consignada no Orçamento Geral da União.

Contudo, apesar da previsão de melhoras para o ano de 1968, a situação do MEB não foi como programada. O relatório anual de 1968 constata que houve atrasos significativos no pagamento das verbas destinadas ao MEB. O primeiro pagamento foi realizado no mês de janeiro de 1968, foi entregue ao Movimento 20% do valor total, o que se traduz em um valor de Nc\$ 400.000,00, o valor restante (Nc\$ 1.600.00,00) foi parcelado em quatro vezes iguais, a serem pagos a cada três meses.

Contudo o relatório aponta que o pagamento da primeira parcela só foi realizado em julho de 1968, e em outubro foi liberada a segunda parcela, ainda no mesmo valor e em dezembro a terceira parcela no valor de Nc\$ 480.00,00, deste modo o MEB recebeu apenas 48% do valor total estimado durante o V Encontro Nacional de Coordenadores, perfazendo 84% do valor relativo ao Convênio MEC/MEB assinado em agosto de 1967.

**Gráfico 2: Balanço do MEB em 1968**



Dados obtidos a partir do Relatório Anual de 1968

### 3.3. O ANO DA CAPACITAÇÃO: 1969

Para compreender de fato o ano da capacitação, primeiro é necessário relembrar que o Movimento sobreviveu ao ano da crise (1967), onde mesmo em meio a falta de verbas foram elaboradas táticas de sobrevivência durante o V Encontro Nacional de Coordenadores. O ano que denominamos “da premiação” foi marcado por dois períodos distintos, um primeiro semestre com funcionamento precário, ainda em virtude da irregularidade das verbas, mas que contou, ao mesmo tempo, com a dedicação da equipe nacional e de voluntários que se dispuseram a doar-se pela continuidade do Movimento. E um segundo semestre de atividades intensas, na tentativa de superar os prejuízos das mais diversas naturezas, causados pela crise financeira.

Esses elementos nos ajudam a entender que a crise financeira de 67 e o governo autoritário, ocasionaram a dissidência de pessoas capacitadas para trabalharem nos sistemas. E que um trabalho educativo como o que o MEB desenvolveu necessitava de condições, formas e meios para ser concretizado, o que nesse período foi muito difícil. Nesse sentido, entendendo o contexto de falta de pessoal capacitado e de instrumentos para a realização do trabalho educativo, o MEB levanta a bandeira da capacitação como forma de retomar os trabalhos realizados anteriormente. Por sua vez, a capacitação realizada em 1969, deu conta de seguir o plano de ação traçado em 1967, sendo a capacitação uma das mais importantes estratégias de sobrevivência.

Levando-se em conta a carência, no Brasil, de pessoal especializado em educação de adultos, especialmente no meio rural, a capacitação de pessoas, para o MEB, significa uma atividade fundamental para assegurar o desenvolvimento de suas atividades com maior rendimento. Desta forma, como consequência direta das determinações do V Encontro de Coordenadores (1967), foi traçada uma política de ação que definiu a necessidade de maior fundamentação e um aperfeiçoamento técnico das equipes, monitores e líderes (MEB, Relatório para Assembleia Geral da CNBB, 1969, p. 5- 6).

Em 1969, o Movimento conseguiu cumprir o programa de trabalho e desenvolveu as atividades previstas, entretanto, por motivos ainda desconhecidos, os sistemas de Maceió foram fechados. Em contrapartida, no mês de novembro deste mesmo ano, o MEB instalou a equipe regional da Amazônia, com sede em Manaus, onde fariam assessoria a 8 sistemas.

O quantitativo de treinamentos realizados em 1969 ilustra dois fatores interessantes para nossa análise, o primeiro, que em 1969, o MEB conseguiu realizar a capacitação proposta no V Encontro Nacional de Coordenadores, logo é possível dizer que houve uma coerência e um comprometimento da equipe nacional em seguir o plano de trabalho traçado durante o encontro. Em segundo lugar, esse quantitativo expressa o caminhar das atividades de capacitação em relação aos anos anteriores. Além de ilustrar a comparação do quantitativo de atividades desenvolvidas desde 1966, é possível perceber ainda a expressividade que o Movimento ganha a partir de 1968, quando vemos a quantidade de pessoas que foram treinadas ao longo desses anos<sup>56</sup>. A partir desses dados é possível observar que o Movimento teve uma queda significativa no ano da crise, mas que em consequência, tanto da dedicação da equipe nacional, dos voluntários e do plano de trabalho estruturado no V Encontro Nacional de Coordenadores, sobretudo após o ano da premiação, o Movimento passa a ter uma expressividade considerável.

O primeiro elemento que nos chamou a atenção enquanto estávamos nos debruçando sob o ano de 1969 foi a fonte documental que utilizamos, o Relatório Anual de 1969. Ao fazermos uma simples comparação entre o Relatório Anual de 1969 e os relatórios anteriores, 1967 e 1968, percebemos uma discrepante diferença no volume de páginas. Além do aumento significativo do volume de páginas dos relatórios, percebemos ainda uma maior descrição dos eventos realizados, enquanto o Relatório Anual de 1967, que usamos para trabalhar o ano da crise, era pequeno e condensado, pobre em informações, contendo apenas 24 páginas, ou seja, um indício de que o ano de 1967 foi definitivamente um ano de crise, e não muito diferente foi o Relatório Anual de 1968. Este último relatório, o de 1968, um pouco mais detalhado do que o relatório de 1967, com uma organização maior, inclusive com um índice, que não consta no relatório anterior, é composto por 39 páginas. E não menos importante, em sua apresentação, o relatório de 1968, nos chama a atenção para a importância jurídica que os relatórios anuais tinham:

Apresentando seu Relatório Anual de Atividade de 1968, o Movimento de Educação de Base considera necessário ressaltar, entretanto, que se trata de um relatório preliminar face à urgência de sua elaboração para atender os prazos legais (MEB, 1969b, p.1)

---

<sup>56</sup> Cf. Figura 11.

Apesar de ser apresentado como um relatório preliminar, não há indícios de nenhum outro relatório anual desse mesmo ano em versão estendida. Já o Relatório Anual de 1969, foi o maior da segunda fase do MEB, contendo 100 páginas e ao final um índice detalhado, é o mais completo, com maior quantidade de informações, e o mais bem elaborado. Mas a princípio, essa simples comparação de tamanho, organização e densidade do conteúdo, são análises muito empíricas e que, por si só, não corroboram para nossa pesquisa. É necessário ir mais fundo nessa matéria. É preciso pensar em elementos como “quem fez?”, “para que?” e “para quem?”.

Todas essas questões foram iluminadas quando consegui responder a primeira pergunta – “quem fez?” –. Aqui faço referência às pessoas que compuseram a Equipe Nacional do MEB nessa segunda fase, e que tive a oportunidade de conhecer e entrevistar, o Sr. Celso Simões Bredariol, o Sr. José Renato Campos Monteiro, a Sr.<sup>a</sup> Letícia Ligneu Cotrin, o Sr. José Pereira Peixoto Filho. E foi a partir dos encontros e entrevistas, sem formulários, sem perguntas fechadas, sem hora para terminar, muito menos dia para encerrar, que consegui entender a resposta para essas perguntas. Durante a entrevista com a Sr.<sup>a</sup> Letícia Ligneu Cotrin, perguntei a ela se ela lembrava quem havia produzido o relatório de 1969, tentando identificar por qual motivo esse relatório se destacava dos demais, ela disse:

Olha eu tava... isso não passava sem Marina, sem Hargreaves, mas cada um de nós colaborava em pequenas tabelas atividades etc. Isso coordenação do trabalho foi o Zé Renato, Roberto Mendes e Hargreaves. Celso não, Celso era muito mais ação educativa. Celso tava na vida, Zé Renato era e Roberto eram coordenadores, Hargreaves era “pres” diretor presidente, e Marina (Entrevista realizada com Letícia Ligneu Cotrin em 6 de novembro de 2019)

Tendo identificado as pessoas que elaboraram esses relatórios, foi mais fácil direcionar a nossa pesquisa para um caminho que pudesse responder as perguntas levantadas sobre o Relatório Anual. Desta forma perguntei a Sr.<sup>a</sup> Letícia Ligneu Cotrin, se haveria alguma relação entre a densidade dos relatórios de 67 e 68 terem sido reduzidas em virtude da crise financeira. Sobre essa matéria ela afirma que sim, havia uma relação estreita entre o tamanho dos relatórios e o financiamento, em nossa conversa durante o almoço, a Sr.<sup>a</sup> Letícia afirma que “se tem muito dinheiro, se faz muitas coisas e se relata

muitas coisas, mas como não havia muito dinheiro, não se podia fazer muitas coisas, logo não tem muito o que relatar”, se referindo a diferença de tamanho dos relatórios.

Entretanto, além dessa relação entre o fator financeiro e o tamanho do documento, existiram eventos por detrás, que justificam os motivos pelos quais os relatórios anteriores teriam tamanho reduzido. De nenhum modo é redundante ou repetitivo, lembrar que o contexto de 1967 e 1968 é o período que marca o endurecimento da ditadura militar instaurada em 1964, sobretudo após o AI-5 ter sido baixado em 13 de dezembro de 1968. Nesse período, houve um sentimento de medo, por parte do MEB, o que também foi relatado pela Sr.<sup>a</sup> Letícia Ligneu. Sendo assim, ainda durante a entrevista, foi localizado outro elemento que explicaria essa relação entre o tamanho dos relatórios, que seria uma ação de salvaguardar o próprio Movimento dos instrumentos de censura que estavam operando naquele momento. Sobre isso, a Sr.<sup>a</sup> Letícia falou:

olha existe sim (uma relação entre o financiamento e o tamanho dos relatórios), mas de fato a atividade diminuiu muito porque, com os financiamentos que foram diminuindo até estrangulamento total, você diminui as atividades [...] também corresponde a um não dizer tudo que era feito e que não tem muito a ver com esconder coisas, mas tem a ver com não dar detalhes nem facilitar as buscas (Entrevista com a Sr.<sup>a</sup> Letícia Ligneu).

Ou seja, havia um medo da censura e da repressão, que somados aos poucos recursos financeiros, justificou que os relatórios anteriores fossem reduzidos e sintéticos. Nesse sentido caminhamos para responder a segunda pergunta levantada sobre os relatórios – “para que?” –. Entender os objetivos que levaram a construção desses relatórios é significativo para nossa análise. Durante a conversa com a Sr.<sup>a</sup> Letícia, ela deixou claro que, os relatórios serviam como uma espécie de prestação de contas para o Governo, e a partir do V Encontro Nacional de Coordenadores, serviu também para ilustrar o trabalho realizado pelo MEB, quando ia-se buscar financiamento junto a outras instituições, ou seja, ao mesmo tempo que prestava conta ao Estado, era utilizado como uma espécie de apresentação do Movimento. Com isso respondemos também a terceira pergunta, direcionada aos Relatórios Anuais. E nos dão elementos para compreender o impacto que o prêmio de 68 causou no Movimento. A blindagem que o prêmio concede ao MEB, como o Celso Bredariol disse, ou a “sobrevida” que o prêmio concedeu ao MEB, nas palavras da Letícia Ligneu, possibilitou que o ano de 1969 fosse um ano onde as

atividades seriam desenvolvidas de maneira mais intensa, tanto pelo valor em dinheiro do prêmio, tanto pelo suporte político concedida por ele. Em virtude desse suporte, as condições financeiras foram ficando favoráveis, o ano de 1969 foi considerado o ano da capacitação, pois foi possível realizar a capacitação prevista para 1968, que, em virtude de questões financeiras, não foi possível realizar naquele momento.

Desta forma, entramos no ano da capacitação. O Relatório Anual de 1969<sup>57</sup>, afirma que esse ano foi para o Movimento o ano da capacitação de pessoal e de busca de renovação metodológica. Este ano é um marco referencial para a história do MEB nesta segunda fase. Foi no ano da capacitação que o MEB venceu os anos de quase interrupção. Se nos anos anteriores 1967 e 1968, a forte crise financeira estrangulou o Movimento, chegando a quase interrupção, em 1969 ele retoma o ritmo de trabalho que era previsto antes da crise, e consegue executar o plano de ação que foi traçado no V Encontro Anual de Coordenadores, especificamente no que se refere à capacitação de pessoal, proporcionando assim, uma revitalização do Movimento, que nesse ano estava atuando em 9 Unidades da Federação, através de 20 sistemas, já que em março deste ano, as atividades dos sistemas de Maceió foram suspensas, como é possível perceber na tabela que se segue.

**Tabela 10: Distribuição dos Sistemas (1969)**

Unidades da Federação	Nº de equipes	Sedes dos sistemas e equipes de trabalho
Amazonas	4	Regional Amazônia, Manaus, Coarí, Tefé
Pará	3	Bragança, Conc. Araguaia, Santarém
Piauí	1	Teresina
Ceará	6	Equipe estadual, Fortaleza, Crato, Crateús, Limoeiro do Norte, Sobral
Rio G. do Norte	3	Caiacó, Natal, Mossoró
Sergipe	3	Aracajú, Estância, Propriá
Mato Grosso	1	Cuiabá

<sup>57</sup> “O relatório [...] procura dar uma ideia do esforço do MEB em 1969, em desenvolver seus padrões de qualidade e de produtividade, conscientes que somos da importância e significado do aproveitamento dos investimentos efetuados em Educação e particularmente dos recursos disponíveis, normalmente limitados, para a Educação do Homem Rural” (MEB, 1970, p. 1).

Rondônia	1	Guajará- Mirim
Guanabara	1	Equipe Nacional de Coordenação

Fonte: Adaptado do Relatório Anual de 1969.

Como já havíamos adiantado no capítulo anterior, no ano de 1969 ocorreram diversas experiências de capacitação, os encontros foram uma importante ferramenta para a capacitação de pessoal profissional do MEB. Os encontros que ocorreram tinham dois objetivos, o primeiro era pesquisa, e o segundo didática.

Os encontros de pesquisa tinham como finalidade “determinar a eficácia da ação educativa do Movimento como agente estimulador da transformação do comportamento e atitude dos grupos comunitários” (MEB, 1970, p.51). O primeiro ocorreu em julho de 1969, na cidade de Fortaleza, onde reuniu as lideranças das equipes Estaduais de Ceará, Fortaleza, Crato, Crateús, Sobral e Limoeiro, onde congregou um total de 16 pessoas. Já o segundo encontro de pesquisa, ocorreu no mês de novembro, na cidade de Fortaleza, com os participantes das equipes do Estadual/ CE, de Teresina, Fortaleza, Crato, Crateús, Sobral e Limoeiro, congregando 21 pessoas.

Já os encontros de didática, tinham como objetivos avaliar as experiências anteriores, redefinir critérios metodológicos, pensar o programa educativo para 1970, estabelecer etapas para reelaboração de materiais didáticos. O primeiro encontro de didática ocorreu em setembro de 1969, na cidade de Manaus, reunindo as lideranças das equipes de Manaus, Coarí, Tefé, Bragança, Santarém, Conceição, Cuiabá e Guajará, onde congregaram 19 participantes. Já o segundo encontro, ocorreu no mês de outubro, na cidade de Fortaleza, onde reuniu as lideranças das equipes do Estadual/CE, de Teresina, Fortaleza, Crato, Crateús, Sobral, Limoeiro, Natal, Caicó, Mossoró, Aracaju, Estância e Propriá. Na figura que se segue, é possível visualizar com clareza essas informações. Podemos assim perceber que em 1969, o Nacional realizou um total de 4 encontros.

Figura 10: Encontros realizados pelo Nacional em 1969

<u>E N C O N T R O S</u>					
<u>REGIONAIS</u>					
LOCAL	M Ê S	EQUIPES PARTICIPANTES		Nº PARTI- CIPANTES	OBJETIVO
FORTALEZA	JULHO	Nacional Estadual Ceará Fortaleza Crato	Crateús Sobral Limoeiro	16	Pesquisa
MANAUS	SETEMBRO	Nacional Manaus Coari Tefé Bragança	Santarém Conceição Cuiabá Guajará	19	Didática
FORTALEZA	OUTUBRO	Nacional Estadual/Ce. Teresina Fortaleza Crato Crateús Sobral	Limoeiro Natal Caicó Mossoró Araçaju Estância Propriá	28	Didática
FORTALEZA	NOVEMBRO	Nacional Estadual/Ce. Teresina Fortaleza	Crato Crateús Sobral Limoeiro	21	Pesquisa
4 Encontros				84	

Fonte: Relatório anual de 1969, p. 38

Outra forma de capacitação realizada pela equipe nacional em 1969 foram os treinamentos e encontros<sup>58</sup>, estes direcionados a capacitação de animadores e líderes, na reprodução que se segue, é possível ter uma dimensão do empenho do nacional em direcionar seus olhares para os animadores e líderes. Para além disso, é possível perceber que houve uma preocupação da equipe nacional em quantificar as pessoas que foram treinadas. Por outro lado, percebemos também que o movimento estava aos poucos recuperando o seu vigor.

<sup>58</sup> “os treinamentos e encontros representam uma das formas sistemáticas de capacitação das mais significativas dentro da metodologia do MEB, quando reúne, dialoga e orienta mais de 2000 líderes locais nas zonas rurais mais afastadas do país” (MEB, 1970, p. 26).

Figura 11: Capacitação de monitores e líderes em 1969

CAPACITAÇÃO DE ANIMADORES  
TREINAMENTOS E ENCONTROS

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	EQUIPES	Nº TREINAMENTOS	Nº TREINANDOS
AMAZONAS 3	Coari	10	221
	Manaus	3	66
	Tefé	8	308
P A R Á 3	Bragança	10	157
	C. Araguaia	1	20
	Santarém	23	524
CEARÁ 5	Cratêus	4	80
	Crato	1	23
	Fortaleza	2	22
	Lim. Norte	5	86
	Sobral	9	121
R.G. NORTE 3	Caicó	4	49
	Natal	19	168
	Mossoró	6	113
SERGIPE 3	Aracaju	4	78
	Estância	6	140
	Propriá	4	39
M. GROSSO 1	Cuiabá	7	93
6 UNIDADES	17 SISTEMAS	126	2.308

Fonte: Relatório anual de 1969, p. 27

Talvez fique mais claro compreender o motivo que nos leva a chamar o ano de 1969 como “Ano da capacitação”, quando compreendemos que foi em 1969 que o

Nacional conseguiu realizar plenamente todos os treinamentos previstos para aquele ano, incluindo ainda um treinamento especial para o Regional da Amazônia, aqui devemos considerar que nos anos de 1967 e 1968 não foram realizados treinamentos.

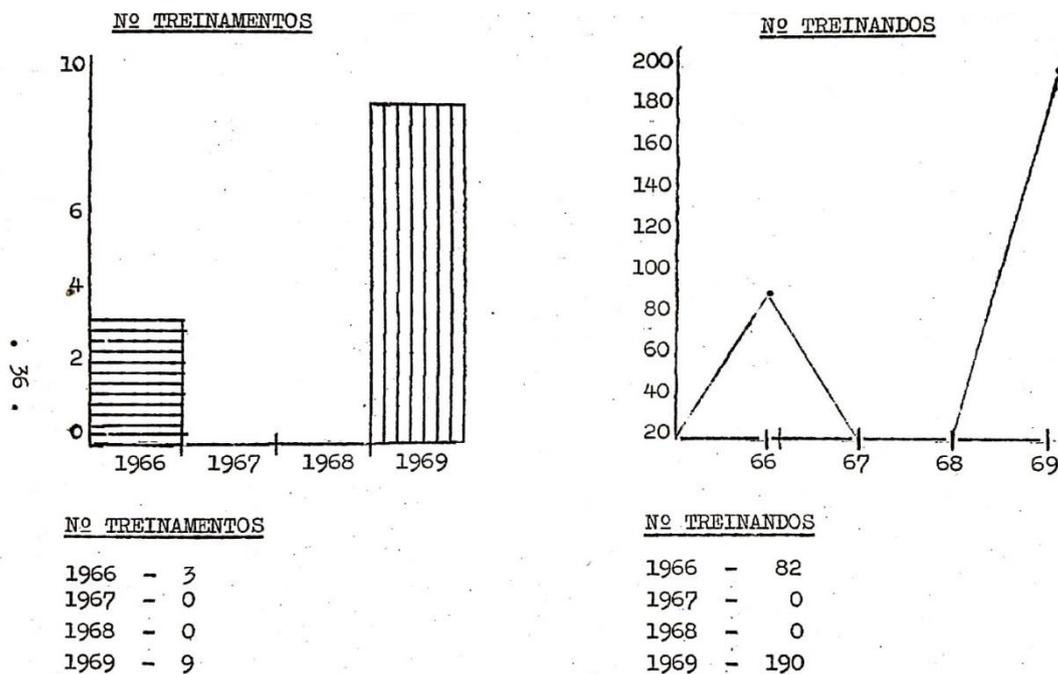
**Figura 12: Treinamentos realizados em 1969**

TREINAMENTOS - EQUIPES

LOCAL	MÊS	EQUIPES TREINADAS	Nº DE TREINANDOS
1. FORTALEZA	Fevereiro	Crato Cratêus Sobral Limoeiro do Norte Fortaleza	46
2. NATAL	Fevereiro	Natal Caico Mossoró	23
3. ARACAJU	Abril	Araçaju Estância Propriá	23
4. SANTARÉM	Junho	Santarém	14
5. CUIABÁ	Junho	Cuiabá Guajará-Mirim Conceição do Araguaia	18
6. TEFÉ	Junho	Manaus Coarí Tefé	20
7. TERESINA	Outubro	Teresina	16
8. BRAGANÇA	Novembro	Bragança	17
9. MANAUS	Novembro	Regional/Amazonas	13
9 TREINAMENTOS		21 EQUIPES	190

Fonte: Relatório anual de 1969, p. 35 (1970)

Se fizermos uma comparação entre os treinamentos realizados pela equipe do Nacional às equipes locais desde 1966 até 1969, e o número de pessoas que foram treinadas no mesmo período, teremos os seguintes gráficos:

**Figura 13: Treinamentos de equipes locais realizados entre 1966 e 1969**

Fonte: Imagem do Relatório anual de 1969, p. 36

Esses gráficos nos possibilitam enxergar de maneira clara os efeitos da crise financeira que o Movimento passou, e como a crise afetou pedagogicamente o Movimento. Foi pensando em táticas de superar as dificuldades de capacitação dos anos anteriores, que o nacional direcionou uma política de capacitação em que todos os meios disponíveis deveriam ser canalizados para capacitação de pessoal.

As correspondências trocadas entre o Nacional e os sistemas também foi um instrumento de capacitação. O relatório anual de 1969 apresenta uma transcrição de uma correspondência do Nacional à equipe de Guajará-mirim onde o autor apresentava claramente orientações pedagógicas quanto ao uso da música, por exemplo, entender o valor pedagógico dos discos que foram enviados em correspondência pelo Nacional à equipe, além de critérios para avaliação do uso da música.

Em nossa análise fica claro a intencionalidade e a diretividade do processo pedagógico que essa correspondência teve, sobretudo quando olhamos para o relatório anual de 1969 e percebemos que houve uma preocupação pedagógica em selecionar os discos que seriam enviados. Nessa situação específica, da correspondência do Nacional à

equipe de Guajará-mirim, que estamos nos debruçando, os discos (com músicas) que foram enviados, continham canções que tratavam de aspectos da vida do homem do campo.

Essa é a parte mais rica - e também a mais delicada. Observar aqui a INTERPRETAÇÃO que as pessoas possam dar às músicas – levando em conta que as próprias músicas já são EXPRESSÃO desses padrões. Assim, se a pessoa comenta a música, prestando atenção ao comentário, nós descobrimos seu modo de pensar, de ser. Isso se dá, porque a pessoa “carimba” o seu comentário com aquilo que é caracteristicamente seu. É aquela hora em que o observador atento, percebe que a pessoa “disse” uma coisa (ou agiu de um modo) mas “queria dizer mesmo” era outra ... Em psicologia, chama-se a isso “fenômeno de projeção” – a pessoa, pois, “tempera” o comentário (objetivo, aparentemente) com seu “tempero” (subjetivo) (MEB, 1970b, p. 46).

**Figura 14: Capa Lp Zico e Zeca enviado pelo Nacional ao sistema Guajará-mirim**



Fonte: <https://immub.org/album/zico-e-zeca-1> acessado em 11 de setembro de 2021

Faixas do LP<sup>59</sup>

<sup>59</sup>ZICO E ZECA - 1969 - CONTINENTAL - CLP-9068

1 Jardim da Vida (Moacir dos Santos/Lourival dos Santos);

2 Renúncia (Zico)

3 Retrato de Carreiro (Mário Ramos de Souza/Edward de Marchi)

4 Mutirão (Dino Franco/Manoel Bruno Linhares)

5 Pescador do Ivaí (Dino Franco/Adolfinho)

6 Cavaquinho na Roça (Zico)

7 O Ausente (Zico/Nhá Teteca)

8 Priminha Linda (Moacir dos Santos/Lourival dos Santos)

9 Chamando de Meu Bem (Pedro Capeche/Zico)

10 Sonho de Criança (Tupi/Tapuã)

11 Boiadeiro da Serra (Tapuã/Zezinho (1))

12 Escrevi o Teu Nome (Dino Franco/Tenente Macedo)

**Figura 15: Aspectos a serem observados com o uso da música**

1. Elementos da Natureza
  - porque a Natureza é assim: "ênchente e sêca" no Nordeste ? "O que é que o Norte fêz ?" (Orós).
  - por quê o "mato cresce" ? E "a planta agradece ao dono" ? ("Mutirão")
2. Relações afetivas
  - como comentam o casamento de "O nome é que atrapaia" ? Ou o "jôgo do amor" ?
3. Simbolismo - poesia
  - o que quer dizer o "baralho de ouro", a "calçada de prata" ? O que é "tiro-o-liro" ?
4. Religião
  - o que Deus faz na "Lavadeira e o Lavrador" ? Por quê "todo nortista é devoto" ? ("Orós"). Por quê uma música fala na "proteção dos santos". (Por quê deixei meu sertão) e outra diz que "Deus não quer que eu ande assim" ("Xote do pedreiro") ?
5. Arte
  - o que é a "Música" ? O que é ser músico ? É bom "sair do sertão prá fazer baião" ?
6. Humor
  - pra que música engraçada ? (" 7 Gatos ").
7. "Terra Natal"
  - o que é essa "saudade" de que falam as músicas? "Rever Belém", pra que ? Por que o Homem se muda? Como êle vê as outras terras ? (Bahia, Alagoas, Sergipe - cantadas nos discos: "Saudade do Piauí", "Pescaria em Propriá" e outras).

Fonte: Relatório anual de 1969, p. 47 (1970)

As músicas em conjunto com os aspectos a serem observados, descritos na figura anterior, tinham como objetivo observar os padrões socioculturais dos indivíduos e dos grupos, pois havia uma percepção do homem rural enquanto possuidor de uma

mentalidade ingênua<sup>60</sup>, cujo trabalho educativo do MEB visava viabilizar que estes passassem a ter uma mentalidade crítica.

### 3.3.1. As novas atividades de capacitação do MEB

Em 1969, o Movimento passou também a contar com outro tipo de capacitação, além das fornecidas ao pessoal profissional do MEB e a fornecida aos animadores e líderes. Nesse momento nasceu a então chamada assessoria. Tal atividade de capacitação tinha como objetivo compartilhar as experiências técnicas que o MEB havia acumulado ao longo dos anos.

A expressividade que o Movimento alcançou nesse período fez com que o Nacional fosse convidado para atividades de assessoria na forma de palestras, conferências e cursos. As dioceses de Vitória e de Itabira, ainda em 1969, formalizaram um convênio de assessoria para os organismos educacionais de ambas as dioceses.

Em julho de 1969 a Conferência de Religiosos do Brasil (CRB) solicitou ao MEB um curso para educadores religiosos, cujo objetivo era atualizar os religiosos sobre a educação de base. Os temas abordados foram: “Educação de base: conceitos e características”; “Situação dos religiosos na educação de base”; “Análise das experiências – dificuldades de ordem metodológica” (MEB, 1970, p. 41). Outro elemento muito significativo para nossa narrativa é que esse e todos os cursos ministrados pelo MEB funcionavam como venda de serviços, ou seja, o Movimento era pago para realizar essas atividades, o que foi uma inovação do MEB.

Em outubro de 1969, foi realizado na sede do Nacional, no Rio de Janeiro, um curso para educadores do ensino supletivo do colégio Santo Inácio, que tinha como objetivo estudar a fundamentação teórica da Educação de adultos dentro do processo de desenvolvimento humano. As temáticas abordadas foram:

---

<sup>60</sup>“consideramos arriscado submeter pessoas analfabetas, simples e ingênuas a esses conteúdos muito fortes... A melhoria humana [...] deve ser promovida sem o uso de mecanismos inconscientes de revolta ou do aviltamento do próximo. Estes, uma vez dados, tornar-se-ão reflexos condicionados na mente de pessoas simples e ingênuas” (MEB apud KADT, 2007, p. 232).

- a) Introdução: intenção geral do curso;
- b) Levantamento das dificuldades do trabalho educativo e de suas principais técnicas e métodos utilizados;
- c) Como conseguir os objetivos a que se propõe a educação de adultos;
- d) As estruturas da conduta e as operações intelectuais;
- e) Movimentação e mudança de atitudes;
- f) Aspectos econômicos da Educação;
- g) Aspectos sociológicos da Educação. (MEB, 1970, p. 43)

No mês de novembro de 1969, também na sede do MEB Nacional, no Rio de Janeiro, foi realizado o curso para educadores “encarregados de trabalhos de alfabetização em colégios, paróquias e outras instituições”<sup>61</sup>. Esse curso teve como objetivos levar a conhecer a metodologia da alfabetização de adultos e atualizar-se em relação a algumas técnicas de comunicação social. Os temas trabalhados foram:

- a) Metodologia da alfabetização;
- b) Planejamento educacional;
- c) Educação de base e comunicação social;
- d) Técnicas de treinamento de lideranças;
- e) Técnicas de pesquisa social aplicada à educação. (MEB, 1970, p. 44)

Entre os meses de outubro e dezembro, o MEB forneceu aos alunos do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento (IBRADES), curso em formato de nove seminários sobre a temática da Educação de Base, os temas foram divididos em:

- a) História e evolução do MEB;
- b) Conceitos fundamentais da Educação de Base;
- c) Técnicas de pesquisa social aplicadas à educação;
- d) Planejamento educacional;
- e) Educação de Base e desenvolvimento;
- f) Métodos para alfabetização de adultos;
- g) Tipologia da ação grupal no meio rural;
- h) Ação cooperativa no meio rural. (MEB, 1970, p.44)

Todos os quatro cursos realizados pelo MEB contabilizaram 88 participantes.

---

<sup>61</sup> (MEB, 1970, p. 45)

Na tentativa de expandir as formas de capacitação, com a finalidade de suprir as deficiências pedagógicas causadas nos anos de quase interrupção, em 1969 o Nacional criou os chamados Núcleos de Educação de Base.

Esses núcleos constituíam-se em unidades de trabalho onde desenvolveu-se a ação pedagógica do MEB. Os núcleos congregavam as populações das áreas atingidas segundo os seus interesses. Coube ao MEB fornecer todo instrumental necessário para que os próprios participantes dessem continuidade aos trabalhos. O papel do Movimento era assessorar as atividades desenvolvidas por esses núcleos. Tratava-se, pois, do trabalho de animação popular, assumindo assim elementos como responsabilidade, participação e promoção humana, que foram apontados no capítulo primeiro dessa dissertação, quando tratamos da CF de 1969. Nesse sentido começamos a perceber um alinhamento maior com as orientações da Igreja Católica, sobretudo com os encaminhamentos da Conferência de Medellín.

Conseguimos identificar que a animação popular realizada por meio dos núcleos de Educação de Base rendeu avanços significativos a ponto de as lideranças dos núcleos conseguirem dar continuidade nas atividades de forma independente da assessoria. Ainda dentro da perspectiva de capacitação por meio da animação popular, podemos dizer que o Nacional começa a delinear novos rumos quanto aos objetivos do Movimento. Enquanto nos anos de quase interrupção houve uma concentração sobre a funcionalidade da alfabetização e a evangelização, a partir de 1969 percebe-se que apenas a alfabetização não é suficiente. Dentro da animação popular, as atividades de reflexão e que estimulem a atitude crítica tornam-se tão relevantes quanto a alfabetização. Assim, a alfabetização, dentro do trabalho do MEB, passa a ser instrumento básico, ou seja, o meio. Enquanto o sentimento de pertencimento, de tomada de consciência, de responsabilidade passa a ser o fim.

Esses núcleos eram agrupados por atividades de três naturezas, a primeira delas era de natureza cooperativa. Onde eram realizadas atividades que tinham por finalidade a organização de grupos, visando superar as necessidades comuns ao nível econômico. Tais como:

- Plantação de roçados comunitários e festas da comunidade para levantamento de fundos;
- Criação de gado comunitário;

- Formação de ambulatório comunitário para atendimentos de urgência e medicamentos;
- Construção de pontes, estradas: possibilitando a ligação de comunidades isoladas à rodovias facilitando o escoamento de produção agrícola;
- Urbanização dos povoados: limpeza de ruas, de fontes, construção de capelas, centros sociais, cemitérios, escolas etc. (MEB, 1970, p.70)

O segundo núcleo de atividades era destinado à recreação. Para o Movimento, os clubes de futebol e de festas folclóricas eram valorizados no trabalho educativo como estímulo para interação entre grupos e promover a interação entre lideranças comunitárias.

Já o terceiro agrupamento de núcleos, estava direcionado às atividades de capacitação e formação. Dentro dessa categoria havia os clubes que tinham atividades cujo objetivo era a organização de grupos que, aproveitando os recursos internos da comunidade, promoviam cursos de capacitação por meio de troca de experiências em técnicas úteis para a vida prática ou profissional. Em linhas gerais as atividades eram voltadas para o ensino e aprendizagem de “corte e costura, bordado, chapelaria, cerâmica, economia doméstica, puericultura e noções de enfermagem” (MEB, 1970, p. 76).

Outra forma de capacitação que identificamos ao longo de nossa pesquisa, foi por meio de escolas. Para o MEB as escolas eram instrumentos de trabalho associadas a outras atividades de animação popular. O modelo pedagógico tinha o camponês como sujeito de educação para cooperação em comunidade. Além das escolas radiofônicas que o MEB já vinha trabalhando, em 1969 deu-se início às escolas não radiofônicas. A criação dessas escolas tinha como objetivo resolver problemas pontuais de alguns sistemas, cuja área de atuação não era atingida pela programação radiofônica, o que a princípio nos causou grande estranhamento, já que o sucesso do MEB teria se dado exatamente por levar a educação de base aos lugares mais distantes pela programação radiofônica. Quanto ao elemento de ordem técnica, nossa pesquisa conseguiu identificar que em 1970, o professor Dr. *Louk de la Rive Box*, na qualidade de técnico da Fundação Ford, visitou um dos sistemas do MEB, essa visita teve como um dos objetivos, prestar assessoria a respeito de técnicas radiofônicas ao MEB. Ao analisarmos todo conjunto da obra, foi

possível elencar os problemas de ordem técnica que fizeram com que o Movimento iniciasse o trabalho com as escolas não radiofônicas.

O primeiro deles foi referente aos transmissores de sinal radiofônico, com potência de 1 kw que foi considerada fraca para alcançar os receptores mais distantes do MEB. O segundo problema de ordem técnica estava ligado diretamente com o seletor, esse aparelho é responsável por selecionar a frequência que será recebida pelo rádio, que poderia estar danificado ou carecendo de ajustes. O terceiro problema de ordem técnica estava nas antenas receptoras, às vezes mal instalada, velhas ou com ligação errada. O quarto problema de ordem técnica estava no aterramento dos aparelhos, que auxilia também na redução de ruídos, a falta do aterramento, ou a má instalação destes acabava por intensificar ruídos. O quinto e último elemento de ordem técnica estava nas pilhas, que quando já usadas comprometem a recepção do sinal (MEB, 1970c, p. 2).

Outro elemento que direcionou os esforços do MEB em criar escolas não radiofônicas estava diretamente ligada ao acesso, seja pela distância, pelas dificuldades do horário de trabalho, ou até mesmo pelo horário da programação, nos lugares em que chega, não ser compatível com o melhor horário para o trabalhador estudar.

Enquanto nas escolas radiofônicas, o monitor era visto como um elo entre a programação emitida e os alunos, nas escolas não radiofônicas o monitor assume integralmente o papel de orientador. Toda programação era elaborada pelo sistema, sempre observando os mesmos métodos adotados nas escolas radiofônicas. Os monitores passaram a contar com treinamentos, assessorias, visitas, encontros, reuniões periódicas para sua formação. Nas fontes consultadas localizamos ainda, uma tabela que nos possibilita visualizar a relação das escolas e o seu alcance em número de alunos.

Figura 16: Escolas não radiofônicas do MEB em 1969

M E B = ESCOLAS E ALUNOS

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	SISTEMA	Nº ESCOLAS	Nº ALUNOS
AMAZONAS	COARÍ	32	464
	MANAUS	56	1.167
	TEFÉ	160	5.280
PARÁ	BRAGANÇA	266	2.760
	C. ARAGUAIA	20	400
	SANTARÉM	164	1.549
PIAUI	TERESINA	80	1.278
CEARÁ	FORTALEZA	27	378
	LIM. NORTE	93	823
	SOBRAL	20	196
R.G.NORTE	CAICÓ	10	108
	NATAL	55	571
	MOSSORÓ	42	549
SERGIPE	ARACAJU	91	988
	ESTÂNCIA	21	279
	PROPRIÁ	32	288
M. GROSSO	CULABÁ	59	916
RONDÔNIA	GUAJ.-MIRIM	5	45
8 UNIDADES	18 SISTEMAS	1.238	18.039

Fonte: Relatório anual de 1969, p. 79

### 3.3.2. Criteriologia: Áreas prioritárias e não prioritárias

Ao longo de nossa pesquisa identificamos um número significativo de sistemas que encerraram as suas atividades, enquanto outros conseguiram permanecer abertos, mesmo que com os problemas que já levantamos nas páginas anteriores dessa dissertação. Nesse sentido, compreender o processo de sobrevivência é entender também o que leva

um sistema ter prioridade sobre o outro. Ou seja, precisamos entender como o Nacional selecionava os sistemas que teriam prioridade para manter-se funcionando e que mereciam uma atenção maior.

Nesse sentido, em 1969, o Nacional intensificou o estudo chamado criteriologia, que se tratava, pois, de definir as áreas que seriam prioritárias e as não prioritárias para atendimento. Em suma, o MEB esteve sempre voltado prioritariamente para áreas rurais, sobretudo pelo agravo da miséria e do abandono que se encontrava o homem e a mulher do campo.

Para fundamentar os critérios de escolha das áreas prioritárias e das áreas não prioritárias, o Nacional dedicou-se a estudar textos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que auxiliaram a selecionar os elementos: densidade demográfica; localização da área; meio de transporte; apoio financeiro infra-estrutural; recursos humanos disponíveis, como elementos de seleção das áreas.

Quanto à densidade demográfica identificamos que havia uma relação ambígua, que sozinha não servia como elemento para definir se uma área era ou não prioritária, por isso era necessário que todos os elementos fossem observados dentro de um conjunto, essa relação de ambiguidade em relação à densidade demográfica fica evidente na citação que se segue:

Onde a população está por demais esparsa, o nascer de uma consciência grupal pode ser muito difícil. Em contrapartida também levamos em conta que a imposição do meio, obrigando o homem do campo a viver isolado, pode despertar nele uma aspiração de existência grupal, a partir do momento em que ele toma consciência, através da ação educativa, dos benefícios que tal forma de existência possa lhe proporcionar (MEB 10 anos, s.d. p. 18).

Para além de um elemento para escolha de áreas prioritárias, a densidade demográfica trazia consigo uma outra preocupação, procurar formas de estimular que o homem do campo saísse de uma mentalidade individualista, ocasionada pelo seu isolamento, para uma mentalidade comunitária, estimulada pela interação com seus pares. Para nós, vai ficando cada vez mais nítida a ligação da Campanha da Fraternidade de 1969, com os encaminhamentos teóricos e metodológicos que o Nacional foi assumindo,

ou seja, a própria questão da tomada de uma consciência e de uma responsabilidade de que “para o outro o próximo é você”, traz essa mudança de mentalidade individualista, para uma mentalidade coletiva.

Quanto ao segundo elemento, localização da área, percebemos que estrategicamente, no sentido cereteuniano da palavra, o Nacional induzia a escolha por áreas que estivessem ligadas aos centros de desenvolvimento da região, pois acreditavam que a ação educativa do MEB seria mais eficaz quando integrado ao processo de desenvolvimento socioeconômico.

Um trabalho de Educação de Base em áreas completamente desvinculadas de um processo de desenvolvimento, tem menos possibilidades de êxito, pois seus habitantes, desprovidos dos mínimos recursos para melhorar suas condições de vida não vêm em seu redor perspectiva alguma (MEB 10 anos, p. 19).

O terceiro elemento observado no estudo da criteriologia foram os meios de transporte. Enquanto o acesso relativamente fácil às áreas de atuação permitia um acompanhamento mais eficiente do trabalho educativo, as localidades cujas estradas ficavam intransitáveis no período das chuvas tinham o processo de acompanhamento prejudicado, debilitando ainda o acompanhamento do desenvolvimento das comunidades.

O quarto elemento estava diretamente ligado à Igreja, referia-se ao apoio financeiro infra-estrutural. Nesse caso seria a disponibilidade da diocese, em colaborar com o Movimento, fosse com recursos humanos, fosse com equipamentos.

Por fim, o quinto elemento era referente à quantidade de pessoal local com capacitação técnica. Pois entendia-se que para a realização do trabalho educativo do MEB era necessário que a equipe tivesse uma percepção da realidade local, para que fossem integrados na ação educativa os elementos da realidade dos atingidos pelo Movimento.

A partir da análise conjunta de todos esses elementos, a equipe nacional decidia qual seria a área prioritária para o trabalho do Movimento, o que não significou que uma área que não era prioritária, não pudesse passar a ser uma área prioritária. Nos parece ainda que a criteriologia, além de auxiliar no direcionamento dos esforços pedagógicos e financeiros, procurou desvincular-se lentamente das regiões mais remotas do interior, como percebemos nos três primeiros itens da criteriologia.

Esses mesmos critérios foram utilizados nesse mesmo ano quando o Nacional iniciou os esforços em direção à Amazonia, chegando a criar uma equipe regional com sede em Manaus. A estratégia promovida pela ditadura estava posta e o lema era “Integrar para não entregar”, nesse contexto o Nacional entendeu que era necessário participar mais intensamente dessa atividade, dentro do seu campo de atuação. Nesse sentido podemos perceber em linhas gerais uma maior aderência a este projeto da ditadura, não de forma desinteressada e acrítica, já que como veremos a seguir, o MEB formou convênio com a SUDAM.

A nossa pesquisa identificou que é possível perceber que de fato houve uma significativa melhora na situação financeira do MEB a partir do ano de 1969. Nesse item, vamos nos debruçar sobre a situação financeira em 1969, a partir dos recursos que foram recebidos pelo MEB.

É importante relembrarmos que a partir do momento em que o Movimento passou a integrar o Plano Nacional de Alfabetização, percebemos que a ditadura passou a exercer influência financeira direta no MEB. Astuciosamente o Movimento passou a contar com dois tipos de recursos financeiros, os recursos governamentais e os recursos não governamentais.

Ao apresentar o programa financeiro do MEB para 1969 ao MEC, o Movimento esperava que fossem disponibilizados recursos necessários para retomada expressiva das suas atividades e da expansão do Movimento. Estes recursos foram pagos ao MEB pelo MEC, que, a saber, foram: NCr\$ 1.020.000,00 da dotação concedida pelo MEC através do Orçamento Geral da União para utilização como recurso de custeio para o ano de 1969. Somados a este valor, o MEB recebeu ainda pelo MEC o valor referente ao convênio de 1967. Enquanto parte do convênio referente ao ano de 1968 foi transferida como restos a pagar para o ano de 1970.

Ainda dentro dos recursos governamentais, em 1969 foram firmados convênios com a SUDENE, que financiou a execução de atividades no Piauí, e com a SUDAM que estava direcionada às atividades do MEB na Amazônia, previstas para serem efetivadas em 1970.

Já os recursos não governamentais, foram provenientes de projetos de financiamentos submetidos a entidades ao longo do ano de 1968 e 1969. A qualidade do

trabalho desenvolvido pelo MEB alcançou a confiança de entidades nacionais e internacionais que optaram por patrocinar o MEB, permitindo assim que as atividades fossem desenvolvidas. O Relatório Anual de 1969 cita as seguintes entidades financiadoras do MEB:

1. Obra da Santa Infância (Através da Nunciatura Apostólica no Brasil);
  2. Conferência Episcopal Americana (latin América Bureau);
  3. Caritas Católica Belga (*Entraide et Fraternité*) - Bélgica;
  4. *Misereor* – Alemanha;
  5. CECAL (Comissão Episcopal para América Latina) – Holanda;
  6. *Vastenactie Nederland* – Holanda;
  7. *Organisation Catholique Canadienne pour le Development et la Paix* – Canadá
- (Transcrito do Relatório Anual MEB, 1969, p. 3)

Dentre as fontes a que tivemos acesso, não foi possível precisar o valor efetivamente pago por cada entidade, como já afirmamos anteriormente, não nos sentimos obrigados a fazer uma auditoria nas contas do MEB, mas sim, em compreender o processo e as táticas de sobrevivência.

Com isso, um primeiro elemento nos chama a atenção durante nossa análise, observamos que das sete entidades de financiamento não governamental citadas pelo relatório anual de 1969, todas são de natureza Católica. O que nos dá indícios para atribuir a legítima veracidade à hipótese que tantos autores e tantas autoras que nos precederam desenvolveram que seria a partir dessa vinculação com a Igreja que o MEB teria sobrevivido à ditadura militar.

Entretanto, a proximidade com as fontes e com as ferramentas teórico-metodológicas, nos levou a acreditar que a força que a repressão alcançou a partir da instauração do AI-5 poderia ter acabado com o MEB quando achasse conveniente, lembremos que, ao mesmo tempo em que a ditadura permite que o MEB funcione, ela está colocando em prática o desmonte do MEB através do subfinanciamento.

É nessa complexa relação de sobrevivência, que percebemos uma tática de legitimação do imaginário de que o MEB estaria de fato blindado por organismos internacionais e que dificultariam o desmonte do MEB por parte da ditadura. Prestemos bastante atenção no período escrito no relatório anual de 1969

Consciente da importância de uma política de educação integrada no processo global de desenvolvimento, reconhece o MEB a necessidade de estabelecer, sempre que possível, um relacionamento com outras entidades de caráter educativo ou interessadas em atividades de caráter pedagógico (MEB, 1970, p. 94)

A priori a citação do relatório pode parecer desconexa e levar a entender que estamos nos distanciando do objetivo desse subcapítulo, contudo, devemos observar algumas coisas, que mesmo que já tenham sido ditas anteriormente são necessárias para compreendermos todo esse processo.

A fonte utilizada, o relatório anual de 1969, foi produzida como uma forma de prestação de contas ao MEC, e aqui, é uma tática que identificamos no processo de sobrevivência a qual vamos chamar de sedução.

É exatamente com esse intuito de seduzir para sobreviver, que o relatório foi escrito, a citação apresentada, assume claramente o ideal nacional desenvolvimentista atrelado à ditadura militar, deixando a entender uma vinculação com os modos de operar da ditadura militar, exatamente aquilo que a ditadura desejava do Movimento. Contudo, o que não está dito de maneira explícita, é a tática de sobrevivência, baseada em uma suposta intimidação.

Isso fica mais evidente, quando olhamos para as sete entidades citadas no Relatório, e percebemos que além de terem vinculação com a Igreja Católica, são todas elas entidades com recursos financeiros e legitimidade política e ideológica nacional e principalmente internacionalmente. Essa tática de intimidar acaba de certa forma por blindar o Movimento, tal como a equipe nacional fez ao submeter a candidatura do MEB para a UNESCO, como vimos no ano da premiação.

### 3.4.CAPACITAR QUEM ESTÁ FORA: 1970

Ao longo do ano 1970 o Movimento atuou em 9 estados, com 19 sistemas de Educação de Base, nossa pesquisa identificou ainda que nesse mesmo ano o MEB teve atuação na Arquidiocese de Vitória – ES e na Arquidiocese de João Pessoa – PB por meio

de assessorias sobre técnicas de educação de adultos. Segundo o Relatório Anual de 1970, nesse mesmo ano, foi realizado um estudo pelo MEB, intitulado “Área de atuação do MEB – 1970”. Esse estudo estimou que ao longo do ano de 1970 a ação educativa do MEB atingiu indiretamente, ou seja, “através da análise criteriosa da população das localidades atingidas, ponderando as comunidades integralmente atingidas com as parcialmente atingidas”<sup>62</sup> aproximadamente 500.000 pessoas. O Relatório nos fornece precisamente o número de pessoas que foram atingidas diretamente, ou seja, “através das atividades realizadas, grupos estruturados etc”<sup>63</sup>, pela ação educativa do MEB, um total de 24.141 alunos, aqui destacamos que deste quantitativo, 450 alunos pertenciam a 18 núcleos do MOBREAL, que eram acompanhados pelo MEB. Mais a frente vamos retomar a relação MEB e MOBREAL.

---

<sup>62</sup> (MEB, 1970, p. 12)

<sup>63</sup> (MEB, 1970, p.12)

Figura 17: Sistemas do MEB em 1970

ÁREA ATINGIDA PELO MEB (Sistemas de Base)

Estado	Sistema	Nº Munic. Atingidos	Área Mun. Atingidos	Localid. Atingidas	Nº de casas Localidades Atingidas
Amazonas	Manaus	1	14.337	8	450
	Coari	1	72.214	31	523
	Tefé	5	169.658	-	-
Pará	Santarém	4	108.154	189	-
	C.Araguaia	3	52.015	20	998
Mato Grosso	Cuiabá	5	42.512	49	1.229
Rondônia	G.Mirim	1	88.908	-	-
Piauí	Teresina	2	4.769	23	1.116
Ceará	Cratêus	5	14.520	18	948
	Crato	4	2.807	26	2.988
	Fortaleza	36	40.322	224	49.682
	Lim.Norte	5	6.826	38	2.416
	Sobral	8	11.348	27	1.269
R.G.Norte	Caicó	9	4.316	22	1.037
	Natal	8	3.145	28	2.776
	Mossoró	9	9.721	42	9.015
Sergipe	Aracaju	18	4.308	72	6.206
	Estância	12	5.969	49	22.959
	Propriá	11	3.863	30	1.613

Fonte: Relatório Anual de 1970 (MEB, 1971, p. 13)

## 3.4.1. Unidades de serviço: nova forma de trabalhar

Em 1970, o Nacional criou as chamadas “unidades de serviço”, que foi uma forma de sistematizar as atividades desenvolvidas pelo Movimento em três áreas, preparação, execução e avaliação. O relatório anual de 1970 traz a seguinte definição para unidades de serviço:

Unidades de Serviço significam atividades que podem ser realizadas isoladamente quando necessário. Esta organização objetiva uma melhor caracterização, planejamento e avaliação das atividades, pelo seu caráter de unidade de trabalho. Isto não impede que o trabalho de um sistema de educação de base seja na prática a conjugação dinâmica e funcional de várias ou todas as unidades aqui relacionadas (MEB, 1970, p. 15).

Para nós, essa divisão das atividades em unidades de serviço pode ser percebida como uma marca da centralidade do Nacional. Nesse caso, a equipe Nacional produzia as unidades de serviço e cabia aos sistemas a execução. “As equipes faziam o trabalho educativo com o povo e a gente só alimentava, orientava, criticava, enaltecia, divulgava, mas não fazia” (BREDARIOL, 1990, p. 6).

Nesse sentido, acreditamos que é necessário adentrarmos nas três modalidades de serviços. As primeiras – Unidades de Serviço de Preparação – eram divididas em pesquisa psicossocial e pesquisa socioeconômica. A pesquisa psicossocial foi, segundo o Relatório Anual de 1970, uma das atividades vistas como “mais importantes do MEB em 1970”, essa pesquisa objetivava:

detectar e analisar os componentes do processo de ativação comunitária (entendida como “maturação psico-sociológica dos grupos formadores de uma comunidade”) e determinar as condições para uma interferência educativa em comunidades e/ou microrregiões. Adaptado do Relatório Anual de 1970 (MEB, 1971, p. 18).

Ao longo de nossa pesquisa, conseguimos identificar que a pesquisa psicossocial foi realizada de janeiro a dezembro de 1970, em 28 localidades atingidas pelos Sistemas do Ceará: Fortaleza, Crato, Crateús, Sobral e Limoeiro do Norte. Nos meses de janeiro a março, foi realizada a observação sistemática das 28 localidades; de março a abril, o Nacional realizou supervisões nas localidades, buscando preparar as chamadas “interferências educativas”; de abril a outubro, eram aplicados os resultados das observações por meio das experiências de interferências educativas nos sistemas; no mês de novembro foi realizado o encontro de avaliação dos trabalhos; em dezembro foi realizada a redação de manual sobre a pesquisa psicossocial.

Os resultados da pesquisa psicossocial foram percebidos, sobretudo, ao nível de capacitação das equipes, sobretudo por ter sido uma ferramenta que possibilitou conhecer

melhor as áreas de atuação, elaborar metodologias adequadas a cada sistema e a sistematização das atividades realizadas pelos sistemas.

Quanto às interferências educativas realizadas nos sistemas do Ceará o Relatório Anual de 1970 destaca as seguintes:

- a) Crateús: Grupos de serviço comunitário: racionalização produtiva através do trabalho associativo;
  - b) Crato: Construção de escalas de medição do nível de ativação de grupos produtivos no meio rural;
  - c) Sobral: caracterização do papel desempenhado pela mulher como fator de mudança no meio rural;
  - d) Fortaleza: Processo de comunicação no meio rural, cursos radiofônicos com grupos de audiência controlados;
  - e) Limoeiro do Norte: papel da família na ativação comunitária.
- (MEB, 1971, p. 20)

Já a pesquisa socioeconômica, tinha como objetivo analisar determinada região a partir dos indicadores socioeconômicos, a fim de nortear a preparação e implantação do trabalho do MEB na região. O diagnóstico socioeconômico não foi algo inovador para o MEB, pois já havia sido realizado de maneira mais elementar nos estudos de área que eram realizados pelos sistemas. Contudo, no momento em questão, o diagnóstico socioeconômico assumiu uma condição mais significativa e mais profunda, passando de estudo de área para diagnóstico socioeconômico. Sendo assim, nossa pesquisa identificou que o trabalho pedagógico do Movimento passa a assumir características mais técnicas e com maior fundamentação teórica.

A segunda modalidade – Unidades de serviço de Execução – era subdividida em Escolarização e grupalização. Nesse momento é necessário fazermos memória deste que é um dos objetivos gerais da educação de base definido pelo MEB, ou seja, a escolarização. Não uma escolarização alheia ou distante da população atendida, mas uma educação necessariamente vinculada às dificuldades concretas do trabalho educativo em zonas rurais. O Relatório Anual de 1970 deixa para nós indícios da preocupação desta relação entre escolarização e as necessidades concretas das populações rurais, o Relatório cita:

- a) Horários que atendem às possibilidades e condições do homem rural;
- b) Interferência de problemas ecológicos: cheias, secas.
- c) Fases da produção agrícola;
- d) Mobilidade da população;

- e) Ausência de oportunidades concretas de utilizar o aprendido.  
(MEB, 1971, p. 22)

A escolarização dava-se por meio de quatro elementos: a alfabetização radiofônica, a alfabetização direta, a elaboração de material didático e por meio da programação radiofônica.

A alfabetização radiofônica tinha como objetivo fundamental fornecer, através das aulas radiofônicas, um auxílio ao monitor que atuava na alfabetização de adultos e adolescentes em áreas de difícil acesso. Esse modelo de alfabetização radiofônica era a marca do MEB, já que o rádio possibilitava um alcance maior de educandos. Em contrapartida, o MEB criou também as Escolas autônomas, como forma de alfabetização direta. Inicialmente as escolas autônomas surgiram para atender as regiões que o rádio não atingia, a principal característica da alfabetização direta era a capacitação mais demorada dos voluntários (monitores), o que possibilitou um maior controle da qualidade do processo de ensino e aprendizagem, o envolvimento dos alunos na elaboração de material didático, avaliação das aulas e métodos com os monitores.

Citamos como exemplo, o Sistema de Sobral, que contou com 9 escolas autônomas, que apesar de serem autônomas continuaram utilizando o rádio para aperfeiçoamento dos monitores. As escolas autônomas contavam com dois ciclos, o de alfabetização e pós-alfabetização. No primeiro ciclo, a escola radiofônica capacita os monitores para alfabetizar, enquanto no segundo ciclo capacita os monitores para ensinar os alunos já alfabetizados. Assim, o monitor estuda como se fosse aluno da escola radiofônica, em seguida elabora o material didático que seria utilizado nas escolas autônomas.

Isso nos leva ao terceiro elemento da escolarização, dentro das Unidades de Serviço de Execução, ou seja, a elaboração de material didático. A nossa pesquisa identificou que essa atividade funcionou tanto para a escolarização, quanto para a grupalização, que era uma forma de capacitar por eixos temáticos. Onde objetivava-se fornecer instrumentos para que o monitor pudesse desenvolver o trabalho educativo. Por esse motivo, o material deveria ser criado de forma que fosse adequado à atividade específica, seja a alfabetização ou trabalhos em grupo (grupalização).

Quanto ao material didático identificamos que havia materiais específicos para os alunos: cartilhas, cartazes e livros de leitura, enquanto os boletins, textos, guias, manuais, apostilas didáticas, e cineminhas rurais eram direcionados para capacitação de animadores e monitores. Percebemos ainda que os sistemas de Natal, Guajará-Mirim, Cuiabá, Caicó, Aracaju, Estância, Propriá, Sobral, Santarém e Tefé, elaboraram cartilhas e cartazes de alfabetização. Em outro momento identificamos que os Sistemas de Aracaju, Estância, Propriá, Natal, Mossoró, Teresina, Fortaleza, Crateús, Sobral, Limoeiro do Norte, Tefé, Santarém e Cuiabá, confeccionaram textos de leitura, jornais, boletins, apostilas sobre hortas, saúde, habitação, História e Geografia, dirigidos aos monitores e animadores. O Relatório Anual de 1970 aponta para o total de 99 unidades de materiais didáticos elaborados para monitores e animadores ao longo de 1970. A esse valor acrescentou-se ainda 20 textos elaborados pelo Nacional, direcionados ao pessoal profissional, abordando assuntos como avaliação, planejamento, didática, dinâmica de grupo etc. (MEB, 1970, p. 25).

O quarto elemento da escolarização era a programação radiofônica, que consistia em aulas para escolas radiofônicas, programas especiais e cursos radiofônicos. Como já trabalhamos em linhas anteriores a alfabetização radiofônica, vamos direcionar nossos olhares para os dois outros itens, os programas especiais e os cursos radiofônicos.

Os programas especiais eram em sua maioria de caráter recreativo, que objetivava alcançar um público mais amplo que a escola, por meio de programas que abordavam temas de interesse geral, além de divulgar o MEB e estreitar o relacionamento com a população rural. Esses programas especiais eram elaborados a partir das correspondências enviadas às equipes em que eram feitos pedidos de esclarecimentos sobre problemas cotidianos da comunidade, noticiavam aniversários, festas e avisos. Os Sistemas normalmente aproveitavam os finais de semana e datas comemorativas como Independência, Proclamação da República, Libertação dos Escravizados etc. para realizar esses programas especiais.

Nossa pesquisa identificou ainda que esses programas especiais possuíam grande significado na região amazônica, sobretudo pelo caráter comunicativo e informativo em uma área que era vista pelo Nacional como carente no aspecto dos meios de comunicação.

Quanto ao item dos cursos radiofônicos, estes eram elaborados a partir das observações realizadas pelas pesquisas desenvolvidas pelos sistemas. Os cursos foram

pensados no sentido de aproveitar de forma mais eficiente o rádio. As pesquisas realizadas durante as Unidades de Serviço de preparação evidenciaram a necessidade de formação em temas como: “sindicalismo, Cooperativismo, Agricultura, Saúde e Higiene” (MEB, 1971, p.26).

Os cursos tinham duração média de 3 meses, a apresentação dos conteúdos variava segundo a linguagem do público ouvinte de cada região, mas de maneira geral, os cursos eram transmitidos na forma de dramatizações, desafios de cantadores, novelas, diálogos etc.

O segundo elemento das Unidades de Serviço de Execução era a chamada grupalização, que era uma forma de capacitação por eixos temáticos. Identificamos a existência de dois eixos dentro da grupalização realizada pelo Movimento. O primeiro foi a “Formação e/ou aperfeiçoamento de educadores e monitores” e o segundo “Atividades de formação e aperfeiçoamento de técnicos de outras entidades – Cursos – treinamentos – participação em seminários – assessorias técnicas”.

No primeiro eixo houve uma separação da capacitação fornecida ao pessoal de base, ou seja, os animadores e monitores que eram voluntários, e a capacitação de pessoal profissional do MEB que eram profissionais técnicos com vínculo empregatício, ou seja, os educadores. A capacitação do pessoal de base era realizada nas bases ou nas sedes dos municípios que o Movimento atuava, aconteciam na forma de treinamentos, encontros ou dias de estudo, o Relatório anual de 1970 nos fornece elementos que nos permitem perceber o direcionamento dessa capacitação.

Dirigidos à formação de pessoal que lida com escolarização no sentido de capacitá-los em didática e nas noções de como lidar com o grupo na escola, levando-o a também participar na vida da comunidade. Assim a escola não é somente um local onde se aprende a ler, mas um centro comunitário onde o grupo reflete sobre a ação que realiza (MEB, 1971, p. 32).

Metodologicamente as atividades se baseavam no princípio da “AÇÃO-GRUPO-REFLEXÃO”, ou seja, “tudo que é discutido, analisado e refletido parte da prática produtiva dos moradores, de situações reais da vida comunitária, dos problemas de grupo e a procura de soluções também em grupo” (MEB, 1971, p. 33). Sendo assim percebemos que a importância atribuída a essa forma de capacitação teve destaque em relação aos

treinamentos realizados na sede do nacional por terem uma vinculação mais prática com os problemas existenciais dos moradores. Quanto aos treinamentos de pessoal profissional do MEB, estes eram realizados por meio de supervisão do Nacional, por treinamentos e encontros.

O segundo eixo era direcionado à formação e aperfeiçoamento de técnicos de outras entidades. Certamente podemos dizer que esse foi um dos maiores achados de nossa pesquisa. Em primeiro lugar por ser uma das formas do Movimento conseguir arrecadar fundos, venda de serviços, em segundo lugar, e não menos importante, identificamos que o MEB capacitou diretamente o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL).

Tanto nas obras canônicas que trabalharam o MEB quanto nos documentos e narrativas sobre o MOBRAL esse evento não ganha grande destaque. O Documento 1 da Coleção MOBRAL “MOBRAL: sua origem e evolução” de 1973, se quer faz referência ao MEB. Contudo quando avançamos na análise da Coleção MOBRAL, especificamente no Documento 5 “Projetos de treinamento para alfabetizadores pela rádio” deixa transparecer a tentativa de apagamento do MEB, ao passo que assume a educação pela rádio enquanto um projeto inovador. Ainda sem citar o MEB o Documento 5 ao delinear seus objetivos específicos afirmava que:

Utilizar uma nova tecnologia (educacional) – o rádio – na capacitação de alfabetizadores, explorando-se a capacidade de multiplicação e atingimento territorial daquele veículo (BRASIL, 1974, p. 5).

Em meio ao tema pouco desbravado sobre a relação MEB e MOBRAL, conseguimos identificar que o sistema de Teresina forneceu treinamentos aos monitores do MOBRAL, sendo 15 deles universitários do Projeto Rondon. Já o Sistema de Aracajú, realizou convênio com o MOBRAL para capacitar e treinar seus monitores. O Sistema de Mossoró forneceu assessoria periódica e sistemática ao MOBRAL para alfabetização de aproximadamente 400 alunos. Os Sistemas de Tefé e Cuiabá planejaram ações integradas em alfabetização, onde o MEB seria responsável por treinar e acompanhar o trabalho dos monitores. Em dezembro de 1970, o regional Amazonas, realizou o treinamento que contou com a presença do Secretário executivo do MOBRAL. O Relatório anual de 1970 afirma ainda que:

Como exemplo dessas atividades deve-se destacar o plano de trabalho em conjunto realizado em Caiacó, que tem colaborado com o Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBRAL -, desde a estruturação da Comissão Municipal no mês de julho passado. Toda a parte técnica-pedagógica está sob a sua responsabilidade: preparação, treinamentos, seleção de área, reuniões, supervisões, etc (MEB, 1971, p. 41).

A figura a seguir, serve não somente para ilustrar as capacitações do MEB ao MOBRAL, mas para nos fazer compreender que não houve o imaginário de uma sobreposição dos movimentos de alfabetização, não houve um término do MEB e início do MOBRAL, o que as fontes nos mostram é que houve uma atuação do Movimento de maneira direta e explícita na capacitação, como fica evidente na figura a seguir. Para nós, sem dúvida essa vinculação deu-se em virtude do convênio firmado com o Ministério da Educação e Cultura em 1967.

Figura 18: Assessoria prestada ao MOBRAL em 1970

TABELA Nº 5 - ASSESSORIA PRESTADA AO MOBRAL

EQUIPE	Nº e Tipo de Assessoria	Nº de Participantes Assessorados	Nº de Assessorês
Regional/AM (Manaus)	1 Treinamento	NTI	NTI
Tefé	Trocas de exper.	-	NTI
Coari	" " "	-	1
Santarém	1 Treinamento	55	2
Cuiabá	1 Treinamento	120	3
Teresina	4 Treinamentos	247	18 (1)
Fortaleza	1 Curso	NTI	NTI
Caicó	1 Treinamento	21	2
	Coordenação técnica-pedagógica da Com. Municipal	-	-
	Estruturação de 11 grupos de alfabetização	-	-
Mossoró	1 Treinamento	314(alun)	NTI
	Acompanhamento a núcleos	18	2
Natal	1 Treinamento	450(alun)	-
Aracaju	1 Treinamento	25	NTI
Estância	1 Treinamento	25	2
	Participação na Coord.do MOBRAL	-	2
TOTAL		511 TRN/ 764 ALS	32

1) No total dos 4 Treinamentos  
NTI - não temos a informação

Fechando, as – Unidades de Serviço de avaliação – serviam para uma análise mais global das informações, além de compreender o grau de desenvolvimento de cada sistema.

Quanto aos recursos financeiros que o MEB obteve em 1970 nossa pesquisa conseguiu perceber que a maturidade alcançada pelo Nacional, sobretudo em buscar financiamento fora do convênio MEC/MEB foi elemento significativo para que os trabalhos pudessem ser realizados em sua plenitude.

O Relatório anual de 1970 nos possibilitou perceber que caso o Movimento contasse somente com a verba do Governo Federal via MEC, as atividades não poderiam ser executadas por três motivos. O primeiro deles é que o valor prometido, Cr\$ 1.000.000,00 por si só já era tido como insuficiente desde quando foi firmado o convênio, o segundo é que o valor não acompanhou a taxa média de inflação de aproximadamente 20% ao ano. Contudo a situação ficou ainda pior em função do Decreto 66.116 de 23 de janeiro de 1970 que reduziu a verba repassada ao MEB em 1970 para Cr\$ 619.600,00.

Entretanto, o valor recebido referente ao convenio MEC em 1970 foi de Cr\$ 525.100,00 que foi pago em duas parcelas, a primeira em 18 de novembro de 1970 no valor de Cr\$ 309.800,00 e a segunda em 30 de dezembro de 1970 no valor de Cr\$ 215.300,00. O Movimento pode contar ainda com o valor Cr\$ 250.000,00 referentes ao exercício do ano anterior.

O Movimento pode contar ainda com outras fontes externas ao convênio com o MEC. A SUDAM, por exemplo, destinou Cr\$ 180.000,00 para as atividades do MEB na região Amazônica; A SUDENE destinou Cr\$ 60.000,00 referente ao convênio de 1969 para execução do trabalho no Piauí; Entidades internacionais como a Conferência dos Bispos dos Estados Unidos, *Misereor* (Alemanha), *Entraide et Fraternité* (Bélgica), *Fastenopfer*(Suíça) e *OrganizationsCatholiqueCanadienne*(Canadá) contribuíram juntos com o valor de Cr\$ 299.128,76. A Legião Brasileira de Assistência (LBA) forneceu Cr\$ 4.500,00 para financiar as atividades dos sistemas de Natal e Mossoró. As atividades de vendas de serviços, tais como cursos e assessorias prestadas pelo MEB, renderam Cr\$ 14.000,00. Houve ainda doações de diversas dioceses que acumulou o valor de Cr\$ 84.056,90.

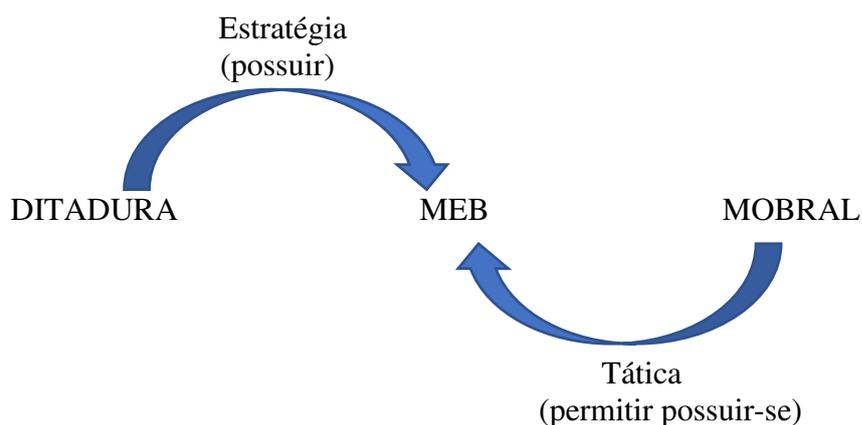
Como consequência, a execução orçamentária do MEB é bastante complexa, exigindo um exame mais detalhado para se compreender as

dificuldades do exercício, como por exemplo, pode ser citada a verba da SUDAM para aplicação exclusiva em certas atividades na Amazônia, não podendo ser aplicadas em pessoal. Assim, a demora na assinatura do Convênio com o MEC tornava crítica a situação do MEB inteiro, inclusive na Amazônia, apesar do saldo existente nas verbas de execução daquele convênio (MEB, 1970, p. 9- 10).

Sendo assim o quantitativo dos valores recebidos pelo MEB em 1970 foi de Cr\$ 1.416.785,66. Contudo, localizamos uma tabela que apresenta a situação financeira do MEB em 1970 que aponta um déficit de Cr\$ 769.255,32. O que nos faz perceber que mesmo com a crise financeira, o Movimento conseguiu dar continuidade aos trabalhos, sem interrupções.

#### 3.4.2. Uma discussão teórica sobre possessão e sobrevivência

Se em 1969 o Movimento realizou esforços para capacitação interna, em 1970 esse esforço foi alargado para grupos externos ao MEB que se dedicavam ao trabalho educativo. Em nossa narrativa a relação MEB e MOBRAL deve ser vista da seguinte forma:



A princípio, esse diagrama pode parecer muito confuso, sobretudo para quem não possui proximidade com o referencial teórico ceriteuniano, por isso sentimos a necessidade de apresentar a forma como o teórico Certeau (2020) trabalhou essa relação

de possessão, para em seguida reafirmarmos a nossa hipótese central a partir da obra de Certeau (2020) como ferramenta teórico-metodológica.

Para Certeau (2020) o conceito de linguagem alterada nasce a partir dos seus estudos sobre *La possession de Loudun* (1970) onde ele percebeu que as tensões sociais, políticas, religiosas e epistemológicas organizavam o lugar de forma semelhante ao espaço teatral, onde as representações sociais poderiam ser alteradas e reclassificadas segundo as suas referências. Certeau (2020) deixa claro que seu intuito é compreender a possessão, ou melhor, “o espetáculo diabólico” enquanto um fenômeno social.

Nesse sentido, Certeau (2020) entra em uma categoria de análise que nos é muito cara em nossa pesquisa, “o discurso do outro”. Ele vai questionar se é possível existir um “discurso do outro” na possessão. Nesse sentido temos aí uma indeterminação de quem fala, seria a possuída ou alguém outro que fala na possuída. Se por um lado temos a incerteza de quem fala, por outro, Certeau (2020) apresenta a figura que detém um saber e que tende a reclassificar a alteridade do que se apresenta.

Para o médico que analisa os elementos objetivos, assumir que existe um “outro que fala em mim” seria certamente classificado como loucura. Já para o exorcista o mesmo acontecimento, analisado de forma metafísica seria visto como uma possessão. Certamente toda a discussão teórica de Certeau pode parecer muito distante, mas quando vislumbramos esses elementos como categorias de análise, eles ficam inteligíveis.

Vejamos da seguinte forma: aqui nós assumimos o lugar tanto do médico, quanto do exorcista que Certeau (2020) trabalha. Apesar de análises de naturezas distintas, ambas têm o mesmo objetivo, o de nomear algo. Seja definindo o caso como loucura ou como possessão. Para nós, observar ambas as dimensões nos permitem fazer um exame histórico do teatro sociocultural. De certa forma, estamos assumindo enquanto pesquisadores, o lugar daqueles que vão nomear.

Por um lado, não se sabe quem fala ou do que fala; por outro, se tem um saber que tende a reclassificar a alteridade que se apresenta. Deste ponto de vista, mesmo que exista, entre os exorcistas e os médicos, uma divergência sobre as taxonomias em função das quais efetuam a reclassificação, quer dizer, mesmo que o saber médico e o saber religioso não se assemelhem, nos dois casos um saber se dá como capaz de *nomear* (CERTEAU, 2020, p. 264).

Mas antes de nomear é preciso mergulhar naquilo que é o discurso da possuída, e no que é o discurso do outro que fala na possuída. Para ficar mais fácil, pensemos no MEB enquanto a possuída, enquanto o outro que fala, no caso da possessão, o demônio, seria o discurso da ditadura militar. Quando olhamos clinicamente para o MEB, da mesma forma como o médico olha para os elementos objetivos, percebemos patologias, ou seja, alterações no organismo. Sendo mais específico, quando olhamos para os relatórios anuais do MEB entre 1967 e 1971, percebemos alterações significativas na forma como o Movimento se apresenta. Ou seja, um organismo com alterações. Isso nos dá a ideia de que o MEB que se apresenta a partir de 1967 é completamente diferente do que se apresentou na primeira fase. E de fato foi, contudo, apenas esse olhar objetivo não nos auxiliaria a compreender o processo de sobrevivência do Movimento. Para isso foi necessário empreender outra forma de perceber os documentos do MEB.

Aqui estamos nos referindo a observar explicitamente o discurso do ausente. Ou seja, compreender aquilo que não está dito. Ao longo de nossa pesquisa fizemos questão de enfatizar a repressão causada pela ditadura, ou seja, o cenário social que exigia um discurso único e afinado. Observando isto, conseguimos perceber que o Movimento traiu a sua topografia linguística, alterou seu vocabulário, alterou sua forma de falar a ponto de permitir que o discurso do demônio (a política educacional da ditadura) penetrasse dentro do discurso do MEB. Aqui está a grande tática de sobrevivência do Movimento, permitir que a ditadura falasse dentro dele, ou seja, assumir as palavras de um outro dentro de si, seria assumir o discurso do demônio, é o que Certeau (2020) vai chamar de “documentos alterados: textos das possuídas”.

Num certo número de casos, os documentos provêm das próprias possuídas. Com as declarações, as cartas e autobiografia de Joana dos Anjos, priora das ursulinas, a mais celebre das possuídas de Loudun. Aqui, pois, é a própria doente quem fala. Mas se pusermos de lado suas respostas no decorrer dos interrogatórios situados durante os exorcismos (caso que acaba de ser considerado), os textos de Joana dos Anjos se inscrevem na continuidade de uma linguagem *sobre* a possessão e não da possessão. Esses textos não provêm do tempo em que, “inconsciente”, Joana dos Anjos é a voz de tal ou qual demônio que a possui. São discursos escritos na diferença dos tempos, quando ela se objetiva dizendo: “Eu era, eu fazia.” Este ponto me parece muito importante. Joana dos Anjos pode *falar* como possuída, mas não pode *escrever* como possuída. A possessão não é se não uma voz. Desde que Joana passa à escrita ela diz o que fazia, pensa no passado, descreve o objeto distante de si sobre o qual, a *posteriori*, pode, aliás, enunciar o

discurso do saber. Escreve de um outro lugar, diferente daquele de onde falava como possuída. Fala então como de um tempo anterior, seja quando redige relatórios, cartas ou depoimentos durante os tempos de calmaria entre as crises demoníacas, seja quando, cerca de 1640, quinze anos após, conta no passado um período de possessão do qual se diz “saída” ou “liberada” (CERTEAU, 2020, p. 272 – 273).

Devemos, pois, considerar, que os documentos do MEB não foram escritos a posteriori a possessão, como no caso de Joana dos Anjos, mas concomitantemente. Ou seja, a partir do Convênio MEC e MEB, momento em que a possessão do Movimento pela ditadura foi concretizada, o MEB passou a escrever ao mesmo tempo em que estava possuído, ou seja, não é o MEB quem escreve, mas o outro que fala no MEB. Nesse sentido, Certeau (2020) nos ajuda a compreender que o “eu” que fala no MEB e que é identificado nos documentos não é o “eu” do MEB, mas o “eu” do outro, que seria aquilo que Certeau (2020) chamou de “a perversão da linguagem”. Ou seja, para nós, a ditadura militar utilizou-se (possuiu) de forma estratégica os 10 anos de experiência em educação de base do MEB para capacitar o programa educacional de alfabetização promovido pela ditadura. Aqui fica mais evidente a relação teórica de possessão levantada em Certeau (2020), em que o MEB deixou-se possuir pela estratégia da política educacional da ditadura de forma astuciosa, para empreender a tática de capacitar os quadros do MOBREAL. Para nós a estratégia ilustrada acima, não foi desinteressada, nem ingênua, foi uma tática inclusive para conseguir financiamento, já que as capacitações fornecidas pelo nacional eram vendas de serviços. E se infiltrar no que seria a incidência “na base”, “na ponta” da ação dos – das alfabetizadores (as) que atuariam pelo MOBREAL.

### 3.5.O MEB DA IGREJA, O MOBREAL DA DITADURA: 1971

Podemos dizer que nossa pesquisa experimentou aproximações significativas com a abordagem historiográfica de Certeau (2020). Especificamente no que se refere aos limites do trabalho do historiador. Construir uma narrativa, ou melhor, perceber a operação historiográfica “enquanto atividade humana” (CERTEAU, 2020, p. 46) é perceber, que como qualquer atividade humana, ela possui seus limites. Durante o processo de criação desta dissertação fomos acometidos pela pandemia do SARS-CoV-

2, popularmente chamada de “pandemia do COVID – 19” que fez compreender que o ensinamento deixado por Certeau, de que “toda pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção socioeconômico, político e cultural” (CERTEAU, 2020, p. 47) não poderia ser mais atual.

A pandemia interrompeu nosso contato com o CEDIC, inviabilizando o acesso às fontes do fundo do MEB, especificamente as fontes que nos serviriam para trabalhar o ano de 1971. Dentro dessa perspectiva, nossa pesquisa necessitou buscar novos meios de romper os limites impostos pelo isolamento social, sem violar as medidas de segurança que visam a proteção contra o COVID – 19. Sendo assim, buscamos construir esse último item de nossa pesquisa com fontes documentais de natureza externa ao próprio Movimento. Estamos nos referindo aqui aos arquivos de jornais da Hemeroteca Digital Brasileira (HDB).

Selecionamos o período de 1970 – 1979 e partir da palavra-chave “Movimento de Educação de Base”, conseguimos localizar 293 ocorrências da palavra-chave, distribuída em 29 jornais. Após a identificação das ocorrências, foi realizada uma primeira seleção, que consistiu em identificar as ocorrências que estavam inscritas no período específico de 1970 a 1972,<sup>64</sup> já que a seleção do período citada anteriormente faz parte da catalogação da própria HDB. A segunda seleção, consistiu em identificar quais ocorrências versavam de fato sobre o Movimento. Aqui cabe ressaltar que foram localizadas ocorrências da palavra-chave em páginas de obituários, que comunicaram o falecimento de D. Távora que foi um dos bispos que integrou o MEB durante longo tempo. Essas ocorrências foram descartadas por estarem fora do nosso escopo. Após essas duas seleções, já tínhamos um quantitativo bem reduzido de ocorrências em 20. Por fim selecionamos as ocorrências que versavam diretamente sobre as questões levantadas nessa dissertação.

Com isso, temos o total de 5 ocorrências que foram diretamente citadas ao longo do texto, dos seguintes jornais: *Jornal do Brasil*<sup>65</sup> (2 ocorrências), *Diário de Natal – RN –*

---

<sup>64</sup> A falta de fontes documentais que abordam o período de 1971, fez com que direcionássemos o nosso olhar para outro conjunto documental. O período de 1970 a 1972 foi delimitado para compreendermos o movimento em 1971, a partir de fontes externas ao Movimento.

<sup>65</sup> “em 14 de dezembro de 1968, o *Jornal do Brasil*, um dos mais importantes matutinos da época, foi às bancas com uma edição cuidadosamente planejada para provocar estranheza [...] tentava alertar o leitor da presença de censores na redação. Naquela madrugada, entrara em

(1 ocorrência), *Jornal Correio da Manhã* (1 ocorrência) e *Jornal do Comércio* (1 ocorrência). Cabe ressaltar que as referências ao *Jornal O Globo*, não foram localizados na HDB, mas em acervo digital específico deste jornal, por esse motivo, não compõe esse quadro referencial.

É importante salientar que o conjunto de fontes da HDB foi cotejado com uma série de anotações feitas sobre as fontes relativas ao ano de 1971 durante a pesquisa documental no CEDIC, outras fontes que foram frutos de trocas com outros pesquisadores e outras pesquisadoras do Movimento, e fontes disponíveis em acervos digitais.

Dito isso, nesse subcapítulo vamos trabalhar questões de limites. Limites entre a percepção de dois organismos, o MEB que passou a ser percebido como o projeto educacional da Igreja Católica, vinculado à CNBB, e o MOBREAL que passou a representar parte da política educacional da ditadura.

Não por acaso, no primeiro capítulo, trabalhamos as Campanhas da Fraternidade, pois como bem dissemos, elas representam os discursos e linha de atuação que a Igreja pretende apresentar para a sociedade brasileira, são uma representação significativa das visões e posicionamentos da CNBB, órgão da Igreja Católica responsável pelo MEB. Em nossa narrativa a CF de 1971 merece um olhar diferente, já que essa foi a única campanha analisada que trabalhou diretamente a alfabetização. Nas palavras do Secretário Geral da CNBB, Dom. Aloisio Lorscheider “a alfabetização dos adultos é tida como uma necessidade fundamental para o homem poder trabalhar, de acordo com a dignidade, dentro do plano salvífico divino” (CNBB, 1971, p. 4).

---

funcionamento uma operação militar destinada a censurar toda imprensa nacional” (SCHWARCZ, 2018, p. 455).

Figura 19: Campanha da Fraternidade e alfabetização



Fonte: Jornal Diário de Natal, 17 de fevereiro de 1971. Disponível em: Hemeroteca Digital Brasileira

O recorte do Jornal Diário de Natal (RN), datado de 17 de fevereiro de 1971, nos possibilita perceber além dos esforços da Campanha da Fraternidade direcionados a alfabetização de adultos em colaboração com o MOBRAL, nos permite perceber também que a interação da CF com o MOBRAL foi uma tática de evitar o conflito com a ditadura. Assim, nossa pesquisa identifica que não houve somente uma estreita ligação entre MEB e MOBRAL, mas também um período de certa dependência do MOBRAL em relação ao MEB<sup>66</sup>. O recorte de jornal evidencia dois elementos que nos permitem perceber tanto a interação com o MOBRAL, quanto a dependência dele em relação ao MEB.

Quando o texto do jornal diz: “A Campanha da Fraternidade, de âmbito nacional, contará com a colaboração do Movimento Brasileiro de Alfabetização, que doará todo material didático necessário” entendemos que foi uma forma de a CNBB integrar o MOBRAL no trabalho de alfabetização, já que o oposto seria uma forma de querer estabelecer um programa paralelo ao da ditadura. Entretanto, o material didático poderia ser utilizado ou não. Em outro momento, o texto do jornal diz sobre o curso para monitores: “O curso para monitores é ministrado pelo Movimento de Educação de Base”, nesse sentido percebemos a CF não optou pelo MOBRAL para ministrar o curso, já que

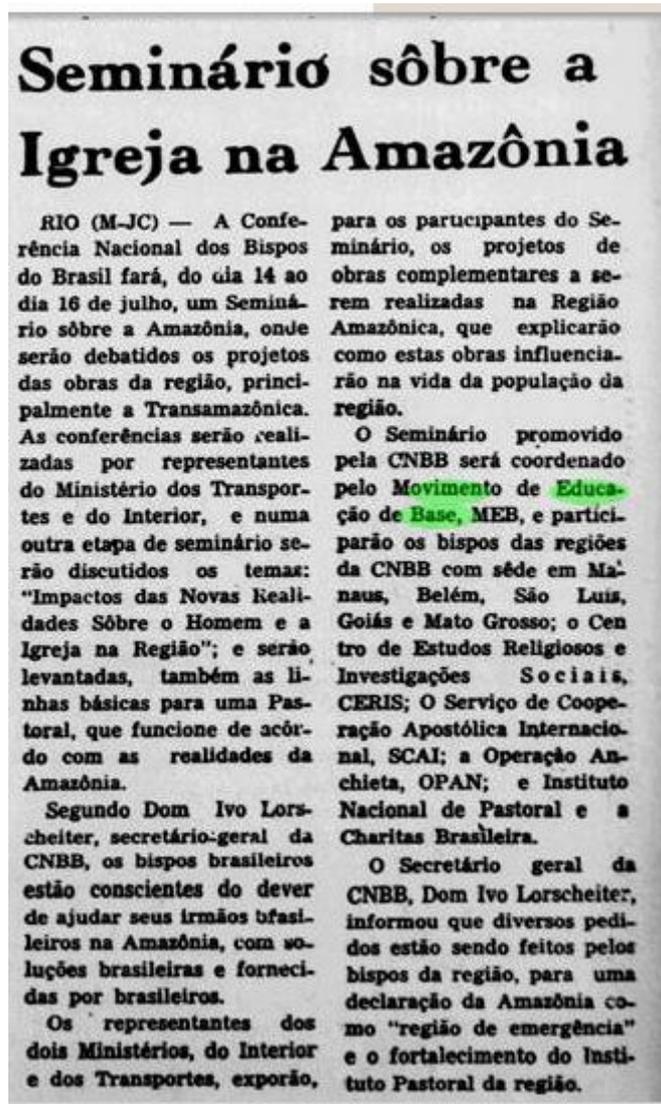
<sup>66</sup> No Fundo MEB identificamos documentos que indicam para o pagamento de monitores do MOBRAL realizado pelo MEB, por isso acreditamos que houve algum grau de dependência. Em virtude da pandemia, não foi possível acessar o fundo, com isso não foi possível referenciar de forma precisa a informação citada.

enquanto elemento integrante de todo este cenário teatral que estamos narrando, ele não possuía o mesmo direcionamento que o trabalho realizado pelo MEB. Ou seja, apesar de a CF contar com a colaboração do MOBREAL, quem de fato realizou a capacitação foi o MEB.

Durante nossa análise, um elemento nos chamou a atenção, ao longo dos periódicos analisados, identificamos notícias que faziam referência ao MEB e ao MOBREAL, na mesma página, inclusive no mesmo texto, contudo a partir de novembro de 1971 ocorre uma desvinculação dessas duas instituições, ou seja, não identificamos menções que levassem a fazer conexões entre um movimento e outro. Acreditamos que este ocorrido possa ser decorrente da aula veiculada pela rádio Assunção no dia 26 de outubro de 1971, a qual nos dedicaremos a falar mais à frente. Nesse mesmo sentido, percebemos que ao longo de 1971 passa a ser mais frequente a identificação de pertença do MEB em relação à CNBB. Com isso queremos dizer que esse ano é marcado por tentativas de produção do imaginário de um limite entre os movimentos.

Nesse esforço da CNBB em relação a alfabetização de adultos, nossa pesquisa identificou uma maior interação do MEB com a Igreja. Identificamos que, em 1971, a Amazônia era uma região potencial, tanto para a ditadura, sob o lema “integrar para não entregar”, quanto para a Igreja. Tendo o MEB um vínculo jurídico com ambas as partes, tanto o governo, quanto a Igreja, necessariamente ele teve de atuar diretamente na região.

Figura 20: Seminário sobre Igreja na Amazônia



Fonte: Jornal do Comércio, 14 de julho de 1971. Disponível em: Hemeroteca Digital Brasileira

Neste recorte do Jornal do Comércio (AM) é possível perceber os indícios do direcionamento dos esforços da CNBB, aos problemas emergentes da sociedade brasileira. De maneira mais específica, este recorte nos possibilita perceber o alcance das atividades do MEB a ponto de coordenar atividades da própria CNBB. Por sua vez, o MEB passou a produzir estudos que nortearam os trabalhos da CNBB. Em matéria do Jornal do Brasil, no dia 14 de julho de 1971, foi noticiado o Seminário sobre a Igreja na Amazônia, este seminário, idealizado pela CNBB foi organizado pelo MEB. Durante o

período que tivemos contato com as fontes do Fundo MEB no CEDIC, localizamos alguns dos estudos produzidos pelo MEB:

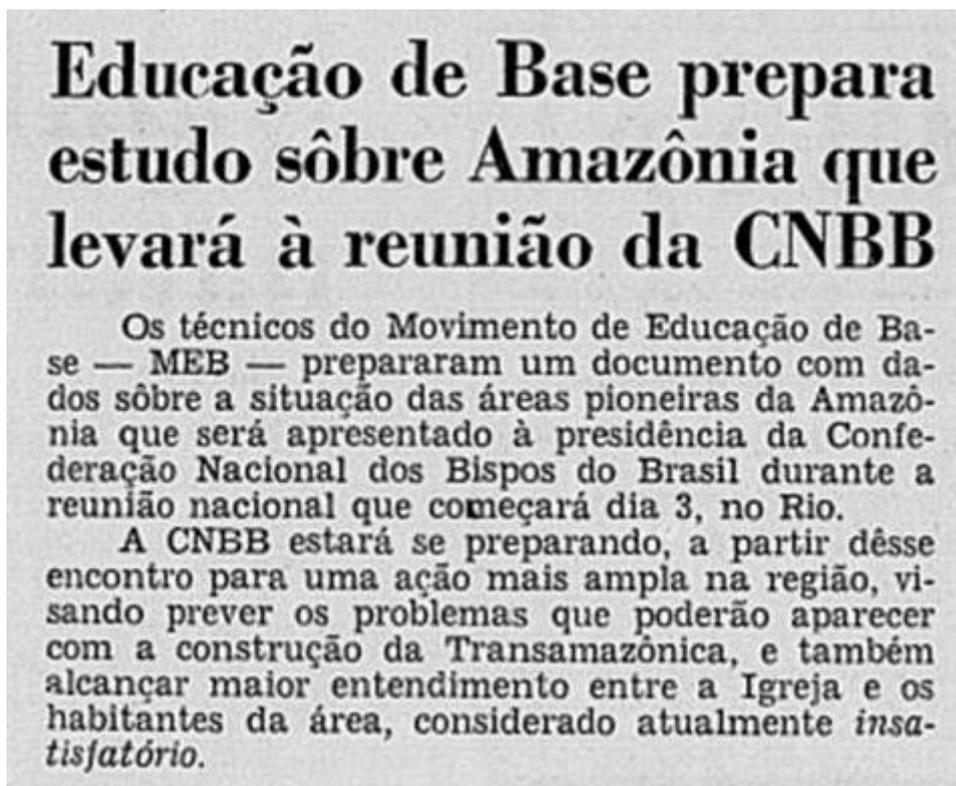
**Tabela 11: Documentos MEB relacionados à Amazônia**

Doc	Autor	Título	Ano	Conteúdo
Doc. MEB	MEB	Transamazônica	1971	reflexões sobre as obras da rodovia transamazônica e os efeitos dessas obras na vida do homem amazônico;
Doc. MEB	José Ribamar de Souza	Problemas da Igreja na Amazônia	1971	Reflexões sobre a falta de padres na região amazônica, e a difícil relação com o clero estrangeiro que ocupava a região;
Doc. MEB	MEB	Principais problemas das áreas pioneiras	1971	Relata as dificuldades que surgiram com o advento da BR-14 (Belém – Brasília), problemas de posse da terra, queda do quantitativo de povos tradicionais, e reflexões sobre a transamazônica.

Fonte: Elaborado pelo autor

Esses três principais documentos serviram para fundamentar o Encontro na CNBB em Belém do Pará que ocorreu no dia 3 de novembro de 1971. Essa vinculação mais sistemática do MEB com a Igreja é percebida por nós como um direcionamento político-pedagógico, além do uso do Movimento para fins de pesquisa, que não a educação de base. Inclusive, identificamos no Jornal do Brasil do dia 18 de outubro de 1971, na sua seção “Política e Governo”, o seguinte recorte:

**Figura 21: Educação de Base e estudo sobre Amazônia**



Fonte: Jornal do Brasil, 18 de outubro de 1971, 1º caderno: Política e Governo. Disponível em Hemeroteca Digital Brasileira

Para nós este recorte reproduz a dimensão do poder que a CNBB tinha de arbitrar sobre a funcionalidade e os encaminhamentos do Movimento.

### 3.5.1. Cooperativismo ou subversão: os limites impostos pela ditadura

Ao longo de nossa pesquisa, trilhamos o caminho de conhecer como o Movimento sobreviveu à ditadura militar instaurada em 1964. Deixamos evidente que o período que pesquisamos foi marcado pelo autoritarismo e pela censura, Celso Simões Bredariol, na introdução da sua dissertação de mestrado, evidencia os desdobramentos da censura

A polícia Federal introduziu a censura prévia e tirou a força e a espontaneidade da programação. A situação política foi ficando cada vez mais difícil e a direção do MEB foi sendo mudada, até que conseguiram tirar D. José da Presidência, e num fim de setembro [...] nós recebemos a notícia de que toda equipe estava demitida (BREDARIOL, 1990, p. 12).

E para compreendermos a dinâmica que leva a demissão de toda equipe do MEB e alteração do CDN, é necessário que vejamos a relação limítrofe imposta pela censura, que definiu um curso de cooperativismo, fornecido pelo MEB, através da rádio Assunção de Fortaleza, como um curso considerado subversivo. Durante nossa pesquisa, identificamos um recorte do Jornal O Globo, datado de 26 de outubro de 1971, que traz uma transcrição de um trecho do curso de cooperativismo considerado subversivo. Sob a manchete:

Figura 22: Recorte Jornal O Globo: Subversão

O GLOBO ☆ 26-10-71 – 3.ª-feira ☆ Página 10

## Subversão cai mas ainda apresenta áreas sensíveis

Fonte: Jornal O Globo, 26 de outubro de 1971, disponível no acervo O Globo

Eis o trecho do curso que foi veiculado pelo Jornal O Globo:

- *Pois é, seu João, porque na Rússia ... Já ouviu falar na Rússia?*
- *Vi sim. Como eu anotei aqui, o povo trabalha em fazendas do governo e o povo ganha salário de acordo com o que produz.*
- *Quer dizer que uma pessoa que produz muito, ganha muito, não é assim?*
- *É isso mesmo, nada desse negócio de gente se matar de trabalhar e ganhar uma ninharia.*
- **Ave Maria, oh inveja desse país**

(O GLOBO, 1971, p. 10, grifo nosso).

Durante nossa pesquisa no Fundo do MEB, conseguimos identificar um outro pedaço da transcrição deste curso que dizia “na Rússia, se usa cooperativismo para quase

tudo”. Esse curso foi considerado subversivo quando um dos apresentadores afirmou ter inveja da Rússia, que era vista como a potência comunista. A narrativa assumida pelo jornal O Globo afirmou que o MEB estaria “Inculcando nos participantes do curso os estímulos preconizados pela Guerra Revolucionária, de modo a provocar antagonismos e a fomentar lutas de classe” (O GLOBO, 1971, p. 10).

Acreditamos que aqui, cabe uma breve reflexão sobre as formas que a imprensa estava operando naquele momento. A título de curiosidade, é relevante ressaltarmos que todos os jornais citados estiveram submetidos à censura. Entretanto, chamamos a atenção para o jornal O Globo, que possuía narrativa muito mais alinhada à ditadura, do que, por exemplo, o Jornal do Brasil, que de certa forma mantinha um discurso mais moderado em relação ao do jornal O Globo, que diretamente beneficiado financeiramente pela ditadura, tornou-se nas palavras de Fausto (2015, p. 413) seu “porta-voz”. Sem querermos adentrar na análise do discurso produzido pela imprensa, pois este não é o objetivo dessa dissertação, acreditamos que essas ponderações, de que esses jornais eram de certa forma meios de propagar os ideais da ditadura, com isso, não consideramos uma imprensa livre, muito menos neutra.

Retomando, após este curso, a situação do MEB passou a ser completamente alterada, no dia 23 de outubro de 1971, a Comissão Representativa dos Bispos do Brasil (CRBB) se reuniu para escolher os novos membros do CDN, que foram:

**Tabela 12: Nova composição do CDN**

Presidente	D. Luciano José Cabral Duarte	Arcebispo de Aracaju
Vice-presidente	D. Nivaldo Monte	Arcebispo de Natal
	D. José Falcão	<i>Sem informação</i>
	D. Tiago Ryan	Bispo da prelazia de Santarém
	D. Antônio Barbosa	<i>Sem informação</i>
	D. Edilberto Dinkelborg	Frei bispo da diocese de Oeiras província de Teresina
	D. Giocondo Maria Grotti	Bispo da prelazia do Acre

	D. Gilberto Lopes	<i>Sem informação</i>
	D. Lucas Neves	<i>Sem informação</i>
	D. Adair Vilar	<i>Sem informação</i>

Em consequência da alteração do CDN em virtude do suposto curso subversivo, em 30 de setembro de 1971, toda equipe nacional foi demitida, até o momento que esta pesquisa estava em curso, não identificamos a composição da nova equipe nacional, em contrapartida percebemos um maior controle sob o Movimento nas mãos dos bispos. Esse evento foi amplamente divulgado por exemplo no Jornal do Brasil, na edição do dia 1º de novembro de 1971 que teve como título “MEB em novo ritmo”, o que para nós, deixa bem claro que a alteração foi significativa.

Dom Luciano Cabral, Arcebispo de Sergipe, conhecido na Igreja por suas posições moderadas e democráticas, adotou várias providências para que o organismo aumente sua participação no esforço educacional. O atual quadro de administradores do Movimento de Educação de Base – houve uma reformulação considerável – tem prontos, segundo se informa, vários projetos novos, elaborados sob a supervisão de D. Luciano, que é integrante do Conselho Federal de Educação e está sendo considerado como uma nova esperança para o MEB. (JORNAL DO BRASIL, 1971, p. 10).

O texto transcrito do Jornal do Brasil colabora com nossa análise na medida em que conseguimos utilizá-lo para perceber a imagem que foi criada do MEB após a alteração de seus quadros, ou seja, criou-se uma narrativa que tentava arbitrariamente afirmar que o Movimento não teria se empenhado na educação de base, mas em cursos considerados subversivos pela ditadura. Nesse mesmo texto, é possível perceber claramente a postura controladora do Bispo sobre o MEB.

Em nossa narrativa acreditamos ainda que o Movimento passa a arbitrariamente ter que assumir uma postura de direta submissão dos interesses de uma ala mais conservadora da Igreja católica, dentro desse espectro, o MEB deu continuidade nos trabalhos que estavam em linha paralela à ditadura, como os esforços na alfabetização da região amazônica. Logo em sequência à demissão em massa da equipe nacional, no dia 1 de novembro foi assinado um convênio entre o MEC e o MEB, com uma dotação no valor

de Cr\$ 2.500.000,00 para as atividades de promoção humana do Movimento, especialmente aquelas que aconteceriam ao longo da Transamazônica<sup>67</sup>.

**Figura 23: Convênio MEC / MEB no Jornal do Brasil**



Fonte: Jornal do Brasil, 5 de novembro de 1971. Disponível em: Hemeroteca Digital Brasileira

O evento citado na imagem acima, é para nós indício dos efeitos que a repressão causou nas estruturas do Movimento, desde demissão dos seus quadros, até uma maior submissão à ditadura. Outro texto retirado do Jornal Correio da Manhã, do dia 6 de novembro de 1971 nos permite ainda visualizar que houve a tentativa de projetar os novos

<sup>67</sup> “a construção da Transamazônica [...] uma estrada gigantesca, com 4997 quilômetros previstos no projeto, 4223 quilômetros (mal) construídos, e a pretensão de cortar a Bacia Amazônica de leste a oeste e ligar a Região Nordeste ao Peru e ao Equador. A construção da Transamazônica serviu de alavanca para um ambicioso programa de colonização que incluía o deslocamento de quase 1 milhão de pessoas com o objetivo de ocupar estrategicamente a região, não deixar despovoado nenhum espaço do território nacional e tamponar a área de fronteiras. A estrada inaugurada por Médici em 27 de setembro de 1972 e utilizada para potencializar uma imagem ufanista do Brasil, compartilhar o sentimento de que estava em curso um processo formidável de modernização do país e produzir identidade. Mas não foi bem assim. A construção da Transamazônica massacrou a floresta, consumiu bilhões de dólares, e até hoje a estrada tem trechos intransitáveis por causa das chuvas, dos desmoronamentos e das enchentes dos rios” (SCHWARCZ, 2018, p. 454).

rumos político pedagógicos do MEB enquanto um instrumento da Igreja, destinado a promoção humana e a evangelização, como é possível ver na figura a seguir.

Figura 24: Alteração da política pedagógica do MEB

**Movimento de Educação de Base**  
Entidade de Utilidade Pública, Decreto N.º 62360/68

**COMUNICADO**

1. Reunida no Rio de Janeiro, nos dias 3 e 4 de novembro, a atual Presidência do Movimento de Educação de Base, eleita no dia 23 de agosto passado, tratou dos problemas do MEB, particularmente de sua programação para o ano de 1972 e da ampliação da presença e da ação do MEB na Amazônia.

Sobre a ação do MEB na Amazônia, podemos informar que será assegurada a presença do Movimento em numerosas agrovilas e agrolândias nascentes ao longo da Rodovia Transamazônica e da Rodovia Santarém—Cuiabá. Esta presença do MEB será assegurada pelos sistemas já existentes em Marabá e Santarém, aos quais serão anexados os novos sistemas do MEB a serem criados em Altamira, Itaituba, Picos, Jacaréacanga, Humaitá, Lábrea, Bóca do Acre, Rio Branco, Cruzeiro do Sul e Porto Velho.

2. Tomando conhecimento de um artigo, publicado num vespertino do Rio de Janeiro, em data de 26/10/71, que se refere a uma aula de conteúdo ideológico inadmissível, proferida em nome do MEB, através da Rádio Assunção de Fortaleza — artigo que já foi objeto de resposta da Secretaria Geral da CNBB —, a presidência do MEB, na esteira da nota já divulgada pela Conferência dos Bispos do Brasil, esclarece que o fato aludido existiu, no dia 16 de agosto de 1971, e que os responsáveis pelo mesmo foram demitidos do MEB no dia 30 de setembro passado.
3. A nova presidência do MEB, eleita pela Comissão Representativa dos Bispos do Brasil, no dia 23 de agosto de 1971, tem consciência de sua missão de fazer do MEB, cada vez mais fiel à orientação do Episcopado do Brasil, um instrumento de ação da Igreja, em prol da promoção integral do homem brasileiro. E também de sua evangelização, conforme já frisou a supramencionada nota da Secretaria Geral da CNBB.

Neste espírito, serão enfocadas todas as atividades do Movimento de Educação de Base, e para a consecução desse objetivo serão tomadas as medidas que a decisão de trabalhar, o bom senso e a coerência apontarem como necessárias.

Rio de Janeiro, 4 de novembro de 1971

Dom Luciano José Cabral Duarte, Arcebispo de Aracaju  
Presidente do CDN do MEB

Dom Nivaldo Monte, Arcebispo de Natal  
Vice-Presidente do CDN do MEB

Prof. Gilson Galvão Moraes  
Coordenador Nacional

Fonte: Jornal Correio da Manhã de 6 de novembro de 1971

Esse trecho do jornal *Correio da Manhã* serve para nós, como indício que nos leva a perceber que a partir dos acontecimentos narrados anteriormente o Movimento passou a atuar de forma mais alinhada à ditadura. Esses acontecimentos marcam para nós o limite temporal que nos dedicamos a trabalhar. Enquanto escrita de uma dissertação, temos limitações de acesso, de escrita, de análise e sobretudo, a limitação temporal. Por sua vez, isso não significa que a pesquisa se encerra por aqui, muito pelo contrário, o ponto final desta dissertação deve ser percebido como uma chave que possibilitará a tantas outras pessoas a mergulhar na narrativa do Movimento de Educação de Base.

#### **4. CONCLUSÃO**

Ao chegarmos ao término dessa dissertação, tendo em vista o Movimento de Educação de Base do período de 1967 até 1971 como nosso objeto de pesquisa, conseguimos identificar que ele não sobreviveu única e exclusivamente em virtude da sua relação com a Igreja, mas por uma sequência de eventos que deve levar em consideração as pessoas que compuseram o Movimento e seus esforços por praticar a educação em que acreditavam. Sem os quais não haveria o V Encontro Nacional de Coordenadores, onde foram elaboradas as táticas de sobrevivência. E não menos importante a relação de ser possuído e se deixar possuir pelo governo militar enquanto estratégia e tática, respectivamente.

Foi possível compreender que o trabalho historiográfico, tal como apresentamos ao longo dessas páginas, produz-se por meio de uma diversidade de fontes das mais diversas naturezas. Cabe a nós, pesquisadores e pesquisadoras, fazermos as perguntas pertinentes às fontes. A exemplo, o nosso primeiro capítulo contou com um vasto referencial teórico sobre a história da Igreja Católica no Brasil no período da ditadura militar. As fontes das Campanhas da Fraternidade, analisadas a partir do referencial teórico-metodológico certauniano nos possibilitou reconhecer a Igreja enquanto um lugar de produção cultural. Da mesma forma, nos auxiliou a compreender que a Igreja enquanto instituição produziu um discurso, influenciou e orientou determinados grupos.

No primeiro capítulo, não fizemos somente uma análise de como a CNBB, enquanto representante máxima da Igreja no Brasil estava se projetando e se promovendo culturalmente. Na verdade, elaboramos categorias de análise, a partir de elementos da

própria Igreja, que nos ajudaram a perceber as formas de produção do “imaginário social”, conceito trabalhado a partir da obra de José Murilo de Carvalho (2017), para que pudéssemos compreender os seus efeitos ao longo do período que trabalhamos. Ainda no primeiro capítulo, foi possível perceber as implicações do cenário político imposto pela ditadura sobre a Igreja e logo, sobre o Movimento de Educação de Base.

Já no capítulo segundo, conseguimos trazer para nossa narrativa a compreensão de que o Movimento não se manteve estático, e que as mudanças que sofreu, direcionou nossa pesquisa a trabalhar no sentido de perceber que houve um distanciamento do MEB sistemas, onde se realizava o cotidiano da educação de base, do MEB Nacional, de natureza pedagógica administrativa. Esse distanciamento físico e epistemológico nos fez perceber a necessidade de ampliar o nosso olhar sobre o MEB nacional, a ponto de percebermos inclusive diferenças conceituais dentro do próprio Movimento.

Ainda no segundo capítulo, conseguimos perceber o Estado enquanto estrategista. Do Estado que cerceava, censurava e proibia, para o Estado que permite a continuidade do Movimento para utilizá-lo. O Estado que integrou o MEB ao governo, também foi o mesmo que se utilizou do Movimento para reduzir o número de pessoas analfabetas no Brasil. Conseguimos ainda conhecer a estrutura do Movimento a partir de 1967, que passou a contar com a intervenção direta do Ministério da Educação e Cultura em seu quadro de pessoal.

Fechando o segundo capítulo, trouxemos para nossa narrativa, as pessoas compuseram a equipe Nacional, dentre as quais destacamos os nomes de Maria Leticia Ligneu Contrin, José Renato Campos Monteiro, Celso Simões Bredariol e José Pereira Peixoto Filho, que com suas memórias contribuíram diretamente para a construção de nossa narrativa. Conseguimos conhecer através das atividades desenvolvidas pelo Nacional, um pouco da estrutura do MEB.

No terceiro capítulo, abrimos espaço para a construção de uma narrativa sobre a segunda fase do Movimento, o que conferiu a esta dissertação tanto a relevante contribuição para a história da educação, quanto a originalidade da pesquisa. Ao longo de nossa pesquisa, conseguimos construir nossa narrativa de modo que o ano de 1967, foi descrito como o ano da grande crise financeira do Movimento. Em contrapartida, foi também o ano de formulação das táticas de sobrevivência, a partir do V Encontro de Coordenadores.

Por sua vez, o ano de 1968, passou a ser o ano da esperança. Graças ao prêmio da UNESCO, que possibilitou que o Movimento tivesse uma maior projeção nacional e internacional. Em nossa narrativa, o valor financeiro do prêmio de certa forma ajudou o Movimento que estava com dificuldades financeiras, contudo o valor simbólico do prêmio foi mais significativo. Como uma luz no fim do túnel, havia um prêmio, e esse mesmo prêmio foi uma das astúcias utilizadas pelo Movimento no processo de sobrevivência.

Em 1969, nós identificamos os esforços do Nacional em reorganizar o MEB, por isso, houve um investimento significativo na capacitação de todo Movimento. Durante a pesquisa documental conseguimos localizar diversos documentos que nos ajudaram a perceber como o Movimento se reorganizou e como o Nacional começou a orientá-lo pedagogicamente.

Já em 1970, podemos dizer que foi o momento em que o MEB alcançou, em sua segunda fase, uma reestruturação tanto administrativa, quanto pedagógica, que fez com que as capacitações fossem para além do Movimento, mas também para todos que estavam interessados no trabalho da alfabetização, inclusive capacitando amplamente o MOBREAL.

Por sua vez, em 1971, percebemos que o MOBREAL passou a ganhar mais espaço no cenário educacional nacional, nesse sentido o MEB passou a ser utilizado de maneira sistemática pela Igreja Católica como instrumento de evangelização e educação. Em função desse cenário acreditamos que se criou uma memória e uma versão da história que distinguiria o MEB como o programa de educação da Igreja, enquanto o MOBREAL seria o programa de alfabetização da ditadura, enquanto uma forma de desvincular ambos os movimentos.

Por fim, se você chegou até aqui, esperamos que tenha gostado. Tal qual eu gosto de ensinar para o meu irmão que na história, nós não trabalhamos com verdades absolutas, trabalhamos com narrativas. Assim nós acreditamos que tudo o que foi lido até aqui, deve ser sempre objeto de reflexão, de espaço para pesquisa e criação de novas narrativas. Certamente tal como Wanderley, deixo o meu convite para que os próximos pesquisadores e as próximas pesquisadoras possam vir a preencher os “vazios determinados” deixados por essa dissertação.

## BIBLIOGRAFIA

- ALVES, Kelly Ludkiewicz. “O golpe civil-militar de 1964 e os movimentos de educação de base e cultura popular.” *Espaço ético, Educação, Gestão e Consumo*, jan - abr 2014: 117 - 132.
- ALVES, Marcio Moreira. *A Igreja e a Política no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1979.
- . *O Cristo do povo*. Rio de Janeiro: Sabiá, 1968.
- ANDRADE, Paulo Fernando Carneiro de. “A educação do ser humano realizada no diálogo entre fé e cultura, A contribuição do Concílio Vaticano II.” Em *Concílio Vaticano II, Análise e perspectivas*, por Paulo Sérgio Lopes GONÇALVES e Vera Ivanise BOMBONATTO, 405- 417. São Paulo : Paulinas, 2004.
- ARAÚJO, Róbinson Tavares de. “A IGREJA CATÓLICA E A POLÍTICA: reflexões sobre instituição e poder.” *Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (Cefor), da Câmara dos Deputados, para obtenção do grau de especialista em Instituições e Processos Políticos do Legislativo*,. Brasília: Câmara dos Deputados, 2009.
- AZEVEDO, Dermi. “A Igreja Católica e seu Papel político no Brasil.” *Estudos Avançados* 18 (2004).
- AZZI, Riolando. *História da Igreja no Brasil: ensaio de interpretação a partir do povo: tomo II/3-2: terceira época: 1930-1964*. Petrópolis: Vozes, 2008.
- BARBOSA, Fabiane Machado. “Comunidades Eclesiais de Base na história social da Igreja Caricica (1973-1989).” *Dissertação apresentada ao programa de pós-graduação em história da Universidade Federal do Espírito Santo*. Prod. [http://www.dhnet.org.br/dados/teses/edh/tese\\_barbosa\\_cebs\\_cariacica.pdf](http://www.dhnet.org.br/dados/teses/edh/tese_barbosa_cebs_cariacica.pdf). Vitória. disponível em: [http://www.dhnet.org.br/dados/teses/edh/tese\\_barbosa\\_cebs\\_cariacica.pdf](http://www.dhnet.org.br/dados/teses/edh/tese_barbosa_cebs_cariacica.pdf), 2007.
- BEOZZO, José Oscar. *O Vaticano II e a Igreja Latino-Americana*. Tradução: Luiz João Gaio. São Paulo: Edições Paulinas, 1985.
- BEZERRA, Aída, Pedro Benjamim GARCIA, Newton DUARTE, Cristina MASSADAR, e Vera Masagão RIBEIRO. *Caderno de Educação Popular nº8*. Petrópolis: Vozes, 1985.
- BEZERRA, Viviane Prado. “A Igreja está ao lado da libertação: experiências de uma patoral popular no contexto da ditadura militar no Ceará.” *Revista Historiar*, 2010.
- . “Porque se nós não agir o pudê não sabe se nós isiste nu mundo: O MEB e o Dia do Senhor em Sobral (1960 - 1980).” *Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Ceará, Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História Social*. Fortaleza - CE, 2008.
- BLOCH, Marc. *Apologia da História ou O Ofício de Historiador*. Tradução: André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

- BOFF, Leonardo. *Igreja: Carisma e poder. Ensaios de Eclesiologia Militante*. 3. Petrópolis: vozes, 1982.
- . *nova evangelização, perspectiva dos oprimidos*. Fortaleza: Vozes, 1990.
- BOFF, Leonardo, e Clodovis BOFF. *Como fazer Teologia da Libertação*. Petrópolis: Vozes, 2001.
- BRASIL. *Decreto nº 50.370, de 21 de Março de 1961*. 1961 de março de 26.
- . “DECRETO Nº 60.464.” Brasília, 14 de março de 1967.
- . “Decreto nº 61.145.” 8 de agosto de 1967.
- BRASIL, Ministério da Educação e Cultura. “MOBRAL: Sua origem e evolução.” *Coleção MOBRAL I*. Rio de Janeiro: Movimento Brasileiro de Alfabetização Assessoria de Organização e Métodos, 1973.
- . “Projeto de treinamento de alfabetizadores pela rádio.” *Coleção MOBRAL 5*. Rio de Janeiro: Movimento Brasileiro de Alfabetização Gerência Pedagógica, 1974.
- BREDARIOL, Celso Simões, entrevista feita por Paulo Vitor de Souza Pinto. Edição: Danielle Peres Vieira da Silva. Rio de Janeiro, RJ, (25 de agosto de 2019).
- . “Ecologia, ecodesenvolvimento e educação ambiental.” *dissertação de mestrado apresentado ao programa de Pós-Graduação em educação da Fundação Getúlio Vargas*. Rio de Janeiro: FGV, 1990.
- BRUNEAU, Thomas C. *Catolicismo brasileiro em época de transição*. Tradução: Margarida Oliva. São Paulo: Edições Loyola, 1974.
- BUENO, Eduardo. *Brasil: uma história: cinco séculos de um país em construção*. Rio de Janeiro: Leya, 2012.
- CALIMAN, Cleto. “Do ministério ao Povo de Deus: ma eclesiologia de comunhão.” Em *Concílio Vaticano II, Análise e perspectivas*, por Paulo Sérgio GONÇALVES e Vera Ivanise BOMBONATTO, 228- 248. São Paulo: Paulinas, 2004.
- CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: O imaginário da República no Brasil*. São Paulo : Companhia das Letras, 2017.
- CARVALHO, Maria Araújo Duarte de, Maria José Teixeira PEIXOTO, Marlúcia Menezes de PAIVA, , Safira Bezerra AMMAN, e Zélia Faria Corrêa CORRÊA. *Escolas Radiofônicas de Natal : uma história construída por muitos*. Brasília: Líber Livro Editora, 2009.
- CELAM. “Conclusões da II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano.” 1968. <https://www.faculdadejesuita.edu.br/eventodinamico/eventos/documentos/documento-FwdDtt9v3ukKPDZq.pdf> (acesso em 2020).
- CERTEAU, Michel de. *A escrita da História*. Tradução: Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

- . *A escrita da História*. 3ª edição. Tradução: Maria de Lourdes Meneses. Rio de Janeiro: Forense, 2020.
- . *A invenção do cotidiano: Artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 2014.
- . “Teoria e método no estudo das práticas cotidianas.” Edição: Maria Ivone (org) SZMRECSANYI. *Cotidiano, cultura popular e planejamento urbano (anais do encontro)*. São Paulo: FAU-USP, 1985. 3-19.
- CHABALGOITY, Diego. *Ontologia do oprimido: construção do pensamento filosófico em Paulo Freire*. Jundiaí: paco, 2015.
- CNBB. *Campanha da Fraternidade 1967*. Manual , Rio de Janeiro: CNBB, 1967.
- . *CNBB Campanhas*. s.d. <https://campanhas.cnbb.org.br/campanha/fraternidade1971> (acesso em 21 de 03 de 2020).
- CNBB. *Documento-base e subsídios de organização da Campanha da Fraternidade de 1971*. Manual, Rio de Janeiro: CNBB, 1971.
- CNBB. *Síntese do documento-base e subsídios de planejamento. CF 1970*. Manual , Rio de Janeiro: CNBB, 1970.
- CNBB. *Subsídios litúrgicos e síntese do documento-base, Campanha da Fraternidade: Para o outro o próximo é você*. Manual, Rio de Janeiro: CNBB, 1969.
- COSTA, Renato Pontes. “tese de doutorado apresentada ao programa de Pós-Graduação em Educação da PUC-Rio.” *Poder e negociação como relações pedagógicas. Memória da pesquisa confronto de sistemas de conhecimento na educação popular* . Rio de Janeiro : PUC-Rio, 2018.
- DANTAS, Eliéverton da Silva. “Educação e informática: educação, tecnologias de informação e comunicação e cultura universitária.” *Monografia apresentada ao curso de Licenciatura em Ciências da Computação do Centro de Ciências Aplicadas e Educação (CCAÉ), Campus IV da Universidade Federal da Paraíba*. Rio Tinto - PB, 2017.
- DE KADT, Emanuel. *Católicos radicais no Brasil*. Tradução: Maria Valentina Rezende e Maria Valéria Rezende. Brasília: UNESCO, MEC, 2007.
- DIAS, Cristiane Medianeira Ávila. “A memória de três militantes da ação popular (AP) sobre a repressão desferida contra eles pelos órgãos de segurança a serviço da ditadura civil-militar brasileira.” *XI Encontro Estadual de História*. Universidade Federal do Rio Grande, 2012.
- DIETRICH, Ana Maria (org), José Sala BLANES, e Silmar Leila dos SANTOS. *Educação, Ética e Regime Militar no Brasil*. Santo André - SP: Universidade Federal do ABC, 2017.
- FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: EDUSP, 2015.
- FÁVERO, O. “MEB – MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE, primeiros tempos: 1961-1966.” texto apresentado no V Encontro Luso-Brasileiro de História da Educação, Évora, 2004.

- FÁVERO, Osmar. *Cultura Popular e Educação Popular: memória dos anos 60*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.
- . “Movimento de Educação de Base memória 1961/71.” Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, Instituto de Estudos Avançados em Educação, 1982.
- . *Uma Pedagogia da participação popular: Análise da prática educativa do MEB-Movimento de Educação de Base (1961/1966)*. Campinas - SP: Autores Associados, 2006.
- FOLHA, de São Paulo. “Almanaque folha.” 9 de dezembro de 1968. [http://almanaque.folha.uol.com.br/brasil\\_09dez1968.htm](http://almanaque.folha.uol.com.br/brasil_09dez1968.htm) (acesso em 11 de março de 2020).
- FREI GUIMARÃES, Almir Ribeiro. *Comunidades de Base no Brasil: uma nova maneira de ser em Igreja*. Petrópolis: Vozes, 1978.
- FREITAS, Marcos Cezar de, e Maurilane de Souza BICCAS. *História social da educação no Brasil (1926-1996)*. São Paulo: Cortez, 2009.
- GERALDO, Leite. *Nação do Divino*. s.d. [http://2.bp.blogspot.com/-9uULmHmajpU/UwzByVU\\_2OI/AAAAAAAAAFM/oB7YO30ZV4s/s1600/Lamento+do+povo.png](http://2.bp.blogspot.com/-9uULmHmajpU/UwzByVU_2OI/AAAAAAAAAFM/oB7YO30ZV4s/s1600/Lamento+do+povo.png) (acesso em 09 de julho de 2020).
- GOHN, Maria da Glória. *Movimentos Sociais e Educação*. Cortez, 2011.
- GOTAY, Samuel Silva. “Teologia Contemporânea: Origem e desenvolvimento do pensamento cristão revolucionário a partir da radicalização da doutrina social nas décadas de 1960 e 1970.” Em *História da Teologia na América Latina*, por José Oscar BEOZZO, et al., 139-164. São Paulo: Edições Paulinas, 1981.
- JORNAL DO BRASIL. Rio de Janeiro: Jornal do Brasil, 30 de abril de 1967.
- . “Jornal do Brasil, 1º Caderno.” *Hemeroteca Digital Brasileira*. 5 de novembro de 1971. [http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=030015\\_09&pagfis=43547](http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=030015_09&pagfis=43547) (acesso em 30 de setembro de 2021).
- . “Jornal do Brasil, 1º caderno, Informe JB: MEB em nôvo ritmo.” *Hemeroteca Digital Brasileira*. 1 de novembro de 1971. [http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=030015\\_09&pagfis=43229](http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=030015_09&pagfis=43229) (acesso em 30 de setembro de 2021).
- . “Jornal do Brasil, 1º Caderno: Política e Governo.” *Hemeroteca Digital Brasileira*. 30 de setembro de 1971. [http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=030015\\_09&pagfis=42209](http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=030015_09&pagfis=42209) (acesso em 30 de setembro de 2021).
- JORNAL, Correio da Manhã. “Correio da Manhã: Movimento de Educação de Base.” *Hemeroteca Digital Brasileira*. 6 de novembro de 1971. [http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842\\_08&pasta=ano%20197&pesq=%22movimento%20de%20educa%C3%A7%C3%A3o%20de%20base%22&pagfis=25843](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_08&pasta=ano%20197&pesq=%22movimento%20de%20educa%C3%A7%C3%A3o%20de%20base%22&pagfis=25843) (acesso em 30 de setembro de 2021).

- JORNAL, do Comércio. “Jornal do Comércio AM.” *Hemeroteca Digital Brasileira*. Edição: Epaminondas Barahuna. 14 de julho de 1971. [http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=170054\\_01&pesq=%22movimento%20de%20educa%C3%A7%C3%A3o%20de%20base%22&pagfis=158262](http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=170054_01&pesq=%22movimento%20de%20educa%C3%A7%C3%A3o%20de%20base%22&pagfis=158262) (acesso em 30 de setembro de 2021).
- José. *Medianeira*. s.d. <http://medianeirabr.blogspot.com/2013/01/campanha-da-fraternidade-cf.html> (acesso em 18 de março de 2020).
- LIGNEU, Leticia Cotrin, entrevista feita por Paulo Vitor de Souza Pinto. Entrevista concedida para pesquisa de mestrado, (12 de dezembro de 2019).
- LÖWY, Michael. *Marxismo e Teologia da Libertação*. Tradução: Myrian Veras Baptista. São Paulo: Cortez, 1991.
- MAINWARING, Scott. *Igreja Católica e política no Brasil 1916 - 1985*. Tradução: Heloisa Braz de Oliveira Prieto. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- MEB. “I Encontro de Coordenadores.” Conclusões I, Recife, 1962.
- “Metodologia da Ação educativa do MEB.” 1970b.
- MEB. “Movimento de Educação de Base em cinco anos: 1961-1966.” 1982.
- “O trabalho de Educação de Base.” 1970.
- MEB. “O trabalho do Movimento de Educação de Base no desenvolvimento social.” Rio de Janeiro, 1972b.
- “Observações de Louk de La Rive Box.” Rio de Janeiro, novembro de 1970.
- “Relatório anual de 1967.” Rio de Janeiro, 1968.
- “Relatório anual de 1968.” Rio de Janeiro, 1969.
- “Relatório anual de 1969.” Rio de Janeiro, 1970.
- “Relatório anual de 1970.” Rio de Janeiro, 1971.
- “Relatório anual de 1971.” Rio de Janeiro, 1972.
- “Relatório do V Encontro de Coordenadores.” Rio de Janeiro, 11 - 31 de outubro de 1967.
- MEB. “Relatório para Assembléia Geral da CNBB.” Rio de Janeiro, 1969b.
- “Relatório síntese do período 1961- 1966 para reunião do CDN.” 1966.
- MEB. “Relatório Síntese para a audiência do Presidente da do MEB com o Exmo. Sr. Presidente da República.” 1968b.
- MEB. *Relatório Síntese para audiência com o Presidente da República, 20 de maio de 1968*. Fundo MEB no CEDIC - digitalizado por Paulo Vitor de Souza Pinto, 1968.

- MITIDIÉRO, Marco Antônio Junior. “Tese de Doutorado.” *A AÇÃO TERRITORIAL DE UMA IGREJA RADICAL: Teologia da Libertação, Luta pela Terra e Atuação da Comissão Pastoral da Terra no Estado da Paraíba*. São Paulo, 2008.
- MONTEIRO, José Renato Campos, entrevista feita por Paulo Vitor de Souza PINTO. *entrevista realizada com ex-integrante da equipe nacional do MEB* Rio de Janeiro, RJ, (2019).
- O GLOBO, Jornal. *Acervo o Globo*. 26 de outubro de 1971. <https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=197019711026> (acesso em 30 de setembro de 2021).
- OLIVEROS, Roberto. “História de la Teología de la liberación.” Em *Mysterium liberationis. Conceptos fundamentales de la Teología de la Liberación*, por Ignacio Ellacuría Jon SOBRINO, 17-50. Editorial Trota, 1990.
- PAIVA, Vanilda Pereira. *Educação popular e educação de adultos*. São Paulo: Loyola, 1983.
- PAPE, Carlos, José COMBLIN, Juan GORSKY, Gaetano MAIELLO, Segundo GALILEA, e José MARINS. *A missão a partir da América Latina*. Tradução: Eugênia Flavian. São Paulo: Paulinas, 1983.
- PAULO VI, Papa. *Documentos de Paulo VI: Populorum Progressio*. Tradução: Lourenço Costa. São Paulo: Paulus, 1967.
- . “RADIOMENSAGEM DO PAPA PAULO VI AOS BRASILEIROS POR OCASIÃO DO INÍCIO DA CAMPANHA DA FRATERNIDADE 1971.” *Vaticano*. 27 de fevereiro de 1971. [https://m.vatican.va/content/paul-vi/pt/letters/1971/documents/hf\\_p-vi\\_let\\_19710227\\_fraternita-brasile.html](https://m.vatican.va/content/paul-vi/pt/letters/1971/documents/hf_p-vi_let_19710227_fraternita-brasile.html) (acesso em março de 2020).
- PEROZA, Juliano. “Entrevista com o educador Pierre Furter/ realizada em 15 de maio de 2012 em genebra - Suíça.” *Educação & Linguagem*, dez de 2020, 2 ed.: 269-298.
- PESSOA, Protásio Lopes, entrevista feita por Rosenice da Silva. *As Ações do Movimento de Educação de Base (MEB) no município de Tefé/AM: 1975-1985. Orientada pela professora Leni Rodrigues Coelho* Tefé, Amazonas: Financiado pela Universidade do Estado do Amazonas-UEA/FAPEAM, (2 de junho de 2009).
- PILETTI, Claudio, e Nelson PILETTI. *História da Educação: de Confúcio a Paulo Freire*. São Paulo : Contexto, 2018.
- PONTUAL, Pedro. “Educação Popular e Democratização das estruturas políticas e espaços públicos.” Em *Educação Popular na América Latina: diálogos e perspectivas*, por Pedro Pontual e Timothy Ireland, 91-101. Brasília: Ministério da Educação: UNESCO, 2009.
- RAPOSO, Maria da Conceição Brenha. “Movimento de Educação de Base MEB: discurso e prática 1961 -1967.” *Dissertação de mestrado apresentada ao Instituto de Estudos Avançados em Educação da Fundação Getúlio Vargas*. Rio de Janeiro: FGV, 1982.

- REIS, Daniel Arão. “A vida política.” Em *Modernização, ditadura e democracia: 1964-2010*, por Daniel Arão Reis, 75-180. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014.
- RIDENTI, Marcelo. *Cultura*. Vol. V, cap. 5 em *Modernização, ditadura e democracia 1964-2010*, por Daniel Aarão Reis (org.), edição: Lilia Moritz Schwarcz, 233-284. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014.
- ROLIM, Liz Cintra. “Le Mouvement d'Education de Base ou Brésil.” *dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em educação e desenvolvimento do Institut international de recherche et de formation Education et développement*. Paris: I.R.F.E.D., 1969.
- SANTOS, Lidiane Nayara Nascimento dos Santos. “MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE- MEB- NO ESTADO DA PARAÍBA: vestígios de uma experiência educacional (1966-1971).” *Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação (Strictu Sensu), do Centro de Educação – CE, da Universidade Federal da Paraíba – UFPB*. João Pessoa - PB: UFPB, 2017.
- SAVIANI, Dermeval. *História das ideias pedagógicas no Brasil*. 3. Campinas - SP: Autores associados, 2011.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Brasil: uma biografia*. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- THOMPSON, Edward P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- VANZELLA, José Adalberto. “Campanha da fraternidade: A Igreja do Brasil a serviço da vida.” *Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Teologia da PUC - RJ*. 02 de 10 de 2017. <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/colecao.php?strSecao=resultado&nrSeq=31618@1> (acesso em 20 de 03 de 2020).
- VIDAL, Diana Gonçalves. *Michel de Certeau e a difícil arte de fazer história das práticas*. Vol. 1, em *Pensadores Sociais e História da Educação*, por Luciano Mendes de FARIA FILHO. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.
- VÓVIO, Claudia Lemos. *Glossário Caele*. Leitura e Escrita (CEALE) | Faculdade de Educação da UFMG Centro de Alfabetização. s.d. <http://www.ceale.fae.ufmg.br/app/webroot/glossarioceale/verbetes/alfabetizacao-funcional> (acesso em 16 de junho de 2020).
- WANDERLEY, Luiz Eduardo W. *Educar para transformar: Educação popular, Igreja Católica e política no Movimento de Educação de Base*. Petrópolis: Vozes, 1984.